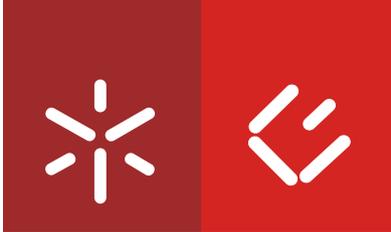


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Antonela Filipa Spínola Rodrigues Pereira Jesus

**O papel do Empreendedorismo Social no
Terceiro Setor: uma nova solução no domínio
da Alzheimer na Região Autónoma da
Madeira?**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Antonela Filipa Spínola Rodrigues Pereira Jesus

**O papel do Empreendedorismo Social no
Terceiro Setor: uma nova solução no domínio
da Alzheimer na Região Autónoma da
Madeira?**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Orlando Petiz Pereira

abril de 2014

DECLARAÇÃO

Nome: Antonela Filipa Spínola Rodrigues Pereira Jesus

Endereço eletrónico: antonelafilipa@msn.com

Número do Bilhete de Identidade: 13185140

Título da dissertação: O papel do Empreendedorismo Social no Terceiro Setor: uma nova solução no domínio da Alzheimer na Região Autónoma da Madeira?

Orientador: Professor Doutor Orlando Petiz Pereira

Ano de conclusão: 2014

Designação do Mestrado: Mestrado em Economia Social

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Nunca o espaço dos agradecimentos nos permite contemplar todos aqueles a quem queremos expressar a nossa gratidão.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Orlando Petiz Pereira, pela orientação, motivação e apoio incondicionais. Pela partilha de conhecimentos e por fazer crescer em mim um sentimento de curiosidade e inquietação, que contribuem para a minha vontade de querer sempre saber mais e fazer melhor.

A todo o corpo docente do Mestrado em Economia Social, pelos ensinamentos e saberes transmitidos.

A todos os elementos - familiares-cuidadores de doentes de Alzheimer, profissionais da área e investigadores especializados - que aceitaram participar na realização deste estudo, sem os quais o mesmo não seria possível.

Aos meus colegas de mestrado e às amígdas que construí, de forma especial à Soraia Martins, Diana Marques, Tânia Ferreira, Joana Dias e ao Zé Nuno. Sem que se tenham apercebido, tornaram todo este percurso mais simples, como também, a minha adaptação a uma “nova” cidade.

Aos meus amigos que, embora fisicamente distantes, estiveram sempre presentes nesta fase. A todos os elementos do CDN-natação, e sobretudo aos amigos de sempre e para sempre: Mauro Figueira, Ana Gonçalves e Ivo Gonçalves.

Ao Nuno Rodrigues, por toda a dedicação e apoio. Tive sorte em cruzar-me contigo no culminar desta etapa. “Hipoteticamente!”

À minha família, em especial aos meus avós António e Lucília Jesus, e Virgínia Spínola. Aos meus tios Jaime e Zélia Prioste, à Júnia, ao Francisco e à Carlota. Foram e são um pilar essencial. Tenho-vos sempre comigo.

“*The last, but not the least*”: um profundo e especial agradecimento à minha mãe, Dalila Jesus. Se hoje me encontro neste nível académico, a ti devo e também por ti o faço. Que possamos trilhar novos caminhos, juntas, em simbiose.

A todos vós, MUITO OBRIGADA!

“O papel do Empreendedorismo Social no Terceiro Setor: uma nova solução no domínio da Alzheimer na Região Autónoma da Madeira?”

Resumo

A presente dissertação pretende apresentar, no quadro de desenvolvimento do Terceiro Setor, o Empreendedorismo Social como uma (nova) solução para os problemas sociais, decorrentes de uma sociedade tendencialmente desigual, excludente e hierarquizada. Assente nas premissas da inovação social e da capacitação de pessoas e de comunidades, o Empreendedorismo Social procura que todos os intervenientes sejam parte integrante de um processo que visa a mudança social.

Orientados pela questão de partida “Qual a pertinência e adequação de ser desenvolvido um projeto de Empreendedorismo Social no domínio da Alzheimer, na Região Autónoma da Madeira?”, a partir da articulação entre a componente teórica e empírica da nossa investigação, procurámos, como principais objetivos: (i) conhecer, compreender e diferenciar teoricamente os conceitos de Empreendedorismo, Empreendedorismo Social, Terceiro Setor, Economia Social e outros conceitos associados, de forma a enquadrar, fundamentar e validar todos os elementos para a projeção de uma nova resposta social no domínio do Alzheimer na RAM e (ii) averiguar se o Empreendedorismo Social contribui para o desenvolvimento humanizado do Terceiro Setor.

Para tal, o estudo apoiou-se na metodologia qualitativa, do tipo transversal, de carácter exploratório e descritivo, com recurso às técnicas: entrevista semiestruturada, análise bibliográfica, análise documental e observação participante.

Após a recolha, análise e interpretação dos dados, como resposta à nossa questão, verificámos que existe uma necessidade de se intensificar as organizações do Terceiro Setor, nomeadamente no domínio da Alzheimer, na Região Autónoma da Madeira.

O Empreendedorismo Social ao ter sido considerado como um mecanismo que sustenta e dinamiza o Terceiro Setor, permite-nos ponderar a possibilidade de se efetivar uma iniciativa deste âmbito, que responda não só à lacuna identificada, mas sobretudo às necessidades sentidas pelos diferentes participantes no estudo. Esta dinamização, baseada em valores humanizantes de compromisso e de responsabilidade, produzirá, portanto, impactos positivamente significativos no Terceiro Setor.

Palavras-Chave: Empreendedorismo, Empreendedorismo Social, Terceiro Setor, Mudança Social, Alzheimer, Humanização.

“The role of Social Entrepreneurship in the Third Sector: a new solution in the field of Alzheimer's in Madeira?”

Abstract

This thesis aims to present, in the context of Third Sector development, the Social Entrepreneurship as a (new) solution to social problems result from a tendentiously, unequal, excludable and hierarchical society. Based on the assumptions of social innovation and empowerment of people and communities, the Social Entrepreneurship demand that all stakeholders take part of a process aimed at social change.

Guided by the initial question "What is the relevance and suitability to be developed a project of Social Entrepreneurship in the field of Alzheimer's, in Madeira?", from the articulation between the theoretical and empirical component of our research , we tried, as major objectives: (i) to know , understand and differentiate the concepts of Entrepreneurship, Social Entrepreneurship, Third Sector and Social Economy and other related concepts, in order to frame, substantiate validate all elements for the projection of a new social domain response Alzheimer's in Madeira and (ii) determine whether Social Entrepreneurship contributes to the development of humanized Third Sector.

To do this, the study was based on qualitative methodology, cross-sectional, exploratory and descriptive, using techniques like: semi-structured interview, bibliographical and documentary analysis, and participant observation. After the collection and interpretation of the data, verified that there is a need to intensify the Third Sector organizations, particularly in Alzheimer's domain, in the Autonomous Region of Madeira.

The Social Entrepreneurship being considered as a mechanism that supports and streamlines the Third Sector, allows us to consider the possibility of effecting an initiative of this scope that responds not only to the identified gap, but mostly the needs felt by different participants in the study. This dynamization, based on humanizing values of commitment and responsibility therefore produce significant positive impacts in the Third Sector.

Keywords: Entrepreneurship, Social Entrepreneurship, Third Sector, Social Change, Alzheimer, Humanization.

Índice Geral

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
Relação de tabelas e figuras	xi
Lista de abreviaturas e acrónimos	xiii
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	3
2.1. Formulação do Problema de Pesquisa: Questões, Objetivos e Justificação da Pesquisa	5
CAPÍTULO 3. DO EMPREENDEDORISMO DE MERCADO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL.....	9
3.1. Introdução	11
3.2. Do Empreendedorismo Empresarial ao Empreendedorismo Social: Raízes e (Des)Construção de conceitos	12
3.2.1. O Empreendedorismo Empresarial.....	12
3.2.2. O Empreendedorismo Social	17
3.2.2.1. Análise Concetual	17
3.2.2.2. Missão e Valores.....	22
3.2.2.3. O Empreendedor Social: perfil e singularidades	25
3.3. Síntese do capítulo	32
CAPÍTULO 4. TERCEIRO SETOR E EMPREENDEDORISMO SOCIAL	35
4.1. Introdução	37
4.2. Análise Setorial: Contextualização do Terceiro Setor.....	38
4.3. O Terceiro Setor e o Empreendedorismo Social no espaço português.....	46
4.4. Síntese do capítulo	51
CAPÍTULO 5. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E ENQUADRAMENTO DA PESQUISA	53
5.1. Introdução	55
5.2. Questões e objetivos de Pesquisa	55
5.3. Opções Metodológicas: Enfoque de Pesquisa	56
5.4. Definição e Modelo de Pesquisa.....	60
5.5. Formulação de hipóteses.....	62
5.6. Técnicas de recolha e tratamento de dados.....	62
5.6.1. A entrevista.....	63
5.6.2. Análise bibliográfica.....	65
5.6.3. Análise documental	66
5.6.4. Análise de Conteúdo.....	67

5.7. Seleção da amostra	68
5.8. Síntese do capítulo	70
CAPÍTULO 6. TRATAMENTO DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	71
6.1. Introdução	73
6.2. Análise Qualitativa: análise das entrevistas	73
6.2.1. Público-alvo: familiares-cuidadores de doentes de Alzheimer	74
6.2.1.1. Análise descritiva da narrativa – Público-alvo	74
6.2.1.2 Análise reflexiva e interpretativa sobre as entrevistas realizadas ao Público-alvo	79
6.2.2. Testemunhas privilegiadas: Associação Alzheimer Portugal - Delegação da Madeira	81
6.2.2.1. Análise descritiva da narrativa – Testemunha privilegiada	81
6.2.2.2 Análise reflexiva e interpretativa sobre a entrevista realizada à Testemunha privilegiada	87
6.2.3. Investigadores especializados na área do Empreendedorismo Social e Terceiro Setor	90
6.2.3.1. Análise descritiva da narrativa – Investigadores especializados	91
6.2.3.2. Análise reflexiva e interpretativa sobre as entrevistas realizadas aos Investigadores especializados	106
6.3. Análise global das entrevistas	112
CAPÍTULO 7. CONCLUSÕES GERAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
APÊNDICES	131
APÊNDICE I – GUIÕES DE ENTREVISTA	133
APÊNDICE II – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO	141
APÊNDICE III – TRANSCRIÇÃO E SINOPSE DAS ENTREVISTAS AO PÚBLICO-ALVO	145
APÊNDICE IV – TRANSCRIÇÃO E SINOPSE DAS ENTREVISTAS À TESTEMUNHA PRIVILEGIADA	157
APÊNDICE V – TRANSCRIÇÃO E SINOPSE DAS ENTREVISTAS AOS INVESTIGADORES ESPECIALIZADOS	169
APÊNDICE VI – PEDIDO DE COLABORAÇÃO E GUIÃO DA ENTREVISTA: SESARAM, E.P.E.	221

Relação de tabelas e figuras

Índice de Tabelas

Tabela 1. Objetos de Estudo - Dimensão Teórica, por conceito e autores de referência	11
Tabela 2. Concetualização de Empreendedorismo de acordo com diversos autores	16
Tabela 3. Comparação entre o Empreendedorismo Empresarial e o Empreendedorismo Social	21
Tabela 4. Perspetivas internacionais do conceito Empreendedor Social.....	27
Tabela 5. Os dez D's do Empreendedor Social	30
Tabela 6. Objetos de Estudo - Dimensão Teórica, por conceito e autores de referência	38
Tabela 7. Etapas do processo de investigação	57
Tabela 8. Quadro síntese da perceção do público-alvo - familiares-cuidadores de doentes de Alzheimer	79
Tabela 9. Apoios existentes vs. Necessidades identificadas pela Associação Alzheimer Portugal, Delegação da Madeira.....	87
Tabela 10. Siglas atribuídas aos Investigadores especializados	91
Tabela 11. Síntese das narrativas por tema e investigador	107

Índice de Figuras

Figura 1. Evolução do conceito de Empreendedorismo	14
Figura 2. O Empreendedorismo na atualidade	16
Figura 3. Articulação de conceitos para o desenvolvimento do Capítulo 4	37
Figura 4. O <i>mix</i> do bem-estar: espaço onde se situa o Terceiro Setor.....	40
Figura 5. Esquema dos limites atuais do Terceiro Setor em Portugal.....	44
Figura 6. A Economia Social no Terceiro Setor.....	45
Figura 7. Modelo analítico de partida para a entrevista – Público-alvo	75
Figura 8. Processo de doença de Alzheimer na visão dos Familiares-cuidadores	80
Figura 9. Modelo analítico de partida para a entrevista – Testemunha-privilegiada	83
Figura 10. Atuação no domínio da Alzheimer pela Associação Alzheimer Portugal - Delegação da Madeira	88
Figura 11. Modelo analítico de partida para a entrevista – Investigadores especializados	90
Figura 12. Contornos do Empreendedorismo Social na visão dos Investigadores especializados	111

Lista de abreviaturas e acrónimos

A3S – Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Setor

CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados

CIRIEC - *Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative*

Dinamia'Cet-IUL - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território, do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

ES – Empreendedorismo Social

IES – Instituto de Empreendedorismo Social

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

PIB – Produto Interno Bruto

RAM – Região Autónoma da Madeira

SESARAM, E.P.E. – Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, Entidade Pública Empresarial

TS – Terceiro Setor

UCE – Universidade Cooperativa Europeia

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

Hoje atravessamos uma crise económica, financeira e social que, pelo seu carácter multidimensional, afeta as diversas esferas da sociedade. Todos os agentes económicos, sem exceção, foram atingidos. As Empresas enfrentam uma dificuldade em manter a sua sustentabilidade económico-financeira, o Estado vê-se incapaz de cumprir com as responsabilidades que lhe são atribuídas e as diferentes organizações da Sociedade Civil enfrentam fraquezas, ao nível da sua capacidade de gestão e de organização, que colocam em causa a sua atividade. Esta crise coloca em questão muito daquilo que tínhamos como garantido, tal como colocou a nu fragilidades do país. Estamos conscientes que deixamos de viver o paradigma da abundância para vivermos o paradigma da escassez (Azevedo, 2013).

Se nos últimos anos o Terceiro Setor tem vindo a colmatar as falhas dos dois setores dominantes da sociedade, para que esta co-responsabilização se torne efetiva, urge a necessidade de se (re)definir um (novo) modelo económico-social que, mais do que conjuntural, se concretize de forma estrutural e faça manter os seus princípios. É aqui que se enquadra o Empreendedorismo Social. Este traduz-se como um processo de criação de valor social, assente numa perspetiva inovadora de combinar recursos, com o objetivo de responder a necessidades sociais (Mair & Marti, 2006).

O Empreendedorismo Social é, portanto, o tema que nos propomos estudar, nomeadamente, o seu papel dentro do Terceiro Setor. Acreditamos que este seja um “(novo) caminho” a seguir por estas organizações que, com base nos princípios da democracia, da participação, do *empowerment* e da gestão estratégica, revitalize a sua ação, ao mesmo tempo que encaminha o cidadão para níveis superiores de bem-estar.

Atendendo à vastidão deste tema, de forma a especificar o nosso estudo, definimos como questão de pesquisa: Qual a pertinência e adequação de ser desenvolvido um projeto de Empreendedorismo Social no domínio da Alzheimer, na Região Autónoma da Madeira?

Para tal, atendendo ao nosso objeto de análise, vamos recorrer a uma metodologia qualitativa/compreensiva, a qual nos permite compreender fenómenos, processos e dinâmicas sociais (Guerra, 2006). Utilizaremos técnicas de recolha de dados como a entrevista semiestruturada, a análise bibliográfica, a análise documental e a observação participante. De forma a consubstanciarmos a componente empírica, envolvemos três

categorias de entrevistados: público-alvo, testemunhas privilegiadas e investigadores especializados.

Relativamente à estruturação do trabalho, este contempla sete grandes capítulos, incluindo o presente.

O segundo capítulo diz respeito à formulação do problema, que abarca a questão de pesquisa, os objetivos - gerais e específicos - e a justificação (Sampieri *et al.*, 2006).

Passamos ao aprofundamento dos conceitos teóricos inerentes à nossa investigação, enquadrando-os nos dois capítulos seguintes. Assim, no Capítulo III - “Do Empreendedorismo de Mercado ao Empreendedorismo Social” - começamos por fazer uma abordagem introdutória ao mesmo, seguido do subcapítulo onde são desenvolvidos conceitos como o Empreendedorismo e Empreendedorismo Social. Neste, são ainda apresentados a missão e valores do Empreendedorismo Social, o perfil e singularidades do empreendedor social e encerramos com uma síntese do mesmo. O Capítulo IV, intitulado “Terceiro Setor e Empreendedorismo Social”, inicia-se também com uma breve introdução. Este subdivide-se em dois subcapítulos: no primeiro, apresentamos uma análise ao Terceiro Setor, procurando defini-lo, compreendê-lo, conhecer o seu percurso e a sua relação com a Economia Social; no segundo, enquadrámos o Terceiro Setor em Portugal, com uma breve referência ao papel do empreendedor social neste tipo de organizações. À semelhança do capítulo anterior, concluímo-lo com uma síntese.

Continuamos com o Capítulo V, referente ao enquadramento metodológico, onde se inclui (i) a questão e objetivos a que nos alvitramos responder, (ii) as opções metodológicas, (iii) a definição e modelo de pesquisa, (iv) a formulação de hipóteses, (v) as técnicas e procedimentos de recolha e tratamento de dados e (vi) a seleção da amostra. Aqui, procuramos explicar em que consiste cada um destes passos teoricamente, relacionando-os com a nossa investigação.

O sexto capítulo assume-se com o “capítulo central” da componente empírica do presente estudo, e constitui-se pelo tratamento dos dados e interpretação de resultados. Este procedimento será, inicialmente, direcionado para cada categoria de pessoas entrevistadas - público-alvo, testemunhas privilegiadas e investigadores -, de forma individual, seguido de uma análise reflexiva sobre os dados recolhidos.

Finalmente, no último capítulo da tese, damos lugar às conclusões gerais da dissertação, bem como apresentamos um conjunto de perspetivas futuras, que possam abrir caminho para novos trabalhos.

CAPÍTULO 2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

2.1. Formulação do Problema de Pesquisa: Questões, Objetivos e Justificação da Pesquisa

Em qualquer processo investigativo que se inicie, é prioritário estruturarmos e delimitarmos formalmente o tema ou ideia de pesquisa a que nos propomos analisar e o que, efetivamente, se pretende com o estudo. Este procedimento é designado por Sampieri *et al.*, (2006) de Formulação do Problema de Pesquisa e constitui-se como uma das principais etapas da pesquisa científica. Nesta estão incluídos três elementos: i) questão de pesquisa; ii) objetivos de pesquisa; e iii) justificação.

A questão de pesquisa, ou questão de partida, orienta-nos para as respostas pretendidas pela própria investigação (Sampieri *et al.*, 2006). Sucedem-se os objetivos de pesquisa, cuja finalidade é a de evidenciar o que se pretende com a investigação, ou seja, as orientações do estudo. De modo a obtermos uma maior granularidade e traços orientadores mais tangíveis, sentimos a necessidade de decompor os objetivos em dois níveis distintos. Assim, definimos dois objetivos gerais, mais amplos e globais, em que estão implícitas as grandes orientações para a ação, descrevendo as grandes linhas de trabalho a seguir. A partir destes, foram definidos objetivos específicos, que terão um tratamento mais restringido e preciso, para exprimir os resultados que se pretende alcançar de forma mais específica e operacional (Guerra, 2002). Por fim, temos a justificação da pesquisa onde pretendemos expor as razões da investigação (Sampieri *et al.*, 2006).

Desta forma, a nossa investigação compreende:

- I) Questão de pesquisa: Qual a pertinência e adequação de ser desenvolvido um projeto de Empreendedorismo Social no domínio da Alzheimer, na Região Autónoma da Madeira (RAM)?
- II) Objetivos Gerais: i) Conhecer, compreender e diferenciar teoricamente os conceitos de Empreendedorismo, Empreendedorismo Social, Terceiro Setor, Economia Social e outros conceitos associados, de forma a enquadrar, fundamentar e validar todos os elementos para a projeção de uma nova resposta social no domínio do Alzheimer na RAM; ii) Averiguar se o Empreendedorismo Social contribui para o desenvolvimento humanizado do Terceiro Setor.
- III) Objetivos Específicos: i) Analisar a pertinência do desenvolvimento de uma iniciativa de Empreendedorismo Social no domínio da Alzheimer na RAM;

- ii) Conhecer as motivações dos Empreendedores Sociais para a ação; iii) Fazer um levantamento das necessidades no domínio da Alzheimer na RAM; iv) Caracterizar o apoio prestado pela única resposta social existente no domínio da Alzheimer na RAM; v) Apresentar uma solução possível para as lacunas detetadas no domínio da Alzheimer na RAM; vi) Relacionar o Empreendedorismo Social com o crescimento do Terceiro Setor.
- IV) Para concluirmos este capítulo damos lugar à justificação onde, com base num conjunto de critérios, pretendemos demonstrar e avaliar o potencial da investigação (Sampieri *et al.*, 2006).

Portugal, à semelhança do resto do Mundo, atravessa uma crise social, económica e cultural que traz no seu verso um agravamento de problemas sociais, como o desemprego, pobreza e exclusão social. Estes problemas são conjunturais e estruturais. Perante estes factos, colocam-se as questões: O que fazer? Que caminhos seguir? Como cidadã e como licenciada em Serviço Social penso que, não obstante as veracidades, deparamo-nos com o seguinte paradoxo: os problemas sociais intensificam-se ao mesmo tempo que o nosso campo de atuação se torna cada vez mais diminuto. A motivação para desenvolver uma investigação sobre o tema do Empreendedorismo Social (adiante designado por ES) tem a ver, portanto, com expectativas, interesses e motivações pessoais e profissionais, que surgem sobretudo, como resultado de alguma inconformidade, ou inquietação, perante a atual e difícil conjuntura.

O conhecimento de uma necessidade específica foi, de facto, uma alavanca significativa para o desenvolvimento de um projeto de investigação neste âmbito. Mais concretamente, no seguimento da participação nas III^{as} Jornadas “Cuidados continuados em Saúde Mental” (2012) na RAM, um elemento representativo da Direção da Delegação da Madeira da Associação Alzheimer Portugal expôs que, além da própria Delegação, não havia na Região qualquer resposta formal especializada e específica para os doentes de Alzheimer. Por este motivo, a Delegação vê-se confrontada com a dificuldade de responder da forma desejada aos casos sinalizados. Por conseguinte, será nosso intento analisar a pertinência e adequabilidade de se responder a esta lacuna. Assim, em termos de “*relevância social e implicações práticas*” (Sampieri *et al.*, 2006: 40), a

nossa investigação é direcionada para um público específico, com uma problemática específica, sobre a qual pretendemos, junto das famílias e instituições, conhecer a dimensão do problema, para, posteriormente, podermos propor a efetivação de uma iniciativa que procure responder às necessidades existentes.

No que diz respeito ao “*valor teórico*” (Sampieri *et al.*, 2006: 40), a frequência no Mestrado em Economia Social assume-se como um contributo significativo, pois, mais do que a vertente económica, aprofundou a sensibilidade para a vertente social e respetiva temática. Para além disto, esta investigação vai-nos permitir consolidar os conhecimentos sobre os diversos conceitos-chave em estudo, são eles: o Empreendedorismo, o Empreendedorismo Social, o Terceiro Setor e a Economia Social. Deste modo, pretendemos compreender a forma como estes conceitos se relacionam e se cruzam com a nossa questão de pesquisa.

Efetivamente, o ES é, cada vez mais, alvo de análise e discussão em todo o mundo, uma vez que, perante as incapacidades dos dois Setores dominantes da economia na resolução de problemas sociais, assistimos, realmente, a iniciativas da sociedade civil com vista à satisfação das necessidades da população nos seus diversos níveis (Parente *et al.*, 2011). É ao pensar globalmente, agindo localmente (Beck, 1999) que se espera que a mudança possa passar de utopia a realidade.

**CAPÍTULO 3. DO EMPREENDEDORISMO DE MERCADO AO
EMPREENDEDORISMO SOCIAL**

3.1. Introdução

Num mundo cada vez mais desigual e numa sociedade cada vez mais excludente e hierarquizada, urge a necessidade de serem pensadas as orientações que devemos seguir como forma de ultrapassar os riscos e incertezas da sociedade atual. Somos, por isso, confrontados com a confirmação de que é basilar trabalhar melhor, mas, essencialmente, de forma diferenciada. Para tal, importa reconhecer a existência de (novos) paradigmas determinantes para o funcionamento da economia.

Fruto das alterações profundas ocorridas no mercado de trabalho a partir da década de 70, assistiu-se a um impulso da promoção do Empreendedorismo. Este tem vindo a assumir-se como um instrumento das políticas económicas, que incita não só à criação do (auto) emprego, como também à promoção de dinâmicas de desenvolvimento local. Já o ES - por sua vez associado às transformações do Estado-Providência Keynesiano, ao crescimento da exclusão social e dos índices de desemprego, ao envelhecimento da população - tem vindo a ganhar especial atenção nos últimos anos, por parte de diversos ramos das ciências, sobretudo sociais, ao promover a capacitação da sociedade civil, colocando-lhes ao serviço um conjunto de respostas destinadas à satisfação de necessidades sociais (Quintão, 2004b; Parente *et al.*, 2012).

Assim, será essencialmente em torno destes conceitos que desenvolveremos este capítulo. Como tal, estruturámo-lo em um grande ponto, nomeadamente: “Do Empreendedorismo Empresarial ao Empreendedorismo Social: Raízes e (Des)Construção de conceitos”, no qual se agrupam os subpontos “Empreendedorismo Empresarial” e “Empreendedorismo Social”.

Para o desenvolvimento deste capítulo recorreremos a diversos autores de referência, os quais passamos a enquadrar consoante os conceitos em análise (Tabela 1):

Tabela 1. Objetos de Estudo - Dimensão Teórica, por conceito e autores de referência

Conceitos	Autores de Referência
Empreendedorismo	Dees (2001), Quintão (2004b), Martin & Obserg (2007), Mangas (2012).
Empreendedorismo Social	Dees (2001), Melo Neto & Froes (2002), Quintão (2004b), André & Abreu (2006), Mair & Marti (2006), Bornstein (2007), Parente <i>et al.</i> (2011, 2012).

Fonte: Elaboração própria

3.2. Do Empreendedorismo Empresarial ao Empreendedorismo Social: Raízes e (Des)Construção de conceitos

Ao analisarmos o conceito de Empreendedorismo Social podemos verificar, logo à partida, que o mesmo se reporta a dois grandes “sub conceitos”: o de “Empreendedorismo” e o de “Social”. No que respeita à orientação deste subcapítulo, vamos, a partir desta bifurcação, começar por abordar o Empreendedorismo na sua vertente Empresarial, procurando compreender o conceito e quais os contributos que dá ao ES. Posteriormente, analisaremos o ES, a sua missão e valores, bem como o perfil do empreendedor social.

3.2.1. O Empreendedorismo Empresarial

Pese embora o conceito de Empreendedorismo tenha vindo a ampliar-se nos últimos anos - desde há 50 anos é objeto de estudo de interesse científico -, o mesmo não é novo (Dees, 2001). A sua origem remonta aos séculos XVII e XVIII, na economia francesa. Por esta altura, o empreendedor, designado de “*entrepreneur*”, era visto como alguém que se comprometia com um projeto ou uma atividade. Mais precisamente, o conceito de empreendedor, segundo o mesmo autor, identificava um indivíduo com espírito aventureiro e capaz de estimular o progresso económico, através do encontro de novas e melhores maneiras de fazer as coisas.

Na viragem para o século XIX, o economista francês Jean-Baptiste Say (1767-1832), aplicou o conceito de Empreendedorismo na teoria económica. Este autor concetualizou o empreendedor como alguém capaz de criar valor, ao mover recursos económicos destinados a áreas de baixa produtividade para áreas de maior retorno (Dees, 2001).

Posteriormente, no século XX, tal como argumentam Parente *et al.* (2011), o austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950) deu o seu contributo com novas reflexões para a discussão do empreendedorismo, ao desenvolver a ideia de que um empreendedor é um agente de mudança na economia, com força para liderar o progresso económico e capacidade para identificar uma oportunidade material, de produto ou negócio. No contexto de hegemonização do sistema capitalista, os empreendedores são sujeitos com capacidade de criar formas inovadoras de processos e produtos, através da exploração de novas mercadorias, da inserção de novas tecnologias, da remodelação dos

sistemas produtivos, entre outras. Schumpeter defendia que ao conceito de Empreendedorismo está subjacente a noção de inovação que, por sua vez, pode resultar de múltiplas circunstâncias: acontecimentos inesperados, uma contradição entre o que é e o que deveria ser, uma necessidade, mudanças estruturais, demográficas e de percepção, e a aquisição ou desenvolvimento de (novos) conhecimentos científicos. Inovar não implica que algo novo seja completamente inventado, mas pode significar a aplicação de uma ideia já existente numa nova situação ou formato (Quintão, 2004b), o que se traduz em formas de inovação incremental.

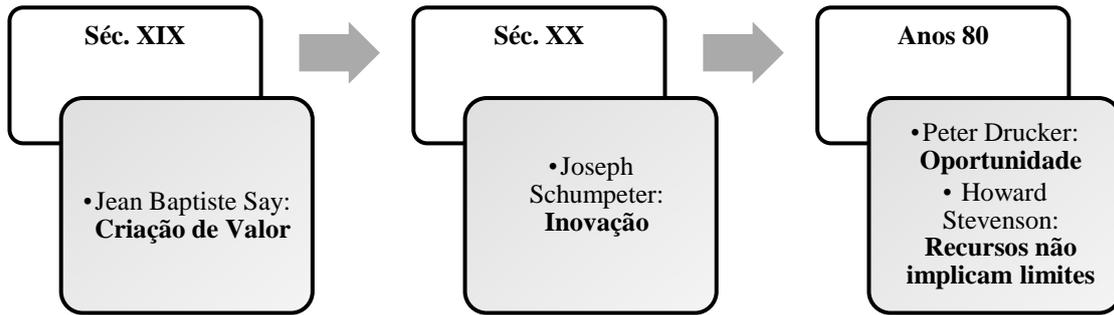
Igualmente no século XX, mas datando à década de 80, Peter Drucker, deu o seu contributo ao alargar a definição de Empreendedorismo de Say, introduzindo a noção de oportunidade (Dees, 2001). A partir desta ampliação do conceito, o empreendedor é visto como um agente capaz de explorar as oportunidades que as mudanças tecnológicas, económicas, sociais, e das próprias preferências dos consumidores, criam. Para Drucker, o empreendedor “(...) *always searches for change, responds to it, and exploits it as an opportunity*” (Drucker, s/d cit in Dees, 2001: 1)¹.

Sobre esta noção - de oportunidade -, Dees (2001) considera que a mesma passou a ser central em muitas das definições atuais de Empreendedorismo. Nesta ótica, e analisando uma outra perspetiva apresentada por Shane & Venkataraman (2000: 220), o Empreendedorismo é compreendido como uma “(...) *análise de como, por quem e com que efeitos, as oportunidades para criar bens e serviços futuros são descobertas, avaliadas e exploradas*”. Por oportunidade, os autores consideram ser as atividades que obrigam a um investimento de recursos, que apesar de limitados, possam futuramente dar retorno desse mesmo investimento. Sobre isto, Stevenson (1983) acrescenta que os empreendedores não se deixam limitar pela escassez de recursos, bem pelo contrário: aproveitam as oportunidades e potencializam os recursos.

Tal como se pode verificar há uma evolução do conceito, que sintetizamos através da Figura 1:

¹ O autor Dees (2001), no seu artigo “*The meaning of «social entrepreneurship»*”, faz referência a Drucker, mas não referencia a sua fonte bibliográfica.

Figura 1. Evolução do conceito de Empreendedorismo



Fonte: Adaptado de Quintão (2004b)

Sequentemente, e partindo desta nova relação entre Empreendedorismo-inovação-oportunidade, outros autores sustentam que os empreendedores, num contexto de recursos reduzidos, procuram e analisam as oportunidades que surgem no/do quotidiano. Deste modo, podem ser encarados como agentes inovadores orientados para as oportunidades de mercado e para a criação de valor (Drucker, 1985; Dees, 2001; Martin & Obsorg, 2007).

Ao refletirmos sobre o desenvolvimento do conceito de Empreendedorismo apresentado, podemos aferir que no campo dos seus estudos há uma ausência de consenso a respeito do empreendedor e das fronteiras do paradigma. Constatámos que, na sua génese, o próprio conceito surgiu relacionado com características pessoais do indivíduo: o Empreendedorismo era encarado não tanto como um processo, mas como uma característica ou competência dos indivíduos, totalmente desvinculado das condições estruturais (Dolabela, 1999). No entanto, quando falámos das diferentes fontes de inovação, das oportunidades geradas pelos contextos e mudanças estruturais, vimos explícita a importância atribuída ao meio (Hwang & Powell, 2005; Ferreira, 2006). Sarkar (2009) corrobora este pensamento, e considera que o risco assumido para a efetivação deste tipo de iniciativas não depende unicamente da predisposição dos empreendedores, estando por isso intimamente associado ao contexto. Nesta ótica, para emergir e se consubstanciar o empreendedorismo, pressupõe-se a existência de condições favoráveis, como o âmbito de intervenção dos poderes públicos, o sistema financeiro, a política económica, entre outros. Posto isto, é proposto por Ferreira (2006) uma articulação entre estas duas visões do empreendedorismo: existem, realmente, constrangimentos sociais que se sobrepõem à capacidade de ação dos indivíduos ou grupos no sentido da mudança mas, existe igualmente, por parte desses mesmos

indivíduos ou grupos, a capacidade de transformar as condições estruturais das situações em que estão envolvidos.

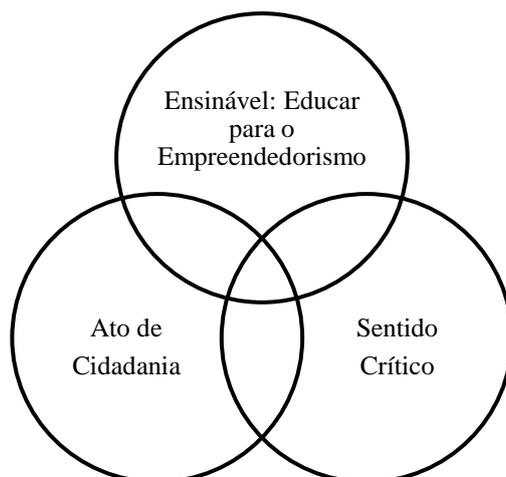
Daqui podemos fazer uma ponte com o pensamento de Mangas (2012), quando aponta duas componentes distintas no Empreendedorismo: a técnica e a pessoal. Sobre a primeira, o autor afirma que é mais estruturada e de fácil definição e assume-se como o “(...) conjunto de técnicas e procedimentos que podem ajudar a implementar ideias. É ensinável” (Mangas, 2012: 1). Desta forma, são disponibilizadas às pessoas - aos “aprendizes” - um conjunto de ferramentas que lhes vai permitir consubstanciar os seus sonhos em ações. Isto remete-nos à segunda faceta, a pessoal, que se associa a três ideias centrais: (i) a capacidade de questionar, (ii) a capacidade de idealizar e (iii) a vontade de agir. A capacidade de questionar, associada ao sentido crítico, conduz à análise e à sequente capacidade de identificar problemas. A existência de problemas, por sua vez, estimula o lado criativo do indivíduo e leva ao desenvolvimento de ideias suscetíveis de se constituírem como soluções para os mesmos. Esta existência de soluções faz com que haja motivação para as promover (Mangas, 2012).

Esta atenção dedicada ao Empreendedorismo, leva-nos a perceber o Empreendedorismo ou, mais precisamente, o ato de empreender, como um ato de cidadania². Empreender significa, portanto, ser ativamente responsável (Moura, 2013)³. Assim, no contexto de crise e incerteza que vivenciamos, e perante os desafios constantes que se colocam, espera-se, sobretudo, por parte das mais novas gerações, o espírito de iniciativa, motivado pela necessidade e por fatores-chave como o crescimento e desenvolvimento socioeconómico. Mas, mais do que isso, e em concordância com o que já desenvolvemos, vemos acoplados ao Empreendedorismo termos que se distanciam daqueles já propostos por Schumpeter, Drucker e Stevenson (Figura 2).

² Entende-se por cidadania “(...) o conteúdo de pertença igualitária a uma dada comunidade política, e afere-se pelos direitos e deveres que o constituem e pelas instituições a que dá azo para ser social e politicamente eficaz” (Santos, 2002: 210).

³ No âmbito do 7º Workshop sobre Empreendedorismo Social, realizado nos dias 1 e 8 de junho de 2013, em Braga.

Figura 2. O Empreendedorismo na atualidade



Fonte: Elaboração própria

De forma a sintetizar o conceito de Empreendedorismo, apresentamos de seguida a Tabela 2, onde são enunciadas diferentes concetualizações e atribuições ao próprio empreendedor, propostas por diversos autores contemporâneos:

Tabela 2. Concetualização de Empreendedorismo de acordo com diversos autores

Autor (ano)	Concetualização de Empreendedorismo
Verde (2003)	O Empreendedorismo pode ser entendido como uma atitude mental que engloba a motivação e capacidade de um indivíduo, isolado ou integrado num organismo ou organização, para identificar uma oportunidade e para a concretizar, com o objetivo de produzir um novo valor ou um resultado económico.
Dornelas (2003)	Empreendedorismo designa-se como fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma constante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor.
Quintão (2004b)	O Empreendedorismo expressa-se segundo três ideias centrais, são elas: 1) a criação de valor, 2) a inovação e 3) a capacidade de aproveitamento de oportunidades de criação de atividade económica.
Hisrich & Peters (2007)	O Empreendedorismo pode ser compreendido como o método mais eficiente para ligar ciência e mercado, criando novas empresas e levando novos produtos e serviços ao mercado.
Eiriz (2007)	O conceito de Empreendedorismo é aplicado com diferentes propósitos, para se referir a coisas aparentemente tão díspares como, por exemplo, criar o próprio emprego ou criar algo através de um processo de inovação, sendo os incentivos principais os de ordem económica, social e psicológica. Considera que <i>“os empreendedores são geralmente ambiciosos e procuram atingir os seus fins com método e determinação, pensam no longo prazo, questionam constantemente formas de pensar e agir, têm uma profunda orientação para o mercado, dão importância aos detalhes da implementação dos projetos, e querem melhorar continuamente. São, em síntese, espíritos inquietos”</i> (Eiriz, 2007: 3).

(Continua)

Tabela 2. Concetualização de Empreendedorismo de acordo com diversos autores (Continuação)

Autor (ano)	Concetualização de Empreendedorismo
Baron & Shane (2007)	O empreendedorismo é um processo que se desenvolve ao longo do tempo, sendo afetado por diversos fatores, alguns relacionados com os empreendedores, outros, com as suas relações com outras pessoas e outros, com sociedade como um todo.
Klapper <i>et al.</i> (2008)	O Empreendedorismo é definido como um conjunto de atividades de um indivíduo ou de um grupo, destinado a iniciar as atividades económicas no setor formal sob uma forma jurídica da empresa.
(Bucha, 2009)	O empreendedorismo é mais que um conceito de negócio, é um conceito de vida, na medida em que faz parte de um conjunto de transformações que ajudam a construir um desenvolvimento que não pode ser obtido a qualquer preço, mas deverá ser sustentável, isto é, deve garantir mais e melhor qualidade de vida ao ser humano, que hoje é uma das chaves do desenvolvimento.
OCDE (2007)	O empreendedorismo é um fenómeno associado com a atividade empreendedora, sendo a atividade empreendedora toda a ação humana empresarial em busca da criação de valor através da criação ou expansão da atividade económica pela identificação e exploração de novos produtos, processos ou mercados.
GEM (2012)	O empreendedorismo assume-se como qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou nova iniciativa, tal como o autoemprego, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por parte de um indivíduo, de uma equipa de indivíduos, ou de negócios estabelecidos.

Fonte: Elaboração própria

Ao analisarmos a tabela anterior, podemos logo aferir que existe, efetivamente, uma multiplicidade de abordagens ao empreendedorismo. Contudo, apesar de verificarmos alguns aspetos comuns entre elas - associados à própria essência do empreendedorismo: criar valor, procurar (novas) oportunidades e formas de inovar -, existem traços que as distinguem. Enquanto algumas abordagens aludem aos aspetos mentais e/ou psicológicos, como a motivação ou vontade de mudar, noutras vemos referenciados os incentivos de ordem social e/ou económica, associada à perspetiva de se criar empresas e o próprio trabalho. Vemos também abordada a preocupação com a componente da gestão, de forma a ser assegurada a sustentabilidade deste tipo de iniciativas.

3.2.2. O Empreendedorismo Social

3.2.2.1. Análise Concetual

Recentemente, sobretudo nos anos 90 do século XX, o conceito de Empreendedorismo dá origem ao Empreendedorismo Social (Quintão, 2004b). E social porquê? O que o diferencia?

“A apropriação do conceito de Empreendedorismo pelo Empreendedorismo Social prende-se com a migração de características associadas àquele num espaço cuja finalidade não é a da acumulação da riqueza ou lucro” (Parente *et al.*, 2011: 271). Assim, os empreendedores já não são apenas empresários com recurso e acesso a oportunidades - empreendedores de Schumpeter - mas são também indivíduos/grupos motivados pelas necessidades sociais. Isto significa que, com a emergência de novos problemas sociais, o conceito de Empreendedorismo é repensado e emerge associado à necessidade de serem desenvolvidas abordagens dinâmicas e potenciadoras da criação e da maximização de valor social (Melo Neto & Froes, 2002).

No próprio conceito de ES, «social» é um adjetivo acoplado ao termo «Empreendedorismo». A palavra «social» quando em conjunto com o Empreendedorismo, vem trazer acentuação ao carácter polissémico e ambivalente que é o ES pois, a categoria «social» é complexa e difusa (Parente *et al.*, 2012). Apesar da dificuldade em se atribuir um significado consensual ao conceito de Empreendedorismo Social, são muitos os autores que procuram defini-lo. Procuraremos em seguida clarificar a essência desta “junção” e que diferenças traz ao conceito de Empreendedorismo.

O conceito de ES é bastante lato. De um modo geral, refere-se a atividades e/ou processos que procuram explorar e definir oportunidades a partir das quais se pretende criar, de forma inovadora, “riqueza social” por intermédio de novas organizações/entidades ou de outras já existentes. A riqueza social criada deve igualmente ser compreendida de forma ampla, pois abrange aspetos multidimensionais do bem-estar humano, nas suas diversas vertentes: saúde, social, económica e ambiental (Zahra *et al.*, 2008). O bem comum, o interesse geral das populações, a procura de soluções para as carências sociais não satisfeitas são, por conseguinte, parte da missão social do ES (Portela, 2008).

Reis (1999) consolida este ponto de vista ao considerar que a definição de ES varia desde a sua forma mais ampla até à sua forma mais restrita. Na sua ótica mais ampla, o ES remete para atividades inovadoras, com um objetivo social. Do ponto de vista mais restrito, o ES, geralmente, refere-se à aplicação de conhecimento de competências de mercado ao setor dos negócios sem fins lucrativos, tal como acontece em organizações que encontram formas inovadoras de ganhar dinheiro. Seja qual for a perspetiva, mais ampla ou mais restrita, a criação de valor social é algo intrínseco e comum a ambas, ao invés da riqueza pessoal e acionista.

Já de acordo com Martin & Osberg (2007) o ES estrutura-se em duas vertentes: uma mais positiva e outra menos positiva. A vertente mais positiva relaciona-se com a capacidade do empreendedor social em identificar e aproveitar oportunidades, combinando o pensamento “fora da caixa” com uma capacidade única de criar e trazer algo novo à sociedade. De acordo com a segunda vertente, o conceito de ES é um conceito *expost*, resultante do facto de as atividades realizadas, na maior parte das vezes, subentenderem a passagem de algum tempo até que o verdadeiro impacto do projeto ou do negócio seja evidente e efetivo. Os mesmos autores partilham também dos pensamentos já abordados, pois sustentam que as iniciativas de ES são caracterizadas pela combinação do objetivo social, associado às instituições sem fins lucrativos com aspeto empreendedor, este já relacionado com o dinamismo e com a inovação. Relembrem ainda que para essas iniciativas serem, efetivamente, consideradas ES, devem responder a dois requisitos: i) impacto social, isto é, transformar, positivamente, a sociedade a nível local; ii) escalabilidade, ou seja, replicar geograficamente o impacto da iniciativa. Relativamente ao impacto social, este será tanto maior, quanto mais envolvida e participativa for a comunidade, - além do próprio empreendedor -, procurando assim, garantir a sua continuidade. Já sobre a escalabilidade, o seu crescimento pode ocorrer de duas formas: em profundidade, em que o impacto local é crescente; e através da expansão da iniciativa para outros pontos geográficos (Martin & Osberg, 2007; Parente *et al.*, 2011).

Outros autores, na sua concetualização de ES, reportam-nos a um outro aspeto central deste tipo de iniciativas: a sustentabilidade. Gaspar (2009) afirma que o ES explica-se por um aproveitamento inovador dos recursos para explorar oportunidades de preencher carências sociais e de modo sustentável. Para Mendes *et al.* (2011: 28) o ES

“(...) é um nome dado a um conjunto de ações empreendedoras que visam a melhoria da sociedade (...) [e] busca implantar nas comunidades medidas sustentáveis para que possam conciliar avanços tecnológicos e outros progressos com um meio ambiente saudável (...)”.

Por seu turno, segundo o Instituto de Empreendedorismo Social (IES), a sustentabilidade financeira é também um requisito que uma iniciativa de ES deve cumprir, pois, além de ter como essência a resposta às fragilidades da sociedade, deve procurar gerar algum tipo de mais-valia a nível financeiro, como forma de assegurar a sua sustentabilidade e autorregulação⁴.

⁴ Informação retirada da página oficial do IES: <http://www.ies.org.pt/>.

Para Carrol & Stater (2009) o empreendedor social enfrenta a dupla tarefa de atingir os objetivos afetos com a missão e manter uma condição financeira saudável para garantir a sustentabilidade da solução. Para que isto ocorra, as receitas da sua iniciativa deverão ser iguais ou maiores que as despesas, tendo por isso que se certificar que o produto é o mais diversificado possível. Como é evidente, o lucro assume-se como o pilar (básico) de qualquer tipo de negócio. No entanto, no ES, a sustentabilidade alicerça-se sob a forma de parcerias que, por seu lado, são o “segredo” para manter este tipo de negócios economicamente sustentáveis, sem esquecer o seu posicionamento na sociedade. O trabalho em rede e a criação de sinergias são então basilares para consubstanciar o trabalho nesta área (Martins, 2011).

O ES tem, portanto, como finalidade uma missão social, no entanto, pode utilizar a criação de riqueza para atingir essa mesma finalidade. De um modo geral, pode ser compreendido como a aplicação de processos empresariais, mas com fins sociais (Parkinson & Howorth, 2008).

Todos os aspetos abordados entre as diferentes conceções de ES - desde a missão e/ou objetivo social, inovação, sustentabilidade - encontram-se pertinentemente combinados e articulados numa abordagem feita por Melo Neto & Froes (2002), podendo a mesma ser compreendida como uma recapitulação do conceito, sobre a qual nos debruçamos em seguida. Observámos então que o ES trata-se de uma ação inovadora, com um fim no campo social. Neste sentido, o ES é um processo que se inicia com a identificação de uma situação-problema específica, à qual se pretende responder. É também um processo que tem origem numa ideia inovadora, realizável e autossustentável, que envolve pessoas e que provoca impacto social, passível de ser avaliado. Assim, podemos considerar que as características do ES se resumem a (Melo Neto & Froes (2002):

- I) Um novo paradigma de intervenção social, pois demonstra uma nova abordagem e leitura da integração e relação entre os vários atores e segmentos da sociedade;
- II) Um processo de gestão social, ao estruturar-se como uma cadeia sucessiva e ordenada de ações, que podem ser resumidas em três fases: a conceção da ideia; institucionalização e maturação da ideia; e multiplicação da ideia;
- III) Uma arte e uma ciência: uma arte, na medida em que cada empreendedor aplica as suas competências na elaboração do processo de

Empreendedorismo Social; uma ciência, pois recorre a procedimentos técnicos e científicos para ler, planejar, elaborar e agir sobre/nas dinâmicas humanas e sociais;

- IV) Uma nova tecnologia social: a capacidade de inovação e de empreender, faz gerar outras ações que afetam o processo de gestão social, deixando de lado a sua visão assistencialista, mas valorizando a emancipadora e transformadora;
- V) Um indutor de auto-organização social, pois não se constitui como uma ação isolada, mas como uma ação que necessita da articulação e participação constantes da sociedade para se institucionalizar e apresentar resultados que respondam às necessidades da população diagnosticadas; a principal característica é a possível multiplicação da ideia ou ação.

Em jeito de síntese, e obedecendo à orientação deste capítulo, apresentamos a seguinte tabela que reúne as principais diferenças entre o Empreendedorismo Empresarial e o ES, propostas por Melo Neto & Froes (2002) e Thalhuber (1998).

Tabela 3. Comparação entre o Empreendedorismo Empresarial e o Empreendedorismo Social

Empreendedorismo Empresarial	Empreendedorismo Social
▪ Individual;	▪ Coletivo;
▪ A experiência pessoal e conhecimento são a força;	▪ Sabedoria coletiva é a força;
▪ Produz bens e serviços (preocupação apenas de caráter financeiro);	▪ Produz bens e serviços para a comunidade;
▪ Foca-se no mercado;	▪ Foca-se na procura de soluções para os problemas sociais;
▪ Lucro é o fim;	▪ Lucro é um significado;
▪ Lucro embolsado e/ou distribuído por acionistas;	▪ Lucro é reinvestido para servir a mais problemáticas e a pessoas;
▪ A sua medida de empenho é o lucro;	▪ A sua medida de empenho é o impacto social;
▪ Procura satisfazer as necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades de negócio.	▪ Procura respeitar pessoas em situação de risco social e promovê-las.

Fonte: Adaptado de Melo Neto & Froes (2002); Thalhuber (1998)

Analisando as considerações referidas, podemos concluir que a linha que separa os conceitos de empreendedor empresarial e de empreendedor social é ténue. Enquanto a ação do empreendedor empresarial é de natureza individual, com foco no mercado e na maximização do lucro, o do empreendedor social é coletivo, centrando a sua ação na comunidade e o seu desempenho é medido pelo impacto social das suas ações. Assim, a característica distintiva do ES é a missão de criar e maximizar o valor social, por intermédio de atividades inovadoras, ao invés da criação de lucro inerente ao empreendedorismo empresarial (Austin *et al.*, 2006; Certo & Miller, 2008). Por estes factos, podemos extrair que o empreendedor contribui com algo novo para o mercado, para as tecnologias e para os estilos de vida. Por seu lado, o empreendedor social, apesar de a sua ação não ser tão objetiva ou quantificável, contribui para a humanidade, para a valorização da condição humana, quer pela sua orientação social, quer pela criação e estimulação de capital humano.

3.2.2.2. Missão e Valores

Vimos, a partir da concetualização de ES, que a principal característica deste tipo de iniciativas é a própria direcionalidade, mais precisamente, a criação de valor social (Dees, 2001). Daí, o mesmo pode ser percecionado como um “(...) *processo de criação de valor social, através da combinação inovadora de recursos de oportunidades com o fim de responder a necessidades sociais*” (Mair & Marti, 2006: 37). Para Young (2006), esse valor social diz respeito a um conjunto de atividades ou serviços que beneficiam indivíduos cujas necessidades não estão satisfeitas.

Parente *et al.* (2012), tendo como referência abordagens de outros investigadores, consideram então como áreas privilegiadas de intervenção através do ES: a demografia, associada ao aumento da esperança média de vida; a diminuição da natalidade; a promoção de um envelhecimento ativo; a saúde, desde procurar facilitar o seu acesso, como procurar assegurar respostas sociais a doenças de vários foros; a alimentação, através da luta contra a fome e à subnutrição, e do apoio à produção agrícola; os recursos financeiros, através do acesso ao microcrédito e incentivo ao Empreendedorismo; a cultural, com o desenvolvimento de atividades culturais; laboral, no combate ao desemprego, fomento das relações laborais, entre outras. Vemos aqui presente a preocupação e sensibilidade pela componente social do indivíduo, no entanto, se o ES procura responder a necessidades da população, como seres biopsicossociais

que somos, denota-se a preocupação do ES em desenvolver uma visão holística, que abarque todas as partes do sistema⁵ - o indivíduo - que, por sua vez, está em constante interação com outros sistemas, todos eles inseridos num suprassistema. É então visível que o valor social criado resulta de uma co-construção, negociação e avaliação constantes das necessidades da população, por parte/entre das/as organizações e/ou iniciativas empreendedoras (Young, 2006).

Não obstante esta vastidão de áreas de intervenção, o valor social resulta da combinação de duas componentes distintas (Dees, 2001; Mair & Marti, 2006; Parente *et al.*, 2012):

- I) A capacitação de pessoas e comunidades
- II) Inovação social

Em primeira instância temos que a capacitação de pessoas e comunidades pode ser criada por via de iniciativas de ES. As atividades desenvolvidas neste sentido, procuram a mudança de padrões normativos e comportamentais dos participantes, facultando, ao mesmo tempo, a resolução de problemas e/ou necessidades sociais previamente diagnosticadas (Evers, 2001). Bornstein (2007: 5) coaduna ao considerar que “(...) o Empreendedorismo Social procura a obtenção de mudanças, através de projetos participativos, o que implica o desenvolvimento das capacidades humanas em detrimento da criação de relações de dependência”. Neste sentido, vemos intrínseco às iniciativas de ES a promoção da autonomia, da capacitação, e responsabilização dos indivíduos, grupos ou comunidades nelas envolvidas. Por este motivo, Parente *et al.* (2012) afirmam que um dos fatores que mais distingue o ES é a rejeição de uma intervenção assistencialista⁶. Ao invés, opta por uma intervenção participativa⁷.

Para concretizar estas iniciativas, são (re)ativados recursos locais, regionais e centrais, através da concretização de parcerias, promovendo o desenvolvimento local (André & Abreu, 2006). O ES procura, desta forma, transformar as relações entre os diversos agentes da comunidade, com vista à angariação de recursos para as suas atividades, nos quais se inclui capital social. Parente *et al.* (2012) citam Bordieu (1985: 248) para definir capital social: “o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de

⁵ “(...) conjunto de elementos en interacción ” (Von Bertalanffy, 1993, citado por Viscarret, 2006: 264).

⁶ Procura soluções sistemáticas, dirigidas às necessidades de um grupo de pessoas. O seu tipo de intervenção é paliativo ou preventivo, de modo a garantir aos mais vulneráveis um determinado grau de satisfação (Tsugumi, 2006).

⁷ Participação efetiva de todos os envolvidos (público-alvo, comunidade) no processo, ou seja, os sujeitos são ativos no seu próprio projeto de mudança (Sposati, 2007).

conhecimento ou reconhecimento mútuo”. Analisando a definição de capital social, compreendemos a sua importância como elemento facilitador da criação de valor social que, quando aliado à noção de pertença e de identidades locais, pode colaborar na alteração das características de organizações sociais, através da constituição de redes, normas e laços de confiança (Parente *et al.*, 2012).

Mair & Marti (2006) ao refletirem sobre a direccionalidade do ES, afirmam que, atendendo aos problemas sociais existentes numa comunidade ou contextos específicos, o empreendedor social deve: i) reconhecer a natureza da problemática e ter em consideração a cultura local; ii) ganhar algum grau de aceitação e envolvimento por parte da comunidade onde opera. Partilhando a mesma opinião, Parente *et al.* (2012) reforçam que o sucesso das organizações de ES depende de ambos aspetos.

No que concerne à segunda componente do Empreendedorismo Social, a inovação social, caracteriza-se por apresentar “(...) *uma natureza não mercantil, um carácter coletivo e uma intenção que não só gera, mas também visa, transformações das relações sociais*” (André & Abreu, 2006: 125). Apresenta-se também como “*uma solução nova para um problema social, que é eficaz, eficiente, sustentável (...) em que o valor criado beneficia primeiramente a sociedade como um todo e não indivíduos em particular*” (Azevedo *et al.*, 2010: 55). O que acontece é que, com a emergência de (novos) problemas sociais ao nível das alterações ambientais, da saúde, da demografia, da pobreza e da exclusão social, a inovação deixou de fazer parte apenas do campo económico, passando a estar igualmente relacionada à sociedade civil e às organizações do Terceiro Setor.

André & Abreu (2006: 124) caracterizam a inovação social como uma resposta socialmente reconhecida, que procura a mudança social, combinando três atributos:

“satisfação das necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; promoção da inclusão social; e capacitação de agentes (...) sujeitos (...) [à] exclusão/marginalização social, desencadeando (...) uma mudança (...) das relações de poder”.

Perante estes factos, o ES e a inovação social tendem a ser, com alguma frequência, entendidos como sinónimos, pois ambos se movem por uma missão social, e procuram a resolução de problemas sociais. No entanto, a inovação social é mais abrangente, sendo que se pode manifestar em diferentes setores, desde empresas a organizações, ou seja, no setor público, privado ou no setor não-lucrativo (Parente *et al.*, 2012).

Refletindo, a inovação social pode ser encarada como uma das principais ferramentas do ES, uma vez que esta remete para soluções socialmente inovadoras, como as novas combinações ou híbridos de elementos existentes. Surge, deste modo, para dar resposta a necessidades que não estão satisfeitas e a novas formas de organização. Este carácter inovador é o aspeto que acaba por diferenciar as organizações empreendedoras das não empreendedoras (Parente *et al.*, 2012; Lévesque, 2002).

3.2.2.3. O Empreendedor Social: perfil e singularidades

O conceito de ES resulta de uma nova abordagem ao Empreendedorismo e que, com base nas suas particularidades e iniciativas, procura desenvolver a sociedade, mediante o envolvimento direto com a comunidade (Grisi, 2008). Então, se falamos de ES, torna-se pertinente fazer um exercício de sistematização das definições de quem se dedica à sua mobilização e consubstanciação: o Empreendedor Social.

O termo “Empreendedor Social” foi empregue pela primeira vez nos anos 70 mas, ganhou notoriedade a partir dos anos 80 com Bill Drayton, fundador da Ashoka (a principal organização internacional a trabalhar neste âmbito) - considerado o “pai” do ES. O conceito veio a ganhar ainda maior visibilidade com a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Muhammad Yunus, o “banqueiro dos pobres”, no ano de 2006 (*in* Manual de Empreendedorismo, 2012). Apesar destes aspetos, Nicholls (2006) afirma que várias ações de ES podem ser encontradas ao longo da história. São Francisco de Assis, pelo século XIII, com a criação da Ordem Franciscana; a inglesa Florence Nightingale, que fundou a primeira escola de enfermagem e desenvolveu práticas de saúde na Segunda Guerra Mundial; a médica italiana Maria Montessori que, nos anos 60 do século XX, fundou as Escolas Montessori, assentes no método de educação que defendia as singularidades de cada aluno durante o seu desenvolvimento, foram todos considerados empreendedores sociais (Bornstein, 2007; Nicholls, 2006).

Contudo, entre as produções literárias das diversas áreas disciplinares, são encontrados significados muito díspares associados ao conceito de *social entrepreneur*. O conceito pode tanto remeter à liderança de uma organização não lucrativa ou lucrativa, como à atuação de uma organização, isto é, à atuação e características de um indivíduo, como à de um coletivo (Ferreira, 2005).

Em torno da pesquisa sobre as diferentes atribuições ou significados de Empreendedor Social, encontrámos a explicação protagonizada por Dees (2001), um

dos principais autores sobre o ES, que nos diz que os empreendedores sociais são uma espécie dentro do género dos empreendedores. São empreendedores, mas com uma missão social e, por assumirem esta missão, defrontam-se com diferentes desafios. O autor afirma que:

“social entrepreneurs play the role of change agents in the social Sector, by: adopting a mission to create and sustain social value (not just private value), recognizing and relentlessly pursuing new opportunities to serve that mission, engaging in a process of continuous innovation, adaptation, and learning, acting boldly without being limited by resources currently in hand, and exhibiting a heightened sense of accountability to the constituencies served and for the outcomes created” (Dees, 2001:4).

Assim, os empreendedores sociais são agentes de mudança, vistos como revolucionários e reformadores. “Atacam” as causas subjacentes dos problemas e não os seus sintomas, ou seja, procuram satisfazer/reduzir necessidades e não apenas identificá-las. Estes agentes podem até atuar localmente, mas as suas ações terão impacto global. A missão social é mesmo considerada como fundamental e o lucro não é indicador de criação de valor. Fruto da ação desenvolvida pelos empreendedores sociais, estes esperam um retorno de longo prazo sobre o investimento, pois querem criar melhorias efetivas. Os problemas são considerados oportunidades para estes empreendedores e a “chave do sucesso” é a combinação da persistência com a boa vontade. Quando surge um obstáculo, não desistem, questionam-se: “como superá-lo?”. A resposta reside na inovação: *“this willingness to innovate is part of the modus operandi of entrepreneurs. It is not just a one-time burst of creativity. It is a continuous process of exploring, learning and improving”* (Dees, 2001: 4,5).

Esta definição de Dees (2001), segundo Silva (2013b), está fortemente enraizada na tradição Say-Schumpeteriana de Empreendedorismo capitalista, onde é substituída a apropriação privada do lucro como objetivo central, pelo desenvolvimento de uma missão na área social. O objetivo da ação empreendedora passa do domínio capitalista para o domínio social e os elementos que caracterizam os empreendedores capitalistas/empresariais mantêm-se também para definir os empreendedores sociais.

Lévesque (2002: 14) indica também outra abordagem de Empreendedor Social, que o aproxima do conceito de inovação e que sustenta a ideia de Silva (2013b):

“Les entrepreneurs sociaux ont le même désir de recherche des opportunités que les entrepreneurs capitalistes, le même souci d'innovation, la même capacité de mobiliser des ressources pour transformer un rêve en réalité. Par ailleurs, ils se distingueraient clairement par leur souci pour la justice sociale.

De plus, ils combineraient habituellement trois ensembles d'aptitudes qui sont souvent indépendantes: un activisme militant avec des compétences professionnelles; la capacité d'être visionnaire tout en étant pragmatique; une fibre éthique (conviction) avec une confiance tactique (sens des responsabilités)".

Entre as pesquisas sobre as diferentes formas que o conceito de empreendedor social pode assumir, apresentamos de seguida formas internacionais do conceito, propostas por diferentes organizações, nomeadamente: *School for Social Entrepreneurship* (Reino Unido), *Canadian Center for Social Entrepreneurship* (Canadá), *Schwab Foundation for Social Entrepreneurship* (Suíça), *Institute for Social Entrepreneurs*, *ASHOKA* e *Erwing Marion Kauffman Fountion* (Estados Unidos da América), conforme sintetizamos na Tabela 4.

Tabela 4. Perspetivas internacionais do conceito Empreendedor Social

País	Organização	Conceito
Reino Unido	<i>School for Social Entrepreneurship</i> (Fundada em 1997 por Michael Young)	É alguém que trabalha de uma forma empreendedora, para um benefício público ou social, em detrimento da maximização do lucro. Podem trabalhar em negócios éticos, organizações públicas ou privadas, em voluntárias ou no setor comunitário. Os empreendedores sociais nunca dizem «não pode ser feito».
Canadá	<i>Canadian Center for Social Entrepreneurship</i> (Fundado por Susan Bazilli and Sonia Pouyat)	É um agente inovador, e possui características dos empresários tradicionais como a visão, a criatividade e a determinação, as quais aplica e foca na inovação social. São líderes que atuam em todos os tipos de organizações.
Suíça	<i>Schwab Foundation for Social Entrepreneurship</i> (Fundada em 1998 por Klaus e Hilde Schwab)	São agentes de mudança da sociedade mediante: i) a criação de ideias que conduzam à resolução de problemas sociais, pela combinação de práticas e conhecimentos de inovação, criando assim novos procedimentos e serviços; ii) o estabelecimento de parcerias e meios de autossustentabilidade dos projetos; iii) a transformação das comunidades através de associações estratégicas; iv) a utilização de abordagens baseadas no Mercado para a resolução dos problemas sociais; v) a identificação de novos mercados e oportunidades para financiar uma missão social.

(Continua)

Tabela 4. Perspetivas internacionais do conceito Empreendedor Social (Continuação)

País	Organização	Conceito
Estados Unidos da América	<i>Institute for Social Entrepreneurs</i> (Fundada em 1999 por Jerr Boschee)	São executivos de setor de negócios sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças do Mercado sem perder de vista a sua missão social, e são orientados por um duplo propósito: empreender programas que funcionem e que estejam disponíveis para as pessoas, tornando-as menos dependentes do governo e da caridade.
	<i>ASHOKA</i> (Fundada em 1981 por Bill Drayton)	São pessoas visionárias, criativas, pragmáticos e com capacidade para promover mudanças sociais significativas e sistemáticas. Apontam tendências e apresentam soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais. <i>“Não se contentam apenas em dar o peixe ou a ensinar a pescar. Eles não descansarão enquanto não revolucionarem a indústria da pesca”</i> .

Fonte: Adaptado de Oliveira (2004)

Ao analisarmos a Tabela 4, podemos logo aferir que três das organizações que se dedicam ao estudo do ES datam aos anos 90 tendo, porém, a *Ashoka* sido fundada na década de 80. No entanto, podemos considerá-las todas organizações relativamente recentes, o que comprova o crescente interesse pela temática (Oliveira, 2004). No que respeita à definição de empreendedor social, vemos que, numa perspetiva de complementaridade, as diferentes definições sublinham algumas das características do empreendedor social já analisadas. Aspectos como o carácter revolucionário na abordagem aos problemas sociais, a inovação e a criatividade, a preocupação pela efetivação de uma mudança sistémica (em que não só identificam os problemas e propõem soluções, como igualmente procuram operacionalizar essas soluções, em termos de estabilidade e viabilidade organizativas) encontram-se aqui referenciados (Ferreira, 2005).

Refletindo sobre o contexto nacional, temos o IES - uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2008 resultante da vontade de vários empreendedores sociais -, que apresenta a seguinte definição: *“O empreendedor social é um catalisador de mudança, que procura resolver de forma eficaz, problemas sociais”* (www.ies.org.pt).

Uma vez abordadas várias perspetivas - de autores e organizações - de empreendedor social e refletindo sobre elas, colocamos as seguintes questões: Existirá algum perfil que torne um indivíduo mais empreendedor que outro? Será uma característica intrínseca ao indivíduo? Poderemos ser todos empreendedores e empreendedores sociais?

Dees (2001) responde-nos que não. O ES contempla um agregado de comportamentos excepcionais que deviam ser recompensados e encorajados nos indivíduos que têm as capacidades e o temperamento para este tipo de trabalho. Só a partir deste reconhecimento distintivo dos empreendedores sociais, podemos assegurar que o ES não seja tratado com superficialidade. Desta forma, o autor afirma que:

“(...) not every social sector leader is well suited to being entrepreneurial. The same is true in business (...) While we might wish for more entrepreneurial behavior in both sectors, society has a need for diferente leadership types and styles. Social entrepreneurs are one special breed of leader, and they should be recognized as such” (Dees, 2001: 5).

Por outro lado, são vários os autores que defendem que ser empreendedor não é uma característica inata, nem interna ao sujeito. Afirmam que é, portanto, uma característica desenvolvida ao longo de um processo de aprendizagem (Gaspar 2009). Este pensamento vai ao encontro da faceta técnica (Mangas, 2012) do empreendedorismo que, por seu turno, é ensinável. Não obstante, e na tentativa de irmos ao encontro da outra faceta do empreendedor - a pessoal (Mangas, 2012) -, Duarte & Esperança (2012) sustentam a ideia de que este deve possuir não só competências de gestão, mas também um conjunto de competências pessoais⁸ para poder criar uma empresa com sucesso.

Se constatámos que ser empreendedor comporta uma componente pessoal, rapidamente podemos afirmar que o processo de se tornar empreendedor é subjetivo. Os percursos de vida e processos de desenvolvimento distinguem-se de pessoa para pessoa, os níveis de escolaridade, as experiências, a dimensão psicológica, emocional e comportamental, são todos aspetos que nos tornam indivíduos únicos. Logo, não há um perfil concreto que comporte todas estas características, mas sim traços de personalidade e algumas características mais frequentes associadas a empreendedores.

Ora, se os empreendedores sociais são uma espécie de empreendedores (Dees, 2001), é coerente dizermos que determinadas características lhes são comuns. Os empreendedores sociais, à semelhança dos empreendedores empresariais, criam procura, obtêm recursos e convertem ideias em produtos e serviços. São, igualmente, orientados para a ação e focados na realidade (Thalhuber, 1998). No entanto, existem certamente especificidades que os caracterizam: eles criam valor social através da inovação, da ativação de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social,

⁸ Também designadas como *soft skills*. Este tipo de competências são vistas como a base de todas as outras habilidades (Pereira, 2013).

económico e comunitário; focam ganhos a longo prazo; interpretam o lucro como um meio e não como um fim, sendo investidos na própria organização ou causa. Podemos então aferir que não é qualquer indivíduo que se pode afirmar como empreendedor social. Antes de tudo, deverá ser alguém com um “pensar social”, com ideias e visão, racional, intuitivo, sensível, responsável e com força inovadora (Melo Neto & Froes, 2002). Thalhuber (1998) conclui que os empreendedores sociais combinam o melhor dos dois mundos: sintetizam o foco, com a orientação necessária nos resultados para ter sucesso no mundo dos negócios, com a generosidade, paixão e a humanidade que dirigem os ativistas sociais.

Seguindo a lógica de diferenciar o empreendedor social do empreendedor clássico, Bygrave (1997) identificou as dez principais características dos empreendedores, as quais foram, posteriormente, adaptadas aos recentes conceitos de empreendedor social por Dees (2001). Estas são descritas pelos dez “D’s” do empreendedor social, os quais passamos a apresentar na Tabela 5:

Tabela 5. Os dez D’s do Empreendedor Social

D’s	Descrição
<i>Dream</i> (Sonho)	São considerados indivíduos capazes de visionar o que o futuro pode trazer, não apenas para si (o que sucede com os empreendedores empresariais), mas às organizações e à própria sociedade onde estão envolvidos.
<i>Decisiveness</i> (Poder de decisão)	São naturalmente indivíduos que rapidamente tomam decisões.
<i>Doers</i> (Executores)	Qualquer plano de ação que procure alcançar o objetivo a que o empreendedor se propõe é decidido e implementado de forma rápida, mesmo que o mesmo necessite de ajustes de modo a adaptar-se às necessidades específicas da comunidade ou sociedade onde se insere.
<i>Determination</i> (Determinação)	São responsáveis, persistentes, não desistindo perante obstáculos que possam parecer incontornáveis.
<i>Dedication</i> (Dedicação)	Trabalham incessantemente quando se propõe avançar com um novo projeto ou negócio, mesmo que essa dedicação coloque em causa alguns relacionamentos pessoais, como por exemplo familiares
<i>Devotion</i> (Devoção)	Os projetos ou negócios em que o empreendedor social que se envolve são executados por ele com verdadeiro prazer, facilitando a sua “venda”, seja ela efetiva ou figurada.
<i>Details</i> (Detalhes)	O controlo dos detalhes é um fator de o empreendedor social acautela de modo a maximizar o sucesso do seu projeto ou negócio. No caso do empreendedor privado a tônica é colocada no controlo dos detalhes para minimização dos riscos (como o empreendedor social), mas também para a maximização do lucro.

(Continua)

Tabela 5. Os dez D's do Empreendedor Social (Continuação)

D's	Descrição
<i>Destiny</i> (Destino)	Os empreendedores preferem ser “donos” do seu destino a estarem dependentes de outrem.
<i>Dollars</i> (Doláres/Lucro)	O enriquecer não consta do topo da lista das motivações de um empreendedor social. Embora seja um indicador do sucesso do projeto ou negócio, a minimização ou resolução do problema social em causa é para si a recompensa prioritária.
<i>Distribute</i> (Distribuir)	Partilham o controlo do projeto ou do negócio com os restantes colaboradores ou parceiros, os quais representam peças fundamentais para o seu sucesso.

Fonte: Adaptado do Manual de Empreendedorismo Social (2012)

A este propósito Hartingan & Elkington (2008) atribuem a um empreendedor social de sucesso particularidades como:

- I) Tentam livrar-se das restrições da ideologia ou da disciplina;
- II) Identificam e aplicam soluções práticas aos problemas sociais, combinando inovação, engenhosidade e oportunidade;
- III) Inovam ao encontrar um novo produto, um novo serviço ou uma nova abordagem a um problema social;
- IV) Concentram-se na criação de valor social e, nesse espírito, então dispostos a partilhar suas inovações e insights como os outros, para que possam reproduzi-los;
- V) Abraçam o desafio antes mesmo de estarem inteiramente preparados;
- VI) Têm uma convicção inabalável na capacidade inata de todos, muitas vezes independentemente da educação, de contribuir de novo significativo para o desenvolvimento económico e social;
- VII) Demonstram uma determinação firme que os leva a assumir riscos que os outros não ousariam correr.

Bornstein (2007) complementa estas singularidades ao enumerar como qualidades do empreendedor social: *willingness of self-correct; willingness to share credit; willingness to cross disciplinary boundaries; willingness to work quietly; willingness to break free of established structures and strong ethical impetus.*

Sistematizando o conceito de empreendedor social, Dees (2004) afirma que os empreendedores sociais são vistos como heróis e alquimistas, com qualidades “mágicas”, com capacidade para construir coisas a partir do nada. São, por isso, atores de mudança no setor social, pois, proporcionam a melhoria social, criam valor social,

tratam as causas dos problemas sociais, sendo pioneiros na tentativa de criar mudanças sociais sistêmicas e de melhorias sustentáveis, orientando-se para os valores da comunidade, interação entre as pessoas, as situações e variáveis sociais (classe, etnia, costumes, ideologias, entre outras) (Defourny, 2001; Fletcher, 2006). Apresentam-se como indivíduos visionários, capazes de aproveitar e explorar as oportunidades que surgem. Estas, por sua vez, são a alavanca que faculta os recursos necessários para a efetivação da missão social, identificando novas soluções, inexistentes no sistema local, para os problemas sociais da comunidade envolvente (Bacq & Janssen, 2008).

Vimos, enunciadas ao longo deste ponto, características e especificidades que são, de modo genérico, atribuídas ao empreendedor social. Saliente-se que, apesar de essas mesmas características e singularidades serem sustentadas e defendidas teoricamente, o mesmo não quererá necessariamente dizer que um empreendedor social que as apresente será, seguramente, bem-sucedido. O que se verifica é que os indivíduos com essas características e aptidões terão maior possibilidade de terem sucesso no âmbito da sua ação (Silva, 2013a).

3.3. Síntese do capítulo

Orientados pelo tema central da presente investigação, o Empreendedorismo Social, começámos por fazer no primeiro subcapítulo desta secção, uma ramificação dos conceitos que o compõem, isto é, analisámos, em primeira instância, o empreendedorismo na sua vertente empresarial ou capitalista, passando à concetualização do empreendedorismo na sua dimensão social.

Sobre o empreendedorismo, vimos que inicialmente era um conceito - ou atividade - com um foco específico na criação de valor. Mais tarde, ao ser introduzida a noção de inovação e de oportunidade, os empreendedores passaram a ser considerados agentes inovadores, capazes de aproveitar oportunidades e focados na criação de valor e riqueza. Para consubstanciar a atividade empreendedora e o próprio espírito empreendedor, vimos atribuída especial importância ao contexto e às condições do meio envolvente. Isto significa que há um balanço entre as motivações e características pessoais e a educação para o empreendedorismo. Há, certamente, indivíduos com maior espírito de iniciativa, mas as competências empreendedoras podem ser cultivadas, aprendidas e desenvolvidas. A componente da gestão foi também um aspeto destacado,

pois só a partir de uma gestão estratégica eficiente e eficaz é possível garantir a continuidade deste tipo de iniciativas.

O ES incorpora algumas dessas características, mas distingue-se pela sua direcionalidade: este tipo de iniciativas empreendedoras surge de oportunidades no contexto socioeconómico e são orientadas para a criação de valor social e não pela acumulação de riqueza. Além disto, para ser considerado efetivamente, ES as iniciativas devem obedecer a critérios como a escalabilidade (replicar a sua ação por outros pontos geográficos) e o impacto social, que será tanto maior quanto mais participativa e envolvida estiver a comunidade ou a população a quem se dirige o projeto/iniciativa.

Vimos também que o ES resulta da combinação entre a capacitação de pessoas e/ou comunidades e a inovação social. Em conformidade com o parágrafo supra, isto traduz-se, portanto, na adoção de uma visão “*empoderadora*” e “*capacitadora*” da população, a partir do encontro de novas soluções para os problemas sociais. Nesta perspetiva, o empreendedor social é percecionado não só como um agente de mudança, motivado e persistente mas, sobretudo, como alguém capaz de se consciencializar que pode transformar uma realidade específica. Aqui, tanto uma organização, como um indivíduo podem assumir o papel de empreendedores sociais.

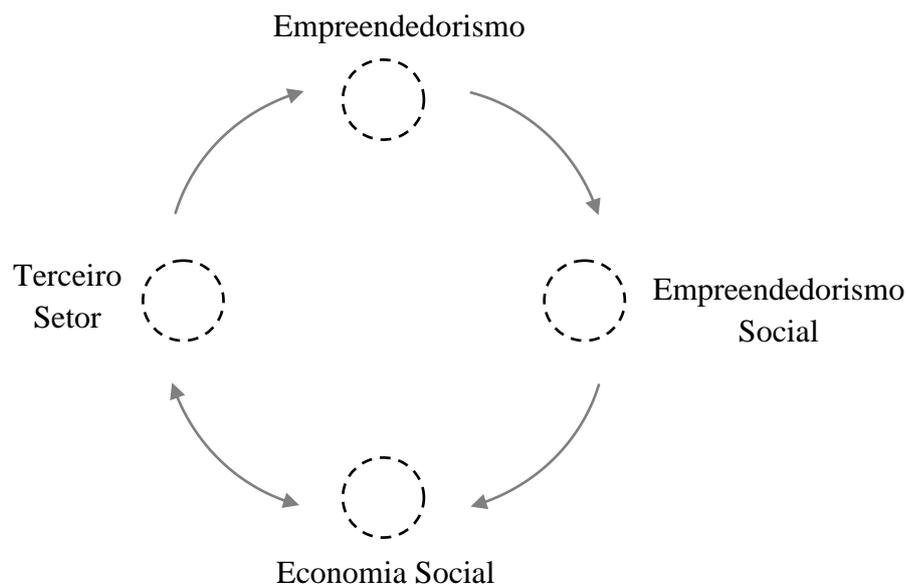
CAPÍTULO 4. TERCEIRO SETOR E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

4.1. Introdução

Debruçando-nos sobre as peculiaridades delicadas da conjuntura atual, quer a nível económico, social, ambiental ou cultural, sabemos que as mesmas colocam desafios ao Modelo Social Europeu, bem como reforçam a importância da sua sustentabilidade. Não obstante e, intimamente, relacionado com estes factos, está a crescente atenção dedicada a iniciativas da sociedade civil, entre as quais se inclui o ES. Nesse sentido, assiste-se ao combate à pobreza e exclusão social, através de uma parceria entre o Estado e as Organizações do Terceiro Setor, na implementação de políticas sociais. Estes, em conjunto com o Setor privado empresarial, constituem a organização social, política e económica de um país (Andrade & Franco, 2007).

Ora, quando nos dedicamos à leitura e investigação sobre o ES vemos então referenciados e, intrinsecamente, relacionados conceitos como o Empreendedorismo, o Terceiro Setor (adiante designado por TS) e a Economia Social: o ES comunga de algumas das especificidades do Empreendedorismo na sua vertente empresarial, não obstante, associado à sua componente e direcionalidade social, integra-se e sustenta a Economia Social e, sequentemente, num processo de retroalimentação, o próprio TS. Portanto, se fizermos evoluir o processo de ES acabamos por imprimir um crescimento tendencialmente harmonioso do TS (Figura 3).

Figura 3. Articulação de conceitos para o desenvolvimento do Capítulo 4



Fonte: Elaboração própria

Assim, vamos dedicar este subcapítulo à caracterização do Terceiro Setor, procurando conhecer os seus contornos e compreender de que tipo de organizações nos referimos.

Agrupamos por conceito, na Tabela 6, os principais autores contemplados neste capítulo:

Tabela 6. Objetos de Estudo - Dimensão Teórica, por conceito e autores de referência

Conceito	Autores de Referência
Terceiro Setor	Salamon <i>et al.</i> (1999), Laille (2000), Ferreira (2000), Santos (2002), Andrade & Quintão (2004c), Franco (2007), Quintão (2011).
Economia Social	Coutinho (2003), Lei de Bases da Economia Social (Lei nº 30/2013)

Fonte: Elaboração própria

4.2. Análise Setorial: Contextualização do Terceiro Setor

O conceito de Terceiro Setor começou a ser aplicado na década de 70 do século XX, quando se pretendia fazer referência a organizações sem fins lucrativos, com finalidade de produzir bens e serviços públicos (Smith, 1991). Contudo, o “Terceiro Setor” ou o “Setor das organizações sem fins lucrativos” não são as únicas denominações utilizadas. Assistimos a uma dificuldade em conciliar uma designação e uma definição comum que caracterize o conjunto de organizações, que não se identificam com a administração pública ou com as empresas lucrativas. Existe, portanto, uma proliferação de nomes para este Setor, associada a esta indefinição e ausência de clareza de significados, sendo por isso denominado por: Terceiro Setor, Setor não lucrativo, Economia Social e Economia Solidária, Organizações não-governamentais, Organizações da sociedade civil (Andrade & Franco, 2007). Por outro lado, temos ainda o CIRIEC (2000) que utiliza um outro conceito, de Terceiro Sistema, destacando o papel das organizações na promoção do emprego e declinando a ideia de setor, dado que esta remete para a existência de fronteiras (Vivet & Thiry, 2000).

No entanto, as designações e as definições encontradas, variam em termos de região/país e tradições teóricas. Enquanto em Portugal tem sido utilizado com maior evidência o conceito de Terceiro Setor⁹, as denominações Setor não lucrativo ou sem

⁹ De acordo com o Art.º 82º da CRP, o Terceiro Setor concebe especificamente: “a) os meios de produção possuídos e geridos por cooperativas, em obediência aos princípios cooperativos, sem prejuízo das especificidades estabelecidas na lei param as

fins lucrativos são de origem anglo-saxónica e as noções de Economia Social ou Solidária transportam-nos ao contexto francês (Andrade & Franco, 2007; Laville, 2000).

Sobre isto, França Filho (2002) explica que as diferenças entre os diversos termos utilizados devem-se aos contextos sociopolíticos em que emergiram e às diferentes interpretações sobre o papel que estas iniciativas desempenham na sociedade e, mais concretamente, no que se refere ao lugar que deve ocupar em relação aos dois agentes económicos dominantes, o Estado e o Mercado. Posto isto, a designação de Terceiro Setor acabou por ser a mais generalizada, por não se referir a uma realidade específica.

Esta ausência de clareza e de consenso sobre a sua definição não passam despercebidos. De acordo com diversos autores, este Setor tem sofrido uma invisibilidade histórica e institucional, devido à decorrente ausência de sistemas de contabilização nacionais que permitem delimitar e quantificar este conjunto heterogéneo de organizações. Contudo, este facto tem vindo a ser contrariado, sobretudo nos últimos trinta/quarenta anos, por motivos como: crescimento, multiplicação e diversificação de papéis e intervenções destas formas de organização; desenvolvimento e investigação científica sobre o tema; crescente, ainda que inconstante, atenção por parte das políticas públicas (Chaves & Monzón, 2007).

Santos (1999) procura clarificar o conceito de Terceiro Setor, afirmando que este é de carácter híbrido, com instituições que se situam a “meio caminho” entre o Estado e o Mercado. Com a mesma opinião, é entendido por Evers & Laville (2004) que este é um campo delimitado por três fronteiras difusas: o Estado, através das formas de associação dos governos, que se constituem como o setor público no contexto económico; o Mercado, constituído pelas formas privadas de organização empresarial; a esfera doméstica como espaço de produção de solidariedades primárias. Com o auxílio da Figura 4, podemos comprovar que o Terceiro Setor constitui-se, portanto, como um Setor entre o Estado e o Mercado. É, pois, um Setor intermediário, que se situa num “(...) *campo de tensão, sem fronteiras claras (...)*” (Ferreira, 2000: 70), ou mais precisamente, “(...) *designa uma realidade social heterogénea e difusa (...)*” sendo que as suas instituições são

“(...) muito diversificadas entre si, (...) representam formas de organização de atividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços,

cooperativas com participação pública, justificadas pela sua especial natureza; b) os meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais; c) os meios de produção objeto de exploração coletiva por trabalhadores; d) os meios de produção possuídos e geridos por pessoas coletivas, sem carácter lucrativo, que tenha como principal objetivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista” (CRP, 2007).

distintas dos dois agentes económicos dominantes - poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos (...)” (Quintão, 2004c: 2).

Figura 4. O *mix* do bem-estar: espaço onde se situa o Terceiro Setor



Fonte: Adaptado de Pestoff (1992) in Evers & Laville (2004: 17)

Nesta ótica, as entidades pertencentes ao TS apresentam as seguintes características (Salamon *et al.*, 1999):

- ⇒ Formais, pois têm um enquadramento legal;
- ⇒ Privadas, por serem institucionalmente separadas do Estado, mesmo que recebam apoios governamentais;
- ⇒ Sem fins lucrativos, uma vez que não distribuem os seus lucros, mas reinvestem-nos na organização;
- ⇒ Autogovernadas, pois têm procedimentos próprios de governação, não sendo reguladas por terceiros;
- ⇒ Voluntárias, no sentido em que abarcam participação voluntária em atividades da organização.

Partindo destas conceções, torna-se pertinente identificar as áreas em que este Setor assume particular relevância, designadamente: i) o domínio económico, por produzir bens e serviços em inúmeras áreas de atividade económica (serviços sociais,

saúde, ambiente, cultura, educação, desporto, inserção social); ii) o domínio do emprego e de luta contra o desemprego, pois segundo dados da Comissão Europeia emprega cerca de nove milhões de pessoas e é um Setor com potencial de criação de emprego, uma vez que algumas das suas organizações dedicam-se à formação e inserção socioprofissional; iii) o domínio da luta contra a exclusão social e do potencial para a construção do modelo social europeu, visto que o Terceiro Setor surgiu da emergência de problemas de pobreza e de exclusão social na tentativa de responder a estas necessidades e ainda no domínio do desenvolvimento local (Quintão, 2004c).

E que percurso teve este setor?

Quintão (2004c) enumera quatro fases distintas para o seu desenvolvimento:

- I) A primeira corresponde ao aparecimento das iniciativas e experiências revolucionárias no século XIX. Nesta fase, com o despoletar da «questão social»¹⁰, associada ao aumento dos problemas sociais fruto da sociedade capitalista, a sociedade civil organizou movimentos de entreaajuda, como o voluntariado, para responder às necessidades que eram sentidas;
- II) A segunda fase diz respeito “à institucionalização das organizações em ramos jurídicos distintos”, na viragem para o século XX. Por esta altura, eram desenvolvidas atividades, como a proteção social, cuidados de saúde, alfabetização, por três movimentos distintos: o cooperativismo, que assentava na cooperação entre os seus elementos; o mutualismo, que defendia a entreaajuda e o associativismo, com base num interesse filantrópico. Foi também nesta fase que nasceu o conceito de Economia Social em França, conciliando estes novos movimentos;
- III) A terceira fase, identificada como o “período de sinergia entre o Estado e Mercado e a instrumentalização das organizações”, ocorreu no pós-2ª Guerra Mundial. Verificou-se uma instrumentalização das organizações do Terceiro Setor, uma vez que neste período foi instituído o Estado Providência. Este, passou a regular toda a atividade desenvolvida pelas organizações, deixando-as transformadas e fragmentadas.
- IV) A quarta e, última fase, aborda a renovação das organizações do Terceiro Setor nos últimos 30 anos e a configuração heterogénea e difusa na viragem

¹⁰ A questão social é segundo Netto (1992: 13) “ (...) o conjunto de problemas políticos, sociais e económicos que reclamados pela classe operária no curso da consolidação do capitalismo; portanto a “questão social” está atrelada aos conflitos da relação capital/trabalho”.

para o século XXI. Temos vindo então a assistir, fruto da globalização económica, da crise e retração dos Estados-Providência, ao surgimento da “nova questão social”. Com isto, assistiu-se a uma aproximação dos vários ramos do Terceiro Setor, como também a uma “(...) *renovação de iniciativas e experiências em resposta aos novos e aos persistentes problemas de pobreza, exclusão social e desemprego (...) à escala global*” (Quintão, 2004c: 5). Com isto, o Terceiro Setor desenvolveu-se em diversas áreas, desde a inserção no mercado de trabalho, o ambiente, o apoio a grupos sociais com necessidades específicas como as crianças e idosos, as pessoas com diminuições físicas e mentais.

Quintão (2004c: 13) ainda nos diz que o reconhecimento deste setor, ou seja, a dimensão e a forma do conjunto das organizações, varia de país para país e diz que há “(...) *países onde a Economia Social se encontra estabelecida (...), Países onde o Terceiro Setor está em emergência (...) Portugal (...) [e] Países onde o Terceiro Setor está fragmentado (...)*”.

Assim sendo, no caso português, e à semelhança da maioria dos países da Europa Ocidental, a génese das organizações que compõem o atual Terceiro Setor, situa-se no século XIX, no contexto da «questão social». Emergiram três movimentos sociais contra-hegemónicos como formas de atividade económica alternativas à economia capitalista: cooperativismo, mutualismo e associativismo. Associado ao menor grau de industrialização e à forte presença da Igreja Católica, estes movimentos não alcançaram o desenvolvimento acentuado que se verificou noutros países. No entanto, em 1867 as cooperativas são reconhecidas na Lei Basilar, desencadeando assim o desenvolvimento do cooperativismo em Portugal (Carreira, 1996; Namorado, 1999).

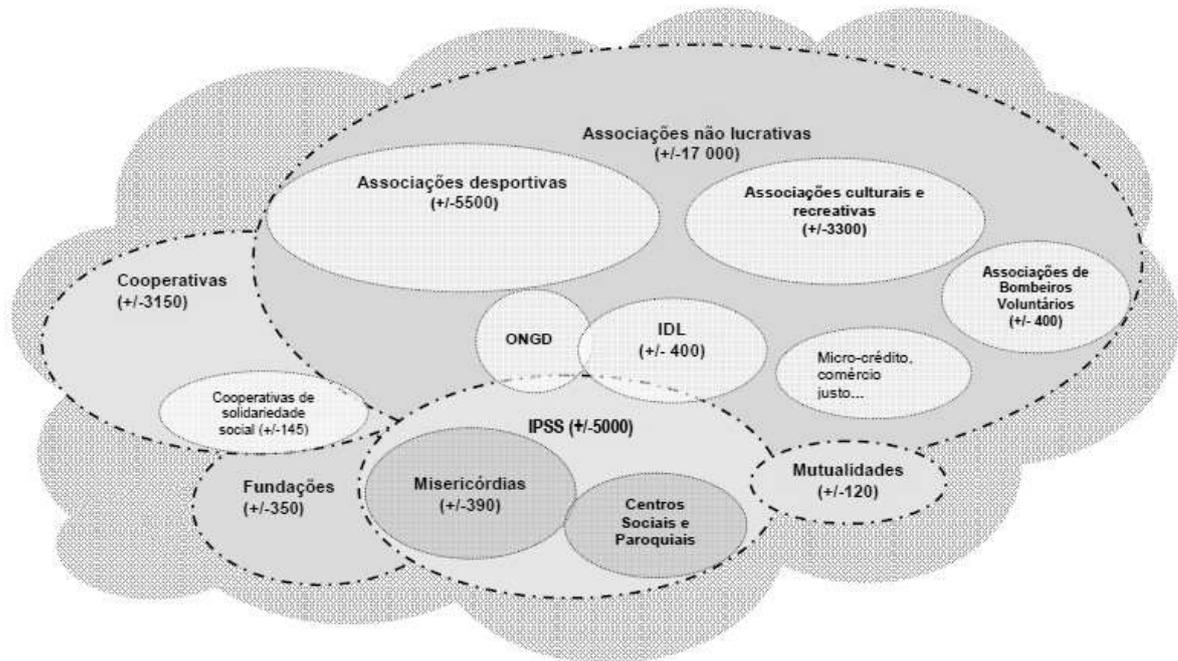
A partir de 1933, com a instauração do regime ditatorial, o percurso de Portugal neste âmbito distancia-se da história da maioria dos países da Europa Central e do Norte. Houve uma repressão, um controlo e instrumentalização das organizações da sociedade civil, que em conjunto com a minimização das relações do país com o exterior, com a aposta no setor agrícola em detrimento do industrial, e com a privação dos direitos fundamentais da liberdade de expressão e associação, contribuiu para uma divergência do padrão nacional (Quintão, 2011). Mas, com a Revolução de 74 iniciou-se uma fase de convergência dos modelos de desenvolvimento económico, político e

social alinhado com os modelos da Europa Comunitária. Para melhor compreensão da perspetiva geral das transformações ocorridas, Quintão (2011) distingue três períodos:

- I) No período pós-revolucionário ocorreu um dinamismo das formas de organização da sociedade civil. Surgiram organizações ligadas à (re)conquista de direitos e liberdades fundamentais de um Estado democrático (associações políticas, sindicais e patronais) e iniciativas que procuravam satisfazer as necessidades básicas (associações de moradores, de educação popular, iniciativas de desenvolvimento comunitário).
- II) O final dos anos 70, até à primeira metade dos anos 80, foi marcado por fortes constrangimentos económicos e pela introdução de políticas económicas liberais, obedecendo às tendências do contexto internacional. Com a crise económica que marcou o final da década de 70 e metade da de 80, houve um abrandamento das iniciativas da sociedade civil que tinham sido crescentes no período anterior.
- III) A entrada de Portugal na União Europeia contribuiu para um período de estabilidade e de integração económica e política, aproximando-se dos padrões europeus. Assim, verificou-se um forte crescimento do número de associações e cooperativas; deu-se início a novas áreas de intervenção, desde a defesa pelos direitos da mulher, como do ambiente, mas também de associações desportivas e recreativas, entre outras. Importa ainda referir que só neste período surgiu um conjunto de organizações, com um papel central na implementação do sistema de proteção social, que assumem grande preponderância na recomposição do Terceiro Setor em Portugal: as IPSS. Na década de 90 foram criadas novas formas dentro do espectro do Terceiro Setor, como as CERCI e Empresas de Inserção.

Apesar de Quintão (2011) considerar que a informação disponível sobre a recomposição do Terceiro Setor é escassa, a mesma propõe como contornos deste Setor em Portugal (Figura 5):

Figura 5. Esquema dos limites atuais do Terceiro Setor em Portugal



Fonte: Quintão (2011: 15)

No ano transato, com a publicação da Lei de Bases da Economia Social a 8 de Maio de 2013 (Lei nº30/2013), vimos assinalada e reconhecida a importância deste Setor em Portugal. Com um peso de 5% no PIB (Franco *et al.*, 2005) português, é evidenciada a preocupação do Estado em criar uma parceria com as instituições sociais para um novo modelo de resposta social. Em consonância com a Figura 5, são apresentadas no Artigo 4º as entidades que integram a Economia Social, abrangidas pelo ordenamento jurídico português:

- a) As cooperativas;
- b) As associações mutualistas;
- c) As misericórdias;
- d) As fundações;
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social;

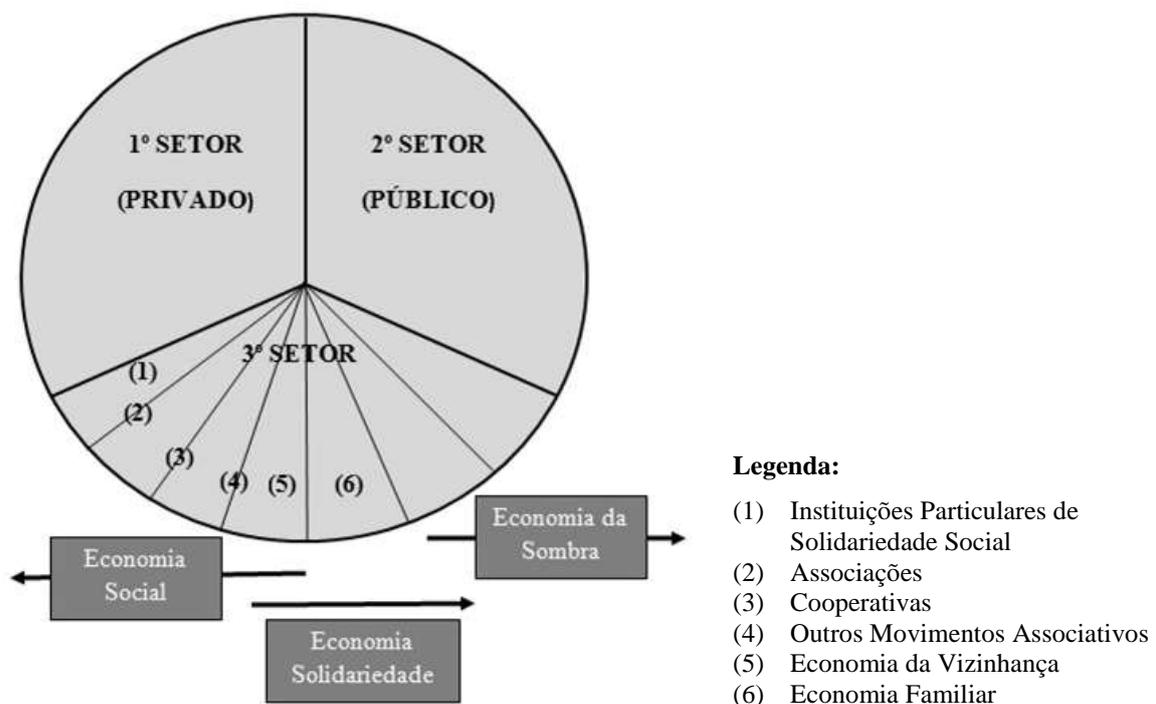
- h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.

Vemos aqui uma “convergência” entre os conceitos de Economia Social e TS, que no Artigo 2.º da mesma lei é clarificada, ao apresentar como definição de Economia Social:

“1 - Entende-se por Economia Social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades referidas no artigo 4.º da presente lei. 2 - As atividades previstas [por estas entidades] têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes”.

Coutinho (2003) procura clarificar esta relação, explícita na Figura 6, onde podemos ver que a Economia Social é percecionada como parte integrante do TS. Mais detalhadamente, verificamos que, segundo a autora, fazem parte do TS três tipos distintos de Economia: a Economia da Sombra, associada a estruturas de fraude e crime; a Economia de Solidariedade, que é aquela desenvolvida pelas redes de vizinhança e entre laços de parentesco; e a Economia Social, percecionada como uma franja do TS, desenvolvida por IPSS’s, Associações, Cooperativas e outros movimentos associativos.

Figura 6. A Economia Social no Terceiro Setor



Fonte: Adaptado de Coutinho (2003)

Seguindo a mesma linha de pensamento, o CIRIEC (2000) apresenta como definição de TS:

“o terceiro setor é frequentemente designado como o espaço ou (...) o ponto de convergência entre a Economia Social e o setor não lucrativo, embora não exatamente coincidentes, uma vez que este último não contempla alguns dos princípios da Economia Social, assentando antes numa lógica mais assistencialista e caritativa”.

É ainda referido como sendo o espaço onde se encontram as diversas entidades que não se inserem nem na moldura do setor público/Estado nem na do setor lucrativo/mercado. Desta forma torna-se mais explícita a relação entre Terceiro Setor - Economia Social: o TS é então um espaço em que se desenvolve a Economia Social, mas é também um espaço de relações de solidariedade; a Economia Social é uma forma de atuação económica, que não se fundamenta na mesma lógica da economia de mercado (produção de bens e serviços baseia-se na motivação material do lucro), mas sim na atenção aos problemas e necessidades sociais da população (Evers & Laville, 2004).

4.3. O Terceiro Setor e o Empreendedorismo Social no espaço português

Portugal deu passos lentos até a implementação do Estado-Providência¹¹, sendo este implementado no pós-25 de Abril de 1974. Contudo, a criação do Estado-Providência português não se concretizou de forma “absoluta” e, como refere Santos (2002: 191) “*o Estado Português é um quase-Estado-Providência que se consolidou num período de crise política e económica do modelo em que se inspirou*”. Acrescenta-se a estes factos as características inerentes a Portugal como país do Sul da Europa: um baixo nível de produtividade, elevada mão-de-obra não qualificada (Hespanha, 2001), uma forte tradição centralista associada à presença de períodos autoritários longos, forte presença da Igreja, Estado com fracos recursos com funções somente supletivas e protetoras e, ainda, particularismos e clientelismos, devido à escassa penetração do Estado nas instituições de bem-estar (Santos & Ferreira, 2001).

Para “compensar” estes constrangimentos, assistiu-se a uma multiplicidade de iniciativas privadas de solidariedade. O que se verifica é que a sociedade-providência, em que a família desempenha um papel crucial, “equilibra” as lacunas da proteção estatal, segundo modelos de solidariedade social (Santos, 2002).

¹¹ Em Portugal, o Estado de Bem-Estar Social, Estado-Providência ou *Welfare State* caracteriza-se por uma organização política e económica, que funciona como agente regulamentador das diferentes esferas sociais, políticas e económicas, mas, em parceria com o setor privado (Carreira, 1996).

Para além de todos estes aspetos, acresce o facto de ao estarmos inseridos numa aldeia global, somos afetados por acontecimentos transnacionais, o que Santos (1997) denomina de Globalismos Localizados.

Ao refletirmos sobre a conjuntura atual de Portugal, no seio de uma crise mundial, compreende-se toda a retração do Estado-Providência Português, ou o que Montano (2007: 224) denomina de “(...) *“recorte” de políticas sociais e assistenciais do Estado (...)*”. Este é explicado, quer pelas características próprias do país, quer pelo contexto globalizado em que se insere. Podemos então verificar que as “características” das políticas sociais de cada país espelham o seu modelo de proteção social. Esping-Andersen (1990) considera, portanto, três regimes de Estado Bem-Estar: i) o Liberal ou Anglo-Saxónico; ii) o Social-Democrata ou Escandinavo; e iii) o Corporativista ou Continental. Portugal pertence ao último, em que a presença da Igreja, do Estado e da Família são características. Sobre isto, Hespanha (2001) fala-nos do Síndrome do Sul, onde estão incluídos outros países do Sul da Europa, como a Espanha, Itália e Grécia, onde o Estado ostenta baixo grau de penetração nas esferas de proteção social.

Perante esta retração, compreende-se a ascensão do Terceiro Setor em Portugal, que tem vindo a compensar a “crise” do Estado-Providência. Deste modo, a responsabilidade que deveria estar incutida ao Estado de assegurar as incapacidades dos sujeitos, com respostas sociais, passou a ser partilhada com as instituições da sociedade civil, conduzindo assim a uma co-responsabilização (Santos, 2002). Portanto, temos vindo a assistir ao estabelecimento de uma parceria entre o Estado e as Organizações do Terceiro Setor, que reconhece às mesmas um papel complementar ao do Estado, na realização de finalidades sociais.

Sabemos que há, efetivamente, uma crise dos Estados-Providência e, como consequência, há uma desvalorização das políticas sociais em detrimento de questões económicas. Perante isto, assistimos a uma revalorização da sociedade civil, em que lhe são incutidas funções de regulação social que antes eram confinadas ao Estado (Santos, 1993).

Ora, se o Estado-Providência emergiu como forma de garantir o bem-estar aos cidadãos, o mesmo já não se verifica na atualidade. A globalização das economias, a crise e a retração dos Estados-Providência, têm deixado “desprotegidos” um conjunto de grupos e indivíduos mais vulneráveis à pobreza e exclusão social. É por esta “falta” e/ou incapacidade diante os (novos) desafios e necessidades sociais da população, que têm

reemergido um conjunto de iniciativas da sociedade civil, para compensar as “brechas” deixadas pelo Estado e Mercado (Mozzicafredo, 1996).

“A incapacidade e a desadequação das instituições governamentais para solucionar problemas sociais, visível nos diferentes tipos de políticas nacionais e Setoriais e particularmente nas restrições orçamentais, tem fomentado a iniciativa da sociedade civil na procura de novas práticas que respondam às necessidades sociais não atendidas nem pelo Estado, nem pelo mercado” (Parente et al., 2012: 5).

Neste panorama, Ferreira (2006) acrescenta que o aumento do número do desemprego estrutural e de subemprego, como o atual contexto de transformações do Estado-Providência, são fatores que explicam a reemergência do interesse no Terceiro Setor. Assim, a autora considera que o Terceiro Setor ganha um papel central no contexto de três tipos de transformações, nomeadamente: (i) do Estado-Providência e da lógica de atuação das políticas públicas; (ii) da sociedade industrial e da natureza do trabalho; e (iii) das fronteiras que separam os setores público, privado, lucrativo e não lucrativo, que reflete processos mais amplos associados às próprias transformações na modernidade. Estes são aspetos já propostos por autores europeus e americanos desde os anos 80 e 90, que apontavam o Terceiro Setor como uma das soluções, que em conjunto com outras, poderia contribuir para a atenuação do problema do desemprego (Lipietz, 1984; Rifkin, 1995). Também no ano 2000 a Comissão Europeia, no âmbito da ação Piloto “Terceiro Sistema e Emprego”, defendeu que o Terceiro Setor/Sistema pode ter um papel crucial na resolução do problema do declínio do emprego.

Apesar das constantes mutações e reformas dos Estados, é enaltecida no Artigo 9º da Lei nº 30/2013 a relação e responsabilidade do Estado português com as organizações do TS. Neste âmbito, o Estado deve:

- I) *Estimular e apoiar a criação e a atividade das entidades da Economia Social;*
- II) *Assegurar o princípio da cooperação, considerando nomeadamente, no planeamento e desenvolvimento dos sistemas sociais públicos, a capacidade instalada material, humana e económica das entidades da Economia Social, bem como os seus níveis de competência técnica e de inserção no tecido económico e social do país;*
- III) *Desenvolver, em articulação com as organizações representativas das entidades da Economia Social, os mecanismos de supervisão que permitam*

assegurar uma relação transparente entre essas entidades e os seus membros, procurando otimizar os recursos, nomeadamente através da utilização das estruturas de supervisão já existentes;

IV) Garantir a necessária estabilidade das relações estabelecidas com as entidades da Economia Social.

Em período de maior instabilidade e incerteza, as iniciativas da sociedade civil revelam-se como uma mais-valia, pois, a partir das suas ações e atividades alicerçam o bem-estar da população, numa tentativa de cooperação com o Estado e Mercado. Num paralelismo com o ES, é-nos possível compreender que o mesmo em tempos de crise registre uma importância crescente: para além de se apresentar como uma possível resolução perante uma situação de desemprego (auto-emprego), contribui para a redução do mesmo e promove o desenvolvimento local¹².

Dando uma especial atenção ao ES em Portugal, apesar de não haver nenhum estudo¹³ que nos revele dados concretos, Quintão (2004a) refere-nos que, foi desde os anos 2000 que este começou a ganhar maior consideração, sobretudo com as dificuldades do Estado e da população, resultantes da crise socioeconómica que então se instalou. Diversos autores descrevem-no ainda como uma área de elevado potencial de inovação social e de criação de oportunidades de trabalho, particularmente entre os (novos) profissionais das áreas sociais. Assistimos, portanto, a uma mudança de paradigma onde, sobretudo, a nova geração se demonstra motivada para o ES (Santos, 2010).

Mas, apesar deste crescimento, vários indicadores colocam Portugal numa posição rudimentar, quando em comparação com outros países. Há uma forte dependência de apoios financeiros cujo acesso, por sua vez, é restrito, o que acaba por inviabilizar oportunidades de negócio, que até ostentam um potencial de sucesso (Santos, 2010).

Como possível alternativa a estes factos, Costa *et al.* (2012) defendem que os empreendedores sociais em Portugal precisam ser escutados e apoiados, para que os seus objetivos sejam concretizados. Os autores sugerem que na prática dever-lhes-ia ser permitido aceder a estudos e investigações já realizadas, das diferentes áreas de atividade, de forma a potenciar o conhecimento sobre a realidade portuguesa e a criação

¹² Apesar de o conceito de desenvolvimento local ter vindo a ser alvo de críticas, pela sua complexidade e subjetividade, diversos autores consideram que para entendê-lo é necessário ter em atenção três dimensões inter-relacionadas e interdependentes: o crescimento económico, melhoria da qualidade de vida das pessoas e a conservação do meio ambiente. Ele implica também um articulação entre os diversos atores da sociedade, nomeadamente a sociedade civil, as instituições privadas e próprio governo (Buarque, 1999; Milani, 2005).

¹³ Está em fase de conclusão a investigação “Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação”, promovida pela A3S, pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e pela Dinamia’Cet.

de soluções adequadas ao momento, contexto e condições envolventes. A limitação de recursos acaba por ser um dos motivos que explica a morosidade do desenvolvimento de iniciativas de ES, impedindo o progresso de projetos, oportunidades de negócio, iniciativas, que podem servir para combater e/ou colmatar os vários problemas sociais.

Podemos então aferir que a criação de parcerias, o trabalho em rede, o acesso e potencialização de recursos, são alguns dos fatores-chave que cooperam para o desenvolvimento do ES em Portugal. Além disto, são várias as organizações/entidades do setor social que têm evidenciado interesse nesta área, o que nos leva a acreditar que o ES é um elo relevante para o desenvolvimento socioeconómico do país (Costa *et al.*, 2012).

Mas, colocamos ainda outra questão: qual o papel do empreendedor social numa organização do Terceiro Setor? Terá este agente um papel específico?

As características das organizações do TS ou da Economia Social definem o papel do empreendedor social. Este, por sua vez, pode ser também percecionado como um empresário social, tido como o agente que no seio das organizações está relacionado com a criação e desenvolvimento do projeto da organização. Aqui, a fronteira entre o empresário social e o empreendedor é fluida. O empresário social pode ser então entendido como o empreendedor que dentro de uma organização promove atividades inovadoras de interesse coletivo. Atendendo à estrutura jurídica das organizações, às suas áreas e lógicas de atuação - associadas ao bem-estar e luta contra a exclusão social -, ao tipo de diversidade de *stakeholders*¹⁴, estas moldam o perfil de emprego do empresário social. Por estes motivos, este é ainda visto com agente articulador, pois procura convergir várias racionalidades/perspetivas divergentes (Ferreira, 2006; Lévesque, 2002).

Um estudo europeu, conduzido pela UCE (2003), sobre o perfil de emprego do empreendedor social, concluiu que o seu lugar e trajetória numa organização são muito variáveis. No entanto, foi reconhecido que o empreendedor social tem um amplo conhecimento dos objetivos e da dinâmica de funcionamento da organização, como também enfrenta uma dupla prestação de contas - quer perante a direção da organização, enquanto gestores, quer perante os *stakeholders*, como decisores. É-lhe associado também um papel de mediador entre a direção e os trabalhadores da organização. No

¹⁴ “Qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa” (Freeman, 1984: 25). Para Rowley (1998) os *stakeholders* são grupos ou pessoas que influenciam o contexto organizacional na procura de concretização dos seus objetivos.

que respeita às atividades desenvolvidas, foram identificados quatro áreas de atuação: i) vigilância estratégica e promoção, onde realiza atividades relacionadas com o acesso, organização e difusão da informação; ii) definição interativa das orientações da organização, por ser responsável, em colaboração com a direção, pela definição dos objetivos e princípios da organização; iii) organização, acompanhamento e supervisão das atividades e projetos da organização, também em colaboração com a organização; iv) gestão de recursos humanos, desenvolvendo atividades relacionadas com a supervisão, gestão de carreiras, qualificação e formação profissional, e relações de trabalho em geral (UCE, 2003).

4.4. Síntese do capítulo

Abordámos ao longo do presente subcapítulo o tema do Terceiro Setor, procurando compreender a sua essência, a sua relação com a Economia Social, com o ES e com o próprio empreendedor social.

O Terceiro Setor caracteriza-se como um setor intermédio, situado entre o Estado e o Mercado, apropriando assim características de ambos os setores: centra a sua ação na população, mas não é público; é privado, ao ser mobilizado por indivíduos da sociedade civil, mas não tem como principal objetivo o lucro. Em Portugal, no ano transato, vimos reconhecida a sua importância, com a publicação da Lei de Bases da Economia Social. Por seu turno, a Economia Social é entendida como um dos produtos da ação deste setor, sendo entendida como o tipo de atividade desenvolvida por organizações do Terceiro Setor, como as Associações não lucrativas, Mutualidades, IPSS's, Cooperativas e Fundações.

Estes - Terceiro Setor e Economia Social - são temas que, por sua vez, têm vindo a ser objeto de discussão e reflexão nos últimos anos, face à incapacidade do Estado e do Mercado na satisfação das necessidades da população.

No seio de uma realidade social complexa, onde emergem (novos) problemas sociais, (novas) fragilidades e (novas) situações de vulnerabilidade, assistimos então a um novo contrato entre o Estado, o Mercado e a sociedade civil. Ora, neste compromisso, o papel desempenhado pelos agentes da sociedade civil toma particular evidência, designadamente no que concerne à sua co-responsabilização pela prossecução do bem-estar social. Desta forma, em Portugal, bem como no resto da

Europa, o fenómeno do ES está intimamente associado ao papel do Estado-Providência, nomeadamente com o seu recuo na provisão de produtos e serviços.

Especificamente sobre o ES em Portugal, apesar de ser um campo recente e até reduzido quando comparado com outros países, assistimos a um aumento da atenção dedicada a este ramo, a nível profissional e científico, particularmente por parte das gerações mais novas.

Houve ainda lugar, neste subcapítulo, para analisarmos a atuação dos empreendedores sociais nas organizações do Terceiro Setor que, por seu lado é, fortemente, confinada pelas próprias especificidades das mesmas.

**CAPÍTULO 5. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E
ENQUADRAMENTO DA PESQUISA**

5.1. Introdução

O conceito de investigação científica pode ser compreendido como um processo que possibilita a resolução de problemas, ligados ao conhecimento dos mais diversos fenómenos do mundo real em que vivemos (Fortin, 2003). Etimologicamente, a palavra «investigação» deriva do latim «investigativo» (in+vestigium), em que «in» designa uma ação de entrar e «vestigium» corresponde a um vestígio, a um sinal. Isto significa que “investigar” refere-se a entrar nos vestígios, em procurar nos sinais, o conhecimento daquilo que os provocou (Sousa, 2005).

Ao nível das ciências sociais, o que se pretende é caminhar para um melhor conhecimento e compreensão de um comportamento, de um fenómeno, ou até do funcionamento de uma organização. Neste âmbito, o sucesso da investigação depende dos procedimentos escolhidos, bem como da utilização das mais variadas competências do investigador. Deste modo, “*importa (...) que o investigador seja capaz de conceber e de pôr em prática um dispositivo de elucidação do real, isto é, (...) um método de trabalho*” (Quivy & Campenhoudt, 1998: 15).

Neste capítulo, com base em Quivy & Campenhoudt (1998), Sampieri *et al.* (2006) e Guerra (2006), será apresentada a metodologia utilizada e suas especificações no desenvolvimento desta dissertação. Faremos referência ao método/enfoque utilizado que, por sua vez, contribui para o delineamento de toda a investigação, bem como ao tipo e modelo de pesquisa utilizados. A seleção da amostra e as técnicas de recolha e tratamento de dados serão aspetos também aqui abordados.

5.2. Questões e objetivos de Pesquisa

No Capítulo I da presente dissertação, delineámos a questão de pesquisa, objetivos gerais e específicos. Este gerou grandes linhas de orientação/diretrizes que vão suportar o desenvolvimento da nossa componente empírica, motivo pelo qual, torna-se pertinente relembrar:

- I) Questão de pesquisa: Qual a pertinência e adequação de ser desenvolvido um projeto de Empreendedorismo Social no domínio da Alzheimer, na Região Autónoma da Madeira (RAM)?
- II) Objetivos Gerais: i) Conhecer, compreender e diferenciar teoricamente os conceitos de Empreendedorismo, Empreendedorismo Social, Terceiro Setor,

Economia Social e outros conceitos associados, de forma a enquadrar, fundamentar e validar todos os elementos para a projeção de uma nova resposta social no domínio do Alzheimer na RAM; ii) Averiguar se o Empreendedorismo Social contribui para o desenvolvimento humanizado do Terceiro Setor.

- III) Objetivos Específicos: i) Analisar a pertinência do desenvolvimento de uma iniciativa de Empreendedorismo Social no domínio da Alzheimer na RAM; ii) Conhecer as motivações dos Empreendedores Sociais para a ação; iii) Fazer um levantamento das necessidades no domínio da Alzheimer na RAM; iv) Caraterizar o apoio prestado pela única resposta social existente no domínio da Alzheimer na RAM; v) Apresentar uma solução possível para as lacunas detetadas no domínio da Alzheimer, na RAM; vi) Relacionar o Empreendedorismo Social com o crescimento do Terceiro Setor.

5.3. Opções Metodológicas: Enfoque de Pesquisa

A pesquisa científica é, na sua essência, rígida, organizada e, meticulosamente, realizada. É, igualmente: i) sistemática, pois há uma disciplina para fazer essa pesquisa e os factos não são deixados ao acaso; ii) empírica, porque os dados recolhidos são analisados, e iii) crítica, uma vez que é avaliada e melhorada constantemente. Constitui-se ainda como um processo composto por etapas que combinam entre si. De igual modo, envolve um conjunto de atividades que qualquer indivíduo pode desenvolver e procura, por um lado, produzir conhecimento e, por outro, solucionar problemas práticos (Sampieri *et al.*, 2006).

Quivy & Campenhoudt (1998) propõem as seguintes etapas de um processo investigativo:

Tabela 7. Etapas do processo de investigação

	Etapa	Denominação	Caraterísticas
Rutura	1	Questão de partida	É a questão que pretendemos responder através do processo investigativo que se vai iniciar, indo ao encontro dos objetivos do estudo.
	2	Exploração	Revisão da literatura considerada válida para a investigação. Aqui podemos recorrer também a entrevistas exploratórias.
	3	Problemática	Abordagem teórica enquadrada com a questão de partida.
Construção	4	Definição da metodologia	Explicação teórica de como será realizada a componente empírica da tese.
Verificação	5	Recolha de dados	Seleção dos métodos, mais adequados, de recolha de dados. Desde a aplicação de entrevistas, observação, entre outras.
	6	Análise de dados	Organizar os dados recolhidos, tratá-los, analisá-los e interpretá-los.
	7	Conclusão	Nesta etapa são feitas as conclusões do estudo e sugestões para futuras investigações, bem como limitações encontradas no decorrer de todo o processo.

Fonte: Adaptado de Quivy & Campenhoudt (1998)

Paralelamente ao pensamento de Sampieri *et al.* (2006), Quivy & Campenhoudt (1998) defendem que há uma articulação entre etapas através de “três atos do procedimento científico”: a rutura, que ocorre entre as etapas 1 e 3, pois importa romper com preconceitos e com falsas evidências que possam dar a ilusão de que conhecemos as coisas; a construção, nas etapas 3 e 4, pois é necessário construir ou solidificar teoricamente, para podermos garantir que haverá experimentação válida; e a verificação, que ocorre da etapa 5 à 7, diz respeito ao facto de uma proposição ser só considerada válida, com direito ao seu estatuto científico, se for verificada pelos factos. À semelhança das etapas do procedimento, estes três atos são interdependentes (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Mas este não é um processo assim tão linear. A forma como é conduzido, depende também do método utilizado. Por seu lado, o método não é mais do que uma formalização particular do procedimento de investigação, de modo a que esteja adaptado aos fenómenos ou domínios estudados. Este pode ainda ser qualitativo ou quantitativo (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Esta distinção entre dois métodos de investigação tem a ver com aquilo que é o percurso da própria Ciência. Foi na segunda metade do século XX que as diferentes correntes de pensamento foram polarizadas em dois enfoques principais: enfoque quantitativo e enfoque qualitativo de pesquisa. Deste modo, no desenvolvimento de uma pesquisa não podemos descurar os campos de referência que a orientam, bem como os contributos das abordagens qualitativas e quantitativas na aproximação da realidade (Craveiro, 2007).

Dentro da metodologia de investigação, importa então dar a conhecer mas, sobretudo, compreender ambos enfoques de pesquisa e suas especificidades. Apesar de os analisarmos separadamente, Sampieri *et al.* (2006) afirmam que estes, quando utilizados em conjunto, engrandecem a pesquisa: não se substituem, nem se anulam. Desta forma, surge o enfoque misto.

Então, antes de passarmos à análise de cada uma das perspetivas, em traços gerais ambas as metodologias - qualitativa e quantitativa - utilizam cinco etapas comuns e relacionadas entre si (Sampieri *et al.*, 2006):

- ⇒ Observam e avaliam os fenómenos;
- ⇒ Empregam ideias como resultado da observação e avaliação feitas;
- ⇒ Testam e comprovam o grau em que essas ideias têm fundamento;
- ⇒ Fazem revisão das ideias sobre a base dos testes ou da análise;
- ⇒ No final da investigação, sugerem novas observações e avaliações para clarificar e/ou fundamentar as ideias, ou até gerar outras.

Não obstante estas similaridades, passamos de seguida a caracterizar e analisar as particularidades de cada enfoque.

Sampieri *et al.* (2006: 5) afirmam que o enfoque quantitativo

“utiliza a recolha e análise de dados para responder às questões de pesquisa e testar as hipóteses previamente estabelecidas e confia na medição numérica, na contagem e frequentemente no uso de estatística para estabelecer com exatidão os padrões de comportamento de uma população”.

Esta perspetiva pretende recolher dados objetivos e que sejam mensuráveis. Os mesmos autores acrescentam que, para gerar conhecimento, o enfoque quantitativo fundamenta-se no método hipotético-dedutivo e consideram como premissas: a delineação de teorias, a partir das quais derivam as hipóteses; as hipóteses, por sua vez, são submetidas à prova, utilizando os modelos de pesquisa adequados; se os resultados

sustentam as hipóteses, são obtidas evidências a seu favor, mas se os resultados as refutarem, estas são rejeitadas, em procura de melhores explicações e melhores, ou novas, hipóteses. Este tipo de investigação dá-nos a possibilidade de generalizar os resultados de forma mais ampla e de controlar os fenómenos.

Uma vez que o enfoque quantitativo analisa dados objetivos, capazes de serem medidos, coloca-se em questão se este será o mais adequado para o estudo de fenómenos e processos sociais e humanos, que são dinâmicos, subjetivos e relacionados entre si. Nenhum enfoque é melhor que o outro, mas distinguem-se no modo de estudar o fenómeno (Sampieri *et al.*, 2006). Deste modo, considera-se que para aperfeiçoar a análise e compreensão da realidade, contrapõe-se a perspetiva qualitativa, sendo que nesta o investigador lida diretamente com a população ou com o fenómeno a ser estudado e sobre o qual vai aprender (Craveiro, 2007). A mesma autora acrescenta que

“nesta abordagem, pretende-se interpretar em vez de mensurar e procura-se compreender a realidade tal como ela é, experienciada pelos sujeitos ou grupos a partir do que pensam e como agem (seus valores, representações, crenças, opiniões, atitudes, hábitos)” (Craveiro, 2007: 202).

Por estes motivos, Guerra (2006) apelida esta perspetiva de «metodologia compreensiva ou indutiva», pois considera que a sua especificidade é, sobretudo, a orientação para a identificação das práticas quotidianas e das emergências de novos fenómenos sociais. Os defensores deste tipo de metodologia alegam que o seu propósito é articular as diferentes dimensões da vida social, ao mesmo tempo que recusam a rutura entre o «sujeito da ciência» e o «sujeito real». O que realmente se pretende é uma reconciliação entre a teoria e a prática, entre a ciência do geral e o saber particular, entre o indivíduo e a sociedade.

Este enfoque, de acordo com Sampieri *et al.* (2006: 5), “*utiliza a recolha de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e podendo ou não provar hipóteses no seu processo de interpretação*”. Neste sentido, congrega técnicas de recolha de dados como: a observação, a entrevista, a revisão de documentos, o levantamento bibliográfico, a discussão em grupo, a avaliação de experiências pessoais, a inspeção de histórias de vida, a análise semântica e de discursos quotidianos, a interação com grupos ou comunidades e a introspeção. Pelas suas especificidades, é considerada uma investigação holística, na qual é analisado o fenómeno na sua totalidade e não reduzido às partes. No mesmo contexto, Guerra (2006) considera que na denominada investigação qualitativa, se enquadram práticas de pesquisa muito

variadas e, com suporte em Deslauriers (1997), a autora defende que essa variedade diz respeito a um conjunto de técnicas interpretativas, que procuram descrever, decodificar e traduzir certos fenómenos sociais, que se produzem mais ou menos de forma natural. Estas técnicas, por sua vez, dão mais atenção ao significado desses fenómenos do que à sua frequência.

Ao utilizarmos a perspectiva qualitativa na pesquisa, esta seguirá um conjunto de etapas que vão muito ao encontro das etapas do procedimento de investigação já analisado, sendo elas: i) desenvolvimento de uma ideia, tema ou área a investigar; ii) seleção do ambiente ou lugar de estudo; iii) escolha de participantes ou indivíduos de estudo; iv) inspeção do ambiente ou lugar de estudo; v) trabalho de campo; vi) seleção de um projeto de pesquisa ou estratégia a ser desenvolvida no ambiente ou lugar e para recolher os dados necessários; vii) seleção ou elaboração de um ou vários instrumentos para a recolha de dados; viii) recolha de dados (obter as informações pertinentes) e registo dos acontecimentos do ambiente ou lugar; ix) preparação dos dados para análise; x) análise de dados e elaboração do relatório de pesquisa.

Mediante a análise aqui apresentada, e tendo em consideração os grandes objetivos do nosso estudo, optámos pelo método/enfoque qualitativo para a realização da parte empírica desta dissertação. Assim sendo, as técnicas utilizadas prendem-se ao método qualitativo (as quais desenvolvemos adiante). Sobre isto, Carmo & Ferreira (2008: 198) afirma que na metodologia qualitativa

“os investigadores interagem com os sujeitos de uma forma “natural” e, sobretudo, discreta. Tentam “misturar-se” com eles até compreenderem uma determinada situação, mas procuram minimizar ou controlar os efeitos que provocam nos sujeitos de investigação”.

5.4. Definição e Modelo de Pesquisa

Uma vez feita a revisão da literatura, o passo seguinte de um processo investigativo diz respeito à classificação do tipo de estudo a ser efetuado. Esta classificação assume particular importância, pois a estratégia de pesquisa é influenciada pelo tipo de estudo. Sampieri *et al.* (2006) fazem referência a quatro tipos de pesquisa: exploratórios, descritivos, correlacionais e explicativos. Os estudos exploratórios preparam o campo e, geralmente, antecedem os outros três tipos de pesquisa. Os descritivos fundamentam as pesquisas correlacionais, coadunando informação e fomentando a continuidade aos estudos explicativos.

Desta forma, adotámos para a nossa pesquisa os tipos de estudo exploratório e descritivo. Esta seleção dependeu, particularmente, do estado do conhecimento sobre o tema de pesquisa, da escassa produção de conhecimentos nesta área, e ainda do enfoque que se pretende dar ao estudo, que, na nossa investigação, é o qualitativo. Normalmente, os estudos exploratórios determinam tendências, orientações, áreas e situações de estudo para pesquisas posteriores, mais elaboradas e rigorosas (Sampieri *et al.*, 2006). Já o tipo de pesquisa descritivo procura especificar propriedades e características importantes de qualquer fenómeno que se está a analisar. Centrám-nos neste tipo de pesquisa aquando da recolha, tratamento, interpretação e análise dos dados, procurando compreender o fenómeno no seu contexto específico, particularizando as suas especificidades (Sampieri *et al.*, 2006). No nosso caso, entendemos por fenómeno o ES e a sua relação com o TS e, por contexto, entendemos a própria RAM, zona geográfica para onde está direcionada a nossa investigação.

Quanto ao modelo de pesquisa, segundo Sampieri *et al.* (2006), o termo *modelo* pode ser entendido como o plano ou estratégia que se desenvolve para obter a informação necessária numa pesquisa. No âmbito da pesquisa qualitativa, os autores consideram que é opcional definir um modelo de pesquisa, no entanto, recomendam fazê-lo. Mas, por que motivo? Ora, se o modelo for bem definido e planeado, então o produto final do estudo terá maiores possibilidades de êxito para a produção de conhecimento.

Podemos distinguir dois modelos de pesquisa: o experimental, onde ocorre manipulação de variáveis; e o não-experimental, que se desenvolve sem manipulação de variáveis. Por estes motivos, e considerando que o trabalho foi desenvolvido *in loco*, o modelo de pesquisa utilizado foi o não-experimental. Significa então que na “*pesquisa não-experimental (...) [observamos] os fenómenos tal como se produzem em seu contexto natural, para depois analisá-lo*” (Sampieri *et al.*, 2006: 223).

Os modelos não-experimentais, por seu lado, podem ser classificados em: (i) longitudinais, onde os estudos envolvem uma componente temporal longa; e (ii) transversais, onde a recolha de dados é feita num só momento. Daqui, podemos logo retirar que o nosso estudo é não-experimental, do tipo transversal. A recolha de dados irá, portanto, decorrer em tempo único, e não no decurso de um longo período de tempo (Sampieri *et al.*, 2006). Em consonância com os tipos de estudo, adotámos um modelo de pesquisa transversal exploratório, que nos permitiu realizar “*(...) a imersão inicial*

do campo” (Sampieri *et al.*, 2006: 228). Deste modo, procurámos conhecer os contextos em estudo, através de uma exploração inicial, num momento específico.

5.5. Formulação de hipóteses

“As hipóteses indicam o que estamos buscando ou tentando procurar e se definem como tentativas de explicações do fenómeno pesquisado”(Sampieri *et al.*, 2006: 118). No entanto, segundo Guerra (2006), a formulação de hipóteses é uma questão controversa. Enquanto alguns autores acham-nas desnecessárias e até contraditórias com a metodologia compreensiva, outros consideram que essa formulação só deve acontecer na fase exploratória de uma investigação. Sampieri *et al.* (2006) dizem-nos ainda que, na metodologia de investigação qualitativa, não há lugar para a formulação de hipóteses antes da recolha de dados, sobretudo se o tipo de investigação for descritivo e exploratório.

A metodologia compreensiva orienta-se sempre do particular para o geral, em busca da construção de conceitos e modelos explicativos dos fenómenos sociais, mas também da interpretação dos sentidos das dinâmicas sociais. Deste modo, não se trata de verificar hipóteses, mas de ajudar a definir um conjunto de hipóteses, que não é mais que um modelo explicativo potencial (Guerra, 2006). Assim, o que é defendido pela autora é que, o modelo concetual construído a partir da revisão da literatura e dos primeiros contactos com o terreno seja entendido como «representação hipotética do que se pensa existir na realidade», isto é, como um modelo explicativo potencial.

Sendo a nossa metodologia qualitativa, do tipo exploratório e descritivo, adotámos a proposta de Guerra (2006) e definimos as seguintes preposições para o nosso modelo explicativo potencial:

- ⇒ Preposição 1: O Empreendedorismo Social tem efeitos positivos no Terceiro Setor;
- ⇒ Preposição 2: A dinamização do Terceiro Setor influencia o bem-estar humano.

5.6. Técnicas de recolha e tratamento de dados

À semelhança do enfoque quantitativo, a recolha de dados no enfoque qualitativo é fundamental. No entanto, ao invés da análise estatística, o que se procura nesta fase é

obter informação de indivíduos, comunidades, fenómenos, através das próprias palavras, definições ou conceitos dos indivíduos no seu contexto (Sampieri *et al.*, 2006).

Entendemos por “dados” as informações recolhidas pelo investigador, sobre as quais vão incidir a sua análise. Estes podem ser registos ou observações que asseguram que a escrita desenvolvida pelos investigadores, não se baseia em especulações ou em informações não fundamentadas (Bodgan, 1994). No entanto, os dados podem ser primários - os dados são recolhidos pela primeira vez pelo próprio investigador, isto é, por pesquisa direta - ou secundários - são obtidos de forma indireta, ou seja, diz respeito a informação já existente, recolhida e/ou trabalhada anteriormente por outros investigadores (artigos, bases de dados, revistas, livros, entre outros) (Marconi & Lakatos, 2001).

Sabemos que toda a investigação procura a aquisição de determinados resultados. Então, de acordo com o nosso enfoque, modelo e tipo de pesquisa, de entre as muitas técnicas de recolha de dados da metodologia qualitativa, utilizámos aquelas que considerámos apropriadas para garantir uma maior abrangência e profundidade do tema em estudo (Sampieri *et al.*, 2006). Assim, na componente empírica da nossa investigação, foi privilegiada a entrevista semiestruturada, permitindo-nos trabalhar dados primários. No entanto, através da análise documental e análise bibliográfica, transversal a todo o processo de estudo, podemos considerar que recorreremos igualmente a dados secundários.

Todo o procedimento de recolha de dados foi refletido e descrito, de forma a garantirmos a sua análise e compreensão. Só desta forma foi-nos possível dar resposta às questões de pesquisa inicialmente definidas e alcançar os objetivos a que nos propusemos. Contudo, procurámos ter presente em toda a recolha de dados a importância da adoção de uma postura ponderada, reflexiva e imparcial, para que as nossas crenças e experiências de vida não influenciassem a investigação (Sampieri *et al.*, 2006).

Quanto às técnicas de tratamento de dados, recorreremos à análise de conteúdo proposta por Guerra (2006).

5.6.1. A entrevista

A entrevista pode ser definida como uma conversa entre, pelo menos, duas pessoas: o entrevistador e o entrevistado, onde, através do diálogo, estabelecem um

espaço de comunicação e de interação humana. A realização de uma entrevista pressupõe, portanto, uma relação direta entre os envolvidos e contribui para alargar ou até retificar o campo de investigação desenvolvido na revisão da literatura (Sampieri *et al.*, 2006; Quivy & Campenhoudt, 1998).

O principal objetivo desta técnica é obter respostas sobre o tema, problema ou tópico de interesse, nos termos, linguagem e perspetiva do entrevistado. O “especialista” é o entrevistado, assim o entrevistador (que numa investigação é, normalmente, o próprio investigador), a partir de uma escuta ativa, deve interpretar e compreender a informação transmitida. O que nos interessa é o conteúdo e a narrativa de cada resposta (Sampieri *et al.*, 2006). Estabelece-se assim uma troca, durante a qual o entrevistado exprime as suas perceções, interpretações e experiências de um acontecimento ou situação, enquanto o entrevistador, através das suas questões e reações, procura com que a entrevista não se distancie dos objetivos da investigação. No final, o teor da entrevista será objeto de análise de conteúdo (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Quanto à estruturação, as entrevistas podem ser: semiestruturadas, estruturadas ou não-estruturadas. Na nossa investigação a escolha recaiu sobre as entrevistas semiestruturadas, com o intuito de termos um fio condutor que vá ao encontro dos nossos objetivos de estudo. Estas baseiam-se num guia de questões, onde o investigador tem a liberdade, se for pertinente, de introduzir mais questões para maior precisão e/ou informação sobre os conceitos e temas em análise (Sampieri *et al.* 2006; Quivy & Campenhoudt, 1998).

E que aspetos devem ser tidos em conta para a realização das entrevistas?

Em primeira instância, a marcação¹⁵ das entrevistas deve ser sempre feita com antecedência, e o entrevistado deve já ter conhecimento do objeto de trabalho, da sua importância no fornecimento de informações, a duração prevista e a licença para gravar, entre outros aspetos (Guerra, 2006).

Ao nível do discurso na condução da entrevista, diversos autores consideram que a verbalização franca por parte do informador é fundamental. Assim, quanto menos for a intervenção do entrevistador, maior será a riqueza da informação recolhida. Importa lembrar que neste procedimento, o objeto da entrevista é apreender o sentido subjacente aos aspetos sociais, assim foi indispensável explicar com clareza o objetivo da entrevista e os temas subjacentes. Só assim foi possível estabelecer uma relação de

¹⁵ O contacto com os entrevistados participantes foi estabelecido via correio eletrónico e/ou de forma presencial.

parceria, capaz de gerar “flexibilidade” nos dois elementos da interação (Guerra, 2006).

A construção do guião das entrevistas, afigura-se também com um aspeto central. À semelhança da assertividade na condução da entrevista, a clarificação dos objetivos e das dimensões em análise contidas na entrevista constituem-se como as questões mais importantes. Atendendo ao carácter exploratório da nossa investigação é sugerido por Guerra (2006) que, numa primeira fase, o guião seja construído em função dos objetivos definidos. Na presente dissertação de mestrado, seguimos uma das propostas de guião¹⁶ sugeridas pela autora, contendo, primeiramente, uma breve apresentação e objetivos da entrevista, seguida de uma grelha organizada em três pontos: tópicos, perguntas e informação pretendida. Ao nível das questões, optámos por questões abertas, pois

“permitem aos inquiridos expressarem-se através das suas próprias palavras; Não sugerem respostas (...); Indicam o que é mais relevante no espírito dos inquiridos, indicam a intensidade dos sentimentos dos inquiridos; Permitem identificar complexos quadros de referência e influências motivacionais (...)” (Foddy, 1996: 143).

A gravação de áudio¹⁷, sempre que possível e autorizada, é sugerida fazer, complementadas com anotações por parte do entrevistador. É igualmente aconselhável realizar a transcrição das entrevistas.

O tempo e o lugar das entrevistas, são também aspetos cruciais. Dependendo do tipo de pesquisa, o tempo de duração das entrevistas é muito variável. No entanto, o tempo máximo desejável, para não criar mal-estar no entrevistado, é de três horas. Quanto ao lugar, as entrevistas devem ser realizadas, preferencialmente, em lugar neutro ou de fácil controlo pelo entrevistado. Este controlo do espaço permite que o entrevistado se sinta mais confortável, mas também mais capaz de gerir o tempo (Guerra, 2006). No nosso caso em particular, o entrevistador deslocou-se sempre ao local sugerido pelo entrevistado.

5.6.2. Análise bibliográfica

Quando iniciamos um trabalho de investigação é pouco provável que o tema em análise não tenha sido antes abordado por outra pessoa. Deste modo, é normal que um investigador procure conhecer os trabalhos anteriormente realizados, que incidam sobre

¹⁶ Vide Apêndice I – Guiões das entrevistas

¹⁷ Aquando do contacto estabelecido para a realização da entrevista, solicitámos autorização para gravação de áudio. No caso em que, por lapso, não ocorreu, recorreremos à Declaração de Consentimento Informado: Vide Apêndice II.

o mesmo objeto de estudo, ou similar, e explicita o que o aproxima ou distingue das outras correntes de pensamento (Quivy & Campenhoudt, 1998). Este processo pode ser então denominado por revisão da literatura, análise bibliográfica ou ainda por leituras (Sampieri *et al.*, 2006; Quivy & Campenhoudt, 1998).

Mas, como realizar esta análise correta e eficazmente? Quivy & Campenhoudt (1998) apresentam-nos cinco critérios gerais que deverão ser adotados durante esta etapa: i) é importante que todo o trabalho tenha um fio condutor e não se perca das questões de partida já definidas; ii) considerando a premissa de que não é possível ler tudo, é preferível que se leia de, modo aprofundando, obras que apresentem reflexões sínteses ou artigos, do que propriamente ler superficialmente algumas páginas de obras muito densas; iii) sempre que possível, procurar documentos que não se limitam à apresentação de dados, mas que reflitam sobre eles; iv) ter o cuidado de recolher textos que abordem diversas perspetivas sobre o fenómeno em estudo; v) dedicar um tempo à reflexão pessoal sobre o que foi lido.

A partir da mesma da revisão da literatura, procurámos situar o nosso estudo dentro da grande área de investigação e contextualizá-lo, aumentar a nossa perceção sobre o tema, bem como sobre os principais autores que o estudam. Esta foi sustentada pela pesquisa e análise de livros, artigos científicos, resumos de congressos, entre outros.

A revisão da literatura assume-se então como uma parte vital de um processo de investigação, sendo indispensável, não só para definir o problema, mas para obter uma ideia concreta e objetiva sobre o estado atual dos conhecimentos inerentes a um determinado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento (Bento, 2012).

5.6.3. Análise documental

Relativamente à análise documental, esta constitui-se como uma técnica importante na pesquisa de abordagem qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja revelando novos aspetos de um tema ou problema (Ludke & André, 1986). Tal como afirmam Quivy & Campenhoudt (1998: 81)

“(...) as entrevistas, observações e consulta de documentos diversos coexistem frequentemente durante o trabalho exploratório. Nos três casos, os princípios metodológicos são fundamentalmente os mesmos: deixar correr e olhar sem se obstinar sobre uma única pista, ouvir à sua volta sem se contentar com uma só

mensagem, aprender os ambientes e, finalmente, procurar discernir as dimensões essenciais do problema estudado”.

Na presente investigação analisámos documentos facultados pelas entidades entrevistadas, que nos permitiram obter não só um conhecimento mais detalhado de determinados conteúdos, mas também, complementar as informações obtidas através das próprias entrevistas.

Como qualquer técnica de recolha de dados, a análise documental tem as suas vantagens e desvantagens, e implica um conjunto de pressupostos que devem ser tidos em consideração: por um lado, os documentos analisados são obtidos gratuitamente ou a baixo custo e proporcionam o acesso a informações passadas, que não foram observadas pelo investigador; por outro, nem sempre é facultado o acesso aos documentos, podem não conter toda a informação detalhada e, podem ainda, ser documentos previamente alterados (Quivy & Campenhoudt, 1998; Igea *et al.*, 1995).

5.6.4. Análise de Conteúdo

Guerra (2006) propõe, para o tratamento da informação recolhida no âmbito de uma entrevista, o processo de análise de conteúdo. Esta, segundo a mesma autora, pretende descrever as situações, mas também decifrar e interpretar o sentido daquilo que foi dito. Mais do que a análise dos aspetos formais do discurso, o que aqui se pretende é obter um conhecimento relativo a um objeto exterior a eles mesmos. As entrevistas semiestruturadas e a análise de conteúdo são, portanto, métodos complementares pois permitem analisar o conteúdo implícito: as dinâmicas da comunicação (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Como se procede a análise de conteúdo?

Uma vez efetuadas as entrevistas, torna-se necessário transcrevê-las. Para tornar mais célere este processo, a transcrição deve ser imediatamente feita no computador, transcrevendo tudo o que é entendido na audição. Posteriormente, devemos rever a gravação e preencher as possíveis lacunas deixadas. Por fim, passamos a redigir um discurso capaz de ser perceptível, com pontuação e eliminação de elementos inúteis (Guerra, 2006).

Após a transcrição das entrevistas, deve ser feita uma leitura das mesmas. Para tal, é aconselhável imprimi-las, de modo a que se torne mais simplificado o processo de sublinhar algumas das frases do texto. Simultaneamente, devem ser feitas anotações de

temáticas e problemáticas abordadas. De destacar que, no decorrer desta fase, podem ser identificados novos temas que emergiram no discurso e que não estavam contemplados no guião da entrevista (Guerra, 2006).

Com base na leitura efetuada, a etapa seguinte diz respeito à construção de sinopses das entrevistas.

“As sinopses são sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados. Trata-se portanto de material descritivo que, atentamente lido e sintetizado, identifica as temáticas e as problemáticas (...)” (Guerra, 2006: 73)

Têm como principais objetivos: reduzir o material a trabalhar, identificando o conteúdo mais central da entrevista; possibilitar o conhecimento da totalidade do discurso, como também das suas diversas componentes e facilitar a comparação longitudinal das entrevistas (Guerra, 2006).

Depois disto, é feita uma análise descritiva que, como o nome indica, pretende descrever o que foi dito pelos entrevistados, de forma mais organizada e condensada. Não obstante, mais do que uma descrição, o que se procura é compreender o sentido que está subjacente à descrição dos fenómenos, quer através da rearticulação de variáveis, quer através da ligação de fenómenos estruturais conhecidos pelo investigador. Então, nesta transição para o nível interpretativo, é possível conceber novos conceitos e avançar com proposições teóricas que possam explicar o fenómeno em estudo (Guerra, 2006).

5.7. Seleção da amostra

De modo a garantirmos que todas as dimensões da investigação são compreendidas, consideramos pertinente abordar e clarificar todos os conceitos. Desta forma, no enfoque em estudo - qualitativo - a amostra define-se como uma unidade de análise sobre a qual deverão ser recolhidos dados sem que, necessariamente, seja representativa da população que se estuda (Sampieri *et al.*, 2006).

Por sua vez, as amostras podem ser: probabilísticas ou não-probabilísticas. As amostras probabilísticas correspondem a um “*subgrupo da população no qual todos os elementos possuem a mesma possibilidade de serem escolhidos*” (Sampieri *et al.*, 2006: 252). Estas podem ser sistemáticas, aleatórias, estratificadas ou por conglomerados. No caso de amostras não-probabilísticas, a escolha também recai num subgrupo da

população, porém a escolha dos elementos não depende da probabilidade, mas sim das características da pesquisa e da decisão do investigador (Sampieri *et al.*, 2006).

Atendendo ao nosso enfoque de estudo e aos objetivos da nossa investigação, utilizámos a amostra não-probabilística e, dentro desta, integrámos na nossa investigação: i) investigadores especializados - pois detêm um vasto conhecimento sobre o tema e ajudam-nos a enriquecer o nosso, com a exposição dos resultados dos seus estudos, dos procedimentos utilizados, e possíveis sugestões; ii) testemunhas privilegiadas - pessoas que pela sua posição têm um bom conhecimento sobre o problema em estudo, podendo pertencer ao público que incide o estudo ou ser-lhes exterior, mas muito próximo; iii) público a quem o estudo diretamente respeita - pois, associado às suas vivências detêm um conhecimento particular sobre a problemática (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Assim, realizámos entrevista a:

- I) Investigadores especializados, da área do ES e do TS: Tiago Ferreira, Coordenador de Acompanhamento do IES; Carlota Quintão, Investigadora na área do Empreendedorismo Social e Terceiro Setor e membro da A3S; Cristina Parente, Coordenadora do Estudo “Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação” e membro da A3S; Armando Guimarães, Mestre em Economia Social, investigador na área do Voluntariado, do Empreendedorismo Social e do Terceiro Setor;
- II) Testemunhas privilegiadas: Dr.^a Lúcia Dias, Presidente da Delegação da Madeira da Associação Alzheimer Portugal;
- III) Público-alvo: Na nossa investigação, não sendo adequado envolver os próprios doentes de Alzheimer, procurámos envolver a família. Assim, contámos com a participação de três familiares, no papel de cuidadores e ex-cuidadores. Em particular para esta categoria utilizámos a amostra por conveniência¹⁸, ou seja, através da proximidade com a própria sociedade e do diálogo com instituições, foi-nos permitido identificar indivíduos com os atributos pretendidos por nós, que mediante o nosso contacto, aceitaram participar no estudo.

¹⁸ “São selecionados os indivíduos ou o grupo social, porque possuem um ou vários atributos que ajudam a desenvolver uma teoria” (Sampieri *et al.*, 2006: 274).

Tivemos então contemplado no nosso estudo as três categorias de pessoas que Quivy & Campenhoudt (1998) consideram como interlocutores válidos num processo investigativo. Assim sendo, a partir desta triangulação de conhecimentos tentaremos identificar, compreender e analisar de que forma esta vai ao encontro da nossa questão e objetivos de pesquisa.

5.8. Síntese do capítulo

Apresentámos ao longo deste capítulo as opções metodológicas feitas por nós, mais precisamente, as diretrizes que seguimos para realizar a componente empírica da nossa investigação.

Vimos que, qualquer investigação que se realize, procura a produção de conhecimento. Para tal, existe um conjunto de etapas a ser rigorosamente seguido. Estas, por seu turno, são condicionadas pela metodologia de investigação adotada que, no nosso caso, atendendo à nossa questão e objetivos de pesquisa, foi o enfoque qualitativo, também denominado por metodologia compreensiva (Guerra, 2006). Este tipo de pesquisa pretende interpretar e compreender a realidade tal como ela é, articulando as diferentes dimensões da vida social. Como tal, é um estudo não-experimental, pois não implica a manipulação de variáveis, do tipo transversal, de carácter exploratório e descritivo.

Ao nível das técnicas de recolha e tratamento de dados, a técnica privilegiada foi a entrevista semiestruturada, mas também recorreremos à análise bibliográfica e análise documental. Já para o tratamento desta informação, particularmente dos dados obtidos nas entrevistas, recorreremos à análise de conteúdo sugerida por Guerra (2006), a qual pretende descrever as situações, decifrar e interpretar o sentido da interação entre o entrevistador e o entrevistado, isto é, a adequada análise daquilo que foi dito.

Relativamente à seleção da amostra e, tendo por base o enfoque da nossa investigação, foi uma amostra não-probabilística, selecionada de acordo com as características da nossa pesquisa. Aqui seguimos as propostas dos autores Quivy & Campenhoudt (1998) que nos indicam que elementos devemos envolver num processo investigativo desta natureza, isto é, a quem vamos aplicar as entrevistas. Nesta ótica, aplicámo-las a três categorias de pessoas: i) Investigadores especializados na área do Empreendedorismo Social e do Terceiro Setor; ii) Testemunhas privilegiadas; iii) Público a quem se dirige o nosso estudo.

**CAPÍTULO 6. TRATAMENTO DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS
RESULTADOS**

6.1. Introdução

Uma vez recolhidos os dados empíricos do nosso estudo, a etapa do processo investigativo que aqui se inicia, consiste na sua interpretação e análise. O desenvolvimento desta é determinado quer pelas questões e objetivos de investigação, previamente formulados, quer pelo tipo de dados que foi recolhido (Quivy & Campenhoudt, 1998; Sampieri *et al.*, 2006).

Sobre a nossa investigação em particular, os dados recolhidos foram qualitativos, logo a análise será qualitativa. Este tipo de análise pode ser definido como o “ (...) *process of systematically searching and arranging the interview transcripts, field notes and other materials that you accumulate to increase your own understanding of them and to enable you to present what you have discovered to others (...)*” (Bogdan & Bicklen, 1994). Assenta ainda em dois pressupostos: i) a segmentação dos dados visando sua categorização (“ (...) *breaking them into manageable units (...)*” (Boeije, 2010: 76)); e ii) a articulação dos dados, tornando-os num todo lógico e coerente.

Complementando, Sampieri *et al.* (2006) coadunam que os objetivos centrais da análise qualitativa prendem-se com: i) ordenar os dados; ii) organizar as categorias e os temas de análise; iii) compreender o contexto no qual estão inseridos os dados; iv) descrever as experiências das pessoas, com base na sua perspetiva, linguagem e expressão; v) interpretar as categorias e os temas; vi) explicar contextos ou fenómenos; vii) gerar (novas) questões de pesquisa; viii) reconstruir histórias; ix) relacionar os resultados da análise com a teoria fundamentada.

Serão sobre estas considerações que dedicaremos a nossa atenção para o desenvolvimento do presente capítulo. Não obstante, vamos seguir a proposta de análise de conteúdo da autoria de Guerra (2006), apresentada na sua obra “*Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*”, cuja explicação em maior detalhe consta no capítulo anterior.

6.2. Análise Qualitativa: análise das entrevistas

Em concordância com os desenvolvimentos do Capítulo IV - no âmbito das técnicas de recolha e tratamento de dados - para procedermos ao tratamento das entrevistas realizadas, recorreremos à análise de conteúdo. Esta técnica estrutura-se em

quatro etapas: i) transcrição; ii) sinopse; iii) análise descritiva; e iv) análise interpretativa (Guerra, 2006).

Enquanto as transcrições e sequentes sinopses permitem uma visão mais ampla sobre toda a narrativa, o que vamos agora apresentar neste subcapítulo é a análise descritiva e interpretativa ao conteúdo das entrevistas realizadas no decorrer da nossa investigação¹⁹ (tendo por base, naturalmente, as transcrições e sinopses das mesmas). Para tal, optámos por estruturar esta análise em três grupos distintos, tendo em conta o seu tipo de semelhança, nomeadamente, ao nível da proximidade do conteúdo. Portanto, ao encontro das três categorias de pessoas que identificámos no Capítulo IV como parte integrante da nossa amostra, vamos realizar: i) análise das narrativas da categoria de Público-alvo²⁰, mais concretamente, familiares-cuidadores de doentes de Alzheimer; ii) análise da narrativa da Testemunha privilegiada²¹; iii) análise das narrativas dos Investigadores especializados²² na área do ES e do TS.

Uma vez feita esta apreciação individual de cada categoria, realizaremos uma análise global, procurando articular e comparar as informações obtidas nos três grupos.

6.2.1. Público-alvo: familiares-cuidadores de doentes de Alzheimer

Empenhados em realizar uma análise descritiva e interpretativa das narrativas dos entrevistados, dividimos este ponto em dois: num primeiro lugar, vamos apresentar a descrição das narrativas, para posteriormente nos dedicarmos à análise reflexiva e interpretativa das mesmas.

6.2.1.1. Análise descritiva da narrativa – Público-alvo

Nesta categoria de entrevistados, contámos com a participação de três indivíduos, que assumem/assumiam o papel de familiar-cuidador de um doente de Alzheimer na RAM. De forma a garantirmos o seu anonimato, codificámo-los em: Familiar 1 (F1), Familiar 2 (F2) e Familiar 3 (F3).

Interessa referir que, singularmente nesta categoria, nenhum dos entrevistados autorizou a gravação de áudio. Os motivos explicativos prendem-se com a grande componente emocional envolvida, associada à sensibilidade ao tema, ao desgaste e

¹⁹ O desenvolvimento da componente prática da nossa investigação desenvolveu-se entre janeiro e março de 2014.

²⁰ Vide Apêndice III - Transcrição e Sinopse das entrevistas: Público-alvo

²¹ Vide Apêndice IV - Transcrição e Sinopse das entrevistas: Testemunha-privilegiada

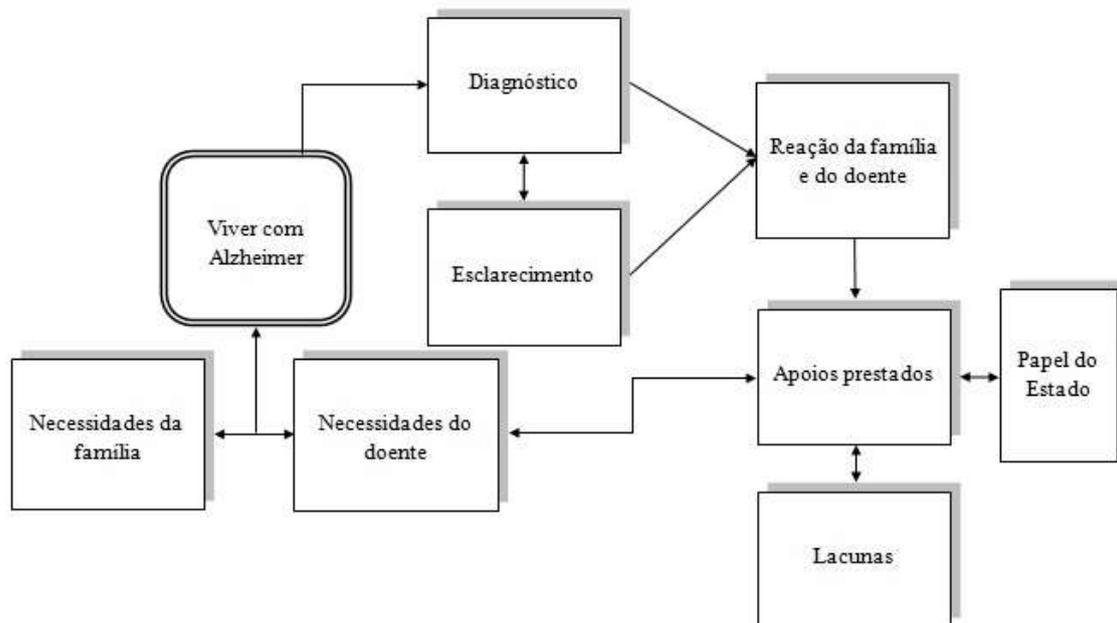
²² Vide Apêndice V - Transcrição e Sinopse das entrevistas: Investigadores especializados

algum sentimento de insatisfação face ao acompanhamento prestado aos respetivos familiares. Como tal, sentimos a necessidade de integrar outra técnica de recolha de dados que não tinha sido previamente pensada por nós, nomeadamente a observação participante²³.

O envolvimento destes elementos teve como principal objetivo compreender de que modo é encarado pela família - que nestes casos assumiu um papel ativo de cuidador - um processo de doença, que é irreversível, nas suas diferentes dimensões. Mais especificamente, o nosso ponto de partida foi a problemática “Viver com Alzheimer”. E que aspetos procurámos conhecer? Começámos pelo processo de diagnóstico da doença e que esclarecimento foi dado sobre o mesmo. Perante esses factos, qual foi a reação da família e do doente? Neste âmbito, procurámos conhecer os tipos de apoio que lhes foram prestados e, nessa ótica, qual o papel do Estado e que lacunas a família deteta/detetou. Por fim, tentámos também perceber de que forma os apoios prestados vão, realmente, ao encontro das necessidades do doente e da própria família.

Todo este procedimento encontra-se sintetizado no Figura 7:

Figura 7. Modelo analítico de partida para a entrevista – Público-alvo



Fonte: Elaboração própria com recurso à teoria de Guerra (2006)

²³ Tem como objetivo explorar ambientes, contextos e aspetos sociais, descrever comunidades, pessoas, significados, contextos e atividades que se desenvolvem nelas, compreender processos, inter-relações entre pessoas e as suas situações, identificar problemas e gerar hipóteses para futuros estudos (Sampieri *et al.*, 2006).

No estatuto de familiares-cuidadores, os três participantes estabelecem/estabeleciam grau de parentesco direto com o doente de Alzheimer: mãe e netas. Relativamente ao processo de diagnóstico, igualmente nas três situações, ocorreu depois dos 65 anos. A família desempenhou aqui um papel fulcral, ao identificar no doente alterações na capacidade de memória e de retenção da informação.

Ao nível do esclarecimento do então diagnóstico, vimos uma ligeira divergência de opiniões. Dois dos familiares reconhecem ter sido bem informados sobre o mesmo (“ (...) o médico disse que não há tratamento para isso. A medicação é só um travão para não avançar tão rápido (...) vai avançando, mas muito devagar” (F1); “(...) fomos esclarecidos e informados sobre o normal e suposto processo da doença e as suas características” (F3)), enquanto outro familiar, não considerou a informação dada muito esclarecedora (“ (...) a informação perante o médico não foi muito esclarecedora em relação às fases que um doente de Alzheimer poderá passar (...)” (F2)). Neste último caso em particular, foi a atitude proativa da família ao nível do levantamento de informação que facilitou a compreensão de todo o processo.

Mediante esta situação, identificámos três tipos de reações distintas por parte dos familiares e dos próprios doentes:

- ⇒ “ (...) ela já não se apercebia de nada, para ela foi esquecimento. Eles não aceitam que se esquecem, fazem tudo para a família não ver (...) não admitem (...) para nós não foi muito agradável, mas temos que aceitar. Já era uma idade avançada e a aceitação acabou por ser mais fácil (...) Nós... todos os filhos, tivemos que mudar os nossos hábitos de vida, temos que acompanhá-la sempre de dia e de noite” (F1);
- ⇒ “A família reagiu bem, mas tinha consciência que ia ser muito difícil todo este processo (...) o doente nunca teve noção do quão grave era... e foi a doença” (F2);
- ⇒ “O sentimento inicial da família foi de instabilidade e incerteza face à novidade e adaptação à doença. Quanto ao doente, teve um sentimento de rejeição e negação, por não ter conseguido por si só identificar sintomas (...)” (F3).

No que concerne aos apoios prestados, verificámos uma convergência nas respostas em que, nos três casos, não contaram/contam com o apoio de qualquer entidade. No entanto, o motivo explicativo desta situação diferencia-se. Por um dos

familiares é reconhecido o desconhecimento de qualquer resposta social neste âmbito: “(...) nunca fomos a associações, nem sei de nada” (F1); no segundo caso, foi solicitado o apoio mas, por sua vez, a família deparou-se com uma longa morosidade dos serviços: “(...) na altura éramos associados à Associação Portuguesa dos Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer, mas esta nunca forneceu-nos nenhuma ajuda material nem de apoio emocional. Ajuda pela qual foi requisitada por nós (...) e até hoje... nada” (F2); no terceiro caso, referem como motivo o facto de não haver respostas sociais formais e específicas no domínio da Alzheimer: “Não temos, nem tivemos apoio de instituições. Conhecemos a existências de centros de dia e lares, mas não é nada específico para pessoas com doença de Alzheimer” (F3).

Além deste desconhecimento de respostas sociais ou morosidade por parte das mesmas, são identificadas lacunas ao nível da prestação de cuidados para estes doentes. São destacados aspetos como a falta de serviços especializados ou o diminuto apoio ao nível da medicação (“Faltam apoios, faltam lugares pensados neles, profissionais pensados só p’ra eles... uma série de coisas ainda...” (F1); “Mais apoios na medicação (...) são muito caros” (F2)).

Ao nível da atenção prestada aos próprios familiares é, igualmente, identificada uma insuficiência. Há uma tendência dos familiares em considerar que a família acaba por ser descurada neste processo: “ (...) Quase que não é dada a devida a atenção aos doentes, quanto mais aos familiares” (F2); “O cuidador/família fica geralmente em segundo plano, sendo a pessoa principal o doente” (F3).

Nesta lógica de apoio, o papel do Estado é uma componente abordada mas, à semelhança de algumas das respostas anteriores, tende a divergir. Um dos familiares enaltece o papel desta entidade, mas procura contextualizá-lo no seio da conjuntura atual. Assim, considera que:

“ (...) tem um papel fundamental (...) devendo criar e apoiar instituições, bem com as suas famílias. No entanto, face à instabilidade económica do país e à priorização de outros cuidados, não considero que atualmente o (...) Estado e o Serviço de Saúde tenham um papel ativo (...) no tratamento desta doença” (F3).

Com uma visão menos positiva, outro familiar refere: “Nunca tivemos apoio do Estado, o médico de família nunca encaminhou (...) não foi capaz de encaminhar para o hospital. Nós é que recorremos ao privado (...) ela está a ser tratada e tudo é pago por nós” (F1). Outro familiar refere que a atuação do Estado cinge-se à participação

dos medicamentos: “*Comparticipa com uma pequena percentagem nos medicamentos específicos*” (F2).

Como resultado de todo este processo de doença há um conjunto de sentimentos e necessidades identificados pela família:

- ⇒ “[o pior] *é não nos conhecer (...) não nos conhece como filhos (...) já estamos habituados... no início custava mais, dava uma dor no coração*” (F1);
- ⇒ “[perturba] *a degradação gradual destes doentes*” (F2);
- ⇒ “[preocupa] *a falta de apoios a vários níveis... medicamentos, apoios ao cuidador, apoios nas consultas especializadas, etc. (...)*” (F3).

Este tipo de sentimentos gera na família um desgaste e uma necessidade de apoio direcionado para si própria:

- ⇒ “*Às vezes sim [sente necessidade de apoio]... é normal sentir (...) é um desgaste grande, dá cabo de uma pessoa*” (F1);
- ⇒ “*(...) precisávamos de descanso em certas alturas*” (F2);
- ⇒ “*A instabilidade da doença é o fator mais cansativo (...) os períodos de confusão alternados com períodos de orientação (...) levam à exaustão do doente, bem como dos seus cuidadores e família (...)*” (F3).

Quando questionados sobre a necessidade de apoio especializado para o doente de Alzheimer, as respostas são concordantes entre si. Os três participantes argumentam que há falta de um lugar específico para estes doentes, com atividades especificamente pensadas para eles e profissionais especializados neste tipo de demência. Referem também a importância de haver uma intervenção direcionada para os familiares/cuidadores:

- ⇒ “*Nós no início queríamos isso, achávamos que se houvesse um lugar específico para ela era melhor. Mas eles são postos com outros doentes, sem acompanhamento especializado. Se fosse com uma equipa preparada (...) mesmo para isso, ia ser melhor. É uma doença que é preciso muita paciência. Nós somos 4 filhos e é uma semana a cada para não sobrecarregar, agora imagine o que é todos os dias com várias pessoas assim (...) faz falta sim um lugar desses, deviam de dar mais atenção a estas coisas*” (F1);

- ⇒ “ (...) através de um centro especializado poderíamos reunir os doentes e seus familiares e possibilitar a troca de experiências, assim como de aprendizagem” (F2);
- ⇒ “ (...) um sítio onde os doentes pudessem estar diariamente com atividades adequadas (...) bem como onde pudessem ficar para descanso dos cuidadores e também em fases mais avançadas da doença” (F3).

6.2.1.2. Análise reflexiva e interpretativa sobre as entrevistas realizadas ao Público-alvo

De acordo com a percepção dos elementos correspondentes expressa no decurso das entrevistas, com o intuito de clarificar condensadamente a informação, apresentamos na Tabela 8 os principais pontos positivos, pontos negativos e expetativas, por eles mencionados:

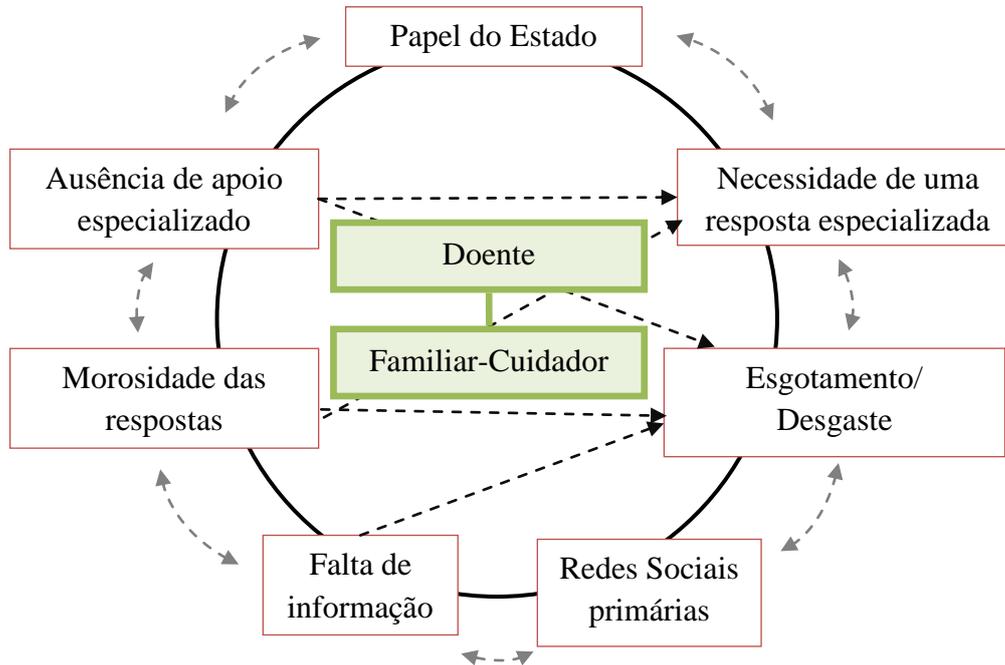
Tabela 8. Quadro síntese da percepção do público-alvo - familiares-cuidadores de doentes de Alzheimer

Pontos positivos	Pontos negativos	Expetativas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Esclarecimento por parte do médico particular; ✓ Participação do Estado sobre uma parte da medicação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de informação; ▪ Desconhecimento de respostas sociais; ▪ Morosidade dos serviços; ▪ Falta de respostas especializadas: para o doente e para os familiares-cuidadores. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estado deverá ter um papel mais ativo: criar e apoiar instituições; Maior apoio na medicação; ➤ Deverá ser pensada a criação de um espaço, destinado, especificamente, a doentes de Alzheimer e aos familiares-cuidadores.

Fonte: Elaboração própria

Com base na Tabela 8 e em toda a informação recolhida nas entrevistas realizadas, construímos a Figura 8. Nesta, interrelacionamos as principais categorias analisadas, de forma a clarificar e descrever todo o processo de doença de Alzheimer na perspectiva dos familiares-cuidadores participantes no nosso estudo:

Figura 8. Processo de doença de Alzheimer na visão dos Familiares-cuidadores



Fonte: Elaboração própria com recurso à teoria de Guerra (2006)

Verificámos que há um conjunto de fatores interrelacionados que, formando um ciclo vicioso, determinam a perceção, o sentimento e a condição dos doentes e familiares-cuidadores no decurso de um processo de doença de Alzheimer.

Representados na categoria “Redes sociais primárias”, estes familiares-cuidadores manifestam um sentimento de desgaste, que deriva de aspetos como a falta de informação e a morosidade das respostas por parte dos serviços a que acorrem. Estes, por seu turno, podem ser explicados pela ausência de respostas sociais especializadas no domínio da Alzheimer e por uma intervenção do Estado divergente daquela que as famílias esperam/esperavam. Este défice de instrumentos de apoio pode então ser explicado sob duas perspetivas: por um lado, os familiares-cuidadores parecem não conhecer as respostas sociais existentes e, por conseguinte, não as procuram; por outro, não têm acesso, por impedimentos burocráticos da sociedade.

Toda esta situação pode ser justificada pelo facto de Portugal ter um “quase-Estado-Providência” e apresentar características que o integram no “Síndrome do Sul”: baixo nível de produtividade; elevada mão-de-obra não qualificada; forte tradição centralista, associada à presença de períodos autoritários longos; forte presença da Igreja; Estado com fracos recursos, com funções somente supletivas e protetoras

(Hespanha, 2001; Santos & Ferreira, 2001); e ainda, particularismos e clientelismos - fenómenos estes que se podem designar por privatização do Estado, mais explicitamente, “*recursos estatais postos ao serviço de grupos de indivíduos e para a prossecução dos seus interesses particulares*” (Santos, 2002: 62). As políticas sociais em Portugal têm, portanto, sido influenciadas pelas fragilidades da realidade socioeconómica do país, sendo consideradas fragmentadas e descontínuas (Rodrigues, 2003). Não sendo o Estado português um verdadeiro Estado-Providência, a sociedade-providência, em que a família desempenha um papel crucial, “compensa” as lacunas da proteção estatal, segundo modelos de solidariedade social (Santos, 2002).

Esta incapacidade do Estado em assumir as funções que lhe eram incutidas, permite-nos compreender a ascensão de movimentos organizados e formais de apoio, que numa ótica de responsabilidade partilhada com o Estado, aplica medidas de política social (Quintão, 2004a). No entanto, para que esta co-responsabilização possa efetivamente se concretizar, parece-nos que as responsabilidades e o campo de atuação do Estado devem ser claramente definidos para que, por sua vez, o TS redefina as suas atividades neste tipo de paradigma económico-social. Só assim estas entidades chegarão, de forma eficaz, às populações.

6.2.2. Testemunhas privilegiadas: Associação Alzheimer Portugal - Delegação da Madeira

À semelhança da categoria de análise anterior, estruturamos este ponto em duas dimensões. Numa primeira instância, vamos apresentar a descrição das narrativas para, em seguida, nos dedicarmos à análise reflexiva e interpretativa das mesmas.

6.2.2.1. Análise descritiva da narrativa – Testemunha privilegiada

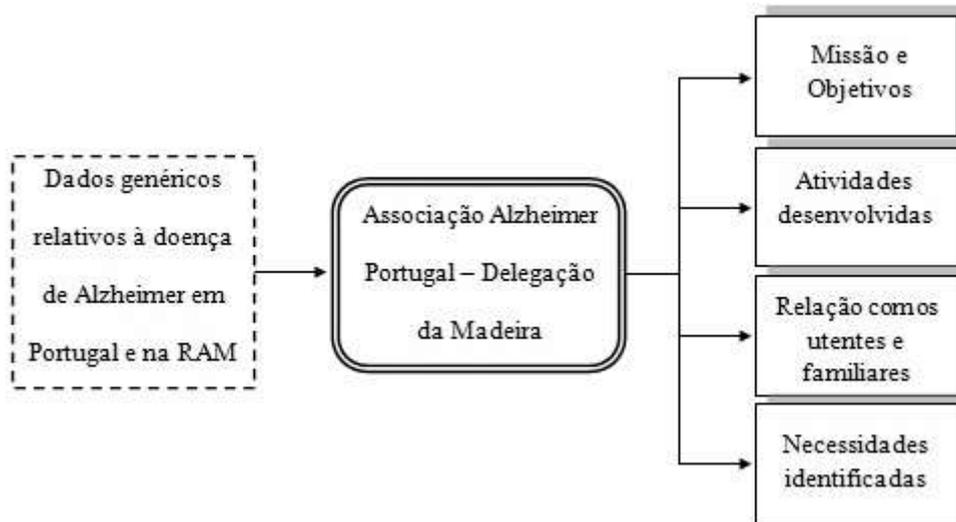
Na categoria de Testemunhas Privilegiadas, contámos com a participação de um elemento representativo da Associação Alzheimer Portugal da Delegação da Madeira, mais concretamente a Diretora da própria Delegação Regional, Dr.^a Lúcia Dias. Este é, em nossa opinião, um número redutor de participantes nesta categoria. Não obstante, representa a única entidade da RAM com resposta específica para os doentes de Alzheimer. Para o tratamento da narrativa deste participante, atribuímos-lhe a codificação Entrevistado 1 (E1).

Importa referir que, para uma maior amplitude de conhecimento sobre a doença de Alzheimer na RAM, era nossa pretensão envolver, igualmente, nesta categoria o Serviço Regional de Saúde (SESARAM, E.P.E.). Para tal, efetuámos os devidos procedimentos a requerer autorização²⁴ para realizarmos entrevista com um dos profissionais da entidade - em particular da especialidade de Neurologia -, tendo os primeiros contatos sido favoráveis ao nosso pedido. No entanto, aquando da realização da entrevista, num dos espaços físicos da própria entidade, o médico neurologista destacado, não tinha total conhecimento da informação desejada. Este informou que os dados por nós pretendidos implicariam um longo período de levantamento e de análise por parte dos profissionais da própria entidade, o que inviabilizou a nossa pretensão. Mediante tal situação, por impossibilidade temporal de ambas as partes, a entrevista não foi realizada. Portanto, o que se procurou com a entrevista desta categoria, foi efetuar um levantamento do tipo de intervenção desenvolvido pela Delegação e das principais necessidades que a Delegação identifica no seu campo de ação. Assim, não vamos realizar qualquer análise comparativa, mas sim uma leitura e interpretações singulares.

Conforme sintetizado na Figura 9, procurámos, numa primeira instância e de forma mais global, compreender como se caracteriza a doença de Alzheimer: a sua dimensão em Portugal e, especificamente, na RAM. Em seguida, centrámo-nos na própria Delegação, de forma a adquirirmos conhecimento sobre a sua missão, os seus objetivos, o tipo de atividades que desenvolve e para quem as direciona, as necessidades que identifica no decorrer da sua ação e a sua dinâmica enquanto organização do TS.

²⁴ Vide Apêndice VI - Pedido de Colaboração: SESARAM, E.P.E.

Figura 9. Modelo analítico de partida para a entrevista – Testemunha-privilegiada



Fonte: Elaboração própria com recurso à teoria de Guerra (2006)

Como forma de aprofundarmos os nossos conhecimentos e de enquadrarmos a problemática da doença de Alzheimer, começámos por procurar conhecer e caracterizar quantitativamente a dimensão da mesma, em Portugal e na RAM:

“(...) a doença de Alzheimer é uma doença (...) que surge nas faixas etárias mais avançadas, portanto, nas pessoas com mais de 65 anos (...) maioritariamente também no sexo feminino. Não sabemos bem a razão por que isto acontece, se é algum fator genético (...) ou se é pelo facto da mulher ter uma maior longevidade. Em Portugal calcula-se que existem 153 mil pessoas com demência, sendo que desse número 90 mil são demências derivadas do Alzheimer. Calcula-se também que este número duplique até 2040 (...) não temos estudos etimológicos que nos dê dados muito concretos sobre o número de pessoas com doença de Alzheimer, mas estima-se que 1% da população [de Portugal] tenha a doença (...) Se aplicarmos esta percentagem à Região Autónoma da Madeira, temos que 2600 pessoas madeirenses têm doença de Alzheimer” (E1).

Centrando a nossa atenção na Delegação da Madeira da Associação Alzheimer Portugal, interessou-nos conhecer o próprio contexto e dinâmica institucional, a sua missão e os seus objetivos. Neste âmbito, verificámos que o grande foco de toda a intervenção prende-se com a melhoria da qualidade de vida dos doentes de Alzheimer, mediante um conjunto de atividades:

⇒ *“A missão da nossa Delegação é... reunir toda a informação disponível sobre a doença de Alzheimer, informação atualizada, disseminá-la pela*

população...e é também (...) contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com a doença (...) e dos cuidadores” (E1);

⇒ *“(...) Tem-se feito algum trabalho ao nível da divulgação da Associação (...) junto dos técnicos de saúde, médicos, especialistas, centros de saúde, da população em geral (...) tem-se desenvolvido muitas atividades ao nível da sensibilização e informação da população em geral, e portanto a população conhece melhor a Delegação e o trabalho que a Delegação tem desenvolvido (...)” (E1).*

Para consubstanciar tal atuação, contam com uma equipa de trabalho formada por: um psicólogo, um assistente social e um conjunto de enfermeiros voluntários.

Esta Delegação surgiu na RAM no ano 2000 e o seu tipo de resposta tem vindo, desde então, a moldar-se consoante as necessidades das pessoas:

“Inicialmente as solicitações eram mais orientadas para os tipos de ajuda técnicas, portanto, eram famílias que tinham os seus familiares com a doença de Alzheimer já em fase avançada e (...) necessitavam de ajudas de equipamentos, para facilitar o cuidado destas pessoas (...) à medida que houve maior informação por parte da população o tipo de solicitações tem sido outro (...) ao nível da informação e formação (...) atividades mais orientadas para a fase inicial da doença” (E1).

Outros dos aspetos que também procurámos conhecer, diz respeito ao tipo de relação que é estabelecida com os utentes (doentes e famílias) e ao tipo de acompanhamento dado aos seus familiares. Relativamente à relação com os utentes temos que, com a maioria das famílias, é estabelecido um apoio contínuo, mas também sistemático, no que se refere ao apoio psicológico e à estimulação cognitiva:

“ (...) A grande maioria das famílias que acorrem aqui (...) nós temos um apoio contínuo (...) e há um tipo de apoio mais sistemático, se a família nos vem pedir apoio psicológico para o cuidador e para o doente, esse apoio é dado semanal ou periodicamente... se for ao nível da estimulação cognitiva, são feitas sessões semanais (...) se é outro tipo de apoio, de apoio técnico, camas ou outro material (...) esse contacto é mantido periodicamente” (E1).

Especificamente ao nível dos familiares-cuidadores, é-lhes dada uma atenção especial pela Delegação. Além de serem envolvidos em todo o plano de apoio, são contemplados no mesmo, com atividades específicas: *“Mensalmente reunimos um grupo de apoio, reunimos com um grupo de cuidadores e desenvolvemos um conjunto de atividades que passam por atividades de alívio (...) visitas a museus, esse tipo de atividades” (E1).*

Apesar desta atenção dada aos cuidadores, são identificadas algumas necessidades neste mesmo âmbito. Ser cuidador implica esforço, tempo, dedicação e resistência. Implica também uma reorganização da vida, em função das necessidades do doente. Como tal, mais do que aprender a lidar com todas estas situações e mudanças, o cuidador tem que arranjar tempo para responder às suas necessidades emocionais:

“ (...) a principal necessidade é ter um espaço para eles, é realmente terem um espaço de descontração, mas também há necessidade de trocar experiências, de ouvir outros cuidadores, como é que ultrapassaram as dificuldades que foram tendo (...) ajuda-os a encontrar soluções para eventuais problemas e (...) a perceber que não estão só neste percurso (...) há necessidade de se pensar em intervenção especializada para estes cuidadores” (E1).

Perante estes cenários, foi assumido pela Diretora da Delegação que existe, efetivamente, uma lacuna na RAM nesta área. Quando questionada sobre o facto de a Delegação ser o único serviço na Região específico para os doentes de Alzheimer e que implicações isso acarreta, foi-nos respondido que:

“ (...) Mas o que falta para estes doentes na RAM? Falta muita coisa... A Delegação não se pode responsabilizar por dar respostas totais às necessidades destas pessoas e destas famílias, portanto, as associações surgem como complemento de políticas que estão definidas nestas áreas e (...) nesse sentido, o grande objetivo da Associação ao nível do país, e nós comungamos desse objetivo, é realmente sensibilizar os decisores políticos para a criação de um plano nacional para as demências (...) o grande objetivo da Associação... é realmente sensibilizar os políticos, os decisores políticos, para a definição de um plano para as demências” (E1).

Nesta ótica, é atribuído um papel central ao Estado, em que este:

“ (...) nunca poderá se desresponsabilizar desta matéria (...) se não se responsabiliza de uma maneira, responsabiliza-se de outra, porque ao não apoiar estas pessoas, ao não apoiar estas famílias, os problemas surgem de outra maneira. E como é que surgem? Com o abandono das pessoas... os custos para o Estado são sempre maiores quando não se faz nada a montante e só depois se resolve os problemas, já quando eles estão em fase muito avançada, portanto o Estado tem sempre que... assumir a sua parte de responsabilidade (...)” (E1).

Vê-se aqui implícita a relação entre a Associação - e associações em geral - e o Estado, nomeadamente ao nível da partilha de responsabilidades na efetivação e manutenção do bem-estar da população. Porém, esta deve ser uma responsabilidade de todos os setores da sociedade através de *“ (...) parcerias entre o Estado, entidades privadas e com instituições de solidariedade social (...) não se pode pensar que o apoio, a resolução deste problema, passa apenas pelo Estado (...)” (E1).*

Outro aspeto que procurámos conhecer foi o papel do SESARAM, E.P.E. no domínio do Alzheimer, designadamente, a perceção da Delegação sobre a ação da entidade e qual a relação que estabelecem com a mesma. Sobre o papel do Serviço Regional de Saúde, foi tido por base o *feedback* das famílias que lá acorrem:

“(...) daquilo que sabemos e que as famílias nos transmitem é que o tipo de respostas para estas situações (...) é muito pouco (...) a nível da saúde as respostas que existem são aquelas que existem para todos os cidadãos, que são as consultas, portanto são respostas, digamos, pontuais, para resolver situações pontuais. Mas, manifestamente é insuficiente para as necessidades destas pessoas. No nosso entender” (E1).

No que se refere à relação entre ambas as entidades: *“Nós já tivemos uma parceria, agora as coisas estão um bocado em standby, mas temos fé que se possa revitalizar esse tipo de parceria” (E1).*

Atendendo aos aspetos que foram sendo abordados no decurso da entrevista, fizemos referência ao nosso tema de investigação e questionamos sobre a pertinência de efetivarmos uma iniciativa de ES na RAM no domínio do Alzheimer. Sobre isto, o entrevistado referiu:

- ⇒ *“(...) realmente nós não temos capacidade, nem de longe, para responder às necessidades da população, das pessoas que precisam... mesmo do número reduzido de pessoas que acorrem à delegação (...)” (E1);*
- ⇒ *“No contexto em que estamos, no contexto de respostas a estas famílias e a estas pessoas, todas as iniciativas orientadas para dar resposta aos problemas específicos destas pessoas são bem-vindas. No nosso entender” (E1);*
- ⇒ *“[o Empreendedorismo Social] faz todo o sentido. Cada vez faz mais sentido. É uma forma de encontrar respostas para as necessidades” (E1).*

No contexto do ES, o entrevistado ainda alertou para outros aspetos a ter em consideração - o financiamento e a sustentabilidade:

- ⇒ *“(...) sem apoio concreto das entidades oficiais dificilmente sobrevivem, ou se sobrevivem, sobrevivem mal, e neste momento é o que se passa connosco, estamos a tentar sobreviver com muitas dificuldades, e claro que para além do apoio técnico dos doentes e das famílias, temos uma componente de desenvolvimento de atividades com vista à angariação de fundos, pedido de*

ajudas à sociedade civil... e dos nossos sócios, daqueles que pagam as quotas” (E1);

⇒ *“(...) Eventualmente é elas próprias [organizações] encontrarem mecanismos que se possam autossustentar...os recursos do Estado são cada vez menores, as contribuições da comunidade são cada vez menores, os apoios das instituições, das empresas, são cada vez menores, portanto passa, fundamentalmente, por essa via” (E1);*

⇒ *“(...) nos tempos que correm, realmente essa situação [financiamento] torna-se muito difícil, a não ser que efetivamente estas associações tenham projetos, tenham mecanismo de rentabilizar os serviços que prestam, de encontrar formas de o trabalho que desenvolvem possa ser... retribuído financeiramente... que encontrem formas de se autossustentar, mas isso realmente depende da capacidade criativa e de iniciativa e... da capacidade de correr riscos (...) de cada pessoa, de cada instituição” (E1).*

6.2.2.2. Análise reflexiva e interpretativa sobre a entrevista realizada à Testemunha privilegiada

Como resultado da entrevista realizada à Diretora da Associação Alzheimer Portugal - Delegação da Madeira, passamos a apresentar, em jeito de síntese, na Tabela 9, as respostas que a Delegação dispõe para atender aos seus utentes, doentes e familiares-cuidadores, confrontando com as necessidades sentidas pela mesma no âmbito da sua ação:

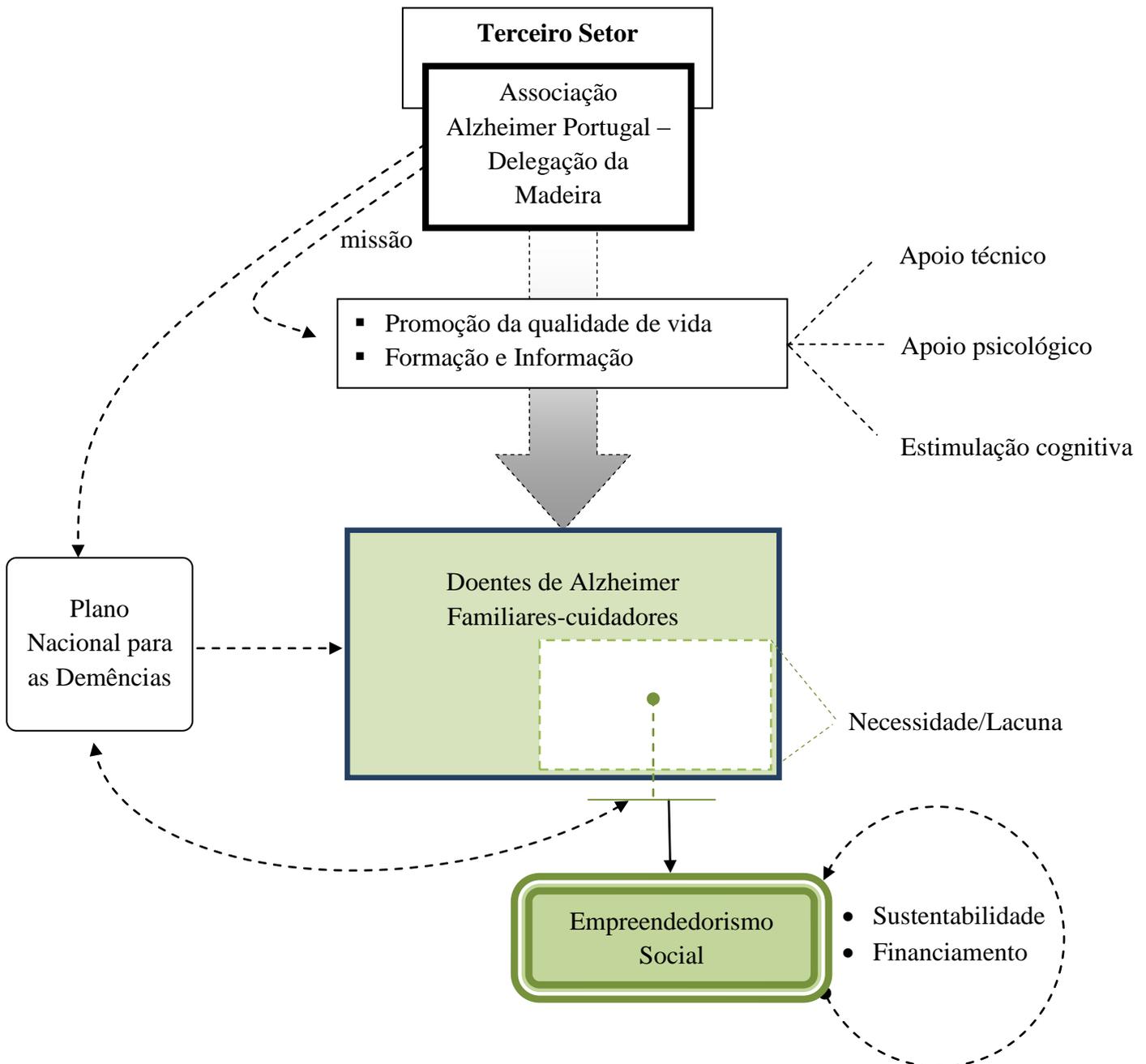
Tabela 9. Apoios existentes vs. Necessidades identificadas pela Associação Alzheimer Portugal, Delegação da Madeira

Respostas existentes	Necessidades identificadas pela Delegação da Madeira
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação à população; ✓ Disseminação de informação; ✓ Apoio técnico (material e equipamentos); ✓ Apoio psicológico; ✓ Estimulação cognitiva. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intervenção especializada para os familiares-cuidadores (espaço específico, troca de experiências); ▪ Incapacidade de resposta à totalidade das necessidades dos doentes e familiares-cuidadores; ▪ Plano Nacional para as demências.

Fonte: Elaboração própria

Em consonância com a tabela anterior e com a segmentação da narrativa das entrevistas, construímos um esquema (Figura 10) que nos permite analisar as principais dimensões/categorias abordadas pelo entrevistado. Neste, apresentamos uma articulação entre a Delegação, a sua dinâmica, as suas necessidades e aspirações:

Figura 10. Atuação no domínio da Alzheimer pela Associação Alzheimer Portugal - Delegação da Madeira



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos nas entrevistas à Testemunha privilegiada

Numa leitura à Figura 10, aferimos que a Associação Alzheimer Portugal – Delegação da Madeira, como organização do TS, procura responder às necessidades de um grupo específico da população: doentes de Alzheimer e familiares-cuidadores. Mais concretamente, presta serviços que não são atendidos pelo Estado e aos quais a população não tem capacidade de recorrer no setor privado. Daqui fazemos um paralelismo com o que nos diz Santos (2002: 110): “(...) a sociedade civil parece estar, por toda a parte, a reemergir do jugo do Estado (...) capacitando-se para o desempenho de funções que antes estavam confiadas ao Estado”. Neste contexto, atendendo à conjuntura que vivemos e às particularidades de Portugal, é-nos possível entender a ascensão do TS que, por seu turno, tem vindo a aliar-se ao Estado na implementação de respostas sociais. A Associação torna-se, portanto, num exemplo concreto desta realidade.

Não obstante, e atendendo à personalidade jurídica da Delegação, compreendemos que a mesma enfrente alguns desafios de ordem económico-financeira que, por sua vez, se refletem na sua atuação. Assim, apesar da “cooperação” entre o TS e o Estado na resposta aos mais vastos problemas sociais, é importante refletir sobre a sustentabilidade deste Setor. Mas, para Moreira (2009), há um aspeto que importa destacar: a questão da sustentabilidade, bem como a autonomia do Terceiro Sector, não devem ser confundidas como sinónimo de menor atuação do Estado na luta contra as diferentes problemáticas sociais.

Desta forma, procurando contrariar as necessidades quer da própria Delegação, quer dos familiares-cuidadores, esta assume ainda a missão de sensibilizar os decisores políticos para a criação de um Plano Nacional para as Demências. Neste sentido, tem havido um esforço por parte da Associação em mudar as relações entre o Estado e os beneficiários, tentando aproximar os “implementadores” de políticas sociais dos problemas quotidianos vivenciados pelos doentes de Alzheimer e familiares-cuidadores. Isto reflete, aquilo que é, na nossa opinião, o exercício de mediação entre as populações e as entidades públicas.

Apesar de todo o trabalho desta organização, foram identificadas necessidades que continuam a carecer de uma resposta. Há, por conseguinte, uma brecha por colmatar. Fazendo uma ponte com o Empreendedorismo e ES, esta lacuna pode ser percecionada como uma oportunidade para se pensar numa solução socialmente inovadora, direcionada para o domínio da Alzheimer, que procure responder e capacitar o público-

alvo da sua ação. Assim, será possível engrandecer a atividade do TS, contribuindo igualmente para a sua sustentabilidade (Dees, 2001; Mair & Marti, 2006).

6.2.3. Investigadores especializados na área do Empreendedorismo Social e Terceiro Setor

Na categoria de Investigadores especializados, contamos com os contributos de quatro profissionais que se têm dedicado ao estudo e à investigação em torno dos conceitos de ES e TS. Com a realização das entrevistas a esta categoria foi nossa pretensão: i) compreender o conceito de ES; ii) conhecer e compreender o estado do ES em Portugal; iii) conhecer quais as motivações para a área social; e iv) identificar e compreender que critérios podem assegurar a sustentabilidade de uma iniciativa de ES.

Com base na Figura 11, procuramos sistematizar estes objetivos e demonstrar de que forma nos orientámos para a realização das entrevistas:

Figura 11. Modelo analítico de partida para a entrevista – Investigadores especializados



Fonte: Elaboração própria com recurso à teoria de Guerra (2006)

À semelhança da categoria de análise anterior, estruturamos este ponto em duas dimensões. Numa primeira instância, vamos apresentar a descrição das narrativas para, em seguida, nos dedicarmos à análise reflexiva e interpretativa das mesmas.

Para o tratamento das narrativas, optámos por atribuir a cada investigador uma sigla, tal como nos indica a Tabela 10:

Tabela 10. Siglas atribuídas aos Investigadores especializados

Investigador	Sigla	Nome
1	I1	Tiago Ferreira
2	I2	Carlota Quintão
3	I3	Cristina Parente
4	I4	Armando Guimarães

Fonte: Elaboração própria

6.2.3.1. Análise descritiva da narrativa – Investigadores especializados

De modo a tornarmos a leitura mais clara e concisa, estruturámos, em especial nesta categoria, a análise descritiva das entrevistas de acordo com cada questão colocada.

Questão 1: Como abraçou o Empreendedorismo Social?

Conhecer o percurso profissional, quais os motivos e razões para seguir este campo de análise, foi o primeiro aspeto que nos interessou conhecer. Verificámos que, foi através da atividade profissional e/ou de experiências pessoais na área social, que o cruzamento com o ES aconteceu:

- ⇒ “(...) eu cruzei-me com o Empreendedorismo Social no âmbito da minha carreira, de forma um bocadinho natural e de uma experiencia pessoal de voluntariado...e vem de uma...de competências pessoais do empreendedorismo e, basicamente, o cruzamento destas duas tensões fez-me apaixonar pelo conceito que é o conceito de empreender, para...melhorar a sociedade (...)” (I1);
- ⇒ “(...) comecei a estudar esse assunto em pós graduação, em mestrado e fiquei muito entusiasmada, tinha muito a ver com o meu percurso de formação e de vida anterior...dedicação ao voluntariado, portanto a partir do momento que descobri o tema no âmbito académico, comecei a estudá-lo, e a partir daí o meu projeto de vida foi encontrar outros semelhantes a mim, outros pares, para desenvolvermos um projeto coletivo, desenvolvermos uma empresa social. E cá estamos, assim nascemos [a A3S]” (I2);

- ⇒ “(...) *cheguei ao empreendedorismo social um pouco por estar revoltada no contexto empresarial (...) ao ficar revoltada com o que se passava lá, comecei a trabalhar no Terceiro Setor (...) surge por iniciativa de uma pessoa que trabalhou nessa área, que trabalhou comigo nesse projeto, a criação da A3S e entretanto, depois, na nossa designação... e eu sou voluntária na A3S... realiza um trabalho de empreendedorismo social e de sustentabilidade do Terceiro Setor... começámos a trabalhar a questão do empreendedorismo social, confinando que havia formas de sustentabilidade possíveis que não tinham que ser necessariamente só os financiamentos estatais, não deixando de lado, obviamente, que o Estado tem aqui uma responsabilidade forte, mas que a gestão, pode ser uma gestão relativamente mais profissionalizada e procurar os objetivos da eficácia e da eficiência sem por em causa os princípios do setor*” (I3);
- ⇒ “(...) *fui começando a trabalhar a área do voluntariado na Cruz Vermelha Portuguesa, donde profissionalmente resultou consequente a ideia de ficar como coordenador geral de voluntariado na Cruz Vermelha de Guimarães e também numa fase posterior como diretor adjunto executivo da própria delegação (...) a ponte para o empreendedorismo social acaba sendo feita ao longo do conjunto de projetos que nós fomos desenvolvendo lá, em diferentes áreas para diferentes públicos, mas sobretudo na relação direta, neste caso, que era com as crianças e com os jovens e depois começou (...) nós fomos percebendo algumas das necessidades que os próprios locais e as próprias pessoas tinham e com base nisso fomos construindo com elas projetos que respondiam de alguma forma as necessidades diagnosticadas e portanto (...) com base nisso nós fomos empreendendo, implementando e criando projetos que tivessem exatamente esse fim social, ou seja, responder a um conjunto de problemáticas que eram identificadas no seio de um grupo ou de uma comunidade (...)*” (I4);

Questão 2: Qual o significado que atribui ao Empreendedorismo Social?

Procurámos conhecer qual o significado que cada investigador atribui ao próprio ES. Desta forma, vamos proceder à análise das diferentes perspetivas e compará-las:

- ⇒ “(...) o Empreendedorismo Social é a criação de novas...criação e implementação de novas soluções para os problemas sociais, ou seja, soluções que têm mais valor na resolução dos problemas” (I1);
- ⇒ “(...) pode ser uma génese individual, pode ser uma génese coletiva, nós trabalhamos particularmente para o empreendedorismo social que seja assim mesmo com projetos coletivos, de mobilização das pessoas que têm de facto objetivos em comum e querem produzir...querem ter um projeto em comum (...) para nós o empreendedorismo social é muito aquilo que entendemos também como Economia Social e terceiro setor, mas orientado para uma visão de transformação... que significa que há uma propensão das organizações socialmente empreendedoras, para além de terem uma área de intervenção que tem o objetivo social humano, o objetivo do bem humano, mas que depois tendem a ter uma perspetiva estratégica, a utilidade de metodologias participativas, fazer uma gestão de recursos humanos que dá verdadeiramente valor e que tende a otimizar os recursos humanos e utilizá-los como valores chave de intervenção dentro do terceiro setor (...)” (I2);
- ⇒ “(...) o empreendedorismo social é um processo... que surge no âmbito de organizações sem fins lucrativos ou que não tem como objetivo principal os fins lucrativos e que põem em marcha todo um conjunto de ferramentas e de procedimentos que visam a eficácia e a eficiência na prestação do serviço ou do produto que estão a fornecer (...) desde que cumpra os princípios da democracia, da liderança rotativa, da participação dos trabalhadores, do trabalho digno, do salário justo (...)” (I3);
- ⇒ “(...) eu acho que o empreendedorismo social é exatamente... um processo de mudança, um processo de transformação, conjunto... onde nós identificamos, quando digo nós, digo empreendedores e os outros, ou seja, toda a comunidade, identificamos um conjunto de problemáticas ou de necessidades sociais que de alguma forma não têm uma resposta efetiva, ou não têm uma resposta eficaz e que nós em conjuntamente conseguimos delinear, identificar projetos ou respostas que vão exatamente de forma sustentada responder ou encontrar alguma social, se não a solução, para

essas mesmas necessidades (...) a criatividade e a inovação são ingredientes fundamentais para dar resposta (...)” (I4).

Nas quatro perspetivas abordadas, podemos constatar a existência de alguns traços convergentes. Contudo, existem significativos aspetos divergentes no que respeita ao entendimento sobre o ES. De facto, por parte do Investigador 1, é destacada a componente de criação e/ou implementação de soluções que procurem responder às necessidades. Pelo Investigador 2, o ES pode ter uma génese individual ou coletiva, podendo ser entendido como Economia Social e TS, e destaca que esse tipo de iniciativas procura o bem-estar da população e otimiza os seus recursos humanos. Já o Investigador 3 destaca que o ES é um processo coletivo, desenvolvido por organizações não lucrativas, e que deve obedecer a princípios como a democracia, liderança rotativa, participação dos trabalhadores, salário justo, entre outros. Em concordância com o I3, o Investigador 4 refere que o ES é, igualmente, um processo de transformação, mas acrescenta que tem por base uma identificação e avaliação das necessidades de uma população específica. Faz referência ainda ao recurso à criatividade e à inovação, como elementos substanciais para a efetivação de uma resposta.

Questão 3: Considera que ser empreendedor e empreendedor social, é uma competência inata? Poderá ser ensinada? Poderá ser desenvolvida?

Outro aspeto abordado diz respeito ao desenvolvimento de competências empreendedoras. Apesar de existirem alguns traços divergentes na abordagem à questão, verificámos uma convergência entre todas as opiniões, isto é, os quatro entrevistados consideram que o exercício de empreender e de empreender para criar valor social pode ser cultivado e desenvolvido:

⇒ *“Eu acho que... é uma questão... é muito uma atitude de pro-atividade e de pensamento crítico...e exercício também de liderança, gestão de equipas, e portanto eu acho que pode ser cultivado no sistema de ensino, chamando-lhe ou não empreendedorismo...mas...eu acho que, enquanto nome empreendedorismo, acho que se tivermos no ensino secundário é perfeitamente suficiente”* (I1);

- ⇒ “(...) *Agora ser empreendedor social, ou ser empreendedor, quer dizer, é preciso ter iniciativa, é preciso empreendimento sim, e socialmente significa ter uma particular sensibilidade... Mas acho que pode ser treinado, pode e deve ser treinado...acho que deve ser treinado, e por outro lado... a nossa organização nasceu sem ninguém ter dado cursos p’ra isso*”; “(...) *concordo que a formação para o empreendedorismo social deve ser até antes, deve ser... ensinada, deve ser estimulada na educação, eu diria que talvez desde a primária... Se deve figurar ou não como disciplina, isso já não sei, teria a ver com os currículos educativos... (...)*”; “*Pode ser feito em projetos educativos, pode ser feito transversalmente em várias disciplinas, não é? Pode ser feito de muitas maneiras*” (I2);
- ⇒ “(...) *acho que se desenvolvem as competências empreendedoras, não nascem com as pessoas, há uma vertente de caráter pessoal, nascer com a pessoa, com ter mais capacidade de iniciativa, mas ser empreendedor é algo que se cultiva, que se aprende, não é? Se na escola se nos incentivassem mais à autonomia e à criatividade e à iniciativa, provavelmente nós seríamos menos miméticos dos nossos professores, não é? (...)*” (I3);
- ⇒ “(...) *Eu acho que a criatividade, a inovação, eu acho que as grandes características do empreendedor, seja ele empreendedor social ou não, mas fundamentalmente o empreendedor social, acho que passam por um processo de construção, ou seja, eu não acho que nasçam connosco, acho é que muitas delas podem ser adquiridas por via de uma educação formal ou não formal*” (I4).

Questão 4: Na sua opinião, acha que todos podemos ser empreendedores sociais?

Uma vez que foi consensual entre os investigadores a questão de que as competências para o Empreendedorismo Empresarial e ES podem ser desenvolvidas, questionámos se isso nos torna, a todos, potenciais empreendedores sociais. Sobre esta questão, assistimos a uma ligeira tendência entre os investigadores ao responderem de forma positiva, considerando que podemos todos ser empreendedores sociais:

- ⇒ *“Eu acho que todos podemos ser empreendedores sociais, não necessariamente inovadores... nós podemos ser empreendedores sociais porque fazemos acontecer ...e aplicamos uma solução nova, mas a solução nova não temos que ser inventores da solução nova...podemos, por exemplo, identificar uma situação que é boa num país e transferi-la para cá (...) há pessoas naturalmente, pelas suas vivências, mais criativas que outras... pessoas que são mais artísticas... há outras que são mais racionais... pronto, eu acho que há técnicas que podem melhorar a capacidade das pessoas, claramente”* (I1);
- ⇒ *“(...) em potência todos temos as condições para podermos empreender projetos sociais, naturalmente que depois aprimorando um conjunto de características que tem que ver (...) com as próprias realidades locais (...)”* (I4).

No entanto, com opinião distinta, outro dos participantes afirma:

- ⇒ *“(...) Desde logo há pessoas que não têm espírito empreendedor, desde logo há pessoas que não têm espírito de iniciativa... as qualidades de empreendimento, de iniciativa de empreendedorismo são muito as qualidades que se identificam nos líderes, não é? (...) nem todas as pessoas têm o mesmo perfil (...) Agora não acho que todas as pessoas tenham espírito de iniciativa, ou possam ter, ou seja desejável ter. A diversidade é uma coisa importante, é preciso haver equipas e depois complementam-se”* (I2).

Questão 5: No seu entender, quais são as motivações do empreendedor social?

Além dos aspetos supramencionados, nomeadamente as características pessoais, as ferramentas técnicas e o contexto envolvente, existem outros fatores que condicionam a atividade empreendedora. Neste sentido, procurámos perceber que razões poderão motivar os empreendedores sociais para este tipo de iniciativa:

- ⇒ *“(...) acho que há uma motivação relativamente à missão da organização, fazer o bem comum (...) provavelmente tiveram contacto e viram uma oportunidade no empreendedorismo social, mas poderiam ser*

empreendedores clássicos, de um negócio económico. Muitos dos empreendedores sociais buscam atividades lucrativas nas suas organizações, aliás nem se sabe muito bem, muitas vezes há organizações, nomeadamente organizações que certificam empreendedores sociais, que fazem formação de empreendedores sociais que não têm esta, que não fazem esta diferenciação, ter ou não ter fins lucrativos... o empreendedor social é aquele que faz o bem, por exemplo a mim essa noção está um bocadinho redutora, muito redutora (...) Se for inovadora sou empreendedor social, se for um serviço clássico, não sou empreendedor social, não é? Ou antes, se for inovador, sou empreendedor social, se não for inovador, não sou empreendedor social, sou uma mera pessoa que cria um negócio, não é? (...)” (I3);

⇒ *“(...) poderão ser motivações pessoais, poderão ser motivações profissionais (...) o que eu acho é que de uma forma ou de outra os empreendedores... ou parte das características dos empreendedores sociais é que vivenciaram ou se depararam com alguma realidade, de injustiça, de desigualdade, de lógica de contribuição para o bem comum e isso faz-nos despertar ou dá-nos uma realidade que eventualmente até poderia ser menos conhecida para nós e com a qual queremos participar e queremos mudar no fundo, numa lógica muito transformadora (...) depois acho que todo o desenvolvimento e toda a lógica, de outros projetos acabam sempre por visar um fim... (...)” (I4).*

Questão 6: Como caracteriza o Empreendedorismo Social em Portugal?

Reportando-nos a uma outra dimensão de análise, questionámos aos investigadores “Como caracteriza o ES em Portugal?”. Apesar de não haver qualquer estudo publicado que nos revele dados concretos acerca desta atividade, dois dos investigadores participantes (I2 e I3) integram a equipa que se encontra a realizar a investigação “Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação”. Esta não foi ainda publicada, no entanto, foi-nos permitido conhecer alguns dados genéricos:

⇒ *“(...) Globalmente o que posso dizer é que o Terceiro Setor em Portugal, a Economia Social em Portugal...a grande maioria das instituições já está*

minimamente dispersa para a mobilidade, dispersa para diversificar campos de conhecimento, do ponto de vista da sustentabilidade económico-financeira está a mudar práticas de gestão, está a mudar maneiras de estar, está a olhar para as parcerias e para outras lógicas de maneira diferente, está a tentar vender os seus produtos (...) Há uma parte menor, que (...) tem a preocupação de profissionalizar, valorizar a gestão de recursos humanos...e uma parte que igualmente se importa com uma organização e gestão estratégica e operacional cada vez maior, traduzida em parcerias com capital social (...)" (I2);

⇒ *"(...) Caracteriza-se sobretudo pela busca de autonomia financeira (...) as organizações estão fundamentalmente focadas em encontrar fontes de financiamento alternativas ao Estado. Todos os processos de gestão, como o planeamento estratégico, a gestão de recursos humanos, a gestão de voluntários, a prestação de contas, a governação, estão muito esquecidos e portanto eu acho que as organizações do Terceiro Setor, e isto é o campo de análise, integraram o discurso da comunicação social, o discurso político, que o Estado-Providência está falido e que têm que encontrar alternativas para esse Estado-Providência e só meteram as mãos para esta vertente financeira e esqueceram que a dimensão financeira só se solidifica e só se consolida se houver obviamente gente respeitada, se houver uma gestão estratégica bem-feita, se houver voluntários que são reconhecidos nos seus desempenhos e portanto uma organização não funciona apenas pela sustentabilidade económica, senão estamos a ir novamente pelo empreendedorismo clássico, não é? (...)" (I3).*

Podemos verificar que, por parte da maioria das organizações do TS em Portugal, o ES é visto como uma ferramenta para alcançar a autonomia financeira. Portanto, do ponto de vista económico-financeiro, as organizações estão, efetivamente, a mudar as suas práticas de gestão, dedicando maior atenção às parcerias e a novas lógicas de atuação. No entanto, isto acontece em detrimento dos princípios do próprio setor, como a gestão e valorização dos recursos humanos, a gestão de voluntários e a governação.

Sem ter por base um estudo/investigação em concreto, os investigadores I1 e I4 consideram que o ES em Portugal:

- ⇒ “(...) sempre existiu...eu acho que enquanto, usando este termo e ... numa fase de construção ativa dentro de um ecossistema, estamos a ter um bom papel... acho que estamos acima da média da União Europeia (...) não estamos com um ecossistema perfeitamente consolidado, muito rico... acho que estamos a dar passos... e, portanto, e estamos numa fase de bom desenvolvimento, sabendo que é uma fase de infância ainda” (I1);
- ⇒ “(...) é uma realidade que está em expansão, ou seja, cada vez mais percebemos que a sociedade está sensibilizada para a sua importância, percebe que pode ser um caminho que responde a muitas das necessidades e dos desafios que nós enquanto sociedade nos confrontamos nos dias de hoje (...)” (I4).

Questão 7: Como explica a atenção crescente dedicada ao Empreendedorismo Social?

Sobre o desenvolvimento e expansão do ES, verificamos uma convergência entre as perspetivas dos investigadores, no entanto, cada uma delas tem as suas particularidades. No seu conjunto, o que se entende é que atravessamos um período de instabilidade socioeconómico, que acarreta consigo (novos) problemas sociais. Estes, por sua vez, carecem de uma resposta. Com os “cortes” nas políticas sociais, a responsabilidade do Estado-Providência em assegurar o bem-estar da população tem vindo a transformar-se e, é neste panorama, que o ES e o TS se destacam:

- ⇒ “Nós estamos numa altura de crise, numa altura de crise (...) nós hoje estamos com um desemprego crescente, problemas sociais agravados, e, portanto, a predominância de um setor que assiste as pessoas carenciadas... cresce (...) eu acho que o setor social está a crescer pela crise, em termos de protagonismo, e também crescerá pelo tipo de atividade que as pessoas gostam profissionalmente de desenvolver e que acham importante que existam (...)” (I1);
- ⇒ “(...) há uma tendência já estrutural, já de há muitos anos... uma tendência para ideais neoliberais... e por uma retirada do Estado na implementação de políticas sociais, portanto, o Modelo Europeu, Social Europeu ,está posto em causa neste momento... e a Europa é o único sítio do mundo, a

única região do mundo, em que os direitos sociais foram tidos em conta como em nenhum outro lugar no mundo, não é? E portanto, uma vez que o Estado Social está, supostamente, em crise e se nem essa própria constatação é questionável (...) a retirada do Estado face à responsabilização direta pelo bem-estar da população ou a vontade dessa retirada, pelo menos ao nível do financiamento direto, eventualmente na ótica da regulação... está a levar a um transformismo, digamos assim, por lado do empreendedorismo, agora com este novo crachá de social, se quiser... o Estado já não está aqui como estava, nem pode estar, portanto, tomem conta vocês (...)" (I2);

⇒ *"(...) é de muita importância, porque na verdade estas organizações estão a chamar para si obrigações que outrora eram garantidas pelo Estado Social, pelo Estado-Providência. As organizações ao procurarem encontrar fontes de sustentabilidade financeira, porque não procuram sustentabilidade social nem ambiental, estão um pouco a substituir, ou estão um pouco a fazer face às situações de pobreza e exclusão social, às populações mais vulneráveis a que o Estado não atende... nem o Mercado, não é? O Mercado não atende porque elas não são interessantes do ponto de vista do lucro e o Estado não atende porque decidiu cortar nas políticas sociais como medida de austeridade (...) Qual a importância? É bastante importante porque estão a acudir a situações que o Estado não está a responder, que não é interessante para o Mercado, não é?" (I3);*

⇒ *"(...) por fruto da atual crise económica que nós vivemos, foi havendo uma maior consciencialização de todos os setores da sociedade para a importância que as organizações e a construção de projetos de empreendedorismo social têm, porque são também eles numa lógica de proximidade, porque as organizações estão muito próximas das populações, elas por si só ou elas não por si só, mas em conjunto (...) e em rede podem mais facilmente responder a muitas das necessidades e a muitas das carências vivenciadas. Acho também que esta crise abriu, ou é uma oportunidade (...) para a própria sociedade ter uma lógica mais responsável. Há uma maior participação, há um maior compromisso e acho também que há uma preocupação muito grande ao nível das políticas públicas que investem e promovem exatamente o empreendedorismo (...)*

cada vez mais temos relatos de que o empreendedorismo jovem é uma prática que se deseja replicar, promover nas escolas e portanto eu acho que há esta consciencialização e há sobretudo esta preocupação de perceber que não é só o Estado, não é só o Governo quem tem obrigatoriedade de dar resposta a estas necessidades, somos todos nós porque nós somos a sociedade (...) temos que perceber que o Estado por si não responde a todas as necessidades da população, portanto cabe-nos a nós também enquanto sociedade civil tomar uma participação ativa (...)” (I4).

Questão 8: Tendo em consideração as questões anteriores, estamos a assistir a uma transferência das responsabilidades do Estado para o Terceiro Setor, será uma estratégia de parceria? Nessa parceria, qual o papel do Mercado?

- ⇒ *“(...) acho que as entidades têm os seus devidos papéis, acho que... devem as duas [TS e Estado] ser parceiras na construção de uma sociedade melhor, seja...qual seja a repartição de funções, mas não acho que se trate de substituição. Trata-se de complementaridade...complementaridade e parceria...”; “(...) as duas [Terceiro Setor e Estado] têm o mesmo objetivo, que é melhorar a sociedade e, portanto, se têm o mesmo objetivo, cada uma tem pontos fortes e pontos fracos, recursos e dificuldades...há que se potenciarem uma à outra, porque o propósito é o mesmo” (I1);*
- ⇒ *“(...) Temos que ser complementares... produzir valor acrescentado, todos. O Estado, o Mercado e o Terceiro Setor (...) E parceria significa paridade, e significa também que o Terceiro Setor ainda tem que amadurecer mais um bocadinho para ter essa capacidade. Como um todo. Algumas organizações já terão, outras não” (I2);*
- ⇒ *“Eu acho que se caminha numa ótica de partilha. Substituição nunca. Não imaginemos que as organizações do Terceiro Setor têm capacidade, julgo eu, para substituir o Estado nas suas responsabilidades, não é? Aliás, nós fazemos descontos não para as organizações do Terceiro Setor, fazemos descontos para organismos estatais. Tinham que alterar completamente os sistemas de taxaço e de impostos para as organizações do Terceiro Setor poderem substituir o Estado, não é?” (I3);*

⇒ “(...) *Relativamente à substituição ou complementaridade do trabalho das organizações sociais e daquilo que é a prática do empreendedorismo social para com o Estado, eu acho que há, conforme eu tinha dito, uma lógica de substituição, mas é uma substituição planejada e portanto consensual... não acho que se deva substituir, acho sim é que deva trabalhar numa perspectiva de complementaridade e mais até eu diria que nós caminhamos num processo de complementaridade de todos os setores da sociedade, não só com o Estado mas também com o próprio Mercado (...) porque acho que todos temos a ganhar com essa perspectiva e é quase que aquela lógica das entidades, das empresas socialmente responsáveis ou com responsabilidade social... e eu acho que é essa a importância*” (I4).

Questão 9: Em seu entender, que contributos poderá dar o Empreendedorismo Social para o Terceiro Setor?

Refletindo especificamente sobre o TS, procurámos compreender de que forma o ES contribui para a sua atividade, se produz resultados na sua dinamização, crescimento e sustentabilidade. As respostas aqui são positivas, ou seja, os entrevistados defendem que, efetivamente, o ES pode ser considerado um mecanismo que favorece o crescimento do TS, quer através dos seus processos de inovação social, quer através dos processos de gestão:

⇒ “(...) *vem sobretudo dar uma nova estima ao setor (...) eu acho que esta agenda da inovação e do empreendedorismo social vem dar uma nova ambição até aos profissionais do setor, que é não é só os outros setores que inovam, nos também podemos inovar, e nós estamos a fazer coisas extraordinárias que transformam a sociedade e, portanto, eu acho que vem galvanizar o setor.. e vem o aproximar dos outros setores, inclusivamente*” (I1);

⇒ “*Acho que sim, mas acho que a Economia Social e o Terceiro Setor também são socialmente empreendedores, não é? Quer dizer, não há uma dissociação entre uma coisa e a outra necessariamente, não é? Ou seja, dentro de uma organização da Economia Social pode ter um campo altamente empreendedor, não é? Ou uma nova atividade que surge, ou um novo modelo de gestão financeira, não é?*” (I2);

- ⇒ *“Sim (...) é um mecanismo de dinamização. O processo de empreendedorismo social vai... implicar, pelo menos a tomada de consciência de que há processos diferentes de gerir organizações, que durante muito tempo não foram geridas por serem organizações filantrópicas ou da área (...) elas precisam de ser geridas ou autogeridas e que é importante esse dinamismo que o empreendedorismo social promove no Terceiro Setor (...) Julgo que um dos aspetos importantes seria que o empreendedorismo social contribuísse para um desenvolvimento sustentável, não é? Se inspirasse naquilo que é o desenvolvimento sustentável e o promovesse” (I3);*
- ⇒ *“Acho (...) Acho é que neste momento o Terceiro Setor e as organizações sociais se deparam com uma realidade que é os financiamentos e os apoios são cada vez menores, são cada vez mais otimizados e isso significa o quê? Que as organizações sociais têm que perceber o quanto antes a necessidade de enquadrarem em si mesmos ferramentas de gestão, que processos de gestão, que estão muito relacionados com o próprio setor do Mercado e com o próprio setor empresarial e já se começa a verificar esta adoção de mecanismos e de ferramentas de gestão que no fundo vão permitir que as próprias organizações sociais sejam mais eficazes e eficientes, ou seja, há necessidade de nós maximizarmos aquilo que é a nossa produtividade (...)” (I4).*

Questão 10: Nesta relação entre o Terceiro Setor e o Empreendedorismo Social em sua opinião, como é percecionada a Economia Social? Que lugar ocupa? Serão conceções sinónimas?

Assistimos aqui a uma divergência de opiniões, bastante clarificada sobretudo por dois investigadores - enquanto para um investigador a Economia Social é entendida como sinónimo do TS, para outro é o produto da atividade das organizações que o compõem:

- ⇒ *“Entendo-os como sinónimos neste momento. Já houve uma grande história acerca da evolução dos conceitos, como aliás há sempre, para nós neste momento, são a mesma coisa (...)” (I2);*

⇒ “(...) *P’ra mim Economia Social remonta à Revolução Industrial e aos movimentos de defesa operários concretamente, o cooperativismo, o associativismo, o mutualismo... o Terceiro Setor é algo que surge muito mais recente (...) a Economia Social desenvolve-se muito mais em França, já não se desenvolve tanto em Inglaterra que opta por uma perspetiva mais liberal digamos e onde o capitalismo vai ganhando mais pontos digamos... o Terceiro Setor acaba por ser uma noção que permite agregar a Economia Social e a própria Economia Solidária, a caridade e portanto é um chapéu mais amplo do que o conceito de Economia Social (...) o Terceiro Setor acaba com todas as diferenças... na verdade incorpora e ignora diferenças espaço-temporais... (...)*” (I3).

Questão 11: Em seu entender, qual a importância da sustentabilidade numa iniciativa de Empreendedorismo Social?

Abordando novamente a sustentabilidade mas, desta vez, de forma específica ao nível das iniciativas de ES, comprovámos que este é considerado um aspeto basilar e que não pode ser descurado. Não obstante, a forma como é percecionada essa sustentabilidade, distingue-se entre os investigadores:

⇒ “(...) *A necessidade de ser sustentável é a necessidade de conseguir durar tempo suficiente para resolver o problema a que a pessoa se propõe a resolver...se não é sustentável, há que morrer o projeto antes de morrer o problema, portanto, não há uma resolução*” (I1);

⇒ “(...) *nós acreditamos que a sustentabilidade se alcança se for um modelo de organização consistente, com uma identidade forte, com sentido de missão, com valores fortes, com sentido de visão daquilo que se quer fazer. Que a sustentabilidade não pode dispensar uma boa gestão económico-financeira, que também seja diversificada, não só estar marcado... outras formas de partilha de recursos, troca direta, o que quiser...ou seja, temos que ver... a dimensão económico-financeira com uma grande amplitude e diversidade. Parte da sustentabilidade também se consegue valorizando os recursos humanos, o seu potencial, e o seu bem-estar ... nas organizações, bem como ao trabalho de fundo, em moldes muito (...) mais consistente do que o que vemos hoje de um trabalho de rede e parceria (...)*” (I2);

- ⇒ “(...) eu leio a sustentabilidade económica, ambiental e social, portanto ela implica três vertentes e essas três vertentes quanto mais articuladas melhor, não é? (...) há aqui a questão da sustentabilidade é uma questão transversal e que deve ser vista nas suas três dimensões e não apenas na económica, não é? Eu diria que a sustentabilidade é importante... é tão mais importante se for equacionada nestas três vertentes e não apenas na vertente económica, porque só garantir sustentabilidade económica é um requisito que não favorece, não é favorecido se não houver sustentabilidade social e ambiental (...) vejo-a numa perspetiva mais ampla do desenvolvimento sustentável” (I3);
- ⇒ “(...) a sustentabilidade financeira tem de ser obrigatoriamente um dos objetivos a que qualquer organização se propõe, caso contrário não tem condições para responder e dar continuidade aos seus projetos. A sustentabilidade financeira é fundamental, assume extrema importância maximizar a nossa ação (...) a sustentabilidade não é um fim, é um meio... daí ser sempre importante as parcerias com os outros setores (...)” (I4).

Questão 12: Que recomendações dá a alguém que pretende seguir este caminho do Empreendedorismo Social?

Em jeito de finalização da entrevista, questionámos a dois dos investigadores que recomendações poderiam dar a quem pretendesse enveredar pelo ES. Obtivemos os seguintes contributos:

- ⇒ “(...) a pessoa deve, antes de mais, saber muito bem qual é o problema que quer resolver (...) e depois pensar que recursos é que a pessoa tem, que experiência, e que conhecimento é que tem... se cruzar estas dimensões, a pessoa pode ser um empreendedor social de sucesso, se não se cruzar, se não tiver paixão, se não tiver competências, se não tiver os recursos para aquele tipo de atividade a que se propõe a fazer, provavelmente vai ser mais um caso, ou um caso sem sucesso... e portanto, o foco é cruzar a paixão com as competências e com os recursos...e a solução deve cruzar estas várias dimensões” (I1).

⇒ “(...) *Pensar de uma forma integrada as três dimensões da sustentabilidade, não se deixar iludir pelos discursos que sozinhos podemos transformar o mundo... encontrar coletivos que se interessem pelo mesmo tipo de ideologia e promover projetos que não sejam de promoção individual de líderes, mas projetos verdadeiramente coletivos, assentes numa filosofia local, de proximidade com as populações, de envolvimento com as populações, de capacitação das mesmas, de empoderamento (...) Se queremos ser empreendedores sociais, temos que mudar com os outros e para os outros, não é?” (I3).*

6.2.3.2. Análise reflexiva e interpretativa sobre as entrevistas realizadas aos Investigadores especializados

Decidimos iniciar esta análise com uma tabela síntese (Tabela 11), que nos permite compreender de forma mais ampla os diferentes contributos dos investigadores, consoante cada tema em análise:

Tabela 11. Síntese das narrativas por tema e investigador

		Tema						
		Empreendedorismo Social (ES)	Motivações para o ES	Competências Empreendedoras	ES em Portugal	Estado - Terceiro Setor - Mercado	ES e Terceiro Setor	Sustentabilidade de uma iniciativa de ES
Investigador	I1	Criação e implementação de (novas) soluções.	Mudança de consciência das pessoas: emprego com propósito.	Proatividade e pensamento crítico; Exercício de liderança.	Fase de desenvolvimento.	Estado e TS partilham o mesmo objetivo: parceria e complementaridade.	O Empreendedorismo Social galvaniza o Terceiro Setor.	Necessidade de durar o tempo suficiente para resolver os problemas.
	I2	Processo de génese coletiva; Visa o bem humano; Adota metodologias participativas.	(Questão não abordada)	Espírito de iniciativa pode ser treinado; Espírito de liderança nem todos os indivíduos têm.	Assiste-se a novas práticas de gestão por parte das organizações; Valorização dos recursos humanos; Preocupação pela gestão estratégica e operacional crescente.	Produzir valor acrescentado: parceria-paridade.	Não há dissociação entre Economia Social e Terceiro Setor.	Boa gestão financeira; Modelo de organização consistente; Valorização dos recursos humanos; Identidade forte.
	I3	Processo coletivo; Procura a eficiência e eficácia na prestação de serviços; Princípios: democracia, rotatividade da liderança, salário justo, etc.	Fazer o bem-comum.	Cultiva-se a autonomia, a criatividade e a iniciativa.	Carateriza-se pela busca de autonomia financeira.	Partilha de responsabilidades.	O Empreendedorismo Social é um mecanismo de dinamização do Terceiro Setor. Implica a tomada de consciência de que há processos diferentes de gerir organizações.	Sustentabilidade: económica, social e ambiental.
	I4	Processo de mudança, com base numa avaliação diagnóstica.	Pessoais; Sociais; Profissionais.	Criatividade e inovação: desenvolvidas por via de um processo de educação formal ou não formal.	Realidade em expansão.	Complementaridade de todos os setores da sociedade.	O Empreendedorismo Social introduz novas ferramentas de gestão no Terceiro Setor: gestão profissional, maximização de recursos, gestão financeira rigorosa.	Sustentabilidade financeira fundamental: não é um fim, é um meio.

Fonte: Elaboração própria

Têm sido identificados diversos fatores que fundamentam a “emergência” e a atenção dedicada ao ES. Mais concretamente, no âmbito da nossa investigação, foram reconhecidos pelos Investigadores participantes, fatores como: a retração do Estado-Providência, a atual conjuntura socioeconómica e todo um conjunto de motivações, de índole pessoal, social e profissional.

Para compreendermos a retração do Estado-Providência português implica, na nossa opinião, compreender todo o contexto envolvente, todas as transformações e constrangimentos presentes, ou seja, vamos analisar este fator sem dissociá-lo de um outro fator apontado, a atual conjuntura socioeconómica. Mas, mais do que isto, importa refletir estas questões como indivíduos inseridos num contexto global onde se assiste ao impacto de práticas transnacionais em condições locais. A este fenómeno, Santos (1997) atribui a denominação de Globalismos Localizados.

Santos (2002) diz-nos que a retração do Estado-Providência pode ser explicada, sob duas perspetivas: i) as particularidades de cada país; ii) o facto de estarmos inseridos numa aldeia global, faz com que estejamos fortemente condicionados a grandes pressões internacionais. Ou seja, o impacto destes constrangimentos numa região é determinado quer pela intensidade dos fatores de globalização, quer pela capacidade das respostas locais que lhes contrapõem (Hespanha, 2001). Tendo em consideração estes aspetos, e relembrando uma questão que já vimos abordada ao longo desta dissertação, Portugal apresenta uma sociedade semiperiférica, não tendo por isso, respostas suficientemente fortes para superar os efeitos da globalização. Consequentemente, fomos atingidos pela crise social, económica e financeira que teve origem numa das maiores economias do mundo, os Estado Unidos da América.

Estes cenários permitem-nos fazer uma analogia com o pensamento de Capucha (2005) que nos diz que o fenómeno da globalização apresenta-se como limitador do raio de ação do Estado-Providência. A níveis práticos, e para superar o défice, temos vindo a assistir a um (re)corte das políticas sociais (Montano, 2007) em detrimento das políticas económicas.

Diante esta situação, assistimos a uma mobilização de elementos da sociedade civil, que ao reconhecerem as dificuldades e necessidades da população, motivam-se não só para definir e/ou encontrar respostas para as mesmas, mas também, para criar projetos que lhes permita atuar enquanto profissionais. Assim se compreende a (re)emergência do ES em Portugal.

Especificamente sobre o ES, as diferentes perspectivas dos investigadores, quando articuladas, coadunam-se com as conceitualizações teóricas já abordadas. O primeiro passo para a efetivação de uma iniciativa de ES, consiste na realização de uma avaliação diagnóstica das necessidades e problemas sociais sentidos pela população, sem uma contrapartida adequada por parte do Estado. Só a partir desta, poderão ser delineados os caminhos a seguir, procurando promover a mudança e o bem-estar do público-alvo. Para que seja verdadeiramente considerado ES, este tipo de projeto ou iniciativas, deve assentar em princípios como a democracia, a participação, a liderança rotativa e o salário justo.

A criatividade e a inovação social foram outros dos aspetos referenciados pelos participantes. Estas são consideradas competências necessárias para o desenvolvimento de uma iniciativa de ES, que podem ser treinadas e aprimoradas. Vemos aqui uma aproximação com pensamentos de autores já abordados neste estudo, nomeadamente quando referimos que ser empreendedor e empreendedor social é uma característica desenvolvida ao longo de um processo de aprendizagem (Gaspar 2009; Mangas, 2012). No entanto, por parte do Investigador 2, foi feita referência a outro tipo de competência - o espírito de liderança. Ao considerar que nem todos os indivíduos o apresentam, a opinião deste investigador cruza-se com a de Dees (2001: 6), quando afirma que: *“Not every social sector leader is well suited to being entrepreneurial (...) society has a need for different leadership types and styles. Social entrepreneurs are one special breed of leader, and they should be recognized as such”*.

Uma vez que o financiamento e o suporte económico público têm vindo, gradualmente, a ser reduzidos, as organizações do TS deparam-se com a necessidade de otimizar os seus recursos. É neste sentido que o ES surge como um forte contributo para o setor, ao introduzir novas ferramentas de gestão: desperta para a necessidade de ser adotada uma gestão estratégica, operacional e que valorize os seus recursos humanos.

A agenda da inovação social e da criatividade, intrínseca ao ES vem, igualmente, dar uma nova ambição aos profissionais do setor, fomentando a criação de (novos) projetos e de (novas) soluções que transformem a sociedade. Assim, a dinamização do ES dá uma nova estima ao TS, galvanizando-o e, inclusivamente, permitindo que este se aproxime dos outros setores.

Sobre a relação entre Mercado-Estado-TS, os investigadores propõem que deverá existir uma parceria entre estes três setores da sociedade, para se garantir e manter o bem-estar da população. Esta é uma abordagem defendida por alguns autores

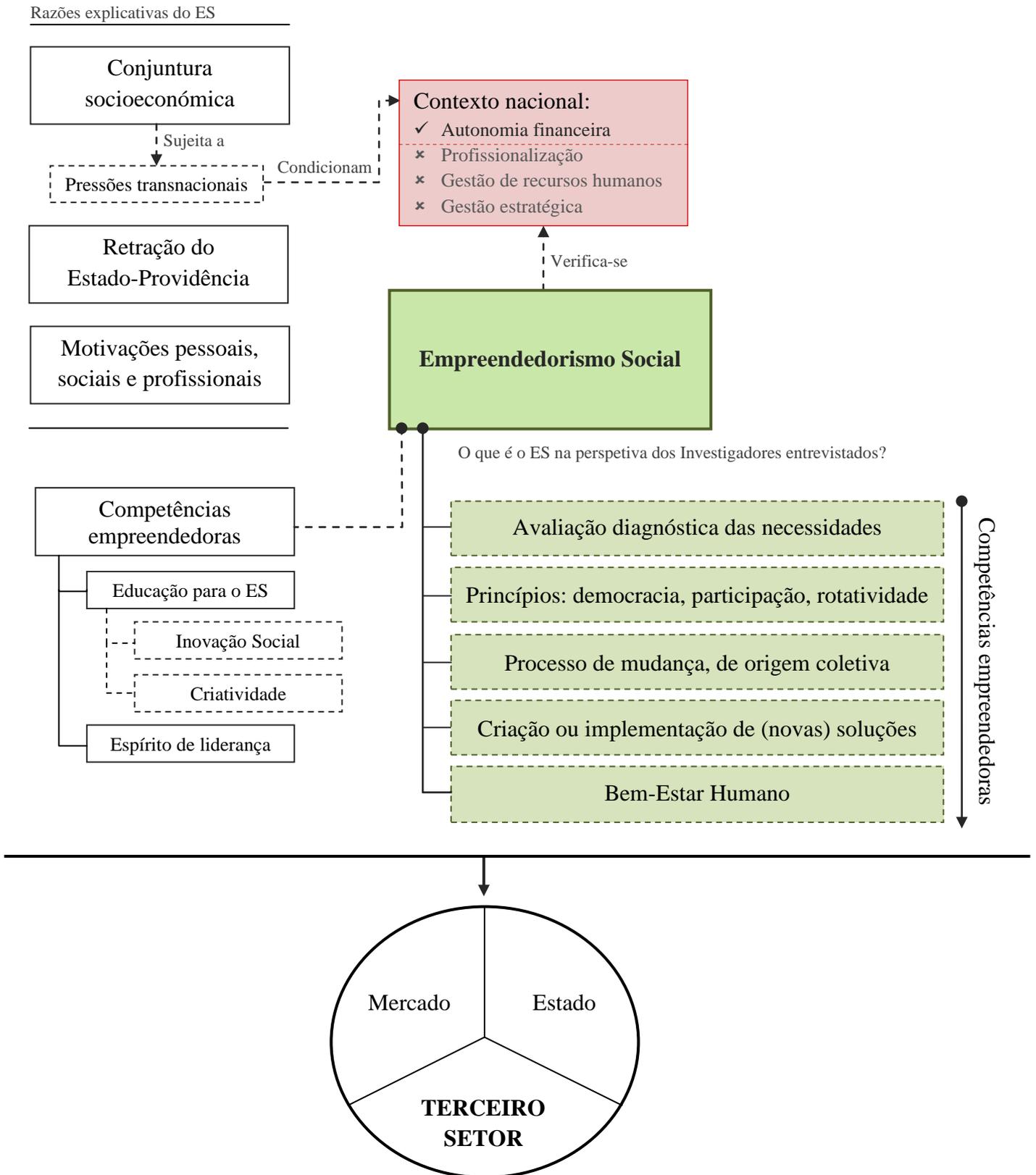
referenciados, os quais consideram que face às incapacidades e/ou brechas deixadas pelo Estado e pelo Mercado no bem-estar social dos indivíduos, deverá haver uma responsabilidade partilhada entre os três (Mozzicafreddo, 1996; Santos 2002; Parente *et al.*, 2012).

Paralelamente, a sustentabilidade - e em concordância com o estipulado no corpo teórico -, é percebida pelos Investigadores como um importante aspeto a ter em atenção. O desafio de ser sustentável está associado a uma identidade forte das organizações do TS, a uma boa gestão financeira e profissional, a uma maximização dos recursos e a um modelo de organização consistente. Ainda que estas sejam visões algo assentes em princípios de Mercado, o que aqui se pretende, é que o próprio ES possa contribuir para o desenvolvimento sustentável destas organizações.

Só assegurando a sustentabilidade, será assegurada a continuidade do projeto. Relembrando Carrol & Stater (2009), no decorrer da sua ação, o empreendedor social depara-se com uma dupla tarefa: i) atingir objetivos relacionados com a missão; ii) manter uma condição financeira saudável para garantir a sustentabilidade da solução. No entanto, por um investigador em particular, a sustentabilidade deve ser vista sob três vertentes: social, económica e ambiental. Quanto mais e melhor estas vertentes forem articuladas entre si, mais sustentável serão as iniciativas de ES e mais coeso será, tendencialmente, o TS.

Em conciliação com a informação recolhida e com a “fragmentação” do discurso em categorias, construímos um esquema (Figura 12) que nos permite, de forma sintética, analisar as principais dimensões abordadas pelos Investigadores:

Figura 12. Contornos do Empreendedorismo Social na visão dos Investigadores especializados



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos nas entrevistas aos Investigadores especializados

6.3. Análise global das entrevistas

Através do contacto direto estabelecido com os familiares-cuidadores dos doentes de Alzheimer, foi-nos possível conhecer, de forma particular, as suas perceções, os seus sentimentos e sensibilidades sobre todo um processo de doença, complexo e multidimensional. Este acarreta consigo um conjunto de transformações, não só à vida do doente, mas também, e em grande medida, à vida dos próprios familiares-cuidadores. Verificámos, de um modo geral, que desde o processo de diagnóstico até às fases mais evoluídas da doença, o único acompanhamento prestado a estas famílias, foi por parte das entidades privadas.

São diversos os motivos que explicam esta situação. Além de condicionadas pelas suas fragilidades económicas, estas famílias:

- I) Não contaram com o apoio expectável por parte das entidades públicas;
- II) Desconheciam as respostas sociais específicas para este domínio;
- III) Depararam-se com uma morosidade de resposta por parte dos serviços a que acorreram.

Face a tal realidade, estamos perante uma situação ambígua: por um lado, as respostas existentes não correspondem às necessidades sentidas; por outro, há um desconhecimento das respostas sociais, o que condiciona o acesso às mesmas. Tal como afirma Rodrigues (2003), as políticas sociais são fragmentadas e descontínuas. Neste contexto, surgem-nos algumas questões: em que medida as políticas sociais estão realmente a se concretizar e a atender a população? Este desconhecimento e falta de acesso a direitos sociais, em que se traduz?

Padrões de vida dignos, o acesso a respostas e serviços, o respeito e reconhecimento social, são princípios considerados elementares para que seja promovido um nível básico de inclusão social (Capucha, 2005). Ora, o que verificámos no trabalho de campo foi exatamente o oposto. Assim, questionamo-nos: estarão estas famílias em situação de exclusão social? Se sim, como resolver o problema?

Para Banks (1997) um problema social exige uma solução:

- I) Técnica, para tentar responder ao problema;
- II) Ética, ao ponderar acerca da melhor solução;
- III) Legal/institucional, ao dar uma resposta ao problema de acordo com a legislação;

IV) Política, ao optar pela melhor resposta à situação.

Apoiados nestas perspetivas de Banks (1997) perguntamos: que entidades devem assumir responsabilidades a estes níveis?

Vemos conferida ao Estado-Providência a responsabilidade pela garantia dos direitos sociais aos cidadãos. No entanto, resultante das fragilidades socioeconómicas do país, assistimos a uma incapacidade deste em desenvolver as funções que lhe são atribuídas (Santos, 2002). No nosso estudo em concreto, esta incapacidade reflete-se ao nível da qualidade de atendimento e da própria difusão de informação.

Esta incapacidade de resposta estende-se às organizações do TS, como é o caso da Associação Alzheimer Portugal - Delegação da Madeira, estando fortemente associada aos constrangimentos económico-financeiros que enfrentam. Neste âmbito, foi reconhecida a incapacidade de resposta à totalidade das necessidades da população, bem como a necessidade de ser desenvolvida uma intervenção especializada direcionada para doentes de Alzheimer e familiares-cuidadores.

Perante estes cenários de (i) ausência de resposta, (ii) desconhecimento da informação, (iii) falta de recursos das diferentes entidades e (iv) carência económica, como indivíduos que somos da sociedade civil, parece-nos estar claro que é urgente dinamizar e intensificar o TS, setor este que tem vindo a adquirir predominância pela vertente mais humanizante que apresenta. Só assim poderão ser colmatadas as brechas deixadas pelos setores dominantes da sociedade e poderemos trabalhar na perspetiva de co-responsabilização (Santos, 2002), para a/na resolução dos problemas e necessidades da população.

Mas por que vias o vamos fazer?

A nossa proposta assenta no ES, especificamente no caso em estudo, na área da saúde, no domínio da Alzheimer. Verificámos que há uma necessidade na RAM de se intensificar as organizações do TS, para responder à incapacidade das estruturas já edificadas e às necessidades da população. O ES ao ser considerado, pelos Investigadores participantes na nossa investigação, um mecanismo que estimula e dinamiza o TS, leva-nos a considerar que, se este for de facto dinamizado como parte integrante do setor não lucrativo, produzirá impactos positivamente significativos no TS.

Transpondo para o contexto prático, é fundamental que as organizações do TS possam contar com profissionais socialmente empreendedores, que conheçam a

realidade social sobre a qual querem intervir, que trabalhem com dedicação e entusiasmo. Para isso, devem ser pensados projetos coletivos, fundados na proximidade e envolvimento com as populações, que promovam a capacitação e empoderamento das mesmas. Só a partir da combinação destes princípios - capacitação e *empowerment* - será possível emancipar e incluir socialmente a população (Nunes, 2004). Contudo, na realidade velozmente mutável em que vivemos, não basta ser emancipador. É elementar tornarmo-nos profissionais reflexivos, criativos e socialmente inovadores.

O empreendedor social também tem, por definição, a capacidade de identificar fontes de financiamento que permitam às organizações atuar e responder às necessidades. Desde o voluntariado, à dádiva e aos apoios de cooperação com entidades de outros setores. Ainda que dependam em grande medida da “doação de fundos”, importa lembrar que o lucro não é o principal objetivo. O que se pretende é, a partir das diferentes relações de parceria que se estabeleçam, criar sinergias para combater fenómenos e problemas sociais como a pobreza e exclusão social.

Achamos que é pertinente e adequado, face às necessidades identificadas pelos familiares-cuidadores e pela Delegação da Madeira da Alzheimer Portugal, ser planificada a consubstanciação de uma iniciativa de ES de âmbito regional, que se aproprie dos contributos obtidos por todos os intervenientes nesta investigação.

Procurando clarificar, vamos encarar a lacuna existente como uma oportunidade para se criar valor social. Para tal, será nossa pretensão estabelecer ligação a uma organização, para que juntos possamos formar um coletivo sólido e coeso.

Tendo por base a premissa da inovação social, haverá urgência de se pensar em intervenção especializada para os doentes de Alzheimer e para os seus familiares-cuidadores, que complemente a atividade das entidades regionais já existentes. Será fundamental adotarmos os princípios da gestão estratégica, da democracia, da participação. Procuraremos sensibilizar personalidades coletivas e individuais para o apoio a esta causa. É um facto que vivemos num contexto onde os recursos são reduzidos, mas existem. Torna-se premente ativá-los, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, direcionada para a efetivação e manutenção do bem-estar dos seus elementos.

Em síntese, ao encontro do que nos diz Bornstein (2007) o empreendedor social é considerado um *changemaker*. Numa relação de proximidade com a população, o seu olhar persistente, a sua postura crítica e reflexiva, permite conhecer e compreender os

problemas sociais que a mesma vivencia. Ao incorporar estratégias e soluções socialmente inovadoras, procura a mudança dessas mesmas situações.

“*The social entrepreneur changes the performance capacity of society*” (Drucker, s/d cit in Bornstein 2007: 2). Assim, ao serem desenvolvidas iniciativas privadas com objetivos de provisão pública, as diferentes organizações da sociedade civil tornam-se um ponto de partida para criar novas formas de economia e de suporte à política social. Desta forma, ocupam uma posição central para reverter (i) problemas de natureza estrutural, (ii) a redução das atividades de investimento do sector privado lucrativo e a (iii) incapacidade do Estado em satisfazer as necessidades e mobilizar os recursos suficientes (Coutinho, 2003).

CAPÍTULO 7. CONCLUSÕES GERAIS

Apresentados os resultados analíticos da nossa investigação, cabe-nos agora tecer algumas conclusões gerais, de modo a verificarmos o alcance dos objetivos por nós definidos e da questão de pesquisa que nos orientou.

Em conformidade com um dos objetivos gerais, as nossas primeiras considerações reportam-nos ao corpo teórico da nossa dissertação. Verificámos que o Empreendedorismo é uma atividade com foco nos princípios do Mercado, direcionada para o lucro e para a produção de riqueza. Ao serem associadas a esta atividade as noções de inovação e de oportunidade, os empreendedores são considerados agentes inovadores, capazes de aproveitar as oportunidades, motivados pela criação de valor.

O Empreendedorismo Social (ES) comunga de algumas destas especificidades, mas distingue-se pela sua direccionalidade para a criação de valor social, desvirtuando-se do objetivo central da produção de riqueza. Esta finalidade ou “produto” resulta da articulação entre a capacitação de pessoas e/ou comunidades e a inovação social. Não obstante, a atividade de empreender socialmente implica a criação de soluções sustentáveis que, segundo lógicas de parceria, de trabalho em rede e de sinergias entre os diversos agentes da sociedade, produzam o impacto social desejado.

Outro dos conceitos por nós abordado no quadro teórico foi o Terceiro Setor (TS). Mais do que a sua compreensão, procurámos conhecer e compreender a sua dinâmica, relacionando-o com a Economia Social e com o Empreendedorismo Social.

O TS apresenta-se como um setor entre o Estado e o Mercado, apropriando-se de características dos dois setores dominantes: é privado, mas não se foca no lucro; procura responder às necessidades da população, mas não é público. Face ao recuo do *quase-Estado-Providência* português (Santos & Ferreira, 2001) e à incapacidade do Mercado na provisão de serviços e na resposta às necessidades da população, tem sido crescente a atenção dedicada a este setor. A publicação da Lei de Bases da Economia Social - Lei n.º 30/2013 é um contributo concreto nesse sentido que, além de outros aspetos, permite-nos compreender o lugar da Economia Social no TS e a relação do Estado com estas organizações. A Economia Social representa, portanto, uma esfera do TS, mais concretamente, define-se como um tipo de atividade das organizações que o compõem. O Estado assume aqui as responsabilidades de estimular e de apoiar as atividades destas entidades, quer através de acordos de cooperação, quer através de mecanismos de supervisão.

Com a concretização da componente empírica, procurámos alcançar os restantes objetivos. Neste sentido, no que se refere ao enquadramento metodológico, adotámos o enfoque qualitativo, do tipo não-experimental transversal, de carácter exploratório e descritivo, utilizando técnicas de recolha de dados como as entrevistas semiestruturadas, a observação participante, a análise documental e análise bibliográfica. Para o tratamento de dados das entrevistas, apoiámo-nos na análise de conteúdo proposta por Guerra (2006). Como tal, os primeiros passos para o tratamento das narrativas, respeitaram às transcrições das entrevistas e à construção de sinopses. Posteriormente, analisámos as narrativas de forma descritiva e interpretativa.

Estruturámos a análise às entrevistas consoante cada categoria de entrevistados, designadamente: público-alvo (familiares-cuidadores de doentes de Alzheimer), testemunha privilegiada (Diretora da Delegação da Madeira da Associação Alzheimer Portugal) e investigadores especializados na área do ES e TS. Destas, passamos a apresentar as principais ilações.

Pelos familiares-cuidadores, vimos atribuída especial consideração ao papel dos profissionais do setor privado, ao nível do acompanhamento e da informação sobre todo o processo de doença. No entanto, atendendo às fragilidades económicas que apresentam, consideraram premente um papel mais ativo do Estado neste domínio, que possa contrariar a falta e, conseqüente, desconhecimento de informação, a morosidade dos serviços, e que apoie a criação de respostas especializadas no domínio da Alzheimer.

Por parte da Associação Alzheimer Portugal - Delegação da Madeira, face à incapacidade de resposta à totalidade das necessidades dos seus utentes, foi considerado pertinente e elementar pensar em intervenção especializada para estes doentes e familiares-cuidadores, perspetivada numa lógica de complementaridade com o trabalho desenvolvido pela mesma. Não obstante estes factos, não podemos desvalorizar o trabalho desta entidade na RAM. Esta é a única resposta social especializada nesta área de intervenção e, face aos constrangimentos socioeconómicos que apresenta, defronta-se com limites na sua ação.

A partir dos contributos dos Investigadores especializados foi-nos possível analisar um conjunto de dimensões imbricadas à nossa temática de investigação. A articulação dos diferentes pensamentos sobre o conceito de Empreendedorismo Social cruza-se com as concetualizações defendidas no nosso quadro teórico. De um modo geral, o ES apresenta-se como um processo de génese coletiva, fundado numa

metodologia participativa, que visa criar ou aplicar (novas) soluções para os problemas sociais. Existem motivações de várias índoles que permitem explicar estas iniciativas, nomeadamente: pessoais, sociais e profissionais. Temos vindo a assistir a uma mudança de consciência nas pessoas que, cada vez mais, se interessam não só em criar emprego, mas que esse emprego tenha um propósito e possa contribuir para o bem comum. Para concretizar este tipo de atividade são necessárias um conjunto de competências - proatividade, pensamento crítico, criatividade, espírito de iniciativa -, que podem ser cultivadas, por via de uma educação formal ou informal.

Sobre o ES em Portugal, este é percecionado como uma realidade em expansão. Através deste mecanismo, as organizações do TS têm vindo a tomar consciência e a adotar novas práticas de gestão - gestão estratégica e operacional - aliadas a uma preocupação crescente pela valorização dos recursos humanos. Não obstante, o ES é encarado, sobretudo, como um meio para alcançar alguma autonomia financeira. A componente da inovação social associada ao ES, vem dar ânimo e aspiração aos profissionais para desenvolver projetos e soluções que visem transformar a sociedade. O ES é, desta forma, percecionado como um mecanismo que dinamiza e sustenta o TS. São abertos, assim, caminhos para novas formas de economia e de suporte às políticas sociais (Coutinho, 2003).

Outra consideração incidiu sobre a importância da sustentabilidade de uma iniciativa de ES. Para que esta seja garantida, deve ser percecionada sob três dimensões: económica, social e ambiental. Quanto mais e melhor articuladas estiverem estas dimensões entre si, mais sustentável será a iniciativa. Especificamente ao nível da sustentabilidade financeira, esta deverá ser vista como um meio e não como um fim.

Conforme o exposto, seguimos uma metodologia participativa, dando voz aos familiares-cuidadores de doentes de Alzheimer, a profissionais da área e a especialistas na temática em análise. Ao cruzarmos os contributos obtidos através do nosso trabalho empírico com os conteúdos apresentados no enquadramento teórico, estamos convictos que estão dados os primeiros passos que permitem imprimir um processo de ES.

Podemos concluir que existe, efetivamente, uma lacuna de respostas sociais no domínio da Alzheimer na RAM. No entanto, esta é entendida por nós como uma oportunidade para se criar valor social. Perante a necessidade de se intensificar e dinamizar o TS na Região, apontamos, portanto, o ES como o “novo caminho” a seguir, apresentando-se como possível resposta às necessidades locais, identificadas pelos familiares-cuidadores e pela Associação Alzheimer - Delegação da Madeira.

Este estudo pode não dar origem a uma nova organização, mas pretende clarificar sobre novos horizontes de ação a ser seguidos, tanto pelos indivíduos - diga-se singulares - da sociedade civil, como pelas organizações já edificadas. Defendemos que este tipo de projetos mais humanizadores, fundados na proximidade e envolvimento com a população, vão promover a sua capacitação e empoderamento, orientando-nos a todos para uma sociedade mais justa, mais coesa e igualitária, consolidando a própria identidade do TS.

Tal como começámos este trabalho, mas agora com o devido suporte para esta fundamentação, ao pensar globalmente, agindo localmente (Beck, 1999) acreditamos que mais do que uma utopia, podemos verdadeiramente promover a mudança social.

Posto isto, no decorrer deste trabalho deparámo-nos com algumas limitações e/ou constrangimentos. Podemos referir que a não conciliação de agendas com o SESARAM, E.P.E. e a conseqüente não participação da entidade na nossa investigação, não nos permitiu conhecer o “peso” concreto dos doentes de Alzheimer na RAM e o que representam para o próprio Serviço Regional de Saúde, bem como a intervenção que é desenvolvida junto deles. Contudo, cabe-nos afirmar que os objetivos do nosso estudo foram alcançados e a questão de pesquisa a que nos alvitramos analisar foi, efetivamente, respondida.

Consideramos também que, no futuro, em complemento a este trabalho, a integração de uma vertente quantitativa, seria/será uma mais-valia para o enriquecimento dos resultados. Além disto, surgiram um conjunto de questões e ideias que nos cativaram a atenção para a prossecução da investigação nesta área, nomeadamente:

- ⇒ Atendendo à relação de proximidade das organizações do TS com as populações, poderemos considerá-las mediadores entre a população e o Estado? Em que medida dará contributo para a redefinição das políticas sociais?
- ⇒ Se projetamos uma iniciativa de ES para a RAM, porque não procurar conhecer e caracterizar o fenómeno a nível regional, para a toda a dimensão do ES?
- ⇒ Relacionar o ES e as novas correntes do neoliberalismo económico-social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, A. & FRANCO, R. (2007). “Economia do Conhecimento e Organizações sem Fins Lucrativos”. *SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação*. Parede: Principia Editora;
- ANDRÉ, I. & ABREU, A (2006). “Dimensões e Espaços da Dimensão Social”. *Finisterra*. XLI, nº 81, pp. 121-141;
- AUSTIN, J.; STEVENSON, H. & WEI-SKILLERN, J. (2006). “Social and comercial Entrepreneurship: Same, Different or both?” *Entrepreneurship Theory and Practice*, nº 30 (1), pp. 1-22;
- AZEVEDO, C. (2013). “A lógica e a magia: Empreendedorismo Social=Sociedade Civil + Sustentabilidade”. *Concurso de Ideias de Empreendedorismo Social 2013, Vila Nova de Famalicão, 8 de maio de 2013*;
- AZEVEDO, C., FRANCO, R. F., & MENESES, J. W. (2010). *Gestão de Organizações sem fins lucrativos*. Porto: Vida Económica;
- BACQ, S., & JANSSEN, F. (2008). “The Various Facets of Social Entrepreneurship: Literature Review and Classification. *Proceedings of RENT XXII*” - *Entrepreneurship as an Engine for Regional Development*, novembro 20-21, Covilhã;
- BANKS, S. (1997). *Ética y valores en el Trabajo Social*. Barcelona: Ed. Paidós;
- BARON, R. A., & SHANE, S. A. (2007). *Empreendedorismo - Uma Visão do Processo*. São Paulo: Thomson;
- BECK, U. (1999). *O que é Globalização? Equívocos do Globalismo: Respostas à Globalização*. São Paulo: Paz e Terra;
- BENTO, A. (2012). “Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas”. *Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)*, nº 65, ano VII (pp. 42-44);
- BOEIJE, H. (2010). *Analysis in Qualitative Research*. London: Sage;
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Investigação*. Porto: Porto Editora;
- BORNSTEIN, D. (2007). *How to Change the World: Social Entrepreneurs and the Power of New Ideas*. Nova Iorque: Oxford University;

- BUARQUE, S. C. (1999). *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*. Brasília, DF: IICA;
- BUCHA, A. I. (2009). *Empreendedorismo - Aprender a saber ser empreendedor* (1ª ed.). Lisboa: Editora RH, Lda;
- CAPUCHA, Luís (2005) - *Desafios da Pobreza*. Lisboa: Celta Editora;
- CARMO, H., & FERREIRA, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação. Guia para Auto -aprendizagem*. 2ª edição. Lisboa: Universidade Aberta;
- CARREIRA, H. M. (1996). *As Políticas sociais em Portugal*. (2º ed). Lisboa: Gradiva;
- CARROLL, D. A. & STATER, K. J. (2009). “Revenue Diversification in Nonprofit Organizations: Does it lead to Financial Stability?” *Journal of Public Administration Research*, 19 (4), 947-966;
- CERTO, S. & MILLER, T. (2008), *Social entrepreneurship: Key issues and concepts*. Business Horizons, nº51, pp. 267-271;
- CHAVES, Rafael; MONZÓN, José Luis (2007). *A Economia Social na União Europeia – Síntese*. Consultado a 23 de novembro, disponível em http://www.eesc.europa.eu/groups/3/index_en.asp?id=1405GR03EN;
- CIRIEC - International Center os Research and Information on the Public and Cooperative Economy (2000). *As Empresas e Organizações do Terceiro Sector – um desafio estratégico para o emprego*. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, Lisboa.
- COSTA, J.; ALVES, M. & DUMITRU, V. (2012). “Empreendedorismo Social em Portugal”. In *Manual de Empreendedorismo Social (2012): uma abordagem sistémica*. Cap. 4. Leiria: Editora Airo;
- COUTINHO, M. (2003). *Economia Social em Portugal – emergência do terceiro sector na política social*. Lisboa: APSS/CPIHTS;
- CRAVEIRO, M. C. (2007). *Formação em contexto: um estudo de caso no âmbito da pedagogia da infância*. Tese de Doutoramento: Universidade do Minho;
- DEES, G. (2001). *The Meaning of Social Entrepreneurship*. Consultado a 14 de Março de 2013, disponível em <http://www.fntc.info/files/documents/The%20meaning%20of%20Social%20Entreneurship.pdf>;

- DEES, G. (2004). “Rhetoric, reality and research: building strong intellectual foundations for the emerging field of social entrepreneurship”. *Skool World Fórum on Social Entrepreneurship*. Oxford;
- DEFOURNY, J. (2001). “From Third Sector to Social Enterprise”. In Borgaza C. e Defourny J.(eds.), *The Emergence of Social Enterprise*. London – NY: Routledge, 1-28;
- DOLABELA, F. (1999). *Oficina do empreendedor. A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. São Paulo: Cultura editores associados;
- DORNELAS, J. C. (2003). *Empreendedorismo Corporativo*. São Paulo: Editora Campus;
- DRUCKER, P. (1985). *Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles*, New York: Harper Business;
- DUARTE, C., & ESPERANÇA, J. P. (2012). *Empreendedorismo e Planeamento Financeiro*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda;
- EIRIZ, V. (2007). “O Empreendedorismo está na moda”. *Revista da Associação Industrial do Minho*. Nº 25;
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge: Polity Press;
- EVERS, A. & LAVILLE, J. L. (2004). “Defining the Third Sector in Europe”. In Evers, Adalbert; Laville, Jean-Louis (Eds.). *The Third Sector in Europe* (p. 11-42). Reino Unido: Edward Elgar;
- EVERS, Adalbert (2001). *The significance of social capital in multiple goal and resource structure of social enterprises*. Reino Unido: Edward Elgar;
- FÉLIX, S.; ALVES, L. & SIRGHI, V. (2012). *Manual Empreendedorismo Social uma abordagem sistémica*. Caldas da Rainha: Editora AIRO;
- FERREIRA, S. (2006). “Empreendedorismo, capacitação e mudança social”. *Boletim Vozes do Centro*, NRC: REAPN;
- FERREIRA, S. (2000). *O Papel das organizações do terceiro Setor na reforma das políticas públicas de protecção social* [Texto policopiado]: uma abordagem teórico-histórica. Coimbra;
- FERREIRA, S. (2005). “O que tem de especial o empreendedor social? – O perfil de emprego do empresário social em Portugal”. *Oficina do CES*, 223, 1-43. Consultado a 10 de dezembro de 2013, em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2562>;

- FLETCHER, D. (2006). “Entrepreneurial processes and the social construction of opportunity”. *Entrepreneurship & Regional Development*. Vol. 18-5;
- FODDY, W. (1996). *Como Perguntar. Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*. Lisboa: Celta Editora;
- FORTIN, M. F. (2003). *O Processo de investigação: da concepção à realização*. 3ª Edição. Loures: Lusociência;
- FRANÇA FILHO, G. C. (2002). “Terceiro setor, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais”. *Bahia Análises & Dados*, v. 12, Nº 1, p. 9-19. Consultado a 3 de outubro de 2014, disponível em <http://cirandas.net/articles/0007/3985/EconomiaSolidria-FronteirasConceituais.pdf>;
- FRANCO, R.; SOKOLOWSKI, S.; HAIREL, E.; SALAMON, L. (2005). *O sector não-lucrativo português numa perspetiva comparada*. Universidade Católica Portuguesa & Johns Hopkins University;
- FREEMAN, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston, Pitman Publishing.;
- GASPAR, F. (2009). *O Processo Empreendedor e a Criação de Empresas de Sucesso*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda;
- GEM (2012). *Global Entrepreneurship Monitor*. Consultado a 16 de dezembro, disponível em www.gemconsortium.org;
- GRISI, F. C. (2008) *Empreendedorismo Social: Uma pesquisa exploratória de ações de disseminação no Brasil*. Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
- GUERRA, I. C. (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação: O planeamento em Ciências Sociais*. 2ª Edição. Cascais: Principia;
- GUERRA, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia Editora, Lda.;
- HARTINGAN, P., & ELKINGTON, J. (2008). *The power of unreasonable people. How social entrepreneurs create markets that change the world*. Boston, Massachusetts: Harvard Business Press;
- HESPANHA, P. (2001). “Mal-estar social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a Teoria Social”. In Santos, B. *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento;

- HISRICH, R. D., & PETERS, M. P. (2007). *Empreendedorismo* (5ª ed.). São Paulo: Bookman;
- HWANG, H., & POWELL, W. W. (2005). "Institutions and Entrepreneurship". In S. Alvarez, R. Agarwal e O. Sorenson, *The handbook of Entrepreneurship Research: Disciplinary Perspectives*. Nova Iorque: Springer;
- IES, Instituto de Empreendedorismo Social: <http://www.ies.org.pt/ies>;
- IGEA, D., AGUSTIN, J., MARTIN, A. (1995). *Técnicas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Dykinson;
- KLAPPER, L., AMIT, R., GUILLÉN, M. (2008), "Entrepreneurship and firm formation across countries". *The World Bank Policy Research Working Paper Series*, nº 4313;
- LAVILLE, J. L. & EME, B. (2000). *Pour une approche pluraliste du tiers secteur. Mana, Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, Paris: Presses Universitaires de Caen, n.7;
- LÉVESQUE, B. (2002), "Entrepreneurship collectif et économie sociale: entreprendre autrement". *Forum "L'entrepreneurship en économie sociale: oser l'entrepreneuriat différemment"*, organizado pelo Centre Local de Développement des Moulins e par Emploi-Québec. Consultado a 3 de dezembro de 2013, disponível em <http://www.aruc-es.uqam.ca/Portals/0/cahiers/I-02-2002.pdf>;
- LIPIETZ, A. (1984). *L'Audace ou L'Enlissement: Sur les politiques économiques de la gauche*. Paris: La Decouverte;
- LUDKE, M. & ANDRÉ, Marli E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU;
- MAIR, J., & MARTI, I. (2006). "Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight". *Journal of World Business*, 41, 36-44;
- MANGAS, N. (2012). Prefácio. *Manual de Empreendedorismo Social: uma visão sistémica*. Leiria: Editora Airo;
- MARCONI, M. & LAKATOS, E. (2001), *Fundamentos de metodologia científica*, 4ª edição. Atlas, São Paulo;
- MARTIN, R. & OSBERG, S. (2007). "Social Entrepreneurship: the case for definition". *Social Innovation Review*, nº5;
- MARTINS, M. (2011). Conheça casos de sucesso no Empreendedorismo Social. In *Económico*. Consultado a 14 de dezembro de 2013, disponível em

- http://economico.sapo.pt/noticias/conheca-os-casos-de-sucesso-no-empreededorismosocial_;
- MELO NETO, F. de & FROES, C. (2002). *Empreededorismo Social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark;
- MENDES, A. R. et al. (2011). *Portugal Primeiro - Empreendedores Precisam-se*. Lisboa: Edições Sílabo;
- MILANI, C. (2005). “Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas”. *Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia*. Brasil: Escola de Administração da UFBA;
- MONTANO, C. (2007). *Terceiro Setor e Questão Social*. 6.^a Edição. São Paulo: Cortez;
- MOREIRA, A. J. (2009). “A sustentabilidade do Terceiro Setor”. *Rediteia*, nº 43;
- MOZZICAFREDO, J. (1996). *Estado Providência e Cidadania em Portugal*. 2º ed. Oeiras: Celta Editora;
- NAMORADO, R. (1999). “Cooperativismo e Política Social em Portugal”. In Barros, Carlos Pestana; Gomes, José (Orgs.). *Cooperativismo, Emprego e Economia Social em Portugal*. Lisboa: Vulgata;
- NETTO, J. P. (1992). *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 2ª Ed., São Paulo: Cortez;
- NICHOLLS, A. (2006). *Social Entrepreneurship: new models of sustainable social change*, Oxford: Oxford University Press;
- NUNES, H. (2004). *Serviço Social e Regulação Social: Agência do Assistente Social*. Porto: Estratégias Criativas;
- OCDE (2007). “A Framework for Addressing and Measuring”. *Entrepreneurship, Entrepreneurship Indicators Steering Group*. Consultado a 10 de dezembro de 2013, disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/21/51/39629644.pdf>;
- OLIVEIRA, E. M. (2004). “O empreendedorismo social como indutor de auto-organização no enfrentamento das questões sociais e no desenvolvimento intergrado e sustentável: notas introdutórias e aproximativas”. *Informe GEPE*, Cascavel: Edunioesre, v.8, nº 1, pp 63-90;
- PARENTE, C., LOPES, A., MARCOS, V. (2012). “Perfis de Empreendedorismo Social: pistas de reflexão a partir de organizações do Terceiro Setor nacionais”. *VII Congresso Nacional de Sociologia*. Porto;

- PARENTE, C., COSTA, D., SANTOS, M. & CHAVES, R. (2011). “Empreendedorismo Social: contributos teóricos para a sua definição”. *XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise da regulação à hegemonia da globalização*, Lisboa. Consultado a 14 de maio de 2013, disponível em <http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/produtos/category/12-apresentacoes>;
- PARKINSON, C., & HOWORTH, C. (2008). “The language of social entrepreneurs”. *Entrepreneurship & Regional Development*, 20(3), p.285-309;
- PEREIRA, O. P. (2013). “Soft skills: from university to the work environment. Analysis of a survey of graduates in Portugal”. *Regional and Sectoral Economic Studies*, Vol. 13 -1;
- PESTOFF, V.A. (1992) “Third Sector and co-operative services. From determination to privatization”, *Jornal of consumer policy*, 15, p. 21-45;
- PORTELA, J. (2008). *Microempreendedorismo em Portugal Experiências e Perspectivas*. Lisboa: INSCOOP- Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo;
- QUINTÃO, C. (2004a). “As Empresas de Inserção no contexto da União Europeia – problemáticas e desafios”. *Atas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra;
- QUINTÃO, C. (2004c). “Terceiro Setor: elementos para a referenciação teórica e conceptual”. *V Congresso Português de Sociologia*. Consultado a 9 de março de 2013, disponível em http://isociologia.pt/App_Files/Documents/working5_101019094100.pdf;
- QUINTÃO, C. (2004b). *Empreendedorismo Social e oportunidades de construção do próprio emprego. Seminário Trabalho Social e Mercado de Emprego*. Porto: Universidade Fernando Pessoa;
- QUINTÃO, C. (2011). *O Terceiro Setor e a sua renovação em Portugal – Uma abordagem preliminar*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.^a ed. Lisboa: Gradiva;
- REIS, T (1999). *Unleashing the new resources and entrepreneurship for the common good: A scan, synthesis and scenario for action*, Battle Creek, MI: W.K. Kellogg Foundation;
- RIFKIN, J. (1995). *The end of work: the decline of the global labor force and the dawn of the post-market era*. Nova Iorque: G.P. Putnam’s Sons;

- RODRIGUES, Fernanda (2003). *A Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: CPIHTS;
- ROWLEY, T.J. (1998). “Moving Beyond Dyadic Ties: A Network theory of stakeholder influences”. *Academy of Management Review*. Toronto, v. 22. n. 4;
- SALAMON, L., FRANCO, R., SOKOLOWSKI, S. e HAIREL, E. (1999). *O Setor não-lucrativo português numa perspetiva comparada*. Universidade Católica Portuguesa & Johns Hopkins University;
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. (2006). - *Metodologia da Pesquisa*. 3ª Edição. São Paulo: McGraw-Hill;
- SANTOS, B. S. (1997). “Por uma conceção multicultural dos direitos Humanos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 48, pp.1-32;
- SANTOS, B. S. (2002). *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 8ªed. Porto: Edições Afrontamento;
- SANTOS, B. S. (1993). “Um Estado Providência fraco numa Sociedade Providência forte”. In Santos, Boaventura de Sousa. *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento;
- SANTOS, B. S. & FERREIRA, S. (2001). “A Reforma do Estado-Providência Entre Globalizações Conflitantes”, pp.177-225. In Hespanha, Pedro e Carapinheiro, Graça (orgs.), *Risco Social e Incerteza - Pode o Estado Social Recuar Mais?* Porto: Afrontamento;
- SANTOS, B. S. (1999). *A construção multicultural da igualdade e da diferença*, Coimbra: Oficinas do CES;
- SANTOS, F. (2010). “Empreendedorismo Social ganha novo fôlego”. *Jornal Público*. Consultado a 16 dezembro de 2013, disponível em http://www.publico.pt/economia/noticia/empreendedorismo-social-ganha-novo-folego_1421671;
- SARKAR, S. (2009). *Empreendedorismo e Inovação*. Lisboa: Escolar Editora;
- SHANE, S. & VENKATARAMAN, S. (2000). “The promise of entrepreneurship as a field of research”. *Academy of Management Review*, nº25. Consultado a 25 de março de 2013, disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/259271?uid=3738880&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102407941057>;
- SILVA, A. (2013a). “Sobre posições e trajetórias sociais de classe dos empreendedores sociais - resultados de uma investigação exploratória”. *Oficina do CES*, nº 400;

- SILVA, P. (2013b). *Empreendedorismo Social, o papel das IPSS: estudo de caso*.
Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico do Porto;
- SMITH, D. H. (1991). “Four Setors or Five? Retaining the Member-Benefit Setor”.
Nonprofit and Voluntary Setor Quarterly. V. 20 Nº.2;
- SOUSA, A. (2005). *Investigação em educação*. Lisboa: Livros Horizonte;
- SPOSATI, A. (2007). “Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social”. *Revista Katálisis Florianópolis*. Nº. 10, p. 15-25;
- STEVENSON, H. H. (1983). “A perspective on entrepreneurship”. *Harvard Business School Working Paper*, nº 9-384-131;
- THALHUBER, J. (1998) *The Definition of a Social Entrepreneur, The National Center for Social Entrepreneurs*. Consultado a 25 de março de 2013, disponível em <http://www.socialentrepreneurs.org/entredf.html>;
- TSUGUMI, N. Y. (2006). *Inclusão social no mercado de trabalho e hospitalidade*.
Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Anhembí Morumbi;
- UCE (2003). Referencial Europeu do Empresário Social. *Pensamento Cooperativo*, nº 4. Consultado a 10 de janeiro de 2014, disponível em <http://uce.universite-cooperative.coop/index.php>;
- VERDE, L. (2003). *Livro Verde - Espírito Empresarial na Europa*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias;
- VISCARRET, J. (2006). *Modelos y métodos de intervención en Trabajo Social*.
Pamplona: Alianza Editorial;
- VIVET, D.& THIRY, B. (2000). “Field of Study, Quantitative Importance and National Acceptations”. *CIRIEC*, 11-31;
- YOUNG, R. (2006). “For what it is worth: Social value and the future of social entrepreneurship”. In A. Nicholls (Ed.), *Social Entrepreneurship: New models of sustainable social change* (pp. 56-73) Oxford: Oxford University Press Young;
- ZAHRA, S.A. et al. (2008), *Globalization of Social Entrepreneurship Opportunities*. *Strategic Entrepreneurship Journal*, 2, pp.117-131.

Legislação Consultada:

- PORTUGAL. Constituição (2007). *Constituição da República Portuguesa*. Coimbra: Almedina;
- Lei de Bases da Economia Social (2013). Lei n.º 30/2013 de 8 de maio (DR 88/2013, Série I de 8 de maio de 2013).

APÊNDICES

APÊNDICE I – GUIÕES DE ENTREVISTA

Entrevista Semiestruturada: Guião de entrevista
(com base na teoria de Guerra, 2006)

Famíliares-cuidadores de doentes de Alzheimer

Apresentação e objetivos da entrevista

Estamos a contactá-lo (s) no sentido de nos facultar uma entrevista sobre o seu papel, as suas opiniões e os seus sentimentos enquanto familiar-cuidador de um doente de Alzheimer, no contexto de uma investigação para uma tese de mestrado, para a qual nos interessa: compreender de que modo é encarado pelos familiares, que assumem o papel de cuidadores, o processo de doença, que é irreversível, nas suas diferentes dimensões.

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Grau de parentesco com o doente;	<ul style="list-style-type: none"> Qual o seu grau de parentesco com o doente de Alzheimer pelo qual assume responsabilidade? 	Que relação estabelece com o doente.
Processo de diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> Com que idade foi diagnosticado? Sentiu-se esclarecida, e a sua família, sobre a doença e todo o seu processo? Qual foi a reação da família? E do doente? 	Como foi encarado todo o processo de diagnóstico, pela família e pelo doente.
Apoios prestados	<ul style="list-style-type: none"> Conta/contou com o apoio de alguma instituição? Que respostas sociais conhece para apoiar estes doentes? Considera que a institucionalização acaba por ser a melhor solução nestes casos? 	Que respostas sociais apoiaram/apoiam; Opinião sobre a institucionalização.
Lacunhas identificadas	<ul style="list-style-type: none"> O que falta verdadeiramente a estes doentes? 	Que lacunas identificam/sentiram no apoio prestado a estes doentes e familiares.
Papel do Estado	<ul style="list-style-type: none"> Que papel assume o Estado ou o nosso Serviço Regional de Saúde neste âmbito? 	Que apoio foi/é dado por parte das entidades públicas.
Necessidades da família	<ul style="list-style-type: none"> E perante esta situação, o que a perturba mais e à família? Acha...sente que é dada a devida atenção aos familiares e cuidadores? Sente/sentiu necessidade de algum tipo de acompanhamento também para si/família? Considera que a criação de um centro especializado na RAM para este tipo de doentes, mas também familiares, poderia ser uma mais-valia? 	Quais as necessidades da família; Qual a opinião/necessidade sobre a criação de uma resposta específica para estes doentes e familiares.

Entrevista Semiestruturada: Guião de entrevista

(com base na teoria de Guerra, 2006)

Associação Alzheimer Portugal – Delegação da Madeira

Apresentação e objetivos da entrevista

Estamos a contactá-lo (s) no sentido de nos facultar uma entrevista sobre o estado da saúde mental em Portugal e na Madeira, com atenção especial aos doentes de Alzheimer, no contexto de uma investigação para uma tese de mestrado, para a qual nos interessa: Conhecer e compreender o estado/percurso da saúde mental na RAM e em Portugal; Conhecer as especificidades da doença de Alzheimer e dos seus contornos/amplitude a nível regional; Compreender as necessidades e principais lacunas de intervenção para doentes de Alzheimer.

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Caracterização dos doentes de Alzheimer (% de população afetada; idade média; género mais afetado...)	<p>A Alzheimer é uma doença degenerativa do cérebro, de ordem neurológica, que afeta sobretudo a população idosa.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qual o perfil do doente de Alzheimer em Portugal? E na RAM? • Que especificidades/caraterísticas “especiais” – além da perda de memória – têm estes doentes? 	Conhecimento do perfil dos doentes de Alzheimer.
Contexto institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Qual é a finalidade ou missão da delegação? • Como se reflete na vossa intervenção? Que resultados esperam? 	Missão da instituição: prevenção, tratamento e/ou reabilitação; Filosofia de intervenção subjacente; Resultados esperados.
Relação com os utentes e famílias	<ul style="list-style-type: none"> • Que tipo de relação estabelecem com os seus utentes? Que forma de tratamento? Como os designa? • Que impactos são produzidos nas famílias/redes de suporte com a necessidade de prestação de cuidados a um doente, com este tipo de doença? • Que necessidades manifestam os principais cuidadores? • Haverá necessidade de se pensar em intervenção especializada para as famílias/cuidadores? 	Se o resultado da relação é a dependência ou autonomia, se a posição do utente é passiva ou ativa; Se a relação é de apoio ou colaboração; Se há partilha de poder; Se é tida em conta o desgaste da família; Tipo de intervenção desenvolvido.

(Continua)

(Continuação)

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Necessidades identificadas; Desenvolvimento de um projeto de ES	<ul style="list-style-type: none"> • Sendo o vosso serviço o único na região especializado na intervenção com estes doentes, o que acham que está a faltar? • Do que precisam estes doentes? • Considera uma mais-valia o desenvolvimento de um projeto de ES que vise responder a esta população? E sobre a ideia de se alargar às restantes doenças neurológicas? • Ao se considerar a possibilidade de se desenvolver um projeto destinado a estes doentes, que tipo de atividades deverão ser desenvolvidas? E as instalações, que necessidades? ... 	Identificar principais lacunas e respostas necessárias para colmatar tais debilidades.
Abordagem à comunidade e às redes sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a Vossa intervenção junto da comunidade? Encaminhamento, articulação, trabalho em rede, parcerias? • Que papel assume o SESARAM. EPE neste âmbito? 	A relação com os serviços da comunidade e a importância do Serviço Regional de Saúde neste âmbito.
Sustentabilidade de uma iniciativa de Empreendedorismo Social	<ul style="list-style-type: none"> • Enquanto Associação, constituem-se como organização do TS. Considera que a criação de associações/organizações contribuem para a dinamização do TS? Como asseguram a Vossa sustentabilidade? • Como acham que poder ser assegurada a sustentabilidade de uma iniciativa do TS? 	Compreender a atenção dada à importância de procurar a sustentabilidade de uma iniciativa deste âmbito

Entrevista Semiestruturada: Guião de entrevista
(com base na teoria de Guerra, 2006)

Investigador da área do Empreendedorismo Social e Terceiro Setor

Estamos a contactá-lo (s) no sentido de nos facultar uma entrevista sobre o seu papel como investigador na área do empreendedorismo social, para a qual nos interessa: Compreender o conceito de Empreendedorismo Social; Conhecer e compreender o estado do empreendedorismo social em Portugal; Conhecer quais as motivações para a área social; Identificar e compreender que critérios podem assegurar a sustentabilidade de uma iniciativa de empreendedorismo social.

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Percurso Profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Para começar, pode fazer uma breve apresentação sua, do seu currículo? • Quais as motivações para enveredar por este caminho? 	Conhecer o percurso até ingressar na área social, especialmente no Empreendedorismo Social.
Empreendedorismo Social	<ul style="list-style-type: none"> • O que é para si o ES? • Acha que é competência inata? Adquirida? Ensinável? Deverá ser uma disciplina? • Está associado ao Empreendedorismo/Empreendedorismo Social a inovação e criatividade. Como se desenvolve estas competências? Poderão todos os indivíduos ser empreendedores sociais? Que motivações terão para seguir este caminho? (pessoais, profissionais, económicas?) 	Concetualização de ES; Perceção pessoal sobre o ES; Importância dada à educação para o empreendedorismo;
ES em Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Como caracteriza o ES em Portugal? • Comparativamente a outros países, somos considerados pouco empreendedores. Porquê? O que explica esse distanciamento? Que boas práticas podemos seguir o exemplo? 	Conhecer as especificidades do ES em Portugal;

(Continua)

(Continuação)

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Empreendedorismo Social, o Terceiro Sector e o Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Que importância tem este tipo de iniciativas na atualidade? • Como explica a crescente atenção que tem sido dada ao ES, Economia Social e ao TS (como explica a difusão)? • Considera que o Empreendedorismo Social contribui para a dinamização do Terceiro Sector e/ou da Economia Social? • Como explicar esta “fusão” concetual? • E o próprio TS carece de quê? • Como explica a relação entre o ES, TS e o Estado? Acha que caminhamos para a substituição do Estado pelo TS/ES na implementação de políticas sociais? 	Qual o peso do ES dentro do TS; Lacunas do TS; Razões que explicam a difusão dos conceitos; Relação entre ES, TS e Estado: substituição? Complementaridade?
Sustentabilidade de uma iniciativa de Empreendedorismo Social	<ul style="list-style-type: none"> • Como podem os empreendedores sociais criar um negócio sustentável? Que importância assume a sustentabilidade deste tipo de iniciativas? 	Compreender a atenção dada à importância de procurar a sustentabilidade de uma iniciativa deste âmbito

APÊNDICE II – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO



Mestrado Economia Social
Escola Economia Gestão
Universidade do Minho

Declaração de Consentimento Informado

Eu, Cristina Cláudia Ribeiro Pereira
concordo em participar no estudo sob o tema: **O papel do Empreendedorismo Social no Tercceiro Setor**. Pretende-se com o mesmo dar resposta aos seguintes objetivos:

- Contribuir para o conhecimento e compreensão do conceito de Empreendedorismo Social;
- Conhecer e compreender o estado do Empreendedorismo Social na Madeira;
- Conhecer quais as motivações para enveredar pela área social;
- Identificar e compreender a importância em assegurar a sustentabilidade de uma iniciativa de empreendedorismo social.

- ✓ Compreendi que tenho o direito de colocar, agora ou durante o desenvolvimento do estudo, qualquer questão acerca do mesmo;
- ✓ Informaram-me de que a entrevista seria gravada em áudio e permito que assim seja;
- ✓ Aceito que as minhas perspetivas sejam incorporadas nos resultados do estudo e possam ser publicadas ou apresentadas pela equipe de investigação para fins académicos;
- ✓ Aceito que o meu nome e/ou referência ao Projeto que incorporo, e/ou outros detalhes identificativos sejam divulgados para fins de análise investigativa;
- ✓ Concebo que sou livre de desistir da participação do estudo a qualquer momento;
- ✓ Depreendi que este documento será conservado de forma segura pela equipa de investigação e será destruído no fim do estudo.

Assinatura do investigador.....

Assinatura do participante..... Cristina Ribeiro Pereira

**APÊNDICE III – TRANSCRIÇÃO E SINOPSE DAS ENTREVISTAS AO
PÚBLICO-ALVO**

Transcrição da Entrevista a Familiar 1 (no papel de familiar e cuidador de um doente de Alzheimer da RAM)

Ent: Qual o seu grau de parentesco com o doente de Alzheimer pelo qual assume responsabilidade?

F1: É a minha mãe.

Ent: Com que idade foi diagnosticado?

F1: Foi há mais ou menos 6 anos, ela agora tem 87 anos. Ela já estava a esquecer várias coisas e o neurologista fez os testes necessários e foi diagnosticada a doença.

Ent: Sentiu-se esclarecida, e a sua família, sobre a doença e todo o seu processo?

F1: Sim. O médico disse que não há tratamento para isso. A medicação é só um travão para não avançar tão rápido a doença, vai avançado, mas muito devagar.

Ent: Qual foi a reação da família? E do doente?

F1: Na altura ela já não se apercebia, para ela foi esquecimento. Eles não aceitam que se esquecem, fazem tudo para a família não ver que se esqueceram, não admitem. Até pode ter noção, mas não aceitam. Para nós não foi muito agradável, mas temo que aceitar. Já era uma idade avançada e a aceitação acabou por ser mais fácil também por isso. Mas ao saber a gravidade da doença tivemos que dar mais ajuda...ajudamos nas lides...em tudo. A minha mãe sempre foi tratada em casa. Dizem que a institucionalização... que com a família, em casa, não vão tão a baixo. A minha mãe ainda não está parada, ainda tem reação. Se não fosse o AVC que teve, ela ainda andava, mas ficou acamada. Nós...todos os filhos, tivemos eu mudar os nossos hábitos de vida, temos que acompanhá-la sempre de dia e de noite.

Ent: Conta com o apoio de alguma instituição? Que resposta sociais conhece para apoiar estes doentes?

F1: Não, nunca fomos a associações, nem sei de nada.

Ent: Considera que a institucionalização acaba por ser a melhor solução nestes casos?

F1: Se for no início da doença...mas nós perguntávamos se ela queria ir para um lar, ela dizia que não queria ir aturar velhos. No início da doença a teimosia é de mais...se fechamos uma porta quase a rebentam para sair, penso que é por não admitir e também faz parte da doença, por isso temos que dar mais medicação para acalmar. Tem que ter sempre um acompanhamento durante o dia.

Ent: O que falta verdadeiramente a estes doentes?

F1: Faltam apoios, faltam lugares pensados neles, profissionais pensados só para eles... uma série de coisas ainda.

Ent: Que papel assume o Estado ou o nosso Serviço Regional de Saúde neste âmbito?

F1: Nunca tivemos apoio do Estado, o médico de família nunca encaminhou para nada, não foi capaz de encaminhar para o hospital. Nós é que recorremos ao privado, pagámos tudo...não custava nada reencaminhar para o hospital, mas ela está a ser tratada e tudo é pago por nós.

Ent: E perante esta situação, o que a perturba mais e à família?

F1: É não nos conhecer...ela não nos conhece como filhos, às vezes trata-nos por “menina...menina anda aqui”. Mas nisto tudo já estamos habituados...no início custava mais, dava uma dor no coração.

Ent: Acha...sente que é dada a devida atenção aos familiares e cuidadores?

F1: Sim. Quer dizer, nós não tivemos acompanhamento, mas há pessoas que não sabem encarar esta doença. Para nós o médico foi muito importante, fala muito e explica muito, é bom. Para nós o médico foi suficiente, ele explica “tens a medicação, vês a reação dela”...e funcionamos assim, dependendo da reação que ela tem à medicação, nós vemos se damos mais ou não...penso que é também por isso que ela não fica tão apática como as outras pessoas que se vê, não sei.

Ent: Sente necessidade de algum tipo de acompanhamento também para si?

F1: Às vezes sim... é normal sentir. Já viu o que é ter uma mãe que não conhece o próprio filho? Mas já nos habituamos a isso... o médico pôs-nos a par de tudo, que cada vez ia ser pior e não podíamos esperar melhoras, mas sim o contrário. É um desgaste grande, dá cabo de uma pessoa.

Ent: Considera que a criação de um centro especializado na RAM para este tipo de doentes, mas também familiares, poderia ser uma mais-valia?

F1: Nós no início queríamos isso, achávamos que se houvesse um lugar específico para ela era melhor. Mas eles são postos com outros doentes, sem acompanhamento especializado. Se fosse com uma equipa preparada, com médicos, enfermeiros preparados mesmo para isso, ia ser melhor. Se fosse mesmo só isso, podia ser, mas com os outros lares, com outros doentes, não. É uma doença que é preciso muita paciência. Nós somos 4 filhos e é uma semana a cada para não sobrecarregar, agora imagine o que é todos os dias com várias pessoas assim. Mas faz falta sim um lugar desses, deviam de dar mais atenção a estas coisas.

Transcrição da Entrevista a Familiar 2 (no papel de familiar e cuidador de um doente de Alzheimer da RAM)

Ent: Qual o seu grau de parentesco com o doente de Alzheimer pelo qual assume responsabilidade?

F2: Sou neta.

Ent: Com que idade foi diagnosticado?

F2: Ela tinha 65 anos na altura.

Ent: Sentiu-se esclarecida, e a sua família, sobre a doença e todo o seu processo?

F2: De início não porque a informação perante o médico não foi muito esclarecedora em relação às fases que um doente de Alzheimer poderá passar. Mas após pesquisas na internet e explicações teóricas adequadas sobre esta doença fiquei mais esclarecida... assim como a minha família.

Ent: Qual foi a reação da família? E do doente?

F2: A família reagiu bem, mas tinha consciência que seria muito difícil todo este processo. Em relação ao doente este nunca teve noção do quão grave era... e foi a doença.

Ent: Conta/ contou com o apoio de alguma instituição? Que resposta sociais conhece para apoiar estes doentes?

F2: Não. Na altura éramos associados à Associação Portuguesa dos Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer mas esta nunca forneceu-nos nenhuma ajuda material nem de apoio emocional. Ajuda pela qual foi requisitada por nós... e a única resposta que nos deram foi que iriam em entrar em contacto connosco e até hoje... nada.

Ent: Considera que a institucionalização acaba por ser a melhor solução nestes casos?

F2: Depende de alguns casos... se a família tem condições para manter o doente em casa e no seu meio deveremos mantê-los em casa. Caso contrário será melhor

institucionalizar visto haver um grande risco para estes doentes estarem em casa sem nenhum apoio.

Ent: O que falta verdadeiramente a estes doentes?

F2: Mais apoios na medicação específica para esta doença... são muito caros.

Ent: Que papel assume o Estado ou o nosso Serviço Regional de Saúde neste âmbito?

F2: Comparticipa com uma pequena percentagem nos medicamentos específicos.

Ent: E perante esta situação, o que a perturba mais e à família?

F2: A degradação gradual destes doentes.

Ent: Acha...sente que é dada a devida atenção aos familiares e cuidadores?

F2: Não. Quase que não é dada a devida atenção aos doentes, quanto mais aos familiares.

Ent: Sente/sentiu necessidade de algum tipo de acompanhamento também para si/família?

F2: Sim. Precisávamos de descanso em certas alturas.

Ent: Considera que a criação de um centro especializado na RAM para este tipo de doentes, mas também familiares, poderia ser uma mais-valia?

F2: Sim, através deste centro especializado poderíamos reunir os doentes e seus familiares e possibilitar a trocar de experiências assim como de aprendizagem.

Transcrição da Entrevista a Familiar 3 (no papel de familiar e cuidador de um doente de Alzheimer da RAM)

Ent: Qual o seu grau de parentesco com o doente de Alzheimer pelo qual assume responsabilidade?

F3: Neta

Ent: Com que idade foi diagnosticado?

F3: Por volta dos 74 anos de idade.

Ent: Sentiu-se esclarecida, e a sua família, sobre a doença e todo o seu processo?

F3: Sim, fomos esclarecidos e informados sobre o normal e suposto processo da doença e as suas características.

Ent: Qual foi a reação da família? E do doente?

F3: O sentimento inicial da família foi de instabilidade e incerteza face à novidade e adaptação à doença. Quanto ao doente este teve um sentimento de rejeição e negação, por não ter conseguido por si só identificar sintomas da doença.

Ent: Conta / contou com o apoio de alguma instituição? Que resposta sociais conhece para apoiar estes doentes?

F3: Não temos, nem tivemos apoio de instituições. Conhecemos a existência de Centros de dia e lares, mas não é nada específico para pessoas com doença de Alzheimer.

Ent: Considera que a institucionalização acaba por ser a melhor solução nestes casos?

F3: Não totalmente. Considero que manter o doente no seu seio familiar é fundamental, visto que muitas das lembranças e interações com a família se mantêm e podem atenuar o desenvolvimento da doença. No entanto, por exemplo, doentes que fiquem sozinhos durante o dia em situações que podem se tornar perigosas e sem atividades que os estimulem, também não é bom. Assim, o frequentar de um centro de dia pode ser importante também.

Ent: O que falta verdadeiramente a estes doentes?

F3: Talvez instituições mais especializadas e direcionadas para a doença de Alzheimer.

Ent: Que papel assume o Estado ou o nosso Serviço Regional de Saúde neste âmbito?

F3: Considero que estes têm um papel fundamental neste âmbito, devendo criar e apoiar instituições que cuidem de doentes com esta doença. Muitos portugueses sofrem com esta doença, bem como as suas famílias. No entanto, face à instabilidade económica do país e à priorização de outros cuidados, não considero que atualmente o nosso Estado e Serviço de Saúde tenham um papel tão ativo como deveriam no tratamento desta doença.

Ent: E perante esta situação, o que a perturba mais e à família?

F3: A falta de apoios a vários níveis (medicamentos, apoios ao cuidador, apoio nas consultas especializadas, etc.) face à doença.

Ent: Acha... sente que é dada a devida atenção aos familiares e cuidadores?

F3: No meu entender não. O cuidador/família fica geralmente em 2º plano, sendo a pessoa principal o doente.

Ent: Sente/sentiu necessidade de algum tipo de acompanhamento também para si/família?

F3: A instabilidade da doença é o fator mais “cansativo” no tratamento da doença de Alzheimer. Os períodos de confusão alternados com períodos de orientação do doente, levam à exaustão do doente, bem como dos seus cuidadores e família. No entanto, e no caso particular ainda não sentimos necessidade de acompanhamento.

Ent: Considera que a criação de um centro especializado na RAM para este tipo de doentes, mas também familiares, poderia ser uma mais-valia?

F3: Considero fundamental. Um sítio onde os doentes pudessem estar diariamente com atividades adequadas por exemplo, bem como onde pudessem ficar para descanso dos cuidadores e também em fases mais avançadas da doença.

Sinopse de Entrevistas (com base na teoria de Guerra, 2006)

Famíliares e (ex) cuidadores de doentes de Alzheimer

Problemática Familiar	Grau de parentesco
Familiar 1	“É a minha mãe”.
Familiar 2	“Neta”.
Familiar 3	“Neta”.

Problemática Familiar	Diagnóstico da doença
Familiar 1	“(…) há mais ou menos 6 anos, ela agora tem 87 anos. Ela já estava a esquecer várias coisas e o neurologista fez os testes necessários e foi diagnosticada (…)”.
Familiar 2	“Ela tinha 65 anos (…)”
Familiar 3	“Por volta dos 74 anos (…)”.

Problemática Familiar	Esclarecimento
Familiar 1	“(…) o médico disse que não há tratamento para isso. A medicação é só um travão para não avançar tão rápido (….) vai avançando, mas muito devagar”.
Familiar 2	“De início não [se sentiu esclarecida] porque a informação perante o médico não foi muito esclarecedora em relação às fases que um doente de Alzheimer poderá passar (…)”.
Familiar 3	“(…) fomos esclarecidos e informados sobre o normal e suposto processo da doença e as suas características”.

Problemática Familiar	Reação da família e do doente
Familiar 1	“(…) ela já não se apercebia de nada, para ela foi esquecimento. Eles não aceitam que se esquecem, fazem tudo para a família não ver (….) não admitem (….) para nós não foi muito agradável, mas temos que aceitar. Já era uma idade avançada e a aceitação acabou por ser mais fácil (….) Nós... todos os filhos, tivemos que mudar os nossos hábitos de vida, temos que acompanhá-la sempre de dia e de noite”.
Familiar 2	“A família reagiu bem, mas tinha consciência que ia ser muito difícil todo este processo (….) o doente nunca teve noção do quão grave era... e foi a doença”.
Familiar 3	“O sentimento inicial da família foi de instabilidade e incerteza face à novidade e adaptação à doença. Quanto ao doente teve um sentimento de rejeição e negação, por não ter conseguido por si só identificar sintomas (…)”.

Problemática Familiar	Apoios prestados
Familiar 1	“(…) nunca fomos a associações, nem sei de nada”.
Familiar 2	“(…) na altura éramos associados à Associação Portuguesa dos Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer mas esta nunca forneceu-nos nenhuma ajuda material nem de apoio emocional. Ajuda pela qual foi requisitada por nós (…) iria entrar em contacto connosco e até hoje... nada”.
Familiar 3	“Não temos, nem tivemos apoio de instituições. Conhecemos a existências de centros de dia e lares, mas não é nada específico para pessoas com doenças de Alzheimer”.

Problemática Familiar	Institucionalização
Familiar 1	“(…) nós perguntávamos se ela queria ir para um lar, ela dizia que não queria aturar velhos (…) no início da doença a teimosia é de mais (…) penso que é por não admitir (…)”
Familiar 2	“(…) se a família tem condições para manter o doente em casa e no seu meio deveremos mantê-los em casa. Caso contrário será melhor institucionalizar visto haver um grande risco para estes doentes estarem em casa sem apoios”.
Familiar 3	“(…) considero que manter o doente no seu seio familiar é fundamental, visto que muitas das lembranças e interações com a família se mantêm e podem atenuar o desenvolvimento da doença. No entanto (…) doentes que fiquem sozinhos (…) em situações que se podem tornar perigosas e sem atividades que os estimulem também não é bom (…) o frequentar de um centro de dia pode ser importante (…)”.

Problemática Familiar	Principais lacunas
Familiar 1	“Faltam apoios, faltam lugares pensados neles, profissionais pensados só p’ra eles... uma série de coisas ainda...”
Familiar 2	“Mais apoios na medicação (…) são muito caros”.
Familiar 3	“Talvez instituições mais especializadas e direcionadas para a doença (…)”.

Problemática Familiar	Papel do Estado
Familiar 1	“Nunca tivemos apoio do Estado, o médico de família nunca encaminhou (…) não foi capaz de encaminhar para o hospital. Nós é que recorremos ao privados (…) ela está a ser tratada e tudo é pago por nós”.
Familiar 2	“Comparticipa com uma pequena percentagem nos medicamentos específicos”.
Familiar 3	“Considero que (…) tem um papel fundamental (…) devendo criar e apoiar instituições, bem com as suas famílias. No entanto, face à instabilidade económica do país e à priorização de outros cuidados, não considero que atualmente o (…) Estado e o Serviço de Saúde tenham um papel ativo (…) no tratamento desta doença”.

Problemática Familiar	Sentimento da família face todo o processo da doença
Familiar 1	“[o pior] é não nos conhecer (...) não nos conhece como filhos (...) já estamos habituados... no início custava mais, dava uma dor no coração”.
Familiar 2	“[perturba] a degradação gradual destes doentes”.
Familiar 3	“[preocupa] a falta de apoios a vários níveis... medicamentos, apoios ao cuidador, apoios nas consultas especializadas, etc. (...)”.

Problemática Familiar	Atenção prestada pelas entidades aos familiares
Familiar 1	“(...) nós não tivemos acompanhamento, mas há pessoas que não sabem encarar esta doença. Para nós o médico foi muito importante e explica muito, é bom (...) ele explica «tens a medicação, vês a reação dela» (...)”
Familiar 2	“(...) Quase que não é dada a devida a atenção aos doentes, quanto mais aos familiares”.
Familiar 3	“O cuidador/família fica geralmente em segundo plano, sendo a pessoa principal o doente”.

Problemática Familiar	Necessidades da família
Familiar 1	“Às vezes sim [sente necessidade de apoio]... é normal sentir (...) é um desgaste grande, dá cabo de uma pessoa”.
Familiar 2	“(...) precisávamos de descanso em certas alturas”.
Familiar 3	“A instabilidade da doença é o fator mais cansativo (...) os períodos de confusão alternados com períodos de orientação (...) levam à exaustão do doente, bem como dos seus cuidadores e família (...) no caso particular ainda não sentimos necessidade de acompanhamento”.

Problemática Familiar	Necessidade de apoio especializado
Familiar 1	“Nós no início queríamos isso, achávamos que se houvesse um lugar específico para ela era melhor. Mas eles são postos com outros doentes, sem acompanhamento especializado. Se fosse com uma equipa preparada (...) mesmo para isso, ia ser melhor. É uma doença que é preciso muita paciência. Nós somos 4 filhos e é uma semana a cada para não sobrecarregar, agora imagine o que é todos os dias com várias pessoas assim (...) faz falta sim um lugar desses, deviam de dar mais atenção a estas coisas”.
Familiar 2	“(...) através de um centro especializado poderíamos reunir os doentes e seus familiares e possibilitar a troca de experiências, assim como de aprendizagem”.
Familiar 3	“(...) um sítio onde os doentes pudessem estar diariamente com atividades adequadas (...) bem como onde pudessem ficar para descanso dos cuidadores e também em fases mais avançadas da doença”.

**APÊNDICE IV – TRANSCRIÇÃO E SINOPSE DAS ENTREVISTAS À
TESTEMUNHA PRIVILEGIADA**

Transcrição da Entrevista a Dr.^a Lúcia Dias (Presidente da Associação Alzheimer Portugal – Delegação da Madeira)

Ent: Antes de começarmos, pedia-lhe se faz favor, que se apresentasse, seu nome e o que faz cá na instituição.

E1: Então, o meu nome é Lúcia Dias e neste momento sou voluntária da Delegação da Associação Alzheimer Portugal na Madeira e assumo as funções de presidente da associação.

Ent: Como se caracteriza a doença de Alzheimer? Em Portugal e na RAM?

E1: Então a doença de Alzheimer é uma doença... preponderantemente... que surge nas faixas etárias mais avançadas, portanto, nas pessoas com mais de 65 anos... maioritariamente também no sexo feminino, não sabemos bem a razão por que isto acontece, se é algum fator genético da mulher que a predispõe mais a esta doença, ou se é pelo facto da mulher ter uma maior longevidade. Em Portugal calcula-se que existam... 153 mil pessoas com demência, sendo que desse número 90 mil são demências derivadas do Alzheimer...calcula-se também que este número duplique até 2040 e portanto estamos perante um grave problema de saúde.

Ent: Estes 90 mil...

E1: São do país...há as demências derivadas da doença de Alzheimer, há as demências vasculares, há demências que são reversíveis, provocadas por alguma doença e que depois são reversíveis. Há outros tipos de demência, mas o maior número é por causa da doença de Alzheimer. Ainda há outro dado... Portugal não temos estudos epidemiológicos que nos dê dados muito concretos sobre o número de pessoas com doença de Alzheimer, mas estima-se que 1% da população tenha doença de Alzheimer. Se aplicarmos esta percentagem à Região Autónoma da Madeira, temos que 2600 pessoas madeirenses têm doença de Alzheimer. É uma referência, é um dado.

Ent: E qual a missão da Delegação? Objetivos?

E1: A missão da nossa Delegação é... reunir toda a informação disponível sobre a doença de Alzheimer, informação atualizada, disseminá-la pela população, e é também,

de certo modo, contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com a doença de Alzheimer e dos cuidadores.

Ent: Surgiu quando, cá na Madeira?

E1: A Associação foi criada na Madeira em 2000, e tem vindo, em termos de resposta às solicitações, temos vindo paulatinamente a se adaptar às necessidades das pessoas que acorrem à Delegação. Inicialmente, as solicitações eram mais orientadas para os tipos de ajuda técnicas, portanto eram famílias que tinham os seus familiares com a doença de Alzheimer já em fase avançada, e portanto necessitavam de ajudas de equipamentos, para facilitar o cuidado destas pessoas, camas, cadeiras. À medida que houve maior informação por parte da população o tipo de solicitações tem sido outro, tem-se alterado e atualmente temos famílias que recorrem a outro tipo de apoios, muito ao nível da informação e formação, e de ajudas no sentido de...orientadas para promover a qualidade de vida destas pessoas e a estimulação, atividades mais orientadas para as fases iniciais da doença.

Ent: E como é que chegam até à Instituição? Reencaminhamento de outros serviços?

E1: Por várias vias. Tem-se feito algum trabalho ao nível da divulgação da Associação, e portanto, junto dos técnicos de saúde, médicos, especialistas, centros de saúde, da população em geral, e portanto tem-se desenvolvido muitas atividades ao nível da sensibilização e da informação da população em geral, e portanto a população conhece melhor a delegação e o trabalho que a delegação tem desenvolvido e porque esta informação também vai passando de boca em boca, as pessoas que vêm cá vão passando esta informação e é por essas vias que as pessoas nos chegam.

Ent: E qual o tipo de relação com os utentes? É um processo contínuo? É uma intervenção pontual?

E1: Depende do tipo de apoio que as famílias nos pedem. A grande maioria das famílias que acorrem aqui à Delegação nós temos um apoio contínuo, é preenchido uma ficha, ficamos com toda a informação da pessoa que está doente e dos seus cuidadores, e há um tipo de apoio mais sistemático, se a família nos vem pedir apoio psicológico para o cuidador e para o doente, esse apoio é dado semanal ou periodicamente... se for ao nível da estimulação cognitiva, são feitas sessões semanais, há um calendário de encontros de consultas, se é outro tipo de apoio, de apoio técnico, camas ou outro

material, também fazemos um acompanhamento geralmente através de telefone, temos acesso a informação do doente, sobre a família. Esse contacto é mantido periodicamente.

Ent: E por quem é formada a equipa de trabalho?

E1: A equipa de trabalho é formada por um psicólogo e por uma técnica do Serviço Social e por enfermeiros voluntários.

Ent: Em relação à família, há algum acompanhamento?

E1: É claro que a família tem uma atenção especial, todo o plano que é delineado para apoiar estes doentes tem uma componente do cuidador, da família, e temos algumas atividades orientadas para os cuidadores, para os familiares-cuidadores.

Ent: Por exemplo?

E1: Mensalmente reunimos um grupo de apoio, reunimos com um grupo de cuidadores e desenvolvemos um conjunto de atividades que passam por atividades de alívio, atividades de...essencialmente de alívio do cuidador...visitas a museus, esse tipo de atividades.

Ent: Quais as principais necessidades que os cuidadores apresentam?

E1: Olhe, a principal necessidade é ter um espaço para eles, é realmente terem um espaço de descontração, mas também há necessidade de trocar experiências, de ouvir outros cuidadores, como é que ultrapassaram as dificuldades que foram tendo, e isso ajuda-os a encontrar soluções para eventuais problemas, e ajuda-os a perceber que não estão sós neste percurso.

Ent: Creio que já respondeu um pouco a esta questão, mas acha que há necessidade de se pensar em intervenção especializada para a família também?

E1: Há necessidade de se pensar em intervenção especializada para estes cuidadores. Há, primordialmente, necessidade de reforçar o papel do cuidador e de... também ao nível do apoio ao cuidador nós disponibilizamos consultas de psicologia para quem necessitar realmente desse tipo de apoio.

Ent: Relativamente à própria delegação, sendo o único serviço específico para estes doentes cá na Madeira, o que é que acham que falta? Quais as principais lacunas?

E1: Não sei se é a única instituição orientada, há aí mais uma instituição que foi criada para dar apoio a estes doentes em termos de internamento, mas específica assim, só nós. Mas o que falta para estes doentes, falta muita coisa... A Delegação não pode se responsabilizar pelo dar as respostas totais às necessidades destas pessoas e destas famílias, portanto, as associações surgem como complemento de políticas que estão definidas nestas áreas, e portanto, nesse sentido, o grande objetivo da Associação ao nível do país e nós comungamos desse objetivo, é realmente sensibilizar os decisores políticos para a criação de um plano nacional para as demências. Precisamos de uma resposta global para este problema de saúde. Esta situação não passa por respostas pontuais e... é preciso uma resposta global, e o objetivo agora a curto e a médio prazo, o grande objetivo da Associação... é realmente sensibilizar os políticos, os decisores políticos, para a definição de um plano para as demências.

Ent: Face ao contexto atual, assiste-se mais a uma parceria, há quem diga que se assiste a uma desresponsabilização do Estado nesse sentido...

E1: O Estado nunca poderá se desresponsabilizar desta matéria, porque se não se responsabiliza de uma maneira, responsabiliza-se de outra, porque ao não apoiar estas pessoas, ao não apoiar estas famílias, os problemas surgem de outra maneira. E como é que surgem? Com o abandono das pessoas... os custos para o Estado são sempre maiores quando não se faz nada a montante e só depois se resolve os problemas, já quando eles estão em fase muito avançada, portanto o Estado tem sempre que... assumir a sua parte de responsabilidade. Agora também, não se pode pensar que o apoio, a resolução deste problema passa apenas pelo Estado, passa pelo Estado, especialmente uma grande parte de responsabilidade em encontrar respostas adequadas às necessidades, mas passa muito também pela sociedade civil, em descobrir iniciativas, e realmente, é um conjunto de respostas que tem que surgir para resolver e atenuar estas necessidades.

Ent: Em parceria?

E1: Em parceria...parcerias entre o Estado, entidades privadas, com instituições de solidariedade social.

Ent: Remetendo para o tema prático da investigação, acha que seria uma mais-valia a criação de um centro especializado?

E1: Todas as...no contexto em que estamos, no contexto de respostas a estas famílias e a estas pessoas, todas as iniciativas orientadas para dar resposta aos problemas específicos destas pessoas são bem-vindas. No nosso entender.

Ent: A intervenção junto da comunidade, já falou um pouco, mas em que consiste?

E1: A intervenção junto da comunidade consiste em informar, sensibilizar, por as pessoas a refletir sobre esta situação.

Ent: E voltando às parcerias, com as principais da Delegação?

E1: Nós temos parcerias com algumas instituições que prestam cuidados a pessoas idosas, estamos a tentar estabelecer uma parceria com o município do Funchal, que é com a Câmara, estamos a trabalhar nesse sentido.

Ent: E neste papel de parcerias, há alguma relação especial com o Serviço Regional de Saúde?

E1: Nós já tivemos uma parceria, agora as coisas estão um bocado em standby, mas temos fé que se possa revitalizar esse tipo de parceria.

Ent: E que atenção é dada a estes doentes pelo Serviço Regional de Saúde?

E1: Eu não gostava muito de falar nisso, porque isso é uma pergunta que deve ser canalizada a quem tutela os serviços, mas daquilo que sabemos e que as famílias nos transmitem é que o tipo de respostas para estas situações é bastante...é muito pouco. Claro que a nível Social, de Segurança Social, para as fases mais avançadas, da perda total de independência, há o tipo de apoio que se dá a outras pessoas que precisam de ajuda... portanto não há um apoio específico atendendo as necessidades específicas destas pessoas, e a nível da saúde as respostas que existem são aquelas que existem para todos os cidadãos, que são as consultas, portanto são respostas, digamos, pontuais, para resolver situações pontuais. Mas, manifestamente é insuficiente para as necessidades destas pessoas. No nosso entender.

Ent: Sente que é reconhecido pelas outras entidades o trabalho desenvolvido pela delegação?

E1: Suponho que sim, espero bem que sim. Até que ponto e até que grau esse reconhecimento há esse reconhecimento, não lhe sei responder. O que sentimos da população em geral, das pessoas que acorrem aqui, o feedback que temos, é um feedback positivo, é um feedback que a ajuda é importante, sendo que essa ajuda é manifestamente insuficiente. Já lhe disse que realmente nós não temos capacidade, nem de longe, para responder às necessidades da população, das pessoas que precisam... mesmo do número reduzido de pessoas que acorrem à delegação. O número de pessoas, de famílias que acorrem à Delegação é bastante pequeno, atendendo ao número de famílias que têm este problema. O que nós temos é um feedback positivo das pessoas que cá passam.

Ent: Enquanto Associação, são uma instituição do Terceiro Setor. Como procuram garantir, ou como procuram garantir a sustentabilidade de uma associação com esta personalidade jurídica?

E1: É isso que estamos a tentar fazer. Com muitas dificuldades, sem apoio, esta e penso que outras instituições, sem apoio concreto das entidades oficiais dificilmente sobrevivem, ou se sobrevivem, sobrevivem mal, e neste momento é o que se passa connosco, estamos a tentar sobreviver com muitas dificuldades, e claro que para além do apoio técnico dos doentes e das famílias, temos uma componente de desenvolvimento de atividades com vista à angariação de fundos, pedido de ajudas à sociedade civil... e dos nossos sócios, daqueles que pagam as quotas.

Ent: E atendendo à crescente importância que é dada ao Terceiro Setor, acha que será possível aumentar o financiamento para este tipo de iniciativas?

E1: Gostava muito de poder responder. É a nossa dificuldade, é a dificuldade que nós temos por vezes de encontrar esse tipo de respostas. Nos tempos que correm realmente essa situação torna-se muito difícil, a não ser que efetivamente estas associações tenham projetos, tenham mecanismos de rentabilizar os serviços que prestam, de encontrar formas de o trabalho que desenvolvem possa ser... retribuído financeiramente...que encontrem formas de se autossustentar, mas isso realmente depende da capacidade criativa e de iniciativa e...da capacidade de correr riscos e de... cada pessoa, de cada instituição.

Ent: Essas são então para si as possíveis soluções para garantir a sustentabilidade de uma organização?

E1: Eventualmente. Eventualmente é elas próprias encontrarem mecanismos que se possam autossustentar...os recursos do Estado são cada vez menores, as contribuições da comunidade são cada vez menores, os apoios das instituições, das empresas, são cada vez menores, portanto passa, fundamentalmente, por essa via.

Ent: Então é da opinião que o Empreendedorismo Social...

E1: Faz todo o sentido. Cada vez faz mais sentido. É uma forma de encontrar respostas para as necessidades.

Ent: Para concluir, queria só saber se tenho autorização para divulgar o nome da instituição e o seu?

E1: Tem, sim.

Sinopse de Entrevistas (com base na teoria de Guerra, 2006)

Testemunhas Privilegiadas – Presidente da Associação Alzheimer Portugal, Delegação da Madeira

Problemáticas	Entrevistado 1 (E1)
Caraterização dos doentes de Alzheimer	<p>“ (...) a doença de Alzheimer é uma doença... preponderantemente... que surge nas faixas etárias mais avançadas, portanto, na pessoas com mais de 65 anos... maioritariamente também no sexo feminino, não sabemos se (...) é algum fator genético (...) que a predispõe mais a esta doença, ou se é pelo facto da mulher ter uma maior longevidade. Em Portugal calcula-se que existam... 153 mil pessoas com demência, sendo que desse número 90 mil são demências derivadas do Alzheimer... calcula-se (...) que este número duplique até 2040 e portanto estamos perante um grave problema de saúde”.</p> <p>“ (...) [em] Portugal não temos estudos etimológicos que nos dê dados muito concretos (...) mas estima-se que 1% da população tenha doença de Alzheimer. Se aplicarmos esta percentagem à Região Autónoma da Madeira, temos eu 2600 pessoas madeirenses têm doença de Alzheimer (...)”.</p>
Caraterização do contexto institucional	<p>“A missão da nossa Delegação é... reunir toda a informação disponível sobre a doença de Alzheimer, informação atualizada, disseminá-la pela população...e é também (...) contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com a doença (...) e dos cuidadores”.</p> <p>“A equipa de trabalho é formada por um psicólogo e por uma técnica do Serviço Social e por enfermeiros voluntários”.</p> <p>“A Associação foi criada na Madeira em 2000 (...) em termos de resposta às solicitações, temos vindo paulatinamente a se adaptar às necessidades das pessoas que ocorrem à Delegação. Inicialmente, as solicitações eram mais orientadas para os tipos de ajuda técnicas, portanto eram famílias que tinham os seus familiares com a doença de Alzheimer já em fase avançada, e portanto necessitavam de ajudas de equipamentos, para facilitar o cuidado destas pessoas, camas, cadeiras. À medida que houve maior informação por parte da população o tipo de solicitações tem sido outro, tem-se alterado e atualmente temos famílias que recorrem a outro tipo de apoios, muito ao nível da informação e formação, e de ajudas no sentido de...orientadas para promover a qualidade de vida destas pessoas e a estimulação, atividades mais orientadas para as fases iniciais da doença”.</p>
Acessibilidade à Delegação	<p>“ (...) Tem-se feito algum trabalho ao nível da divulgação da Associação (...) junto dos técnicos de saúde, médicos, especialista, centros de saúde, da população em geral (...) tem-se desenvolvido muitas atividades ao nível da sensibilização e informação da população em geral, e portanto a população conhece melhor a Delegação e o trabalho que a Delegação tem desenvolvido (...)”.</p>
Relação com os utentes	<p>“Depende do tipo de apoio que as famílias nos pedem. A grande maioria das famílias que ocorrem aqui (...) nós temos um apoio contínuo (...) e há um tipo de apoio mais sistemático, se a família nos vem pedir apoio psicológico para o cuidador e para o doente, esse apoio é dado semanal ou periodicamente... se for ao nível da estimulação cognitiva, são feitas sessões semanais (...) se é outro tipo de apoio, de apoio técnico, camas ou outro material (...) esse contacto é mantido periodicamente”.</p>

(Continua)

(Continuação)

Problemáticas	Entrevistado 1 (E1)
Relação com familiares/cuidadores	<p>“ (...) a família tem uma atenção especial, todo o plano que é delineado para apoiar estes doentes tem uma componente do cuidador, da família e temos algumas atividades orientadas para os cuidadores, para os familiares-cuidadores (...).”</p> <p>“Mensalmente reunimos um grupo de apoio, reunimos com um grupo de cuidadores e desenvolvemos um conjunto de atividades que passam por atividades de alívio (...) visitas a museus, esse tipo de atividades”.</p>
Necessidade de apoio ao cuidador	<p>“ (...) a principal necessidade é ter um espaço para eles, é realmente terem um espaço de descontração, mas também há necessidade de trocar experiências, de ouvir outros cuidadores, como é que ultrapassaram as dificuldades que foram tendo (...) ajuda-os a encontrar soluções para eventuais problemas e (...) a perceber que não estão sós neste percurso”.</p> <p>“Há necessidade de se pensar em intervenção especializada para estes cuidadores. Há, primordialmente, necessidade de reforçar o papel do cuidador e de (...) também ao nível do apoio ao cuidador disponibilizamos consultas de psicologia (...)”.</p>
Principais lacunas na RAM	<p>“ (...) há aí mais uma instituição que foi criada para dar apoio a estes doentes em termos de internamento, mas específica assim só nós. Mas o que falta para estes doentes na RAM? Falta muita coisa... A Delegação não se pode responsabilizar por dar respostas totais às necessidades destas pessoas e destas famílias, portanto, as associações surgem como complemento de políticas que estão definidas nestas áreas e (...) nesse sentido, o grande objetivo da Associação ao nível do país e nós comungamos desse objetivo, é realmente sensibilizar os decisores políticos para a criação de um plano nacional para as demências (...) o grande objetivo da Associação... é realmente sensibilizar os políticos, os decisores políticos, para a definição de um plano para as demências”.</p>
Relação com o Estado	<p>“O Estado nunca poderá se desresponsabilizar desta matéria (...) se não se responsabiliza de uma maneira, responsabiliza-se de outra, porque ao não apoiar estas pessoas, ao não apoiar estas famílias, os problemas surgem de outra maneira. E como é que surgem? Com o abandono das pessoas... os custos para o Estado são sempre maiores quando não se faz nada a montante e só depois se resolve os problemas, já quando eles estão em fase muito avançada, portanto o Estado tem sempre que... assumir a sua parte de responsabilidade (...)”.</p>
Importância da participação da Sociedade Civil	<p>“ (...) não se pode pensar que o apoio, a resolução deste problema passa apenas pelo Estado, passa pelo Estado, especialmente uma grande parte de responsabilidade em encontrar respostas adequadas às necessidades, mas passa muito também pela sociedade civil, em descobrir iniciativas e, realmente, é um conjunto de respostas que tem que surgir para resolver e atenuar estas necessidades”.</p>
Parcerias	<p>“ (...) [é fundamental] parcerias entre o Estado, entidades privadas, com instituições de solidariedade social”.</p> <p>“Nós temos parcerias com algumas instituições que prestam cuidados a pessoas idosas, estamos a tentar estabelecer uma parceria com o município do Funchal, que é com a Câmara, estamos a trabalhar nesse sentido”.</p>
Criação de um centro especializado	<p>“ (...) no contexto em que estamos, no contexto de respostas a estas famílias e a estas pessoas, todas as iniciativas orientadas para dar resposta aos problemas específicos destas pessoas são bem-vindas. No nosso entender”.</p> <p>“ (...) realmente nós não temos capacidade, nem de longe, para responder às necessidades da população, das pessoas que precisam... mesmo do número reduzido de pessoas que acorrem à delegação”.</p>

(Continua)

(Continuação)

Problemáticas	Entrevistado 1 (E1)
Intervenção junto da comunidade	“A intervenção junto da comunidade consiste em informar, sensibilizar, por as pessoas a refletir sobre esta situação”.
Papel do SESARAM	“ (...) daquilo que sabemos e que as famílias nos transmitem é que o tipo de respostas para estas situações é bastante...é muito pouco. Claro que a nível Social, de Segurança Social (...) há o tipo de apoio que se dá a outras pessoas que precisam de ajuda... portanto não há um apoio específico (...) e a nível da saúde as respostas que existem são aquelas que existem para todos os cidadãos, que são as consultas, portanto são respostas, digamos, pontuais, para resolver situações pontuais. Mas, manifestamente é insuficiente para as necessidades destas pessoas. No nosso entender”.
Sustentabilidade e da organização	<p>“ (...) Com muitas dificuldades, sem apoio, esta e penso que outras instituições, sem apoio concreto das entidades oficiais dificilmente sobrevivem, ou se sobrevivem, sobrevivem mal, e neste momento é o que se passa connosco, estamos a tentar sobreviver com muitas dificuldades, e claro que para além do apoio técnico dos doentes e das famílias, temos uma componente de desenvolvimento de atividades com vista à angariação de fundos, pedido de ajudas à sociedade civil... e dos nossos sócios, daqueles que pagam as quotas”.</p> <p>“ (...) Eventualmente é elas próprias [organizações] encontrarem mecanismos que se possam autossustentar...os recursos do Estado são cada vez menores, as contribuições da comunidade são cada vez menores, os apoios das instituições, das empresas, são cada vez menores, portanto passa, fundamentalmente, por essa via”.</p> <p>“ [o empreendedorismo social] faz todo o sentido. Cada vez faz mais sentido. É uma forma de encontrar respostas para as necessidades”.</p>

**APÊNDICE V – TRANSCRIÇÃO E SINOPSE DAS ENTREVISTAS AOS
INVESTIGADORES ESPECIALIZADOS**

Transcrição da Entrevista realizada a Tiago Ferreira (Investigador e Coordenador de Acompanhamento do IES)

Entrevistador: Porquê o Empreendedorismo Social (ES)? Quais as motivações?

I1: Porquê o ES e as motivações da minha carreira?

Ent: Sim sim, para enveredar por este caminho...

I1: É assim, eu cruzei-me com o Empreendedorismo Social no âmbito da minha carreira, de forma um bocadinho natural e de uma experiência pessoal de voluntariado...e vem de uma...de competências pessoais do empreendedorismo e, basicamente, o cruzamento destas duas tensões fez-me apaixonar pelo conceito que é o conceito de empreender, para... melhorar a sociedade. E, basicamente, é esta a história.

Ent: E então, o que é para si o Empreendedorismo Social?

I1: O quê que é o Empreendedorismo Social? É assim, o Empreendedorismo Social é a criação de novas...criação e implementação de novas soluções para os problemas sociais, ou seja, soluções que têm mais valor na resolução dos problemas.

Ent: E e acha que ser empreendedor é uma competência inata, adquirida, ensinável?

I1: É assim, existe muita literatura sobre isso...se os empreendedores nascem ou se desenvolvem...eu acho que se podem desenvolver, acho que também nascem...

Ent: E fala-se que deveria passar a ser uma disciplina...no secundário, não só para jovens adultos...

I1: Pires de Lima diz isso não é?

Ent: Sim...concorda com isso?

I1: Concordo sim

Ent: A partir de que idades? Há uma altura mais adequada?

I1: Eu acho que...é uma questão...é muito uma atitude de pro-atividade e de pensamento crítico...e exercício também de liderança, gestão de equipas, e portanto eu acho que pode ser cultivado no sistema de ensino, chamando-lhe ou não

empreendedorismo...mas...eu acho que, enquanto nome empreendedorismo, acho que se tivermos no ensino secundário é perfeitamente suficiente.

Ent: Associado ao Empreendedorismo e ao Empreendedorismo Social...vemos...conceitos, como a inovação e a criatividade, como é que acha que se desenvolve estas competências? Acha que todos poderemos ser Empreendedores Sociais?

II: Eu acho que todos podemos ser empreendedores sociais, não necessariamente inovadores... nós podemos ser empreendedores sociais porque fazemos acontecer ...e aplicamos uma solução nova, mas a solução nova não temos que ser inventores da solução nova...podemos, por exemplo, identificar uma situação que é boa num país e transferi-la para cá... a criatividade e a inovação... Acho que há pessoas que têm maior predisposição para isso do que outras... a criatividade, por exemplo, tem muito a ver com a síntese de novas ideias a partir de conhecimento que já os temos ou de experiências ou de informação... portanto, existem técnicas que levam com que as pessoas sejam mais criativas e essas técnicas podem melhorar determinadas pessoas, mas agora há pessoas naturalmente, pelas suas vivências, mais criativas que outras... pessoas que são mais artísticas... há outras que são mais racionais... pronto, eu acho que há técnicas que podem melhorar a capacidade das pessoas, claramente.

Ent: Pronto... e falou de exemplos que poderíamos ver em outros países e aplicá-los cá.

II: Sim.

Ent: Tem exemplos práticos de boas práticas de outros países...que poderiam ser desenvolvidas?

II: Sim... Por exemplo, há um projeto que eu gosto muito, que se chama Special Xtern, que é, por exemplo, uma empresa que faz...que dá emprego a pessoas com autismo..e que demonstrou que as pessoas com autismo têm uma característica..que tipicamente é um inconveniente, mas que pode ser uma vantagem..e podem... concretização, apesar desse obstáculo.

Ent: E em que países está a ser desenvolvido?

I1: É uma questão de procurar na internet, mas estão em mais de 10 países...Estados Unidos, isso foi criado na Dinamarca, portanto... está em vários países da Europa e também Estados Unidos...Espanha também

Ent: E em Portugal, como é que caracteriza o ES em Portugal?

I1: Caraterizo em termos de quê?

Ent: Se acha que está bem consolidado, se está ainda numa fase embrionária...acha que somos considerados um país empreendedor?

I1: É assim, eu acho que... É assim, empreendedorismo social sempre existiu...eu acho que enquanto, usando este termo e ...numa fase de construção ativa dentro de um ecossistema, estamos a ter um bom papel...acho que estamos acima da média da União Europeia...mas é, vamos dar passos, passos...não estamos com um ecossistema perfeitamente consolidado, muito rico... acho que estamos a dar passos... e, portanto, e estamos numa fase de bom desenvolvimento, sabendo que é uma fase de infância ainda.

Ent: Que importância é que acha que tem este tipo de iniciativas na atualidade?

I1: Eu acho que nós estamos numa sociedade que tem muitos problemas, tem muitos desafios, e que... carece, carece de mesmo boas resoluções para esses problemas, e portanto... a agenda de inovar, na forma como nós nos organizamos e resolvemos os problemas é uma agenda importante... por isso eu acho que a importância é bastante.

Ent: E, além deste tipo de iniciativas, vê-se atribuído uma atenção crescente a todo o Terceiro Setor (TS)... como é que explica esta difusão do Terceiro Setor?

I1: Nós estamos numa altura de crise, numa altura de crise é... há uma frase que é “quando uma pessoa chora, a outra vende lenços”, e... acho que é um bocado isso... nós hoje estamos com um desemprego crescente, problemas sociais agravados, e, portanto, a predominância de um setor que assiste as pessoas carenciadas... cresce. Problema-necessidade e do protagonismo que também tem para a sociedade, acho que é um pouco esse fenómeno... além da mudança de consciência das pessoas, que crescentemente mesmo na sua vida profissional querem ter um emprego com um propósito, mais do que apenas um emprego, querem ter um emprego com propósito... eu acho que o setor social está a crescer pela crise, em termos de protagonismo, e

também crescerá pelo tipo de atividade que as pessoas gostam profissionalmente de desenvolver e que acham importante que existam, e pronto.

Ent: E acha que o próprio empreendedorismo social contribui para a dinamização do Terceiro Setor? E da Economia Social?

II: Com certeza...e vem sobretudo dar uma nova estima ao setor, que é um setor que é tipicamente associado, de cor cinzenta...eu acho que esta agenda da inovação e do empreendedorismo social vem dar uma nova ambição até aos profissionais do setor, que é não é só os outros setores que inovam, nos também podemos inovar, e nós estamos a fazer coisas extraordinárias que transformam a sociedade e, portanto, eu acho que vem galvanizar o setor.. e vem o aproximar dos outros setores, inclusivamente.

Ent: E acha que atendendo a esta crescente atenção dedicada ao terceiro setor, acha que caminhamos numa ótica de substituição do Estado pelo Terceiro Setor na implementação de políticas sociais?

II: Não, não acho... acho que as entidades têm os seus devidos papéis, acho que... devem as duas ser parceiras na construção de uma sociedade melhor, seja...qual seja a repartição de funções, mas não acho que se trate de substituição. Trata-se de complementaridade...complementaridade e parceria...

Ent: Mas de que sentido?

II: No sentido em que as duas têm o mesmo objetivo, que é melhorar a sociedade e, portanto, se têm o mesmo objetivo, cada uma tem pontos fortes e pontos fracos, recursos e dificuldades...há que se potenciarem uma à outra, porque o propósito é o mesmo.

Ent: E o papel do Estado seria mais a nível regulador e o terceiro Setor na prática?

II: O Estado pode ser regulador, substanciador, pode ser avaliador, pode até ser executante...agora o que eu acho é que, tipicamente, as organizações sociais têm um potencial... se mudarem relativamente também debaixo da agenda, dos empreendedores sociais têm potencial de fazerem melhor que o Estado, e cabe-lhes a elas ensinar o Estado a fazer, e o Estado, cabe-lhes a eles alocarem bem os recursos que têm, e em abundância... e, portanto, acho que é um pouco por aí.

Ent: Nessa ótica também, como é que acha que podem os empreendedores sociais criar um negócio sustentável?

I1: Quem quer...alguma coisa tem que pensar que ela seja sustentável, porque senão ela não vai cumprir o seu propósito. A necessidade de ser sustentável é a necessidade de conseguir durar tempo suficiente para resolver o problema a que a pessoa se propõe a resolver...se não é sustentável, há que morrer o projeto antes de morrer o problema, portanto, não há uma resolução.

Ent: Mas na área social essa ideia não é um pouco mais complexa?

I1: Não, não é...é o que tem que ser.

Ent: Vou falar na minha situação concreta, às vezes exponho a minha ideia e as pessoas questionam-me “mas, vais ganhar dinheiro com isso como?”

I1: Então, o projeto tem que prever isso, como é que vai ganhar dinheiro...mas as IPSS's, os recursos humanos não ganham dinheiro?

Ent: Sim, ganham.

I1: Pronto, então está aí a resposta...e elas há quanto tempo é que funcionam, as IPSS's? Muitas delas funcionam há dezenas de anos...se funcionam há dezenas de anos, são sustentáveis, podem ter desafios... ou então podem estar em crise até, mas são sustentáveis, tanto é que continuam...e, portanto, o que eu diria é...há que caminhar, para que crescentemente as respostas sociais tenham mais valor acrescentado para o público-alvo e que tenham maior...coeficiente de segurança financeira.

Ent: Estará implícita ou não a dependência do Estado?

I1: A dependência do Estado não é um problema para mim, ou seja, para mim o problema é depender do Estado e o Estado não ser um bom avaliador do empenho de, a quem paga, e portanto, o Estado continuará a ter recursos, acho ótimo que o Estado apoie boas respostas sociais, acho mal se apoiar más respostas sociais, e portanto a agenda da Economia Social, das IPSS's e tudo mais, tem que ser é de serem ótimos prestadores de serviços, e o Estado é um ótimo cliente, como os outros... se o Estado pagar a horas é um ótimo cliente e, portanto, bora p'ra frente.

Ent: E que conselho é que pode dar para alguém que pretenda enveredar por este caminho?

II: O exercício de ser empreendedor social é o exercício da criação de valor social, e portanto, a pessoa deve, antes de mais, saber muito bem qual é o problema que quer resolver, qual é o problema social que a apaixonou a resolver e depois pensar que recursos é que a pessoa tem, que experiência, e que conhecimento é que tem... se cruzar estas dimensões, a pessoa pode ser um empreendedor social de sucesso, se não se cruzar, se não tiver paixão, se não tiver competências, se não tiver os recursos para aquele tipo de atividade a que se propõe a fazer, provavelmente vai ser mais um caso, ou um caso sem sucesso... e portanto, o foco é cruzar a paixão com as competências e com os recursos... e a solução deve cruzar estas várias dimensões

Transcrição da Entrevista a Carlota Quintão (Investigadora com publicações na área do Empreendedorismo Social e do Terceiro Setor; membro fundador da A3S)

Ent: Até agora coloco sempre a questão se aceita que o nome e o nome da instituição que representa sejam divulgados.

I2: À partida é sim, depende depois da utilização que fizer da informação. Depende do contexto, mas à partida dir-lhe-ei sim. Se descontextualizar aquilo que eu digo, é um bocado chato.

Ent: Antes de passarmos particularmente à parte do empreendedorismo social, claro que já sei um pouco...mas queria que fizesse uma breve apresentação sua, do seu curriculum, porque enveredou pela área do empreendedorismo social.

I2: Eu, em particular, bom... porque comecei a estudar esse assunto, em pós graduação, em mestrado e fiquei muito entusiasmada, tinha muito a ver com o meu percurso de formação e de vida anterior...dedicação ao voluntariado, portanto a partir do momento que descobri o tema no âmbito académico, comecei a estudá-lo, e a partir daí o meu projeto de vida foi encontrar outro semelhantes a mim, outros pares, para desenvolvermos um projeto coletivo, desenvolvermos uma empresa social. E cá estamos, assim nascemos.

Ent: E assim surgiu a A3S?

I2: E assim surgiu a A3S...com outras pessoas, naturalmente. Mas isto já foi em 2006, não é? Mas a primeira ideia até nasceu em 2002 ou 2001.

Ent: Passando agora em particular para a parte do empreendedorismo social, o que é então para si o empreendedorismo social?

I2: O empreendedorismo social...p'ra mim e p'ra nós...primeiro sugiro que veja os resultados do...tem essa informação escrita se quiser de alguma maneira, no site do www.empsoc.net... que é um projeto de investigação que a A3S é parceira e que estando na fase final...vai publicar... dentro de pouco tempo, já foi para a gráfica... e lá encontrará, se quiser, a resposta. Aqui entendemos empreendedorismo social, e agora dito assim de uma forma mais rápida, entendemos empreendedorismo social como...pode ser uma génese individual, pode ser uma génese coletiva, nós trabalhamos

particularmente para o empreendedorismo social que seja assim mesmo com projetos coletivos, de mobilização das pessoas que têm de facto objetivos em comum e querem produzir...querem ter um projeto em comum... em regra isso dá origem, não necessariamente, mas dá origem a organizações sejam elas de que forma tenham, tenham elas a forma que tenham, naturalmente a grande maioria dentro das... associações, das cooperativas e de outras formas jurídicas, mas essas em particular... são aquelas que valorizam o coletivo e a democracia como valores...para nós o empreendedorismo social é muito aquilo que entendemos também como Economia Social e terceiro setor, mas orientado para uma visão de transformação... que significa que há uma propensão das organizações socialmente empreendedoras, para além de terem uma área de intervenção que tem o objetivo social humano, o objetivo do bem humano, mas que depois tendem a ter uma perspetiva estratégica, a utilidade de metodologias participativas, fazer uma gestão de recursos humanos que dá verdadeiramente valor e que tende a otimizar os recursos humanos e utilizá-los como valores chave de intervenção dentro do terceiro setor, são organizações que tendem a desenvolver uma visão estratégica dentro das parcerias e das redes com capital social, como meio e como um fim, organizações que cada vez mais, para além da sua missão, têm de facto uma visão que pretende ser diferenciadora e terem efeitos realmente transformadores da realidade social, enfim uma séria de outros critérios que marcam... aquilo que é o empreendedorismo social... são um conjunto de critérios que nos permite fazer uma aproximação do que é.

Ent: Fez já referência à Economia Social...Em que espaço da Economia Social é que acha que se situa o empreendedorismo social? Que contributo poderá dar para a Economia Social?

I2: Eu acho que a Economia Social na sua génese, em regra, digamos assim, as organizações da Economia Social já foram socialmente empreendedoras...a grande maioria, outras terão sido impulsos públicos... falando de uma forma geral, as organizações da Economia Social, em regra, já correspondem ao próprio impulso do empreendedorismo social, portanto, dar uma resposta ao que não existe e dar uma resposta social e portanto elas são em si próprias, à partida, empreendedores sociais. Agora, o que acontece é que depois em termos da realidade há muitos modelos de organização diferente, muitas orientações de funcionamento de campo diferentes, e umas são mais estratégias, umas são mais tradicionais... e umas são mais inovadoras e

empreendedoras, portanto, o empreendedorismo social para mim e para nós é muito promovermos esta atitude de transformação, de melhoria, de inovação organizacional e também de inovação de gestão... ou seja, da maneira de gerir as organização da Economia Social nomeadamente... e também de inovação social no sentido... mais eficaz e mais participativas, nomeadamente no trabalho com os públicos desfavorecidos.

Ent: Com a Lei de Bases publicada no ano passado, o conceito de empresa social não está presente, acha...

I2: Na última versão, a primeira tinha...mas depois não foi para a frente.

Ent: Pois, e então considera que poderemos continuar a utilizar esse conceito?

I2: Claro que sim. Não é o Estado nem a legislação que define o que é que existe e o que é que não existe, nós podemos ter uma identidade e defendê-la. E portanto, a A3S é uma empresa social e não precisamos dessa lei para mudar a nossa identidade.

Ent: As empresas sociais... serão, para si, um conceito mais abrangente que envolve as organizações do Terceiro Setor ou será um conceito distinto dos outros tipos de organizações?

I2: Do Terceiro Setor?

Ent: Sim.

I2: Para mim, as empresas sociais e o empreendedorismo social ou até ambos, são...o empreendedorismo social é mais vasto, mas pronto, as empresas sociais são organizações do Terceiro Setor ou da Economia Social são...são em termos ideais, obviamente que em termos concetuais... encontramos outras coisas. Falando em termos ideais e concetuais, se quiser...

Ent: Disse que são organizações do Terceiro Setor ou da Economia Social, considera que...

I2: Mas nomeadamente organizações que se preocupam e têm uma dimensão económica clara, não são só organizações do Terceiro Setor, estritamente dependentes dos fundos ou estritamente... as empresas sociais têm uma dimensão económica claramente consciente, estratégica, operacional, funcional, tem pessoas a trabalhar... tem uma dimensão que não são estritamente, nem têm de ser estritamente sustentadas pelo

mercado mas têm claramente uma dimensão económica... se quiser é essa a diferença, e já existem muitas organizações da Economia Social que já são isto, outras são um bocadinho outros modelos. Essas talvez sejam menos empreendedoras sociais que as outras.

Ent: E a Economia Social e o Terceiro Setor, há uma distinção entre ambos ou entendem-se como sinónimos?

I2: Entendo-os como sinónimos neste momento. Já houve uma grande histórica acerca da evolução dos conceitos, como aliás há sempre, para nós neste momento, são a mesma coisa. O conceito de Economia Social, digamos, é menos aceite, não é bem menos aceite...o conceito de Terceiro Setor teve uma grande visibilidade nos anos 90 e depois tendeu a desaparecer. Ok, não há problema, embora do ponto de vista do conceito de Economia Social que é hoje utilizado na União Europeia, bem como na legislação portuguesa contempla, digamos assim, uma ideia de aquilo que era a ideia do Terceiro Setor que apesar de tudo era mais ampla do que o conceito de Economia Social francófono, portanto sim, a Economia Social hoje concetualmente aproxima-se muito da ideia do Terceiro Setor que por sua vez é muito mais plural do que o era o conceito de Economia Social de origem francófona.

Ent: Falando novamente sobre o Empreendedorismo Social, acha que ser empreendedor, ser empreendedor social será uma competência inata, acha que será uma competência adquirida, possível de ser ensinada?

I2: Acho que tudo isso é possível. Não acho, tenho a certeza. Tudo isso é possível. Agora ser empreendedor social, ou ser empreendedor, quer dizer, é preciso ter iniciativa, é preciso empreendimento sim, e socialmente significa ter uma particular sensibilidade... Mas acho que pode ser treinado, pode e deve ser treinado...acho que deve ser treinado, e por outro lado... a nossa organização nasceu sem ninguém ter dado cursos p'ra isso.

Ent: Pires de Lima fala que o Empreendedorismo deve passar a ser uma disciplina no secundário, concorda com isso?

I2: Concordo. O Empreendedorismo Social. Concordo...concordo, quer dizer, isso depende, não sei... concordo que a formação para o empreendedorismo social deve ser até antes, deve ser... ensinada, deve ser estimulada na educação, eu diria que talvez

desde a primária... Se deve figurar ou não como disciplina, isso já não sei, teria a ver com os currículos educativos... agora o que concordo é que o empreendedorismo e o empreendedorismo social devem fazer parte dos currículos educativos, eventualmente até mais cedo que o secundário. Com isso concordo. Quanto à disciplina, acho que é uma proposta muito específica, não sei... acho que pode ser ensinado de outras maneiras, não sei se tem que ser uma disciplina.

Ent: De que maneiras é que prevê?

I2: Pode ser feito em projetos educativos, pode ser feito transversalmente em várias disciplinas, não é? Pode ser feito de muitas maneiras.

Ent: Então acha que as competências da inovação e da criatividade que estão associadas ao empreendedorismo, acha que poderão ser desenvolvidas? Poderemos todos ser empreendedores e empreendedores sociais?

I2: Não, claro que não. Desde logo há pessoas que não têm espírito empreendedor, desde logo há pessoas que não têm espírito de iniciativa... as qualidades de empreendimento, de iniciativa de empreendedorismo são muito as qualidades que se identificam nos líderes, não é? E portanto nem todas as pessoas têm o mesmo perfil, não quer que não possam fazer parte e acrescentar valor a um projeto de empreendedorismo social coletivo, não é? Agora não acho que todas as pessoas tenham espírito de iniciativa, ou possam ter, ou seja desejável ter. A diversidade é uma coisa importante, é preciso haver equipas e depois complementam-se.

Ent: Relativamente ao Empreendedorismo Social em Portugal, como é que o caracteriza?

I2: Humm...como é que o caracterizo? Mais uma vez, como lhe disse terá um diagnóstico bastante detalhado sobre esse assunto no tal projeto de investigação que eu lhe falei há pouco. Globalmente o que posso dizer é que o Terceiro Setor em Portugal, a Economia Social em Portugal... a grande maioria das instituições já estará minimamente dispersa para a mobilidade, dispersa para diversificar campos de conhecimento, do ponto de vista da sustentabilidade económico-financeira está a mudar práticas de gestão, está a mudar maneiras de estar, está a olhar para as parcerias e para outras lógicas de maneira diferente, está a tentar vender os seus produtos... portanto há aqui uma dimensão de uma parte significativa das organizações estão a fazer, que tem a ver com esta dimensão da gestão económico-financeira. Há uma parte menor, que para além

desta preocupação, faz...tem a preocupação de profissionalizar, valorizar a gestão de recursos humanos...e uma parte que igualmente se importa com uma organização e gestão estratégica e operacional cada vez maior, traduzida em parcerias com capital social. E portanto, as organizações estão a crescer, as organizações da Economia Social estão a crescer nesse sentido, menos do que seria desejável, digamos assim e termos ideais, porque temos que avançar muito mais do que aquilo que temos neste momento, seria ideal, seria desejável. Por outro lado, há também uma série de novas iniciativas e novas orientações que estão a surgir que tem a ver com a ideia de *social business* que não é bem a mesma coisa...e portanto, como por exemplo, uma série de dinâmicas que estão a surgir associadas... ao Montepio, às grandes fundações, não é? Tem muito a ver com a ideia de negócio social, que significa que ter uma visão social, não obstante, são negócios como os outros (por exemplo, dar resposta ao isolamento da terceira idade com pensões de alto rendimento...). Não basta ter uma visão social... O que também importa, não é o que importa, é o que também importa, é o que é que nós queremos realmente fazer, digamos assim, qual é a nossa missão, o que é que realmente nós queremos transformar, e como é que apropriamos depois, se geramos capital, como é que o apropriamos. Do nosso ponto de vista, o Empreendedorismo Social é muito mais...tem muito mais alcance, mais capacidade transformadora se a própria geração de excedentes for reinvestida numa missão social e/ou...digamos assim, de forma coletiva e não individualizada, não capitalizar como as ações de uma empresa normal, quanto mais ele existe, mais pode ter retorno, não é? Portanto, que não haja uma relação... tem a ver com os princípios da Economia Solidária e da Economia Social.

Ent: E comparativamente a outros países, diversos autores consideram que Portugal é um país pouco empreendedor. O que acha que pode explicar este distanciamento? E se existem boas práticas que devemos seguir o exemplo?

I2: Olhe, eu não acho que sejamos nada pouco empreendedores. Quer dizer, por um lado sim, por outro lado não. Se formos ver... não somos é empreendedores de grande escala, e de alto risco. Não obstante, temos... olhando para qualquer lado, para qualquer esquina, qualquer um abre um café, uma pastelaria, não é? Abre um pequeno negócio, vai bater às portas, isto não é menos empreendimento. Agora se quisermos ver o empreendedorismo tal igual o mercado em si, se calhar ... temos coisas mais suaves. E se temos que ser iguais aos outros nalguns casos sim, noutros casos não. Portanto...a sua pergunta era? Desculpe lá, perdi-me.

Ent: Se acha que há alguma explicação para não sermos considerados tão empreendedores como outros países e se há exemplos que poderíamos seguir para contrariar essa situação?

I2: Acho que... temos conhecimento de alguns exemplos italianos, alguns exemplos espanhóis, franceses também que de facto têm projetos, nomeadamente coletivos dentro das organizações da Economia Social que são bastante inspiradores, nomeadamente criar mercados internos... Isso já acontece... nalguns locais de Espanha, Itália, portanto acho que podíamos seguir esses exemplos.

Ent: E que importância tem este tipo de iniciativas na nossa atualidade...ou que poderá ter?

I2: Creio que toda a gente já percebeu que é preciso trabalhar em rede, rede não é só no dicionário... cada vez há uma articulação maior entre todos... e acho que temos que viver com isso, não é? Acho que se alguma coisa falta ao Terceiro Setor é olhar-se a si próprio, valorizar-se a si próprio e compreender os seus congéneres e juntar com os seus congéneres, que temos muitas coisas em comum e ao nos identificarmos como coletivo, por muitas diferenças que tenhamos e devamos continuar a ter entre nós dentro da Economia Social, a diversidade é fundamental mas precisamos trabalhar em conjunto. Portanto, acho que essas experiências nos permitem... perceber isso... e nós próprios estando a tentar articular também com outros países, também estamos a trabalhar nesse sentido.

Ent: E como é que explica a crescente atenção que tem sido dada ao próprio Empreendedorismo Social, à Economia Social?

I2: Como é que eu explico? Há uma explicação de fundo...mais ou menos clara que é... há uma tendência já estrutural, já de há muitos anos... uma tendência para ideais neoliberais... e por uma retirada do Estado na implementação de políticas sociais, portanto, o Modelo Europeu, Social Europeu ,está posto em causa neste momento... e a Europa é o único sítio do mundo, a única região do mundo, em que os direitos sociais foram tidos em conta como em nenhum outro lugar no mundo, não é? E portanto, uma vez que o Estado Social está, supostamente, em crise e se nem essa própria constatação é questionável, apesar de não parecer pelo *mainstream* da comunicação social e do discurso político, não obstante, a perda de, digamos, a retirada do Estado face à

responsabilização direta pelo bem-estar da população ou a vontade dessa retirada, pelo menos ao nível do financiamento direto, eventualmente na ótica da regulação... está a levar a um transformismo, digamos assim, por lado do empreendedorismo, agora com este novo crachá de social, se quiser... o Estado já não está aqui como estava, nem pode estar, portanto, tomem conta vocês...

Ent: Então acha que nós caminhamos numa ótica de substituição do Estado pelo Terceiro Setor e pela Economia Social na implementação das políticas sociais?

I2: Ainda mediado pelo Mercado. Acho que esse é um debate latente mais explícito...e foi isso que fez surgir a promessa do Terceiro Setor no final do século passado... no final do século XIX... Uma nova promessa que é essa, que vai resolver os nossos problemas, a pobreza, não é? Agora, obviamente é um cargo excessivo para as organizações do Terceiro Setor, nós não podemos aceitar isso, o Estado e o Mercado põem e dispõem de... agora de repente as organizações do Terceiro Setor vão ser o James Bond...

Ent: Então teremos sempre que depender dos apoios desses dois setores?

I2: Depender não. Temos que ser complementares... produzir valor acrescentado, todos. O Estado, o Mercado e o Terceiro Setor.

Ent: Trabalhar em parceria?

I2: Absolutamente. E parceria significa paridade, e significa também que o Terceiro Setor ainda tem que amadurecer mais um bocadinho para ter essa capacidade. Como um todo. Algumas organizações já terão, outras não.

Ent: Retomando novamente o Empreendedorismo Social e a relação com o Terceiro Setor, acha que o Empreendedorismo Social contribui para a dinamização do próprio Terceiro Setor?

I2: Acho que sim, mas acho que a Economia Social e o Terceiro Setor também são socialmente empreendedores, não é? Quer dizer, não há uma dissociação entre uma coisa e a outra necessariamente, não é? Ou seja, dentro de uma organização da Economia Social pode ter um campo altamente empreendedor, não é? Ou uma nova atividade que surge, ou um novo modelo de gestão financeira, não é?

Ent: Mas isso serão estratégias para...terá a ver também com a própria sustentabilidade da organização?

I2: Com a sustentabilidade, que não é só económico-financeira, mas com os impasses, não é? Ou seja, também com que resultados é que alcançam. Que resultados é que alcançam, não é?

Ent: E como é que...há uma grande preocupação, e colocam-me a questão de como é que eu penso assegurar a sustentabilidade da tal ideia que pretendo desenvolver...e a minha questão é mesmo como é que nós podemos criar um negócio sustentável? E a importância da sustentabilidade neste tipo de iniciativas.

I2: Olhe... Isso é o que nós fazemos. É extremamente complexo. Posso dar uma resposta rápida, nós acreditamos que a sustentabilidade se alcança se for um modelo de organização consistente, com uma identidade forte, com sentido de missão, com valores fortes, com sentido de visão daquilo que se quer fazer. Que a sustentabilidade não pode dispensar uma boa gestão económico-financeira, que também seja diversificada, não só estar marcado... outras formas de partilha de recursos, troca direta, o que quiser...ou seja, temos que ver... a dimensão económico-financeira com uma grande amplitude e diversidade. Parte da sustentabilidade também se consegue valorizando os recursos humanos, o seu potencial, e o seu bem-estar ... nas organizações, bem como ao trabalho de fundo, em moldes muito muito mas muito mais consistente do que o que vemos hoje de um trabalho de rede e parceria. Este são 4 caminhos, se quiser, para garantir a sustentabilidade. Como é que se consegue? Obviamente que não há modelos...haverá e há, nós conhecemos algumas organizações que a fazem... agora, não há modelos fixos, nem ideais.

Ent: E relativamente ao Terceiro Setor, quais consideram ser as principais lacunas? O Terceiro Setor carece exatamente de quê?

I2: Carece de tanta coisa ainda. Carece de...como setor, carece antes de mais de identidade.

Ent: E o reconhecimento dessa identidade não parte também das próprias instituições que o compõem?

I2: Pois parte. Neste momento acho que o problema é maior por parte das instituições, porque o Estado já criou uma lei de bases e já criou várias coisas, não é? E portanto as organizações começam a ver-se dessa maneira, mas uma coisa é falar e dizer-se, outra coisa é ser...e demora muito tempo, muito tempo...a comportar-se como tal, não é? O que significa que há muitas coisas que é preciso ter, preciso conseguir fazer. O planeamento estratégico, é preciso visões estruturadas, é preciso todas estas orientações de sustentabilidade que eu lhe estava a dizer, é preciso mais empreendedorismo social como eu defini no início desta entrevista.

Transcrição da Entrevista a Cristina Parente (Investigadora com publicações na área do Empreendedorismo Social e do Terceiro Setor; membro fundador da A3S)

Ent: Para começar, queria perceber como é que como é chegou ao empreendedorismo social, quais as motivações?

I3: Olhe, eu cheguei ao empreendedorismo social um pouco por estar revoltada no contexto empresarial. Trabalhei muito tempo em empresas, todo o mestrado e formação foi em contexto empresarial. Mas ao ficar revoltada com o que se passava lá, comecei a trabalhar no Terceiro Setor e depois iniciou-se um processo de qualidade aqui na faculdade... desse projeto que fazemos aqui na faculdade... do sistema de monitorização da implementação do sistema de gestão da qualidade, surge por iniciativa de uma pessoa que trabalhou nessa área, que trabalhou comigo nesse projeto, a criação da A3S e entretanto, depois, na nossa designação... e eu sou voluntária na A3S... realiza um trabalho de empreendedorismo social e de sustentabilidade do Terceiro Setor... começámos a trabalhar a questão do empreendedorismo social, confinando que havia formas de sustentabilidade possíveis que não tinham que ser necessariamente só os financiamentos estatais, não deixando de lado, obviamente, que o Estado tem aqui uma responsabilidade forte, mas que a gestão, pode ser uma gestão relativamente mais profissionalizada e procurar os objetivos da eficácia e da eficiência sem por em causa dos princípios do setor. Muitas vezes põe-se em causa os princípios do setor, como sejam a participação dos trabalhadores, a democracia, a rotatividade nas direções mesmo sem levando ferramentas empresariais, portanto foi um pouco por aí.

Ent: Então o que é para si o empreendedorismo social?

I3: Para mim o empreendedorismo social é um processo... que surge no âmbito de organizações sem fins lucrativos ou que não tem como objetivo principal os fins lucrativos e que põem em marcha todo um conjunto de ferramentas e de procedimentos que visam a eficácia e a eficiência na prestação do serviço ou do produto que estão a fornecer, pode ser uma cooperativa, pode ser uma associação mutualista, desde que cumpra os princípios da democracia, da liderança rotativa, da participação dos trabalhadores, do trabalho digno, do salário justo, e portanto todo um conjunto... da governança, da relação transparente com *stakeholders*, sejam financiadores ou não,

portanto é um processo que implica alguma profissionalização das organizações no sentido de elas se tornarem transparentes para o consumidor, essa transparência, essa forma de conquistar a legitimidade face aos diferentes *stakeholders* e portanto, por exemplo, atrair pessoas, voluntários, atrair clientes, atrair financiadores, porque tem também mecanismos de gestão que são plausíveis, que são eficazes e são eficientes, mas que respeitam sobretudo os trabalhadores e os membros e é uma organização que trabalha... que não trabalha só para um público externo, trabalha também para os seus públicos internos, deve respeitar os trabalhadores, deve se cumprir que eles tenham trabalhos e salários dignos, deve fazer este esforço de gestão digna internamente.

Ent: Mas então acha que só o empreendedorismo social só pode surgir por parte de organizações?

I3: O empreendedorismo social surge, para mim é um processo coletivo. Não é um processo individual. Uma coisa é o empreendedor social, para mim o empreendedor social e o empreendedorismo social não é a mesma coisa, pode-se ter muitos empreendedores sociais numa mesma organização. E é importante que estas organizações sejam coletivas e geridas coletivamente se não perde-se o valor da democracia, tem na mesma um líder autocrático mas não manda nas outras pessoas, ainda tem uma missão social face ao bem comum, mas depois pode tratar mal as outras pessoas que trabalham lá dentro. Isso para mim já põe em causa os princípios do empreendedorismo social.

Ent: E acha que ser empreendedor e empreendedor social podem ser competências adquiridas, são inatas? Fala-se também da importância de inserirmos como uma parte do currículo académico...

I3: O desenvolvimento de competências empreendedoras? Eu acho que se desenvolvem as competências empreendedoras, não nascem com as pessoas, há uma vertente de carácter pessoal, nascer com a pessoa, com ter mais capacidade de iniciativa, mas ser empreendedor é algo que se cultiva, que se aprende, não é? Se na escola se nos incentivassem mais à autonomia e à criatividade e à iniciativa, provavelmente nós seríamos menos miméticos dos nossos professores, não é? E teríamos mais capacidade de criar negócio sejam eles lucrativos ou não lucrativos. Nós fomos sempre socializados de sermos trabalhadores e não de sermos dirigentes, sermos empreendedores, e aí... tem a ver com uma cultura cooperativa, eventualmente muito associado a uma ditadora

longa e portanto em que os empreendedores eram poucos e a maioria da população era subordinada e submetida a uma cultura de poder muito forte.

Ent: E o que é que acha que então pode motivar os empreendedores sociais para este tipo de atividade?

I3: O que é que eu acho que motiva os empreendedores sociais? Eu acho que há uma motivação relativamente à missão da organização, fazer o bem comum, acho que muitos deles procuram... p'ra eles o empreendedorismo social é um campo entre outros, pode ser um campo... entre outros, isto é, são empreendedores sociais, por exemplo, provavelmente tiveram contacto e viram uma oportunidade no empreendedorismo social, mas poderiam ser empreendedores clássicos, de um negócio económico. Muitos dos empreendedores sociais buscam atividades lucrativas nas suas organizações, aliás nem se sabe muito bem, muitas vezes há organizações, nomeadamente organizações que certificam empreendedores sociais, que fazem formação de empreendedores sociais que não têm esta, que não fazem esta diferenciação, ter ou não ter fins lucrativos... o empreendedor social é aquele que faz o bem, por exemplo a mim essa noção está um bocadinho redutora, muito redutora... porque eu posso prestar um serviço aos mais velhos e faço o bem e posso fazê-lo de uma forma mais inovadora ou menos inovadora. Se for inovadora sou empreendedor social, se for um serviço clássico, não sou empreendedor social, não é? Ou antes, se for inovador, sou empreendedor social, se não for inovador, não sou empreendedor social, sou uma mera pessoa que cria um negócio, não é? Mas nós hoje temos muitas classificações de empreendedores sociais em Portugal e que são reconhecidos enquanto tal em negócios com fins lucrativos, não é? Portanto, não sei muito bem os contornos nos outros países, mais parece-me que há alguma confusão entre o que é que se pode considerar processos de empreendedorismo social, que para mim são não lucrativo, de processos de empreendedorismo convencional que são lucrativos, não é?

Ent: Está em fase de conclusão o estudo sobre o empreendedorismo social em Portugal. Que dados têm até agora que já é possível divulgar?

I3: Nós temos dados desde a educação, à gestão, às políticas...

Ent: Genericamente o que pode dizer sobre o empreendedorismo social em Portugal?

I3: Genericamente o que posso dizer? Carateriza-se sobretudo pela busca de autonomia financeira, portanto... ou seja, as organizações estão fundamentalmente focadas em encontrar fontes de financiamento alternativas ao Estado. Todos os processos de gestão, como o planeamento estratégico, a gestão de recursos humanos, a gestão de voluntários, a prestação de contas, a governação, estão muito esquecidos e portanto eu acho que as organizações do terceiro setor, e isto é o campo de análise, integraram o discurso da comunicação social, o discurso político, que o Estado-Providência está falido e que têm que encontrar alternativas para esse Estado-Providência e só meteram as mãos para esta vertente financeira e esqueceram que a dimensão financeira só se solidifica e só se consolida se houver obviamente gente respeitada, se houver uma gestão estratégica bem-feita, se houver voluntários que são reconhecidos nos seus desempenhos e portanto uma organização não funciona apenas pela sustentabilidade económica, senão estamos a ir novamente pelo empreendedorismo clássico, não é? E portanto, interessa-nos fazer a diferença. Fazer a diferença, fazer o bem p'ra fora da organização, mas também no seu interior.

Ent: Comparativamente a outros países acha que somos um país empreendedor?

I3: É assim, eu não conheço bem a realidade dos outros países para lhe dizer que somos um país empreendedor, de alguma forma julgo que sim, temos algumas características de empreendedorismo logo nas nossas raízes, costuma-se associar muitos os descobrimentos ao facto de sermos um país empreendedor, um país que não fica quieto e que, por outro lado, temos uma submissão muito forte à União Europeia e portanto os condicionalismos externos também determinam de facto o que é que nós somos e que é que os países mais poderosos querem que nós sejamos. Se somos empreendedores ou não comparativamente com outros países, provavelmente podíamos ser mais, mais não tenho dados sobre outros países para lhe dizer se somos mais ou menos empreendedores... e sobretudo, nem do empreendedorismo clássico nem do empreendedorismo social.

Ent: E que tipo de importância assume este tipo de iniciativas na nossa conjuntura?

I3: Pois, é de muita importância, porque na verdade estas organizações estão a chamar para si obrigações que outrora eram garantidas pelo Estado Social, pelo Estado-Providência. As organizações ao procurarem encontrar fontes de sustentabilidade financeira, porque não procuram sustentabilidade social nem ambiental, estão um pouco

a substituir, ou estão um pouco a fazer face às situações de pobreza e exclusão social, às populações mais vulneráveis a que o Estado não atende... nem o Mercado, não é? O Mercado não atende porque elas não são interessantes do ponto de vista do lucro e o Estado não atende porque decidiu cortar nas políticas sociais como medida de austeridade... as organizações estão a fazer face a isto, mas estão a fazer face a isto de uma forma muito precária, sem prestarem contas, sem procurarem por exemplo, fidelizarem os financiadores, sem procurarem ter instrumentos de gestão estratégica que lhes permitam a tal fidelização do financiador e a prestação de um outro serviços, e portanto, essa ideia, muita vezes o que se faz é associa-se atividades económicas às atividades sociais e isso é uma característica que surge nos nossos estudos de caso, eles têm sempre um negócio. Negócio na perspetiva de negócio que põe no mercado um produto, seja a floricultura, seja uma gasoilneira, seja um restaurante e que os lucros, o excedente económico obtidas nestas atividades sejam reinvestidas na atividade social, não é? Parece-me é um pouco... há muito mais a fazer para além disto, não é? Qual a importância? É bastante importante porque estão a acudir a situações que o Estado não está a responder, que não é interessante para o Mercado, não é?

Ent: Então acha que se caminha numa ótica de partilha, de responsabilidade partilhada com o Estado ou de substituição?

I3: Eu acho que se caminha numa ótica de partilha. Substituição nunca. Não imaginemos que as organizações do Terceiro Setor têm capacidade, julgo eu, para substituir o Estado nas suas responsabilidades, não é? Aliás, nós fazemos descontos não para as organizações do Terceiro Setor, fazemos descontos para organismos estatais. Tinham que alterar completamente os sistemas de taxaço e de impostos para as organizações do Terceiro Setor poderem substituir o Estado, não é?

Ent: E acha que é então reconhecida por parte das entidades a importância que este setor tem vindo a ter?

I3? Das entidades públicas nacionais?

Ent: Sim, sim.

I3: Sim, e o discurso político mostra-nos... nunca se viu tantos anúncios sobre Economia Social ou empreendedorismo social ou mesmo a Economia Solidária como na atualidade, não é? Durante muito nem se falou nisto, porque é que nós falamos de

um ressurgimento da Economia Social? Porque parece que encontraram aqui uma nova vertente de atuação do Estado, porque na verdade o Terceiro Setor em Portugal acaba por ser uma... um braço, uma extensão do Estado, não é? Enquanto noutros países, como países da Europa do Norte ele é uma esfera de exercício da cidadania ativa, não é? Aqui não, estamos de facto a substituímo-nos ao Estado, mas não creio que se consiga... não creio, nem acho correto uma substituição do Terceiro Setor face ao Estado. Repare que na Europa do Norte vemos muitas pessoas a fazerem parte de associações, de organizações sem fins lucrativos, mas não o fazem em termos de política social, fazem como meio de participar na sociedade, fazer melhor, conseguir... as políticas sociais garantem-lhes educação, saúde e trabalho não é?

Ent: E acha que o próprio Empreendedorismo Social (já falámos um bocadinho) vai então contribuir para a dinamização do Terceiro Setor?

I3: Sim, sim, sim... é um mecanismo de dinamização. O processo de empreendedorismo social vai... implicar, pelo menos a tomada de consciência de que há processos diferentes de gerir organizações, que durante muito tempo não foram geridas por serem organizações filantrópicas ou da área... Há um autor... que diz “elas bastavam existir para ser bom”, bastava a sua existência, a sua missão social para já ser, para se justificarem a si próprias, não precisavam de um processo de gestão que as legitimasse... nós sabemos que não, que elas precisam de ser geridas ou autogeridas e que é importante esse dinamismo que o empreendedorismo social promove no Terceiro Setor.

Ent: Fala-se de Terceiro Setor e de Economia Social. Achas que estes são conceitos que podem ser concebidos como sinónimos ou são diferentes?

I3: Para mim são conceitos distintos, não é? P’ra mim Economia Social remonta à Revolução Industrial e aos movimentos de defesa operários concretamente, o cooperativismo, o associativismo, o mutualismo... o Terceiro Setor é algo que surge muito mais recente e que tem a ver, repara... Depois, por exemplo, a Economia Social desenvolve-se muito mais em França, já não se desenvolve tanto em Inglaterra que opta por uma perspetiva mais liberal digamos e onde o capitalismo vai ganhando mais pontos digamos... o Terceiro Setor acaba por ser uma noção que permite agregar a Economia Social e a própria Economia Solidária, a caridade e portanto é um chapéu mais amplo do que o conceito de Economia Social. Hoje fala-se também de Economia Social e

Solidária, mas na verdade o Terceiro Setor acaba com todas as diferenças... na verdade incorpora e ignora diferenças espaço-temporais... de forma a poder estudar todas essas organizações sem fins lucrativos, que são muitas não é? E têm especificidades nos diferentes países, repare nós no Terceiro Setor temos as misericórdias, temos as fundações de solidariedade social, temos... os centros paroquiais, portanto...que é outra... não estão propriamente integrados na Economia Social, não têm propriamente lugar... não tinham propriamente lugar quando surge o conceito de Economia Social, muitas vezes têm sido tomados como sinónimos, eu própria em alguns artigos tomo como sinónimos, às vezes por questão de facilidade e porque é o que as pessoas conhecem, mas para mim são conceitos distintos, não é?

Ent: E o conceito de Empresas Sociais acha que será uma forma de designar todo o conjunto de organizações do Terceiro Setor ou é...

I3: Uma forma jurídica autónoma? É assim...na nossa Lei de Bases...

Ent: Foi retirado...

I3: Foi retirada a constituição, não é? Como forma jurídica autónoma... e portanto passa a ser um chapéu agregador de todas aquelas formas que eu lhe falei, que integravam o Terceiro Setor... elas são empresas sociais. Agora vamos ver se essas organizações têm de facto as características das empresas sociais da escola da EMES. Isto é um ponto de vista. Elas devem responder a dimensões económicas, sociais e de governação... muito na perspetiva que eu lhe dizia, da democracia, da criação de emprego, do excedente económico, da primazia das pessoas face ao capital... se for ao conceito de empresas sociais anglo-saxónico já é outro conceito, não é? ... e portanto, eu diria que podem ter lucro, resolvem um problema social e portanto em Inglaterra julgo que a legislação é relativamente diferente da dessa escola que eu lhe falei, da escola da Economia Social a EMES que trabalha sobretudo a figura das empresas sociais... portanto, a minha opinião quanto às empresas sociais é que elas teriam e têm sentido se tiverem, enquanto figura autónoma, se conseguirem corresponder aos critérios da EMES e por isso, vão-se diferenciar das fundações, das misericórdias, das cooperativas... que muitas vezes não cumprem aquilo que está estabelecido nos seus estatutos, nomeadamente a rotatividade dos seus dirigentes. Uma empresa social eventualmente pode ter um empreendedor social que assume que não quer ter rotatividade mas, tem todos os outros critérios que eventualmente lhe podem dar o estatuto de empresa social. É uma questão que exige

muita discussão para estabelecer... já tive mais certezas do que tenho agora sobre a criação ou não do estatuto autónomo de empresa social.

Ent: E relativamente, e para terminar, que importância assume... e como é que se pode procurar assegurar a sustentabilidade de uma iniciativa de empreendedorismo social?

I3: Bom, eu leio a sustentabilidade económica, ambiental e social, portanto ela implica três vertentes e essas três vertentes quanto mais articuladas melhor, não é? Se eu tiver sustentabilidade ambiental com certeza que eu consigo melhores resultados económicos, se eu poupar no excesso de luz, se eu usar carro a gás, provavelmente eu tenho benefícios económicos, ou ambiente também tem e portanto há uma interligação forte entre essas dimensões. Se eu tiver pessoas motivadas a trabalhar numa organização que eles consideram como deles, envolvem-se na organização e contribui para que também tenha resultados económicos melhores e também tenha resultados sociais melhores... portanto, há aqui a questão da sustentabilidade é uma questão transversal e que deve ser vista nas suas três dimensões e não apenas na económica, não é? Eu diria que a sustentabilidade é importante... é tão mais importante se for equacionada nestas três vertentes e não apenas na vertente económica, porque só garantir sustentabilidade económica é um requisito que não favorece, não é favorecido se não houver sustentabilidade social e ambiental. Portanto não vejo a sustentabilidade só numa perspetiva económica, vejo-a numa perspetiva mais ampla do desenvolvimento sustentável. Julgo que um dos aspetos importantes seria que o empreendedorismo social contribuísse para um desenvolvimento sustentável, não é? Se inspirasse naquilo que é o desenvolvimento sustentável e o promovesse.

Ent: E que conselhos poderá dar a quem pretende enveredar por este caminho?

I3: Conselhos? Recomendações? ... Pensar de uma forma integrada as três dimensões da sustentabilidade, não se deixar iludir pelos discursos que sozinhos podemos transformar o mundo... encontrar coletivos que se interessem pelo mesmo tipo de ideologia e promover projetos que não sejam de promoção individual de líderes, mas projetos verdadeiramente coletivos, assentes numa filosofia local, de proximidade com as populações, de envolvimento com as populações, de capacitação das mesmas, de empoderamento... portanto sair um pouco da ideologia que neste momento está muito presente na sociedade portuguesa dos empreendedores sociais como novos líderes que vão mudar o mundo... acho que não tem sentido mudarmos o mundo sozinhos... ou

então enveredamos pelo empreendedorismo capitalista, não é? Se queremos ser empreendedores sociais, temos que mudar com os outros e para os outros, não é?

I3: As parcerias assumem aqui especial relevo?

Ent: As parcerias são importantes, mas sobretudo com as populações. Não é? Se queremos ser empreendedores sociais não queremos ser assistencialistas relativamente às populações, temos que lhes empoderar, temos que lhes dar oportunidade de elas próprias criarem os seus negócios, sejam sociais ou sejam negócios convencionais e portanto, eu diria que as redes e parcerias são importantes, mas o que é importante é a ideologia subjacente, não é? O que é que as pessoas querem fazer? Esta homenagem aos empreendedores sociais agora... e pergunto-me que sentido é que isto tem? Tinha muito mais sentido fazermos homenagem às populações que têm estado a trabalhar, evoluído e que têm feito uma trajetória evolutiva. Seria muito mais interessante do que fazer homenagem ao empreendedor social, não é? Esta reificação do empreendedor social para mim é muito criticável, porque para mim é um mimetismo do outro empreendedor que vai alimentar emprego, que são sacrificados, etc etc.

Transcrição da Entrevista a Armando Guimarães (Investigador com publicações na área do Terceiro Setor, Empreendedorismo Social e Voluntariado)

Ent: Para começarmos pedia-lhe, por favor, que explicasse um pouco do seu currículo, do ser percurso profissional e como chegou ao empreendedorismo social?

I4: Em termos de percurso profissional, em termos académicos sou licenciado em Filosofia, com especialidade em Filosofia da Educação, com mestrado em Economia Social e também agora com o master em Estratégia e Competitividade nas Organizações Sociais. Em termos profissionais, portanto, comecei como professor de Filosofia, a minha área de formação é essa, via ramo vocacional para a docência, entretanto fui mudando um bocadinho a perspetiva até pela dificuldade de encontrar colocação, fui gestor administrativo de uma empresa, fui consultor pedagógico na Porto Editora e fui começando a trabalhar a área do voluntariado na Cruz Vermelha Portuguesa, donde profissionalmente resultou consequente a ideia de ficar como coordenador geral de voluntariado na Cruz Vermelha de Guimarães e também numa fase posterior como diretor adjunto executivo da própria delegação. Atualmente estou como técnico de um CLDF em Guimarães na Fraterna, que é uma Cooperativa e estou como técnico dos contratos locais de envolvimento social, portanto em termos profissionais é esta realidade. A minha integração, a minha relação direta com a área social vem exatamente do meu percurso na Cruz Vermelha Portuguesa onde eu fui convidado para poder dinamizar de alguma forma aquilo que nós entendemos como a Juventude da Cruz Vermelha, que era uma área de voluntariado, um setor do voluntariado, que a própria Cruz Vermelha tinha... e portanto fui convidado, na altura pela senhora vice-presidente para poder dinamizar essa área no concelho de Guimarães... e pronto foi a partir daí...

Ent: E a ponte para o empreendedorismo social?

I4: A ponte para o empreendedorismo social acaba sendo feita ao longo do conjunto de projetos que nós fomos desenvolvendo lá, em diferentes áreas para diferentes públicos, mas sobretudo na relação direta, neste caso, que era com as crianças e com os jovens e depois começou... foi sendo transversal numa perspetiva geracional, nós fomos percebendo algumas das necessidades que os próprios locais e as próprias pessoas tinham e com base nisso fomos construindo com elas projetos que respondiam de

alguma forma as necessidades diagnosticadas e portanto... e com base nisso nós fomos empreendendo, implementando e criando projetos que tivessem exatamente esse fim social, ou seja, responder a um conjunto de problemáticas que eram identificadas no seio de um grupo ou de uma comunidade... é aquilo que eu acredito que é a passagem para a lógica do empreendedorismo social, portanto em termos de passagem, eu acho que é um processo complementar daquilo que é o diagnóstico social, portanto, e da nossa intervenção social na área.

Ent: E o que é para si o empreendedorismo social?

I4: Portanto... eu acho que o empreendedorismo social é exatamente... um processo de mudança, um processo de transformação, conjunto... onde nós identificamos, quando digo nós, digo empreendedores e os outros, ou seja, toda a comunidade, identificamos um conjunto de problemáticas ou de necessidades sociais que de alguma forma não têm uma resposta efetiva, ou não têm uma resposta eficaz e que nós em conjuntamente conseguimos delinear, identificar projetos ou respostas que vão exatamente de forma sustentada responder ou encontrar alguma social, se não a solução, para essas mesmas necessidades. Importa é dizer que regra geral a criatividade e a inovação são ingredientes fundamentais para dar resposta, ou seja, quando falamos de inovação estamos a falar de dar uma nova perspectiva eventualmente até trabalhar já com os próprios, eventualmente ou muitas das vezes, com os próprios recursos que existem na comunidade, só que mudando a perspectiva, vendo os problemas de outra forma, abordando os problemas numa lógica de construção positiva. Eu acredito, na minha perspectiva, o empreendedorismo social é fundamentalmente isso, é trabalharmos em prol do outro, enquanto ser humano, tentando diminuir as suas fragilidades e sobretudo capacitando-os, dando-lhes o *empowerment*, dando-lhes competências para que por si, e conosco naturalmente, em trabalho conjunto, possamos alterar as realidades até então experienciadas e vividas e portanto, na minha perspectiva isso é empreendedorismo social.

Ent: A criatividade e a inovação era uma das questões... e acha que essas competências que são associadas ao empreendedorismo e ao empreendedorismo social podem ser incrementadas? Podem ser ensinadas?

I4: Sim. Eu acho que a criatividade, a inovação, eu acho que as grandes características do empreendedor, seja ele empreendedor social ou não, mas fundamentalmente o

empreendedor social, acho que passam por um processo de construção, ou seja, eu não acho que nasçam conosco, acho é que muitas delas podem ser adquiridas por via de uma educação formal ou não formal, que no fundo vai entroncar exatamente nesta questão que colocou... que tem que ver com isso... na capacidade que nós tenhamos ou não de criar uma cidadania participativa, perceber quais são os valores da responsabilidade, da solidariedade, do respeito mútuo e portanto eu acredito que estes são parte, se não, os grandes fatores que fazem com que nós possamos ter uma sociedade socialmente responsável e com isso perspétivada e de alguma forma predisposta para o empreendedorismo social... e há, naturalmente competências que eu acredito seriamente que podem ser ensinadas e sobretudo podem ser trabalhadas.

Ent: E então podemos ser todos empreendedores sociais?

I4: Não tenho dúvidas disso... ou pelo menos, em potência todos temos as condições para podermos empreender projetos sociais, naturalmente que depois aprimorando um conjunto de características que tem que ver, já tinha dito anteriormente, com as próprias realidades locais, porque a ideia, naquilo que eu entendo de empreendedorismo social é responder a necessidades que efetivamente as comunidades ou os seios e os meios onde estejamos integrados os entendam como tal, porque eu não concebo muito a ideia de nós criarmos um projeto para uma determinada população, para um determinado público, para uma determinada comunidade sem sequer falar com elas, achando nós que sabemos o que é que eles precisam, sem sequer os ouvir, no fundo sem sequer os conhecer e portanto eu acho que é elementar conhecermos a realidade... é esta lógica da corresponsabilidade.

Ent: E a nível de motivações para os empreendedores sociais, o que pensa?

I4: Eu acho que podem ser várias. Acho que poderão ser motivações pessoais, poderão ser motivações profissionais, eu aí, acho que... entrando muito num carácter subjetivo... o que eu acho é que de uma forma ou de outra os empreendedores... ou parte das características dos empreendedores sociais é que vivenciaram ou se depararam com alguma realidade, de injustiça, de desigualdade, de lógica de contribuição para o bem comum e isso faz-nos despertar ou dá-nos uma realidade que eventualmente até poderia ser menos conhecida para nós e com a qual queremos participar e queremos mudar no fundo, numa lógica muito transformadora... e portanto eu acho que aí as motivações, admitindo que até num primeiro momento poderão haver algumas motivações menos

altruístas que tenham um caráter até mais pessoal, depois acho que todo o desenvolvimento e toda a lógica, de outros projetos acabam sempre por visar um fim...e portanto eu entendo o empreendedorismo social exatamente nesta lógica, tendo como fim último o bem-estar comum, o bem-estar do público e do meio onde nós interagimos e tentamos resolver problemáticas identificadas e sobretudo problemáticas sociais ou ambientais.

Ent: Relativamente ao empreendedorismo social em Portugal, como é que acha que se caracteriza?

I4: Eu pessoalmente acho que o empreendedorismo social em Portugal é uma realidade que está em expansão, ou seja, cada vez mais percebemos que a sociedade está sensibilizada para a sua importância, percebe que pode ser um caminho que responde a muitas das necessidades e dos desafios que nós enquanto sociedade nos confrontamos nos dias de hoje. Há inclusivamente boas experiências de empreendedorismo social, a investigação cada vez é maior, esta tese é exemplo disso, o que também mostra alguma sensibilidade, mesmo em termos académicos para o efeito... eu acho que neste momento caminhamos numa lógica de sistematizar aquilo que são as práticas do empreendedorismo social, sobretudo porque temos a consciência que quanto melhor nos formos capazes de sistematizar, de informar, de capacitar a comunidade e a sociedade para o empreendedorismo social, maiores serão os ganhos ou aquilo que nós temos por hábito chamar de impacto social. No fundo, os projetos de empreendedorismo social vejam-se sempre que possível, replicados portanto, que a replicação possa existir, ajustada, enquadrada, mas eu tenho a convicção de que o empreendedorismo social é hoje uma realidade muito importante e diria mesmo incontornável na própria sociedade e naquilo que nós pretendemos criar para dar resposta às dificuldades e às necessidades que se evidenciam.

Ent: Mas há autores que, no entanto, consideram que comparando Portugal a outros países que somos pouco empreendedores. O que é que acha que está por trás disto?

I4: Eu percebo que possam existir essas posições relativamente àquilo que é a prática do empreendedorismo social em Portugal. Eu não sei se direi ou se sei a resposta correta, vou é limitar-me a dar a minha opinião acerca do assunto. O que eu acho é que, primeiro o empreendedorismo social, tal como nós o conhecemos hoje, tal como o investimento que hoje se percebe é uma realidade recente. Eu não acredito, não

concordo que não haja práticas de empreendedorismo social já com reconhecimento e com trabalho feito há já vários anos em Portugal, posso é admitir que não lhe dávamos esta perspectiva e eventualmente não enquadrávamos naquilo que nós hoje temos como práticas de empreendedorismo social. Eventualmente isso pode acontecer. Mas a verdade é que sempre houve uma preocupação, com maior ou menor participação da sociedade, para estas perspectivas, para as causas sociais e para as problemáticas sociais. Acho sim, que hoje e acho que também por fruto da atual crise económica que nós vivemos, foi uma havendo uma maior consciencialização de todos os setores da sociedade para a importância que as organizações e a construção de projetos de empreendedorismo social têm, porque são também eles numa lógica de proximidade, porque as organizações estão muito próximas das populações, elas por si só ou elas não por si só, mas em conjunto no trabalho conjunto e em rede podem mais facilmente responder a muitas das necessidades e a muitas das carências vivenciadas. Acho também que esta crise abriu ou é uma oportunidade e abriu uma porta para a própria sociedade ter uma lógica mais responsável. Há uma maior participação, há um maior compromisso e acho também que há uma preocupação muito grande ao nível das políticas públicas que investem e promovem exatamente o empreendedorismo. Falava há pouco relativamente ao ministro da educação, portanto a lógica da valorização da educação não formal, na lógica do empreendedorismo, cada vez mais temos relatos de que o empreendedorismo jovem é uma prática que se deseja replicar, promover nas escolas e portanto eu acho que há esta consciencialização e há sobretudo esta preocupação de perceber que não é só o Estado, não é só o Governo quem tem obrigatoriedade de dar resposta a estas necessidades, somos todos nós porque nós somos a sociedade, o Estado também somos nós e somos nós que o fazemos e portanto, temos que perceber que o Estado por si não responde a todas as necessidades da população, portanto cabe-nos a nós também enquanto sociedade civil tomar uma participação ativa e construir uma melhor sociedade e um melhor mundo, não é?

Ent: Então acha que, e se calhar já respondeu um pouco a isso, numa ótica de responsabilidade partilhada com o Estado ou cada vez mais a substitui-lo?

I4: Eu acho que há espaço para as duas coisas, ou seja, eu acho que efetivamente em determinados momentos o Estado... primeiro acho que o trabalho em rede e em parceria é fundamental, tenho dificuldade em admitir o contrário, acho que isoladamente nós não conseguiremos criar projetos sustentáveis projetos eficazes e que deem efetiva resposta

às necessidades. Acho que a otimização de recursos disponíveis é fundamental para um bom projeto e para atingirmos os resultados a que nos propomos, que são solucionar problemas ou problemáticas sociais e necessidades existentes na sociedade e portanto isso eu acredito que tem que ver com o trabalho em rede. Relativamente à substituição ou complementaridade do trabalho das organizações sociais e daquilo que é a prática do empreendedorismo social para com o Estado, eu acho que há, conforme eu tinha dito, uma lógica de substituição, mas é uma substituição planejada e portanto consensual... não acho que se deva substituir, acho sim é que deva trabalhar numa perspectiva de complementaridade e mais até eu diria que nós caminhamos num processo de complementaridade de todos os setores da sociedade, não só com o Estado mas também com o próprio Mercado, com o próprio setor empresarial, porque acho que todos temos a ganhar com essa perspectiva e é quase que aquela lógica das entidades, das empresas socialmente responsáveis ou com responsabilidade social... e eu acho que é essa a importância.

Ent: Acha que o próprio empreendedorismo social poderá contribuir para a sustentabilidade e dinamização do Terceiro Setor?

I4: Acho. Acho. Acho é que neste momento o Terceiro Setor e as organizações sociais se deparam com uma realidade que é os financiamentos e os apoios são cada vez menores, são cada vez mais otimizados e isso significa o quê? Que as organizações sociais têm que perceber o quanto antes a necessidade de enquadrarem em si mesmos ferramentas de gestão, que processos de gestão, que estão muito relacionados com o próprio setor do Mercado e com o próprio setor empresarial e já se começa a verificar esta adoção de mecanismos e de ferramentas de gestão que no fundo vão permitir que as próprias organizações sociais sejam mais eficazes e eficientes, ou seja, há necessidade de nós maximizarmos aquilo que é a nossa produtividade... medirmos exatamente toda a nossa ação, porque só assim nós vamos conseguir perceber, com propriedade, qual é o nosso impacto social e qual é o impacto social das nossas respostas e dos nossos projetos... e sobretudo esta lógica do planejar, do controlar e do avaliar é fundamental para que nós consigamos ter com mais certeza e com maior propriedade uma perspectiva daquilo que devemos ou não melhorar e que caminho podemos ou não seguir. Eu acho que o Terceiro Setor e entendendo por Terceiro Setor aqui nesta questão, o conjunto de organizações sociais que o compõem, até há algum tempo atrás não tinham esta perspectiva de gestão profissional, de maximização dos seus recursos, da

otimização dos mesmos, de uma gestão financeira rigorosa, mas a verdade é que a sustentabilidade financeira tem de ser obrigatoriamente um dos objetivos a que qualquer organização social se propõe, caso contrário não tem condições para responder e dar continuidade aos seus projetos. A sustentabilidade financeira é fundamental, assume extrema importância maximizar a nossa ação, a importância de ela ter reconhecimento. A sustentabilidade não é um fim, é um meio... daí ser sempre importante as parcerias com os outros setores, de forma a não esquecermos o nosso grande objetivo.

Ent: Já respondeu a uma série das questões... para terminar, e a nível da Economia Social? Como a entende no ou com o Terceiro Setor?

I4: A Economia Social é uma economia em crescimento... há estudos que nos mostram o seu crescimento, o crescimento do Terceiro Setor... As próprias medidas do IEFP para a Economia Social mostram a atenção dedicada a este campo... Podemos dizer que a Economia Social é o fruto da ação, é aquilo que resulta do Terceiro Setor. O que importa aqui é que o peso dos problemas não pode ser ignorado, percebermos a replicação do empreendedorismo social... vivemos agora o paradigma da solidariedade, a sociedade civil está informada e consciente, como se calhar nunca teve antes.

Sinopse de Entrevistas (com base na teoria de Guerra, 2006)

Investigadores da área do Empreendedorismo Social e Terceiro Setor

Problemática Investigador	Percurso Profissional: - Porquê o Empreendedorismo Social?- Que motivações?
Investigador 1	“ (...) eu cruzei-me com o Empreendedorismo Social no âmbito da minha carreira, de forma um bocadinho natural e de uma experiencia pessoal de voluntariado...e vem de uma...de competências pessoais do empreendedorismo e, basicamente, o cruzamento destas duas tensões fez-me apaixonar pelo conceito que é o conceito de empreender, para... melhorar a sociedade (...)”.
Investigador 2	<p>“ (...) comecei a estudar esse assunto, em pós graduação, em mestrado e fiquei muito entusiasmada, tinha muito a ver com o meu percurso de formação e de vida anterior...dedicação ao voluntariado, portanto a partir do momento que descobri o tema no âmbito académico, comecei a estudá-lo, e a partir daí o meu projeto de vida foi encontrar outro semelhantes a mim, outros pares, para desenvolvermos um projeto coletivo, desenvolvermos uma empresa social. E cá estamos, assim nascemos [A3S]”.</p> <p>“(...) assim surgiu a A3S...com outras pessoas, naturalmente. Mas isto já foi em 2006, não é? Mas a primeira ideia até nasceu em 2002 ou 2001”.</p>
Investigador 3	“ (...) eu cheguei ao empreendedorismo social um pouco por estar revoltada no contexto empresarial. Trabalhei muito tempo em empresas, todo o mestrado e formação foi em contexto empresarial. Mas ao ficar revoltada com o que se passava lá, comecei a trabalhar no Terceiro Setor e depois iniciou-se um processo de qualidade aqui na faculdade... desse projeto que fazemos aqui na faculdade (...) surge por iniciativa de uma pessoa que trabalhou nessa área, que trabalhou comigo nesse projeto, a criação da A3S e entretanto, depois, na nossa designação... e eu sou voluntária na A3S... realiza um trabalho de empreendedorismo social e de sustentabilidade do Terceiro Setor... começámos a trabalhar a questão do empreendedorismo social, confinando que havia formas de sustentabilidade possíveis que não tinham que ser necessariamente só os financiamentos estatais, não deixando de lado, obviamente, que o Estado tem aqui uma responsabilidade forte, mas que a gestão, pode ser uma gestão relativamente mais profissionalizada e procurar os objetivos da eficácia e da eficiência sem por em causa dos princípios do setor. Muitas vezes põe-se em causa os princípios do setor, como sejam a participação dos trabalhadores, a democracia, a rotatividade nas direções mesmo sem levando ferramentas empresariais, portanto foi um pouco por aí”.

(Continua)

(Continuação)

Problemática Investigador	Percurso Profissional: - Porquê o Empreendedorismo Social?- Que motivações?
Investigador 4	<p>“(…) sou licenciado em Filosofia, com especialidade em Filosofia da Educação, com mestrado em Economia Social e também agora com o master em Estratégia e Competitividade nas Organizações Sociais. Em termos profissionais, portanto, comecei como professor de Filosofia, a minha área de formação é essa, via ramo vocacional para a docência, entretanto fui mudando um bocadinho a perspetiva até pela dificuldade de encontrar colocação, fui gestor administrativo de uma empresa, fui consultor pedagógico na Porto Editora e fui começando a trabalhar a área do voluntariado na Cruz Vermelha Portuguesa, donde profissionalmente resultou consequente a ideia de ficar como coordenador geral de voluntariado na Cruz Vermelha de Guimarães e também numa fase posterior como diretor adjunto executivo da própria delegação (...)”.</p> <p>“(…)A minha integração, a minha relação direta com a área social vem exatamente do meu percurso na Cruz Vermelha Portuguesa onde eu fui convidado para poder dinamizar de alguma forma aquilo que nós entendemos como a Juventude da Cruz Vermelha, que era uma área de voluntariado, um setor do voluntariado, que a própria Cruz Vermelha tinha... e portanto fui convidado, na altura pela senhora vice-presidente para poder dinamizar essa área no concelho de Guimarães... e pronto foi a partir daí...”.</p> <p>“A ponte para o empreendedorismo social acaba sendo feita ao longo do conjunto de projetos que nós fomos desenvolvendo lá, em diferentes áreas para diferentes públicos, mas sobretudo na relação direta, neste caso, que era com as crianças e com os jovens e depois começou (...) nós fomos percebendo algumas das necessidades que os próprios locais e as próprias pessoas tinham e com base nisso fomos construindo com elas projetos que respondiam de alguma forma as necessidades diagnosticadas e portanto... e com base nisso nós fomos empreendendo, implementando e criando projetos que tivessem exatamente esse fim social, ou seja, responder a um conjunto de problemáticas que eram identificadas no seio de um grupo ou de uma comunidade (...) eu acho que é um processo complementar daquilo que é o diagnóstico social, portanto, e da nossa intervenção social na área”.</p>

Problemática Investigador	Concetualização de Empreendedorismo Social
Investigador 1	<p>“(…) o Empreendedorismo Social é a criação de novas...criação e implementação de novas soluções para os problemas sociais, ou seja, soluções que têm mais valor na resolução dos problemas”.</p>

(Continua)

(Continuação)

Problemática Investigador	Concetualização de Empreendedorismo Social
Investigador 2	<p>“(…) pode ser uma gênese individual, pode ser uma gênese coletiva, nós trabalhamos particularmente para o empreendedorismo social que seja assim mesmo com projetos coletivos, de mobilização das pessoas que têm de facto objetivos em comum e querem produzir...querem ter um projeto em comum... em regra isso dá origem, não necessariamente, mas dá origem a organizações sejam elas de que forma tenham, tenham elas a forma que tenham, naturalmente a grande maioria dentro das... associações, das cooperativas e de outras formas jurídicas, mas essas em particular... são aquelas que valorizam o coletivo e a democracia como valores...para nós o empreendedorismo social é muito aquilo que entendemos também como Economia Social e terceiro setor, mas orientado para uma visão de transformação... que significa que há uma propensão das organizações socialmente empreendedoras, para além de terem uma área de intervenção que tem o objetivo social humano, o objetivo do bem humano, mas que depois tendem a ter uma perspetiva estratégica, a utilidade de metodologias participativas, fazer uma gestão de recursos humanos que dá verdadeiramente valor e que tende a otimizar os recursos humanos e utilizá-los como valores chave de intervenção dentro do terceiro setor, são organizações que tendem a desenvolver uma visão estratégica dentro das parcerias e das redes com capital social, como meio e como um fim, organizações que cada vez mais, para além da sua missão, têm de facto uma visão que pretende ser diferenciadora e terem efeitos realmente transformadores da realidade social, enfim uma séria de outros critérios que marcam... aquilo que é o empreendedorismo social... são um conjunto de critérios que nos permite fazer uma aproximação do que é”.</p> <p>“(…) as organizações da Economia Social já foram socialmente empreendedoras... a grande maioria, outras terão sido impulsos públicos... falando de uma forma geral, as organizações da Economia Social, em regra, já correspondem ao próprio impulso do empreendedorismo social, portanto, dar uma resposta ao que não existe e dar uma resposta social e portanto elas são em si próprias, à partida, empreendedores sociais. Agora, o que acontece é que depois em termos da realidade há muitos modelos de organização diferente, muitas orientações de funcionamento de campo diferentes, e umas são mais estratégias, umas são mais tradicionais... e umas são mais inovadoras e empreendedoras (...) o empreendedorismo social para mim e para nós é muito promovermos esta atitude de transformação, de melhoria, de inovação organizacional e também de inovação de gestão... ou seja, da maneira de gerir as organização da Economia Social nomeadamente... e também de inovação social no sentido... mais eficaz e mais participativas, nomeadamente no trabalho com os públicos desfavorecidos”.</p>

(Continua)

(Continuação)

Problemática Investigador	Concetualização de Empreendedorismo Social
Investigador 3	<p>“(...)o empreendedorismo social é um processo... que surge no âmbito de organizações sem fins lucrativos ou que não tem como objetivo principal os fins lucrativos e que põem em marcha todo um conjunto de ferramentas e de procedimentos que visam a eficácia e a eficiência na prestação do serviço ou do produto que estão a fornecer, pode ser uma cooperativa, pode ser uma associação mutualista, desde que cumpra os princípios da democracia, da liderança rotativa, da participação dos trabalhadores, do trabalho digno, do salário justo, e portanto todo um conjunto... da governança, da relação transparente com <i>stakeholders</i>, sejam financiadores ou não (...)”.</p> <p>“(...)é um processo que implica alguma profissionalização das organizações no sentido de elas se tornarem transparentes para o consumidor, essa transparência, essa forma de conquistar a legitimidade face aos diferentes <i>stakeholders</i> e portanto, por exemplo, atrair pessoas, voluntários, atrair clientes, atrair financiadores, porque tem também mecanismos de gestão que são plausíveis, que são eficazes e são eficientes, mas que respeitam sobretudo os trabalhadores e os membros e é uma organização que trabalha... que não trabalha só para um público externo, trabalha também para os seus públicos internos, deve respeitar os trabalhadores, deve se cumprir que eles tenham trabalhos e salários dignos, deve fazer este esforço de gestão digna internamente”.</p> <p>“O empreendedorismo social surge, para mim é um processo coletivo (...) Uma coisa é o empreendedor social, para mim o empreendedor social e o empreendedorismo social não é a mesma coisa, pode-se ter muitos empreendedores sociais numa mesma organização. E é importante que estas organizações sejam coletivas e geridas coletivamente se não perde-se o valor da democracia, tem na mesma um líder autocrático mas não manda nas outras pessoas, ainda tem uma missão social face ao bem comum, mas depois pode tratar mal as outras pessoas que trabalham lá dentro. Isso para mim já põe em causa os princípios do empreendedorismo social”.</p>
Investigador 4	<p>“(...) eu acho que o empreendedorismo social é exatamente... um processo de mudança, um processo de transformação, conjunto... onde nós identificamos, quando digo nós, digo empreendedores e os outros, ou seja, toda a comunidade, identificamos um conjunto de problemáticas ou de necessidades sociais que de alguma forma não têm uma resposta efetiva, ou não têm uma resposta eficaz e que nós em conjuntamente conseguimos delinear, identificar projetos ou respostas que vão exatamente de forma sustentada responder ou encontrar alguma social, se não a solução, para essas mesmas necessidades (...) a criatividade e a inovação são ingredientes fundamentais para dar resposta, ou seja, quando falamos de inovação estamos a falar de dar uma nova perspectiva eventualmente até trabalhar já com os próprios, eventualmente ou muitas das vezes, com os próprios recursos que existem na comunidade, só que mudando a perspectiva, vendo os problemas de outra forma, abordando os problemas numa lógica de construção positiva. Eu acredito, na minha perspectiva, o empreendedorismo social é fundamentalmente isso, é trabalharmos em prol do outro, enquanto ser humano, tentando diminuir as suas fragilidades e sobretudo capacitando-os, dando-lhes o <i>empowerment</i>, dando-lhes competências para que por si, e conosco naturalmente, em trabalho conjunto, possamos alterar as realidades até então experienciadas e vividas e portanto, na minha perspectiva isso é empreendedorismo social”.</p> <p>“(...) e portanto eu entendo o empreendedorismo social exatamente nesta lógica, tendo como fim último o bem-estar comum, o bem-estar do público e do meio onde nós interagimos e tentamos resolver problemáticas identificadas e sobretudo problemáticas sociais ou ambientais”.</p>

Problemática Investigador	Educação para o Empreendedorismo e Empreendedorismo Social
Investigador 1	“Eu acho que...é uma questão...é muito uma atitude de pro-atividade e de pensamento crítico...e exercício também de liderança, gestão de equipas, e portanto eu acho que pode ser cultivado no sistema de ensino, chamando-lhe ou não empreendedorismo...mas...eu acho que, enquanto nome empreendedorismo, acho que se tivermos no ensino secundário é perfeitamente suficiente”.
Investigador 2	<p>“ (...) Tudo isso é possível. Agora ser empreendedor social, ou ser empreendedor, quer dizer, é preciso ter iniciativa, é preciso empreendimento sim, e socialmente significa ter uma particular sensibilidade... Mas acho que pode ser treinado, pode e deve ser treinado...acho que deve ser treinado, e por outro lado... a nossa organização nasceu sem ninguém ter dado cursos p’ra isso”.</p> <p>“(...)concordo que a formação para o empreendedorismo social deve ser até antes, deve ser... ensinada, deve ser estimulada na educação, eu diria que talvez desde a primária... Se deve figurar ou não como disciplina, isso já não sei, teria a ver com os currículos educativos... agora o que concordo é que o empreendedorismo e o empreendedorismo social devem fazer parte dos currículos educativos, eventualmente até mais cedo que o secundário (...)”.</p> <p>“Pode ser feito em projetos educativos, pode ser feito transversalmente em várias disciplinas, não é? Pode ser feito de muitas maneiras”.</p>
Investigador 3	“ (...) acho que se desenvolvem as competências empreendedoras, não nascem com as pessoas, há uma vertente de carácter pessoal, nascer com a pessoa, com ter mais capacidade de iniciativa, mas ser empreendedor é algo que se cultiva, que se aprende, não é? Se na escola se nos incentivassem mais à autonomia e à criatividade e à iniciativa, provavelmente nós seríamos menos miméticos dos nossos professores, não é? E teríamos mais capacidade de criar negócio sejam eles lucrativos ou não lucrativos. Nós fomos sempre socializados de sermos trabalhadores e não de sermos dirigentes, sermos empreendedores, e aí... tem a ver com uma cultura cooperativa, eventualmente muito associado a uma ditadora longa e portanto em que os empreendedores eram poucos e a maioria da população era subordinada e submetida a uma cultura de poder muito forte”.
Investigador 4	“(...) Eu acho que a criatividade, a inovação, eu acho que as grandes características do empreendedor, seja ele empreendedor social ou não, mas fundamentalmente o empreendedor social, acho que passam por um processo de construção, ou seja, eu não acho que nasçam connosco, acho é que muitas delas podem ser adquiridas por via de uma educação formal ou não formal (...) tem que ver com isso (...) na capacidade que nós tenhamos ou não de criar uma cidadania participativa, perceber quais são os valores da responsabilidade, da solidariedade, do respeito mútuo e portanto eu acredito que estes são parte, se não, os grandes fatores que fazem com que nós possamos ter uma sociedade socialmente responsável e com isso perspectivada e de alguma forma predisposta para o empreendedorismo social... e há, naturalmente competências que eu acredito seriamente que podem ser ensinadas e sobretudo podem ser trabalhadas”.

Problemática	Ser empreendedor social
Investigador	
Investigador 1	<p>“(...) eu acho que se podem desenvolver, acho que também nascem...”.</p> <p>“Eu acho que todos podemos ser empreendedores sociais, não necessariamente inovadores... nós podemos ser empreendedores sociais porque fazemos acontecer ...e aplicamos uma solução nova, mas a solução nova não temos que ser inventores da solução nova...podemos, por exemplo, identificar uma situação que é boa num país e transferi-la para cá... a criatividade e a inovação... Acho que há pessoas que têm maior predisposição para isso do que outras... a criatividade, por exemplo, tem muito a ver com a síntese de novas ideias a partir de conhecimento que já os temos ou de experiências ou de informação... portanto, existem técnicas que levam com que as pessoas sejam mais criativas e essas técnicas podem melhorar determinadas pessoas, mas agora há pessoas naturalmente, pelas suas vivências, mais criativas que outras... pessoas que são mais artísticas... há outras que são mais racionais... pronto, eu acho que há técnicas que podem melhorar a capacidade das pessoas, claramente”.</p>
Investigador 2	<p>“(...) Desde logo há pessoas que não têm espírito empreendedor, desde logo há pessoas que não têm espírito de iniciativa... as qualidades de empreendimento, de iniciativa de empreendedorismo são muito as qualidades que se identificam nos líderes, não é? (...)nem todas as pessoas têm o mesmo perfil (...)Agora não acho que todas as pessoas tenham espírito de iniciativa, ou possam ter, ou seja desejável ter. A diversidade é uma coisa importante, é preciso haver equipas e depois complementam-se”.</p>
Investigador 3	(Não abordou diretamente a questão)
Investigador 4	<p>“(...) em potência todos temos as condições para podermos empreender projetos sociais, naturalmente que depois aprimorando um conjunto de características que tem que ver (...) com as próprias realidades locais (...) eu não concebo muito a ideia de nós criarmos um projeto para uma determinada população, para um determinado público, para uma determinada comunidade sem sequer falar com elas, achando nós que sabemos o que é que eles precisam, sem sequer os ouvir, no fundo sem sequer os conhecer e portanto eu acho que é elementar conhecermos a realidade... é esta lógica da corresponsabilidade”.</p>

Problemática	Motivação para ser empreendedor social
Investigador	
Investigador 1	(Não abordou diretamente a questão)
Investigador 2	(Não abordou diretamente a questão)

(Continua)

(Continuação)

Problemática Investigador	Motivação para ser empreendedor social
Investigador 3	“(...) acho que há uma motivação relativamente à missão da organização, fazer o bem comum, acho que muitos deles procuram... p’ra eles o empreendedorismo social é um campo entre outros, pode ser um campo... entre outros, isto é, são empreendedores sociais, por exemplo, provavelmente tiveram contacto e viram uma oportunidade no empreendedorismo social, mas poderiam ser empreendedores clássicos, de um negócio económico. Muitos dos empreendedores sociais buscam atividades lucrativas nas suas organizações, aliás nem se sabe muito bem, muitas vezes há organizações, nomeadamente organizações que certificam empreendedores sociais, que fazem formação de empreendedores sociais que não têm esta, que não fazem esta diferenciação, ter ou não ter fins lucrativos... o empreendedor social é aquele que faz o bem, por exemplo a mim essa noção está um bocadinho redutora, muito redutora (...) Se for inovadora sou empreendedor social, se for um serviço clássico, não sou empreendedor social, não é? Ou antes, se for inovador, sou empreendedor social, se não for inovador, não sou empreendedor social, sou uma mera pessoa que cria um negócio, não é? (...) não sei muito bem os contornos nos outros países, mais parece-me que há alguma confusão entre o que é que se pode considerar processos de empreendedorismo social, que para mim são não lucrativo, de processos de empreendedorismo convencional que são lucrativos, não é?”
Investigador 4	“(...) poderão ser motivações pessoais, poderão ser motivações profissionais (...) o que eu acho é que de uma forma ou de outra os empreendedores... ou parte das características dos empreendedores sociais é que vivenciaram ou se depararam com alguma realidade, de injustiça, de desigualdade, de lógica de contribuição para o bem comum e isso faz-nos despertar ou dá-nos uma realidade que eventualmente até poderia ser menos conhecida para nós e com a qual queremos participar e queremos mudar no fundo, numa lógica muito transformadora (...) depois acho que todo o desenvolvimento e toda a lógica, de outros projetos acabam sempre por visar um fim... (...)”

Problemática Investigador	Empreendedorismo Social em Portugal
Investigador 1	“(...) empreendedorismo social sempre existiu...eu acho que enquanto, usando este termo e ...numa fase de construção ativa dentro de um ecossistema, estamos a ter um bom papel...acho que estamos acima da média da União Europeia...mas é, vamos dar passos, passos...não estamos com um ecossistema perfeitamente consolidado, muito rico... acho que estamos a dar passos... e, portanto, e estamos numa fase de bom desenvolvimento, sabendo que é uma fase de infância ainda”

(Continua)

(Continuação)

<div style="text-align: center;">Problemática</div> <div style="text-align: center;">Investigador</div>	Empreendedorismo Social em Portugal
Investigador 2	<p>“ (...) Globalmente o que posso dizer é que o Terceiro Setor em Portugal, a Economia Social em Portugal...a grande maioria das instituições já está minimamente dispersa para a mobilidade, dispersa para diversificar campos de conhecimento, do ponto de vista da sustentabilidade económico-financeira está a mudar práticas de gestão, está a mudar maneiras de estar, está a olhar para as parcerias e para outras lógicas de maneira diferente, está a tentar vender os seus produtos (...) Há uma parte menor, que (...) tem a preocupação de profissionalizar, valorizar a gestão de recursos humanos...e uma parte que igualmente se importa com uma organização e gestão estratégica e operacional cada vez maior, traduzida em parcerias com capital social. E portanto, as organizações estão a crescer, as organizações da Economia Social estão a crescer nesse sentido, menos do que seria desejável, digamos assim e termos ideais, porque temos que avançar muito mais do que aquilo que temos neste momento, seria ideal, seria desejável. Por outro lado, há também uma série de novas iniciativas e novas orientações que estão a surgir que tem a ver com a ideia de <i>social business</i> que não é bem a mesma coisa (...)o que também importa, é o que é que nós queremos realmente fazer, digamos assim, qual é a nossa missão, o que é que realmente nós queremos transformar, e como é que apropriamos depois, se geramos capital, como é que o apropriamos. Do nosso ponto de vista, o Empreendedorismo Social é muito mais...tem muito mais alcance, mais capacidade transformadora se a própria geração de excedentes for reinvestida numa missão social e/ou...digamos assim, de forma coletiva e não individualizada, não capitalizar como as ações de uma empresa normal, quanto mais ele existe, mais pode ter retorno, não é? Portanto, que não haja uma relação... tem a ver com os princípios da Economia Solidária e da Economia Social”.</p>
Investigador 3	<p>“Nós temos dados desde a educação, à gestão, às políticas [Estudo sobre o Empreendedorismo Social em Portugal, em que a A3S é uma das entidades promotoras]”.</p> <p>“(…) Caracteriza-se sobretudo pela busca de autonomia financeira, portanto... ou seja, as organizações estão fundamentalmente focadas em encontrar fontes de financiamento alternativas ao Estado. Todos os processos de gestão, como o planeamento estratégico, a gestão de recursos humanos, a gestão de voluntários, a prestação de contas, a governação, estão muito esquecidos e portanto eu acho que as organizações do terceiro setor, e isto é o campo de análise, integraram o discurso da comunicação social, o discurso político, que o Estado-Providência está falido e que têm que encontrar alternativas para esse Estado-Providência e só meteram as mãos para esta vertente financeira e esqueceram que a dimensão financeira só se solidifica e só se consolida se houver obviamente gente respeitada, se houver uma gestão estratégica bem-feita, se houver voluntários que são reconhecidos nos seus desempenhos e portanto uma organização não funciona apenas pela sustentabilidade económica, senão estamos a ir novamente pelo empreendedorismo clássico, não é? (...)”.</p> <p>“ (...) eu não conheço bem a realidade dos outros países para lhe dizer que somos um país empreendedor, de alguma forma julgo que sim, temos algumas características de empreendedorismo logo nas nossas raízes, costuma-se associar muitos os descobrimentos ao facto de sermos um país empreendedor, um país que não fica quieto e que, por outro lado, temos uma submissão muito forte à União Europeia e portanto os condicionalismos externos também determinam de facto o que é que nós somos e que é que os países mais poderosos querem que nós sejamos (...) comparativamente com outros países, provavelmente podíamos ser mais, mais não tenho dados sobre outros países (...)”.</p>

(Continua)

(Continuação)

Problemática	Empreendedorismo Social em Portugal
Investigador	
Investigador 4	“(...) é uma realidade que está em expansão, ou seja, cada vez mais percebemos que a sociedade está sensibilizada para a sua importância, percebe que pode ser um caminho que responde a muitas das necessidades e dos desafios que nós enquanto sociedade nos confrontamos nos dias de hoje. Há inclusivamente boas experiências de empreendedorismo social, a investigação cada vez é maior (...) eu acho que neste momento caminhamos numa lógica de sistematizar aquilo que são as práticas do empreendedorismo social, sobretudo porque temos a consciência que quanto melhor nos formos capazes de sistematizar, de informar, de capacitar a comunidade e a sociedade para o empreendedorismo social, maiores serão os ganhos ou aquilo que nós temos por hábito chamar de impacto social (...)”

Problemática	Empreendedorismo Social na atualidade
Investigador	
Investigador 1	<p>“(...) estamos numa sociedade que tem muitos problemas, tem muitos desafios, e que... carece, carece de mesmo boas resoluções para esses problemas, e portanto... a agenda de inovar, na forma como nós nos organizamos e resolvemos os problemas é uma agenda importante... por isso eu acho que a importância é bastante”.</p> <p>“Nós estamos numa altura de crise, numa altura de crise (...) nós hoje estamos com um desemprego crescente, problemas sociais agravados, e, portanto, a predominância de um setor que assiste as pessoas carenciadas... cresce. Problema-necessidade e do protagonismo que também tem para a sociedade, acho que é um pouco esse fenómeno... além da mudança de consciência das pessoas (...) querem ter um emprego com um propósito, mais do que apenas um emprego, querem ter um emprego com propósito... eu acho que o setor social está a crescer pela crise, em termos de protagonismo, e também crescerá pelo tipo de atividade que as pessoas gostam profissionalmente de desenvolver e que acham importante que existam (...)”.</p>
Investigador 2	“(...) Há uma explicação de fundo (...) há uma tendência já estrutural, já de há muitos anos... uma tendência para ideais neoliberais... e por uma retirada do Estado na implementação de políticas sociais, portanto, o Modelo Europeu, Social Europeu ,está posto em causa neste momento... e a Europa é o único sítio do mundo, a única região do mundo, em que os direitos sociais foram tidos em conta como em nenhum outro lugar no mundo, não é? E portanto, uma vez que o Estado Social está, supostamente, em crise e se nem essa própria constatação é questionável, apesar de não parecer pelo <i>mainstream</i> da comunicação social e do discurso político, não obstante, a perda de, digamos, a retirada do Estado face à responsabilização direta pelo bem-estar da população ou a vontade dessa retirada, pelo menos ao nível do financiamento direto, eventualmente na ótica da regulação... está a levar a um transformismo, digamos assim, por lado do empreendedorismo, agora com este novo crachá de social, se quiser... o Estado já não está aqui como estava, nem pode estar, portanto, tomem conta vocês (...)”.

(Continua)

(Continuação)

Problemática Investigador	Empreendedorismo Social na atualidade
Investigador 3	<p>“ (...) é de muita importância, porque na verdade estas organizações estão a chamar para si obrigações que outrora eram garantidas pelo Estado Social, pelo Estado-Providência. As organizações ao procurarem encontrar fontes de sustentabilidade financeira, porque não procuram sustentabilidade social nem ambiental, estão um pouco a substituir, ou estão um pouco a fazer face às situações de pobreza e exclusão social, às populações mais vulneráveis a que o Estado não atende... nem o Mercado, não é? O Mercado não atende porque elas não são interessantes do ponto de vista do lucro e o Estado não atende porque decidiu cortar nas políticas sociais como medida de austeridade... as organizações estão a fazer face a isto, mas estão a fazer face a isto de uma forma muito precária (...) sem procurarem, por exemplo, fidelizarem os financiadores, sem procurarem ter instrumentos de gestão estratégica que lhes permitam a tal fidelização do financiador e a prestação de um outro serviços, e portanto, essa ideia, muita vezes o que se faz é associa-se atividades económicas às atividades sociais (...) Negócio na perspectiva de negócio que põe no mercado um produto, seja a floricultura, seja uma gasolinera, seja um restaurante e que os lucros, o excedente económico obtidas nestas atividades sejam reinvestidas na atividade social, não é? (...) há muito mais a fazer para além disto, não é? Qual a importância? É bastante importante porque estão a acudir a situações que o Estado não está a responder, que não é interessante para o Mercado, não é?”</p>
Investigador 4	<p>“(…) No fundo, os projetos de empreendedorismo social vejam-se sempre que possível, replicados portanto, que a replicação possa existir, ajustada, enquadrada, mas eu tenho a convicção de que o empreendedorismo social é hoje uma realidade muito importante e diria mesmo incontornável na própria sociedade e naquilo que nós pretendemos criar para dar resposta às dificuldades e às necessidades que se evidenciam”.</p> <p>“(…) o empreendedorismo social, tal como nós o conhecemos hoje, tal como o investimento que hoje se percebe é uma realidade recente (...) Acho sim, que hoje e acho que também por fruto da atual crise económica que nós vivemos, foi uma havendo uma maior consciencialização de todos os setores da sociedade para a importância que as organizações e a construção de projetos de empreendedorismo social têm, porque são também eles numa lógica de proximidade, porque as organizações estão muito próximas das populações, elas por si só ou elas não por si só, mas em conjunto no trabalho conjunto e em rede podem mais facilmente responder a muitas das necessidades e a muitas das carências vivenciadas. Acho também que esta crise abriu ou é uma oportunidade e abriu uma porta para a própria sociedade ter uma lógica mais responsável. Há uma maior participação, há um maior compromisso e acho também que há uma preocupação muito grande ao nível das políticas públicas que investem e promovem exatamente o empreendedorismo (...) cada vez mais temos relatos de que o empreendedorismo jovem é uma prática que se deseja replicar, promover nas escolas e portanto eu acho que há esta consciencialização e há sobretudo esta preocupação de perceber que não é só o Estado, não é só o Governo quem tem obrigatoriedade de dar resposta a estas necessidades, somos todos nós porque nós somos a sociedade, o Estado também somos nós e somos nós que o fazemos e portanto, temos que perceber que o Estado por si não responde a todas as necessidades da população, portanto cabe-nos a nós também enquanto sociedade civil tomar uma participação ativa e construir uma melhor sociedade e um melhor mundo, não é?”.</p>

Problemática Investigador	Relação com o Estado e Mercado
Investigador 1	<p>“ (...) acho que as entidades têm os seus devidos papéis, acho que... devem as duas ser parceiras na construção de uma sociedade melhor, seja...qual seja a repartição de funções, mas não acho que se trate de substituição. Trata-se de complementaridade...complementaridade e parceria...”</p> <p>“ (...) as duas [Terceiro Setor e Estado] têm o mesmo objetivo, que é melhorar a sociedade e, portanto, se têm o mesmo objetivo, cada uma tem pontos fortes e pontos fracos, recursos e dificuldades...há que se potenciarem uma à outra, porque o propósito é o mesmo”.</p> <p>“O Estado pode ser regulador, (...) pode ser avaliador, pode até ser executante... agora o que eu acho é que, tipicamente, as organizações sociais têm um potencial (...) têm potencial de fazer melhor que o Estado e cabe-lhes a elas ensinar o Estado a fazer e o Estado cabe-lhes a eles alocarem bem os recursos que têm e em abundância (...)”.</p> <p>“(...) para mim o problema é depender do Estado e o Estado não ser um bom avaliador do empenho de a quem paga, e portanto, o Estado continuará a ter recursos, acho ótimo que o Estado apoio boas respostas sociais, acho mal se apoiar más respostas sociais, e portanto, a agenda da Economia Social, das IPSS's e tudo mais, tem que ser é de serem ótimos prestadores de serviços e o Estado é um ótimo cliente, como os outros... se o Estado pagar a horas é um ótimo cliente (...)”.</p>
Investigador 2	<p>“Ainda mediado pelo Mercado [substituição do Estado pelo Terceiro Setor]. Acho que esse é um debate latente mais explícito...e foi isso que fez surgir a promessa do Terceiro Setor no final do século passado... no final do século XIX... Uma nova promessa que é essa, que vai resolver os nossos problemas, a pobreza, não é? Agora, obviamente é um cargo excessivo para as organizações do Terceiro Setor, nós não podemos aceitar isso, o Estado e o Mercado põem e dispõem de... agora de repente as organizações do Terceiro Setor vão ser o James Bond...”</p> <p>“ (...) Temos que ser complementares... produzir valor acrescentado, todos. O Estado, o Mercado e o Terceiro Setor (...) E parceria significa paridade, e significa também que o Terceiro Setor ainda tem que amadurecer mais um bocadinho para ter essa capacidade. Como um todo. Algumas organizações já terão, outras não”.</p>
Investigador 3	<p>“Eu acho que se caminha numa ótica de partilha. Substituição nunca. Não imaginemos que as organizações do Terceiro Setor têm capacidade, julgo eu, para substituir o Estado nas suas responsabilidades, não é? Aliás, nós fazemos descontos não para as organizações do Terceiro Setor, fazemos descontos para organismos estatais. Tinham que alterar completamente os sistemas de taxação e de impostos para as organizações do Terceiro Setor poderem substituir o Estado, não é?”</p> <p>“(...) o discurso político mostra-nos... nunca se viu tantos anúncios sobre Economia Social ou empreendedorismo social ou mesmo a Economia Solidária como na atualidade, não é? (...) parece que encontraram aqui uma nova vertente de atuação do Estado, porque na verdade o Terceiro Setor em Portugal acaba por ser uma... um braço, uma extensão do Estado, não é? Enquanto noutros países, como países da Europa do Norte ele é uma esfera de exercício da cidadania ativa, não é? (...) não creio, nem acho correto uma substituição do Terceiro Setor face ao Estado”.</p>

(Continua)

(Continuação)

Problemática Investigador	Relação com o Estado e Mercado
Investigador 4	“(...) há espaço para as duas coisas, ou seja, eu acho que efetivamente em determinados momentos o Estado... primeiro acho que o trabalho em rede e em parceria é fundamental, tenho dificuldade em admitir o contrário, acho que isoladamente nós não conseguiremos criar projetos sustentáveis projetos eficazes e que deem efetiva resposta às necessidades. Acho que a otimização de recursos disponíveis é fundamental para um bom projeto e para atingirmos os resultados a que nos propomos, que são solucionar problemas ou problemáticas sociais e necessidades existentes na sociedade e portanto isso eu acredito que tem que ver com o trabalho em rede. Relativamente à substituição ou complementaridade do trabalho das organizações sociais e daquilo que é a prática do empreendedorismo social para com o Estado, eu acho que há, conforme eu tinha dito, uma lógica de substituição, mas é uma substituição planejada e portanto consensual... não acho que se deva substituir, acho sim é que deva trabalhar numa perspectiva de complementaridade e mais até eu diria que nós caminhamos num processo de complementaridade de todos os setores da sociedade, não só com o Estado mas também com o próprio Mercado (...) porque acho que todos temos a ganhar com essa perspectiva e é quase que aquela lógica das entidades, das empresas socialmente responsáveis ou com responsabilidade social... e eu acho que é essa a importância”.

Problemática Investigador	Empreendedorismo Social e Terceiro Setor (TS): sustentabilidade e dinamização do TS
Investigador 1	“(...) vem sobretudo dar uma nova estima ao setor, que é um setor que é tipicamente associado, de cor cinzenta...eu acho que esta agenda da inovação e do empreendedorismo social vem dar uma nova ambição até aos profissionais do setor, que é não é só os outros setores que inovam, nos também podemos inovar, e nós estamos a fazer coisas extraordinárias que transformam a sociedade e, portanto, eu acho que vem galvanizar o setor.. e vem o aproximar dos outros setores, inclusivamente”.
Investigador 2	“Acho que sim, mas acho que a Economia Social e o Terceiro Setor também são socialmente empreendedores, não é? Quer dizer, não há uma dissociação entre uma coisa e a outra necessariamente, não é? Ou seja, dentro de uma organização da Economia Social pode ter um campo altamente empreendedor, não é? Ou uma nova atividade que surge, ou um novo modelo de gestão financeira, não é?”.
Investigador 3	“Sim, sim, sim... é um mecanismo de dinamização. O processo de empreendedorismo social vai... implicar, pelo menos a tomada de consciência de que há processos diferentes de gerir organizações, que durante muito tempo não foram geridas por serem organizações filantrópicas ou da área... Há um autor... que diz “elas bastavam existir para ser bom”, bastava a sua existência, a sua missão social para já ser, para se justificarem a si próprias, não precisavam de um processo de gestão que as legitimasse... nós sabemos que não, que elas precisam de ser geridas ou autogeridas e que é importante esse dinamismo que o empreendedorismo social promove no Terceiro Setor”.

(Continua)

(Continuação)

Problemática Investigador	Empreendedorismo Social e Terceiro Setor (TS): sustentabilidade e dinamização do TS
Investigador 4	<p>“Acho (...) Acho é que neste momento o Terceiro Setor e as organizações sociais se deparam com uma realidade que é os financiamentos e os apoios são cada vez menores, são cada vez mais otimizados e isso significa o quê? Que as organizações sociais têm que perceber o quanto antes a necessidade de enquadrarem em si mesmos ferramentas de gestão, que processos de gestão, que estão muito relacionados com o próprio setor do Mercado e com o próprio setor empresarial e já se começa a verificar esta adoção de mecanismos e de ferramentas de gestão que no fundo vão permitir que as próprias organizações sociais sejam mais eficazes e eficientes, ou seja, há necessidade de nós maximizarmos aquilo que é a nossa produtividade... medirmos exatamente toda a nossa ação, porque só assim nós vamos conseguir perceber, com propriedade, qual é o nosso impacto social e qual é o impacto social das nossas respostas e dos nossos projetos (...) Eu acho que o Terceiro Setor e entendendo por Terceiro Setor aqui nesta questão, o conjunto de organizações sociais que o compõem, até há algum tempo atrás não tinham esta perspectiva de gestão profissional, de maximização dos seus recursos, da otimização dos mesmos, de uma gestão financeira rigorosa, mas a verdade é que a sustentabilidade financeira tem de ser obrigatoriamente um dos objetivos a que qualquer organização social se propõe, caso contrário não tem condições para responder e dar continuidade aos seus projetos. A sustentabilidade financeira é fundamental, assume extrema importância maximizar a nossa ação, a importância de ela ter reconhecimento. A sustentabilidade não é um fim, é um meio... daí ser sempre importante as parcerias com os outros setores, de forma a não esquecermos o nosso grande objetivo”.</p>

Problemática Investigador	Economia Social: Que lugar ocupa?
Investigador 1	(Não abordou a questão)
Investigador 2	<p>“Entendo-os [Economia Social e Terceiro Setor] como sinónimos neste momento. Já houve uma grande histórica acerca da evolução dos conceitos, como aliás há sempre, para nós neste momento, são a mesma coisa. O conceito de Economia Social, digamos, é menos aceite, não é bem menos aceite...o conceito de Terceiro Setor teve uma grande visibilidade nos anos 90 e depois tendeu a desaparecer. Ok, não há problema, embora do ponto de vista do conceito de Economia Social que é hoje utilizado na União Europeia, bem como na legislação portuguesa contempla, digamos assim, uma ideia de aquilo que era a ideia do Terceiro Setor que apesar de tudo era mais ampla do que o conceito de Economia Social francófono, portanto sim, a Economia Social hoje conceitualmente aproxima-se muito da ideia do Terceiro Setor que por sua vez é muito mais plural do que o era o conceito de Economia Social de origem francófona”.</p>
Investigador 3	<p>“ (...) P’ra mim Economia Social remonta à Revolução Industrial e aos movimentos de defesa operários concretamente, o cooperativismo, o associativismo, o mutualismo... o Terceiro Setor é algo que surge muito mais recente e que tem a ver, repare... Depois, por exemplo, a Economia Social desenvolve-se muito mais em França, já não se desenvolve tanto em Inglaterra que opta por uma perspectiva mais liberal digamos e onde o capitalismo vai ganhando mais pontos digamos... o Terceiro Setor acaba por ser uma noção que permite agregar a Economia Social e a própria Economia Solidária, a caridade e portanto é um chapéu mais amplo do que o conceito de Economia Social (...) o Terceiro Setor acaba com todas as diferenças... na verdade incorpora e ignora diferenças espaço-temporais... (...)”.</p>

(Continua)

(Continuação)

Problemática	Economia Social: Que lugar ocupa?
Investigador	
Investigador 4	<p>“A Economia Social é uma economia em crescimento... há estudos que nos mostram o seu crescimento, o crescimento do Terceiro Setor... As próprias medidas do IEFP para a Economia Social mostram a atenção dedicada a este campo... Podemos dizer que a Economia Social é o fruto da ação, é aquilo que resulta do Terceiro Setor. O que importa aqui é que o peso dos problemas não pode ser ignorado, percebermos a replicação do empreendedorismo social... vivemos agora o paradigma da solidariedade, a sociedade civil está informada e consciente, como se calhar nunca teve antes (...).”</p>

Problemática	Empresas Sociais: Conjunto de organizações do Terceiro Setor? Ou outra realidade específica?
Investigador	
Investigador 1	(Não abordou a questão)
Investigador 2	<p>“(...) Não é o Estado nem a legislação que define o que é que existe e o que é que não existe, nós podemos ter uma identidade e defendê-la. E portanto, a A3S é uma empresa social e não precisamos dessa lei para mudar a nossa identidade”.</p> <p>“Para mim, as empresas sociais e o empreendedorismo social ou até ambos, são...o empreendedorismo social é mais vasto, mas pronto, as empresas sociais são organizações do Terceiro Setor ou da Economia Social são...são em termos ideais, obviamente que em termos concetuais... encontramos outras coisas. Falando em termos ideais e concetuais, se quiser...”.</p> <p>“(...) as empresas sociais têm uma dimensão económica claramente consciente, estratégica, operacional, funcional, tem pessoas a trabalhar... tem uma dimensão que não são estritamente, nem têm de ser estritamente sustentadas pelo mercado mas têm claramente uma dimensão económica (...)Essas talvez sejam menos empreendedoras sociais que as outras”.</p>
Investigador 3	<p>“(...) passa a ser um chapéu agregador de todas aquelas formas que eu lhe falei, que integravam o Terceiro Setor... elas são empresas sociais. Agora vamos ver se essas organizações têm de facto as características das empresas sociais da escola da EMES (...) Elas devem responder a dimensões económicas, sociais e de governação... muito na perspetiva que eu lhe dizia, da democracia, da criação de emprego, do excedente económico, da primazia das pessoas face ao capital (...) eu diria que podem ter lucro, resolvem um problema social e portanto em Inglaterra julgo que a legislação é relativamente diferente da dessa escola que eu lhe falei, da escola da Economia Social a EMES que trabalha sobretudo a figura das empresas sociais (...) elas teriam e têm sentido se tiverem, enquanto figura autónoma, se conseguirem corresponder aos critérios da EMES e por isso, vão-se diferenciar das fundações, das misericórdias, das cooperativas (...) Uma empresa social eventualmente pode ter um empreendedor social que assume que não quer ter rotatividade mas, tem todos os outros critérios que eventualmente lhe podem dar o estatuto de empresa social. É uma questão que exige muita discussão para estabelecer... já tive mais certezas do que tenho agora sobre a criação ou não do estatuto autónomo de empresa social”.</p>
Investigador 4	(Não abordou a questão)

Problemática Investigador	Assegurar a sustentabilidade de uma iniciativa de Empreendedorismo Social
Investigador 1	<p>“ (...) A necessidade de ser sustentável é a necessidade de conseguir durar tempo suficiente para resolver o problema a que a pessoa se propõe a resolver...se não é sustentável, há que morrer o projeto antes de morrer o problema, portanto, não há uma resolução”.</p> <p>“(…) há que caminhar, para que crescentemente as respostas sociais tenham mais valor acrescentado para o público-alvo e que tenham maior...coeficiente de segurança financeira”.</p>
Investigador 2	<p>“ (...) É extremamente complexo. Posso dar uma resposta rápida, nós acreditamos que a sustentabilidade se alcança se for um modelo de organização consistente, com uma identidade forte, com sentido de missão, com valores fortes, com sentido de visão daquilo que se quer fazer. Que a sustentabilidade não pode dispensar uma boa gestão económico-financeira, que também seja diversificada, não só estar marcado... outras formas de partilha de recursos, troca direta, o que quiser...ou seja, temos que ver... a dimensão económico-financeira com uma grande amplitude e diversidade. Parte da sustentabilidade também se consegue valorizando os recursos humanos, o seu potencial, e o seu bem-estar ... nas organizações, bem como ao trabalho de fundo, em moldes muito muito mas muito mais consistente do que o que vemos hoje de um trabalho de rede e parceria. Este são 4 caminhos, se quiser, para garantir a sustentabilidade. Como é que se consegue? Obviamente que não há modelos...haverá e há, nós conhecemos algumas organizações que a fazem... agora, não há modelos fixos, nem ideais”.</p>
Investigador 3	<p>“ (...) eu leio a sustentabilidade económica, ambiental e social, portanto ela implica três vertentes e essas três vertentes quanto mais articuladas melhor, não é? Se eu tiver sustentabilidade ambiental com certeza que eu consigo melhores resultados económicos, se eu poupar no excesso de luz, se eu usar carro a gás, provavelmente eu tenho benefícios económicos, ou ambiente também tem e portanto há uma interligação forte entre essas dimensões. Se eu tiver pessoas motivadas a trabalhar numa organização que eles consideram como deles, envolvem-se na organização e contribui para que também tenha resultados económicos melhores e também tenha resultados sociais melhores... portanto, há aqui a questão da sustentabilidade é uma questão transversal e que deve ser vista nas suas três dimensões e não apenas na económica, não é? Eu diria que a sustentabilidade é importante... é tão mais importante se for equacionada nestas três vertentes e não apenas na vertente económica, porque só garantir sustentabilidade económica é um requisito que não favorece, não é favorecido se não houver sustentabilidade social e ambiental (...) vejo-a numa perspetiva mais ampla do desenvolvimento sustentável. Julgo que um dos aspetos importantes seria que o empreendedorismo social contribuisse para um desenvolvimento sustentável, não é? Se inspirasse naquilo que é o desenvolvimento sustentável e o promovesse”.</p>
Investigador 4	<p>“(…) a sustentabilidade financeira tem de ser obrigatoriamente um dos objetivos a que qualquer organização se propõe, caso contrário não tem condições para responder e dar continuidade aos seus projetos. A sustentabilidade financeira é fundamental, assume extrema importância maximizar a nossa ação (...) a sustentabilidade não é um fim, é um meio... daí ser sempre importante as parcerias com os outros setores (...)”</p>

Problemática Investigador	Recomendações para quem quer enveredar pelo Empreendedorismo Social
Investigador 1	“ (...) a pessoa deve, antes de mais, saber muito bem qual é o problema que quer resolver, qual é o problema social que a apaixonava a resolver e depois pensar que recursos é que a pessoa tem, que experiência, e que conhecimento é que tem... se cruzar estas dimensões, a pessoa pode ser um empreendedor social de sucesso, se não se cruzar, se não tiver paixão, se não tiver competências, se não tiver os recursos para aquele tipo de atividade a que se propõe a fazer, provavelmente vai ser mais um caso, ou um caso sem sucesso... e portanto, o foco é cruzar a paixão com as competências e com os recursos... e a solução deve cruzar estas várias dimensões”.
Investigador 2	(Não abordou a questão)
Investigador 3	“ (...) Pensar de uma forma integrada as três dimensões da sustentabilidade, não se deixar iludir pelos discursos que sozinhos podemos transformar o mundo... encontrar coletivos que se interessem pelo mesmo tipo de ideologia e promover projetos que não sejam de promoção individual de líderes, mas projetos verdadeiramente coletivos, assentes numa filosofia local, de proximidade com as populações, de envolvimento com as populações, de capacitação das mesmas, de empoderamento (...) Se queremos ser empreendedores sociais, temos que mudar com os outros e para os outros, não é?”.
Investigador 4	(Não abordou a questão)

Problemática Investigador	Parcerias
Investigador 1	(Não abordou a questão)
Investigador 2	“ (...) parceria significa paridade, e significa também que o Terceiro Setor ainda tem que amadurecer mais um bocadinho para ter essa capacidade. Como um todo (...)”.
Investigador 3	“As parcerias são importantes, mas sobretudo com as populações. Não é? Se queremos ser empreendedores sociais não queremos ser assistencialistas relativamente às populações, temos que lhes empoderar, temos que lhes dar oportunidade de elas próprias criarem os seus negócios, sejam sociais ou sejam negócios convencionais e portanto, eu diria que as redes e parcerias são importantes, mas o que é importante é a ideologia subjacente, não é? (...)”.
Investigador 4	“ (...) o trabalho em rede e em parceria é fundamental (...) isoladamente nós não conseguiremos criar projetos sustentáveis (...)”.

Problemática Investigador	Lacunas do Terceiro Setor
Lacunas do Terceiro Setor	
Investigador 1	(Não abordou a questão)

(Continua)

(Continuação)

Problemática Investigador	Lacunas do Terceiro Setor
Investigador 2	<p>“Carece de tanta coisa ainda (...) como setor, carece antes de mais de identidade”.</p> <p>“ (...) Neste momento acho que o problema é maior por parte das instituições, porque o Estado já criou uma lei de bases e já criou várias coisas, não é? E portanto as organizações começam a ver-se dessa maneira, mas uma coisa é falar e dizer-se, outra coisa é ser...e demora muito tempo, muito tempo...a comportar-se como tal, não é? O que significa que há muitas coisas que é preciso ter, preciso conseguir fazer. O planeamento estratégico, é preciso visões estruturadas, é preciso todas estas orientações de sustentabilidade que eu lhe estava a dizer, é preciso mais empreendedorismo social como eu defini no início desta entrevista”.</p> <p>“ Creio que toda a gente já percebeu que é preciso trabalhar em rede, rede não é só no dicionário... cada vez há uma articulação maior entre todos... e acho que temos que viver com isso, não é? Acho que se alguma coisa falta ao Terceiro Setor é olhar-se a si próprio, valorizar-se a si próprio e compreender os seus congéneres e juntar com os seus congéneres, que temos muitas coisas em comum e ao nos identificarmos como coletivo, por muitas diferenças que tenhamos e devamos continuar a ter entre nós dentro da Economia Social, a diversidade é fundamental mas precisamos trabalhar em conjunto. Portanto, acho que essas experiências nos permitem... perceber isso... e nós próprios estando a tentar articular também com outros países, também estamos a trabalhar nesse sentido”.</p>
Investigador 3	(Não abordou a questão)
Investigador 4	(Não abordou a questão)

**APÊNDICE VI – PEDIDO DE COLABORAÇÃO E GUIÃO DA ENTREVISTA:
SESARAM, E.P.E.**

Antonela Jesus

Contactos:

✉ antonela.filipa@msn.com

Serviço de Saúde da RAM, E.P.E.

ENTRADA
E.1426591 2014/02/17
Classificação: 18.69

Exmo. Sr. Presidente do Concelho
De Administração do SESARAM, E.P.E.,
Dr. Miguel Ferreira

Funchal, Fevereiro de 2014

Assunto: Pedido de permissão para realização de entrevista (Tese de Mestrado)

Chamo-me Antonela Jesus e frequento o 2º ano do Mestrado em Economia Social, na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. No presente ano letivo - 2013/2014 - encontro-me a realizar a Dissertação de Mestrado, cujo tema é "O papel do Empreendedorismo Social no Terceiro Setor", sob orientação do Professor Doutor Orlando Petiz Pereira.

Esta investigação, além de permitir o aprofundamento de conhecimentos teóricos sobre a temática, tem como grande objetivo analisar a pertinência, adequabilidade e viabilidade de se desenvolver um projeto de Empreendedorismo Social na RAM, ao nível da prevenção e reabilitação de doentes de Alzheimer e, de outras doenças neurológicas.

Assim, pretendemos, através da presente carta, requerer permissão para a realização de uma entrevista semiestruturada (Anexo I) a um dos membros da Vossa equipa, com conhecimento privilegiado sobre o tema em questão.

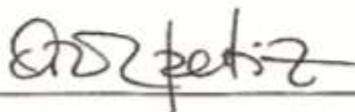
Agradecemos, desde já, a atenção dispensada

Com os melhores cumprimentos,

Antonela Jesus

Parecer do Orientador da Dissertação

Concordo com os propósitos da mestranda Antonela Jesus



(Professor Doutor Orlando Petiz Pereira)

Entrevista Semiestruturada: Guião de entrevista

SESARAM, E.P.E.

Apresentação e objetivos da entrevista

Estamos a contactá-lo (s) no sentido de nos facultar uma entrevista sobre o estado da saúde mental na Madeira, com atenção especial aos doentes de Alzheimer, no contexto de uma investigação para uma tese de mestrado, para a qual nos interessa: Conhecer e compreender o estado/percurso da saúde mental na RAM; Conhecer os contornos e amplitude a nível regional destes doentes; Conhecer o tipo de intervenção que é desenvolvido; Compreender as necessidades e principais lacunas de intervenção para estes doentes.

Tópicos	Perguntas	Informação pretendida
Saúde Mental	<ul style="list-style-type: none"> • Como caracterizam a saúde mental na RAM? 	Conhecimento da saúde mental em Portugal.
Doenças neurológicas adquiridas na RAM	<ul style="list-style-type: none"> • O que se pode entender por doenças neurológicas adquiridas/degenerativas? • Qual o “peso” destes doentes no SESARAM, EPE? • Que papel assume o SESARAM. EPE neste âmbito? Qual o tipo de intervenção? Quais os procedimentos? 	Conhecimento sobre o conceito de doenças neurológicas adquiridas; Importância do Serviço Regional de Saúde neste âmbito.
Listas de espera	<ul style="list-style-type: none"> • Há lista de esperas neste âmbito de intervenção? É possível ser divulgada um valor/estimativa sobre a lista de espera? 	Conhecimento de números exatos
Relação com os utentes e famílias	<ul style="list-style-type: none"> • Que tipo de relação estabelecem com os seus utentes? Que forma de tratamento? • Que impactos são produzidos nas famílias/redes de suporte com a necessidade de prestação de cuidados a um doente, com este tipo de doença? • Que necessidades manifestam os principais cuidadores? • É dedicada atenção aos familiares/cuidadores? • Haverá necessidade de se pensar em intervenção especializada para as famílias/cuidadores? 	Se o resultado da relação é a dependência ou autonomia, se a posição do utente é passiva u ativa; Se a relação é de apoio ou colaboração; Se há partilha de poder; Se é tida em conta o desgaste da família; Tipo de intervenção desenvolvido.
Relação com a sociedade civil/instituições da sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a importância do terceiro sector na resposta a estes problemas? • Considera que possam existir algumas tendências atuais/necessidades... que se tornem desafios à sociedade civil (procurar responder em parceria com o SESARAM)? 	Importância atribuída ao Terceiro Setor.

